



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Rafael Navarro Costa

**Eleições se vencem em campanhas? Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958)**

São Gonçalo

2019

Rafael Navarro Costa

**Eleições se vencem em campanhas? Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Luis Reznik

Coorientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

São Gonçalo

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

C837 Costa, Rafael Navarro.  
Eleições se vencem em campanhas? Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958) / Rafael Navarro Costa. – 2019. 264f.

Orientador: Prof. Dr. Luis Reznik.

Coorientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes.

Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Propaganda política – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Política – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Reznik, Luis. II. Fernandes, Rui Aniceto Nascimento. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. IV. Título.

CDU 32.019.5

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Rafael Navarro Costa

**Eleições se vencem em campanhas? Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Aprovada em 15 de abril de 2019.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Luís Reznik (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes (Coorientador)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Angela Maria de Castro Gomes  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Lucia Grinberg  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2019

## DEDICATÓRIA

À Arlette, Adolpho (*In memoriam*), Vanessa e Alice, minhas inspirações.

## AGRADECIMENTOS

Não poderia começar de outra forma que não fosse agradecendo a Deus a oportunidade de concluir mais esta etapa em minha formação acadêmica. Por mais que Seu nome tenha sido usado em vão por muitas pessoas nesses últimos tempos, sigo confiando Nele.

Durante os últimos quatro anos, enfrentamos o desafio de cursar o Doutorado, iniciado quase uma década após terminar o Mestrado. De lá para cá, muitas foram as transformações: perdi meu pai, fui pai, encerrei algumas jornadas e iniciei outras. Por isso, escrever esses agradecimentos não foi uma tarefa das mais fáceis.

Começo fazendo um agradecimento especial àquela que posso considerar como minha segunda casa: a Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Aqui iniciei minha trajetória acadêmica, em 2001, e tornei-me Licenciado em História em 2005. Retornar à FFP sempre foi um desejo, realizado dez anos depois de minha primeira passagem. Se lá no início dos anos 2000 já brigávamos por melhores condições para estudantes, técnico-administrativos e professores como parte do corpo discente e do Centro Acadêmico de História, nesse retorno brigamos e resistimos pela UERJ e pela FFP, contra todo o descaso e abandono de nossa universidade pelo Governo Estadual. Nessa universidade, fiz amigos que carregarei para toda a vida, conheci minha esposa e cresci profissional e pessoalmente. Sou uma das muitas provas que temos por esse país de que a Universidade transforma a vida de quem nela ingressa, apesar de alguns insistirem em dizer que isso não acontece.

Por toda essa resistência, que foi compartilhada, não posso deixar de agradecer a todos e todas que estiveram juntos nessa jornada, em especial aos meus colegas de turma (alguns de longa data), a primeira do Doutorado: Caroline, Cláudia, Leandro, Júlio, Rafael e Rozely.

Agradeço aos professores Angela Maria de Castro Gomes e Marcelo de Sousa Magalhães que compuseram minha banca de qualificação, que muito ajudaram no desenvolvimento desse trabalho com suas considerações e sugestões, e prontamente aceitaram participar da banca de defesa desta tese. Da mesma forma, agradeço as professoras Ana Paula Goulart e Lucia Grinberg por sua disponibilidade de participar desta defesa e compartilharem suas opiniões e conhecimentos neste importante momento.

A Luís Reznik, meu orientador desde o estágio no grupo de pesquisa *História de São Gonçalo: Memória e Identidade*, passando pela Graduação e Mestrado, agradeço os ensinamentos tão caros em minha trajetória e paciência – afinal não devem ter sido fáceis

esses 15 anos de orientações e trabalhos. A Rui Aniceto, meu coorientador, agradeço as dicas, os empréstimos de materiais que só ele poderia ter, as leituras e, sobretudo, o fato de ter compartilhado o gosto pela História Fluminense. Luís e Rui, para além de professores, são mais dois entre os tantos amigos que fiz nessas passagens pela FFP.

Aos meus familiares pelo apoio e incentivo para que mais esta etapa pudesse ser cumprida. Em muitas ocasiões nesses anos escutei de minha mãe a pergunta:

- Mas ainda não acabou isso?

Todas as vezes em que ia à sua casa e dizia que estava dirigindo-me à UERJ essa pergunta era feita (enfim, chegou esse dia em que vou acabar!).

Nesses quatro anos, sempre tive apoio dos amigos de trabalho da Coordenação de Formação Acadêmica da Extensão da UFRJ. Com eles, divido boa parte dos meus dias (sempre com muito trabalho, mas repletos de gargalhadas, festas e comida, muita comida) e a esperança de que podemos através de nosso trabalho e da universidade (pública, laica, gratuita e de qualidade) transformar a vida das pessoas. Afinal, como disse Paulo Freire, “a educação transforma as pessoas e as pessoas transformam o mundo”. Sigamos em frente, apesar das dificuldades e percalços que encontramos no caminho.

Não poderia deixar de agradecer também aos meus amigos e amigas, em especial aos amigos de longa data da FFP e que até hoje nos reunimos para nossos churrascos e aos “Renegados da Metro II”, amigos que o tempo vivido na Secretaria de Educação do Estado me trouxeram, que tornaram esse período mais divertido.

Por último, e já peço antecipadamente desculpas a todos e todas que agradei, deixei as duas pessoas mais importantes: Alice e Vanessa, minha filha e minha esposa. Com elas, tudo fica mais fácil. Por elas, nada parece impossível. Alice alimenta nossas almas com seu sorriso, seu carinho, seu olhar e até com suas bagunças e teimosias. Por ela, fazemos tudo, mesmo que não esteja ao nosso alcance. Vanessa foi fundamental nesses quatro anos: além de esposa e mãe amorosa, foi leitora crítica (Luís e Rui só leram os capítulos depois de passar por seu crivo), revisora (quantas crases ela colocou nesse texto...) e, acima de tudo, incentivadora. Só tenho a agradecer a sua paciência, ao seu carinho e ao seu amor.

Nada deve parecer impossível de mudar.

*Bertolt Brecht*

## RESUMO

COSTA, Rafael Navarro. *Eleições se vencem em campanhas? Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958)*. 2019. 264f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

A presente tese analisou a dinâmica política no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1945 e 1958. O ano de 1945 marcou o início de um novo período na política brasileira, com o fim do Estado Novo e a reorganização político-partidária do país, que passava a ter partidos políticos nacionais. Entre esses partidos, destacaram-se o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). No Estado do Rio de Janeiro, o ex-interventor Ernani do Amaral Peixoto (1937-1945) organizou e comandou o diretório estadual do PSD-RJ, consolidando-o como o principal partido político fluminense. Para analisar a dinâmica política do estado nas décadas de 1940 e 1950, utilizamos como instrumentos a formação do PSD-RJ e os períodos eleitorais do Estado do Rio de Janeiro -1946/47, 1950, 1954 e 1958. Através da análise destes momentos, podemos identificar as alianças, as motivações e as formas pelas quais se estabeleceram. Além disso, é possível percebermos até que ponto os discursos produzidos pelos partidos em seus materiais de propaganda e, através da imprensa, eram assimilados pelos eleitores, sendo capazes de formar uma identificação partidária. Enquanto o ano de 1945 foi marcado pela nova organização partidária no país e, por conseguinte, no Rio de Janeiro, 1958 foi marcado pela quebra do domínio pessedista no estado, com a eleição do candidato do PTB ao governo estadual, Roberto da Silveira.

Palavras-chave: Rio de Janeiro. Propaganda política. Política fluminense.

## ABSTRACT

COSTA, Rafael Navarro. *Do elections win in campaigns?* An analysis of the political-partisan organization of Rio de Janeiro through electoral disputes, political propaganda and the trajectory of PSD-RJ (1945-1958). 2019. 264f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

The present thesis analyzed the political dynamics in the State of Rio de Janeiro between 1945 and 1958. The year 1945 marked the beginning of a new period in Brazilian politics, with the end of Estado Novo and the political-partisan reorganization of the country, which had national political parties. Among these parties were the Social Democratic Party (PSD), the Brazilian Labor Party (PTB) and the National Democratic Union (UDN). In the State of Rio de Janeiro, former Interim Ernani do Amaral Peixoto (1937-1945) organized and commanded the PSD-RJ state directory, consolidating it as the main political party in Rio. To analyze the political dynamics of the state in the 1940s and 1950s, we used as instruments the formation of the PSD-RJ and the electoral periods of the State of Rio de Janeiro -1946-47, 1950, 1954 and 1958. Through the analysis of these moments, we can identify the alliances, the motivations and the ways in which they were established. In addition, it is possible to see to what extent the discourses produced by the parties in their propaganda materials and through the press were assimilated by the voters, being able to form a party identification. While 1945 was marked by the new party organization in the country and, consequently, in Rio de Janeiro, 1958 was marked by the breaking of the *pessedista* dominion in the state, with the election of the PTB candidate to the state government, Roberto da Silveira.

Keywords: Rio de Janeiro. Political advertising. Fluminense political.

## RÉSUMÉ

COSTA, Rafael Navarro. *Les élections gagnent-elles en campagne?* Analyse de l'organisation politico-partisane de Rio de Janeiro à travers les conflits électoraux, la propagande politique et la trajectoire du PSD-RJ (1945-1958). 2019. 264f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

La présente thèse analyse la dynamique politique dans l'État de Rio de Janeiro entre 1945 et 1958. L'année 1945 marque le début d'une nouvelle période de la vie politique brésilienne, avec la fin de l'Estado Novo et la réorganisation politico-partisane du pays, qui avait des partis politiques nationaux. Parmi ces partis figuraient le Parti social-démocrate (PSD), le Parti travailliste brésilien (PTB) et l'Union nationale démocratique (UDN). Dans l'État de Rio de Janeiro, l'ex-intérimaire Ernani do Amaral Peixoto (1937-1945) a organisé et commandé le répertoire d'État du PSD-RJ, le consolidant en tant que principal parti politique à Rio. Pour analyser la dynamique politique de l'État dans les années 1940 et 1950, nous avons utilisé comme instruments la formation du PSD-RJ et les périodes électorales de l'État de Rio de Janeiro (1946-1947, 1950, 1954 et 1958). nous pouvons identifier les alliances, les motivations et les moyens par lesquels elles ont été établies. En outre, il est possible de voir dans quelle mesure les électeurs ont assimilé les discours produits par les partis dans leurs documents de propagande et par la presse, leur permettant de se faire identifier. Alors que l'année 1945 était marquée par la nouvelle organisation du parti dans le pays et, par conséquent, à Rio de Janeiro, l'année 1958 avait été marquée par la rupture du dominion *peessedista* dans l'État, avec l'élection du candidat du PTB au gouvernement de l'État, Roberto da Silveira.

Mots-clés: Rio de Janeiro. Propagande politique. Politique fluminense.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1	<b>AMARAL PEIXOTO, O AMARALISMO E O PSD: UMA ANÁLISE DO GRUPO POLÍTICO</b> .....	33
1.1	<b>“Estrangeiro”, “homem do Presidente” e “novato”: como Amaral Peixoto construiu seu grupo político durante o Estado Novo</b> .....	37
1.2	<b>A tropa de choque do Interventor: articulação, influência e liderança dos principais aliados de Amaral Peixoto</b> .....	40
1.3	<b>A formação do Partido Social Democrático do Rio de Janeiro (PSD-RJ) e a disputa política com Macedo Soares</b> .....	45
1.4	<b>Amaralismo e pessedismo fluminense</b> .....	55
2	<b>AS MEMÓRIAS DA INTERVENTORIA AMARAL PEIXOTO E SEUS USOS POLÍTICOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PESSEDISTA</b> .....	58
2.1	<b>O “laborioso período” do Estado Novo</b> .....	60
2.2	<b>Os “ideais democráticos” do Interventor: os discursos e a administração de Amaral Peixoto sob o olhar do setor de divulgação do Partido Social Democrático</b> .....	68
2.3	<b>Liberdade, igualdade e democracia social no Rio de Janeiro de Amaral Peixoto</b> .....	85
2.4	<b>A Campanha eleitoral de Amaral Peixoto para a Assembleia Nacional Constituinte de 1946</b> .....	88
2.5	<b>A organização da propaganda política e eleitoral: as Comissões Especiais de Ação Política, Propaganda, Programa Administrativo e Recursos Financeiros do Partido Social Democrático do Estado Rio de Janeiro</b> .....	95
3	<b>AMARALISTAS X MACEDISTAS: A DISPUTA PELO CONTROLE POLÍTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b> .....	101
3.1	<b>O cenário político no Estado do Rio de Janeiro</b> .....	102
3.2	<b>A campanha eleitoral se antecipa: pessedistas e udenistas e a produção de materiais de propaganda política e eleitoral no Estado do Rio de Janeiro</b> .	103

3.2.1	<u>Falando aos fluminenses: os macedistas no poder no Rio de Janeiro</u> .....	104
3.2.2	<u>Edmundo de Macedo Soares e a construção da imagem de administrador</u> .....	116
3.2.3	<u>Pelas ondas do rádio, um "panorama fluminense": Amaral Peixoto e a utilização do rádio no Rio de Janeiro</u> .....	121
3.2.4	<u>A construção de um "interventor democrata"</u> .....	130
3.2.5	<u>O perfil do candidato por seus pares</u> .....	144
3.3	<b>A campanha eleitoral de 1950 nas páginas dos jornais</b> .....	148
3.4	<b>As eleições de 1950 e o fortalecimento do PSD-RJ</b> .....	160
4	<b>AS ELEIÇÕES DE 1954 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: NOVAS PERSPECTIVAS NA POLÍTICA FLUMINENSE</b> .....	163
4.1	<b>O contexto político-eleitoral fluminense em 1954: tensões e alianças</b> .....	164
4.2	<b>O PSD e a preparação para a campanha política de 1954</b> .....	170
4.3	<b>"Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto": marketing político e construção da memória político-administrativa do governo Amaral Peixoto</b> .....	175
4.4	<b>A campanha política na imprensa fluminense: udenistas e pessedistas nos periódicos do Estado do Rio de Janeiro</b> .....	191
4.5	<b>A configuração política fluminense após as eleições de 1954: reafirmação da liderança pessedista e fortalecimento do trabalhismo</b> .....	206
5	<b>DO CONTROLE DA POLÍTICA FLUMINENSE À PRIMEIRA DERROTA NAS URNAS: O FIM DO DOMÍNIO AMARALISTA NO RIO DE JANEIRO</b> .....	210
5.1	<b>A nova dinâmica político-partidária fluminense</b> .....	210
5.2	<u>A campanha e as eleições estaduais de 1958: novos rumos na política fluminense</u> .....	214
5.2.1	<u>A campanha política de 1958: "A publicidade é a melhor colaboradora da democracia"</u> .....	220
5.3	<b>A participação de Alzira Vargas nas eleições de 1958</b> .....	230
5.4	<b>Amaralismo e pessedismo derrotados no Rio de Janeiro</b> .....	247

<b>CONCLUSÃO – AS CAMPANHAS POLÍTICAS E O SUCESSO</b>	
<b>ELEITORAL .....</b>	<b>250</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>259</b>

## INTRODUÇÃO

Ao declarar guerra aos países do eixo, o Brasil posicionou-se a favor dos Aliados e da democracia, ainda que como uma perspectiva futura. Assim, a partir de 1942, a sustentação de um regime com os moldes do Estado Novo, atrelado a um desgaste interno após mais de uma década sob a presidência de Getúlio Vargas, tornou-se difícil e improvável. Dessa forma, Getúlio Vargas e seus aliados precisaram colocar em prática medidas que já tomavam forma desde 1943 objetivando uma transição entre o Estado Novo e um novo período na política brasileira, que deveria estar mais alinhado com os regimes democráticos que caracterizavam os países que formaram o bloco dos Aliados na guerra que se findou em 1945 e a quem o Brasil declarou seu apoio.

A partir de 1944, importantes personagens da política nacional discutiam as regras eleitorais, a forma como essas eleições deveriam transcorrer e a formação dos partidos políticos. Agamenon Magalhães, Alexandre Marcondes Filho, Benedito Valadares e Ernani do Amaral Peixoto eram alguns dos mais destacados participantes dessas negociações que eram cada vez mais urgentes.

Niterói, 14 de setembro de 1944.

Meu caro Agamenon,

Sempre na expectativa de sua vinda, não lhe escrevi há mais tempo, conforme era meu desejo. Informado, agora, de que aí aguarda a chegada do Presidente, quero pô-lo a par do que o Valadares e eu vimos fazendo em relação ao problema político.

Há dois meses, o Valadares entregou ao Presidente dois projetos: um de constituição estadual e outro de lei eleitoral, para realização do plebiscito. Ambos foram remetidos ao Marcondes, que os modificou, apresentando algumas sugestões interessantes e outras rejeitadas desde logo, por não julgarmos aconselhável sua aceitação.

Como já disse, aguardávamos sua vinda, para ouvir sua opinião, não só sobre esses assuntos como também, mais fundamentalmente, quanto à organização política do país. Quando me avistei com o Marcondes, a primeira pergunta que fiz foi no sentido de saber se ele já se havia entendido com o Presidente sobre o que pretendia fazer em relação a este assunto. Achava eu que a lei eleitoral devia ser função, em grande parte, dessa organização. Quis, por exemplo, saber se era pensamento do Presidente organizar um grande partido nacional. Respondeu-me ele que não havia ainda conversado com o Presidente a respeito, mas que organizações sindicais existentes, não achando necessário qualquer trabalho político, pois o seu Ministério – o que efetivamente exerce – faria toda a propaganda.

É evidente que isso se torna desaconselhável, não só sob o ponto de vista interno, pois as influências locais não podem deixar de se fazer sentir fortemente, como também pela repercussão no exterior. O Presidente, com o seu senso político, felizmente, concordou conosco e a última redação do projeto já satisfaz razoavelmente.

O meu ponto de vista, em linhas gerais, é o seguinte: o Presidente, com uma ou mais leis constitucionais, atenuaria alguns dispositivos que poderiam servir de pretexto a combates encarniçados. Para que fazer, por exemplo, Ministros de Estado despenderem seu tempo presidindo sessões da Câmara dos Deputados ou do Conselho Federal? Não lhe parece isso uma intromissão do Executivo no Legislativo, sem qualquer resultado prático?

Assim como esse, outros senões seriam corrigidos. Ainda por lei constitucional, poder-se-ia estabelecer o sufrágio direto para a primeira eleição presidencial, pois para reunir o colégio eleitoral, partindo das eleições diretas para vereadores e Delegados eleitorais dos municípios, levaríamos muito tempo, meses até. Não lhe parece também mais simpática essa ideia e não acha que daria no momento mais prestígio ao novo governo que assim fosse constituído?

Aguardo sua opinião sobre o assunto e, principalmente, desejo muito conhecer o projeto de constituição que deve estar organizando.

Um cordial abraço do  
Ernani do Amaral<sup>1</sup>

Com estas palavras, Ernani do Amaral Peixoto, Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro desde 1937, expressava suas opiniões quanto à reorganização política do país ao Interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, em carta escrita em papel timbrado do governo fluminense.

Na conversa entre os interventores (Agamenon Magalhães, assim como Amaral Peixoto, estava no cargo desde 1937), percebemos a intensa negociação que era realizada neste período sobre a nova organização política do país e os cuidados que seus articuladores deveriam tomar para que não prejudicassem os planos do grupo até então dominante de continuar no poder, mas, que ao mesmo tempo, não causasse a impressão de que estariam aproveitando-se da máquina criada e controlada por eles para que fossem beneficiados neste processo.

A negociação política acontecia tanto nos gabinetes dos envolvidos como também por intermédio das cartas, como podemos perceber pela reprodução acima. O avanço dos Aliados na guerra e o alinhamento do Brasil a eles nos indicavam que novos rumos precisavam ser analisados e preparados para que o grupo que dominava a política pudesse manter sua influência. O contexto internacional era um elemento que não poderia deixar de ser considerado e incorporado às discussões que vinham sendo feitas: a esta altura os Aliados avançavam na guerra e seus modelos econômico e político eram tendências que se espalhavam pelo mundo.

---

<sup>1</sup> Carta de Amaral Peixoto a Agamenon Magalhães, em 14/09/1944. CPDOC. Arquivo Agamenon Magalhães, AGM c 44.09.14, rolo 3, fot. 71.

Conseguir estabelecer encontros periódicos entre os articuladores do processo não era uma tarefa fácil, pois além dos deslocamentos, havia também a conciliação das agendas dos envolvidos, que eram ministros ou interventores.

Na missiva de Amaral Peixoto, podemos identificar quais eram os personagens principais envolvidos nestas negociações para que se buscasse o modelo desejado de Constituição e Lei eleitoral a serem adotados. O político fluminense expõe que estes diálogos vinham ocorrendo entre Benedito Valadares, Alexandre Marcondes Filho, Agamenon Magalhães e ele, lideranças importantes nos seus estados e também de grande relevância nacional a esta altura.

Exatos quinze dias depois, em 29 de setembro de 1944, Agamenon Magalhães respondeu ao Interventor fluminense, expondo seu ponto de vista sobre o que lhe havia sido apresentado:

Recife, 29 de setembro de 1944.

Amaral,

Recebi a sua carta e os projetos. Mandei tirar cópia do que é essencial e vou depois ouvir os técnicos eleitorais. Uma coisa, entretanto, me impressionou e não encontrei explicação. Não compreendo como, simultaneamente com o plebiscito, se possa fazer eleição dos vereadores e delegados eleitores para as Câmaras. Antes de ter uma constituição, como poderemos executá-la ou eleger os órgãos políticos, que dependem das leis complementares do estatuto básico?

Isto sob o aspecto técnico. Se considerarmos o lado político, então, todos os raciocínios, a meu ver, desaconselham a precipitação da outorga das constituições estaduais e das eleições, simultaneamente, com o plebiscito. Vamos examinar o assunto em partes. Realizado o plebiscito temos a constituição e o Presidente constitucional. Está dado o passo essencial. O Presidente constitucional terá ano e meio de mandato, após a revogação do estado de guerra. Nesse período será decretada a lei eleitoral e aberto o alistamento. É a oportunidade para a formação dos partidos nacionais. Será, então, fixada nesse setor a luta com os nossos adversários. As correntes nacionais predominantes irão com o nome do Presidente às urnas. A sua reeleição será imposta por necessidades da política interna e externa. Temos o Presidente Roosevelt, insuspeito para os democráticos de todos os matizes.

Aberta a instância eleitoral, os Estados, de acordo com a Constituição e as leis da sua competência, irão também organizando as suas Câmaras e elegendo seus governadores. É o que me parece aconselhável e mais certo. O fato político aí está. Contorná-lo com os projetos eleitorais de emergência, só explicáveis para o plebiscito, é oferecer aos inimigos armas para impugnar a legitimidade dos órgãos eleitos antecipadamente ou, digamos a verdade, com certo medo, que a tanto importa a fuga de um pleito em condições regulares. Se o regime democrático está sendo imposto por transformações de ordem internacional, devemos aceitá-lo com todas as suas consequências. Aceitá-lo, dirigindo-o e não procurando afastá-lo dos olhos para não ver.

Essa atitude é que nos dará autoridade e elementos de vitória na opinião. Os projetos, como providências eleitorais de emergência para o plebiscito, são aceitáveis. O plebiscito é anterior à Constituição e às leis ordinárias e complementares nela previstas:

- As eleições do Presidente e Governadores devem ser diretas. É o processo que mais consulta a um pronunciamento amplo da União e dos Estados. O argumento de

luta eleitoral, propaganda e agitação não podem prevalecer, porque essa agitação aí está e não podemos suprimi-la. É da época;

- A massa está estruturada nos quadros sindicais. Nesses quadros deve permanecer, concorrendo às eleições políticas e exercendo o operário o direito de voto, individualmente e como cidadão. Essa arregimentação será a maior força eleitoral. Maior do que a dos partidos. Esse trunfo os adversários não nos arrancarão em nenhum pleito;

- Acho também que a Constituição deve ser emendada, transigindo com os princípios que vão emergindo. A política do Presidente deve continuar realista. O momento é de tumulto e transição. Não se sabe o que vai ficar como definitivo. O Estado, nas épocas tumultuosas, tem que andar às guinadas. Temos, felizmente, timoneiro experimentado;

- Não tive mais notícias sobre a vinda do Presidente ao Norte. Só depois é que poderei ir ao Rio conversar demoradamente com você, Valadares e Marcondes sobre assunto tão importante e que demanda muita reflexão, pensando fatores e rumos.<sup>2</sup>

Com a resposta do interventor nordestino, a negociação política e os rumos que o processo de democratização deveria tomar vão ganhando forma e destaque na conversa entre os políticos mais influentes do período. O processo para a formação dos partidos políticos nacionais estava em curso desde 1944 – ocorrendo paralelamente às discussões acerca da nova organização política – e resultariam, inicialmente, na montagem do que viriam a ser a UDN e do PSD. As negociações foram encerradas ainda no começo de 1945 e em maio do mesmo ano foi publicado o decreto-lei que convocou às eleições para dezembro de 1945.

Assim, com o final do Estado Novo, outro período se iniciava na política brasileira. O período da democratização, com a convocação de eleições gerais, trouxe várias mudanças importantes no cenário político: um novo código eleitoral, um novo sistema partidário e, conseqüentemente, novos partidos. Depois de 15 anos, as urnas decidiriam quem assumiria o mais alto cargo do poder executivo, o de Presidente do país.

Foi nesse sentido que os políticos mencionados anteriormente já negociavam a transição entre o regime ditatorial do Estado Novo e o período democrático. Todavia, cabe destacar o papel das campanhas eleitorais nesse contexto. Com os novos partidos que se formavam vinham também as questões sobre o processo eleitoral e todas as suas particularidades.

Na missiva enviada por Agamenon Magalhães, percebemos que os interlocutores mais próximos de Getúlio Vargas tinham consciência de que esse momento era bastante diferente. Não à toa, Magalhães escreve a Amaral Peixoto destacando que era necessário haver uma luta eleitoral, com eleições diretas, uma vez que “essa agitação aí está e não podemos suprimi-la. É da época”. Agamenon Magalhães lembra também da força dos sindicatos e de como essas organizações serviriam ao grupo político de Getúlio Vargas: “A massa está estruturada nos

---

<sup>2</sup> Carta de Amaral Peixoto a Agamenom Magalhães, em 14/09/1944. CPDOC. Arquivo Agamenom Magalhães, AGM c 44.09.14, rolo 3, fot. 71

quadros sindicais [...] Essa arregimentação será a maior força eleitoral. Maior que os partidos. Esse trunfo os adversários não nos arrancarão em nenhum pleito”. Esse era um momento de configuração diferente de todos os outros processos eleitorais pelos quais passou o Brasil.

Com os partidos nacionais e um número bem maior de pessoas habilitadas a votar, os atores sociais seriam bem diferentes daqueles que participavam das eleições desde o período imperial até a Primeira República. Os partidos e suas lideranças teriam agora que negociar não apenas com seus pares e novas estratégias precisaram ser desenvolvidas para que garantissem a vitória de seus grupos políticos. Nesse sentido, a referência do político pernambucano sobre os sindicatos e os trabalhadores que nele estavam organizados indicava uma vantagem de Getúlio Vargas e de seu grupo sobre os demais, pois trazia uma relação mais próxima com os trabalhadores, que teriam um papel importante no pleito.

A dinâmica das campanhas nas décadas de 1940 e 1950 se dava essencialmente através dos periódicos, em especial aqueles de maior circulação, do rádio, através da relação entre partidos, candidatos e eleitores, sobretudo em comícios, reuniões e comunicação/divulgação através das relações pessoais.

A relação entre comunicação e política, assim como a propaganda política ligada ao Estado, é uma consequência da Primeira Guerra Mundial. As décadas de 1930 e 1940 foram de transformações nesse campo, sobretudo devido ao aperfeiçoamento das técnicas de impressão e popularização de outros meios de comunicação, como o cinema e, principalmente, o rádio.

No Brasil, a primeira experiência desse tipo ocorre em 1931, quando Getúlio Vargas criou o *Departamento Oficial de Propaganda*. Com o passar do tempo, o departamento foi trocando de nome e ampliando sua área de atuação (em 1934, passou a se chamar *Departamento de Propaganda e Difusão Cultural* e, em 1938, *Departamento Nacional de Propaganda*, quando passou a acumular também a função de censura) até que em 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, passou a ser um órgão de criação dos materiais e não apenas de veiculação e divulgação dos mesmos.

Giácomo Sani, afirma que a propaganda é a divulgação programada e organizada de mensagens destinadas a certo público, que visam criar uma imagem positiva de alguma coisa ou de alguém. Assim, podemos afirmar que essa propaganda era caracterizada por um jogo de informações que tinham a intenção de influenciar o comportamento de um determinado grupo de pessoas.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> SANI, Giácomo. Propaganda. IN: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*, vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 1019

Associado a estas estratégias de propaganda, o marketing político também é uma chave conceitual importante para a análise dos materiais produzidos pelos partidos políticos. A caracterização do marketing político é a de uma ação contínua dos meios de comunicação para a veiculação da propaganda política. Essa veiculação não está ligada diretamente ao período eleitoral (se estivesse, seria caracterizada como marketing eleitoral), pois é uma prática permanente que visa não apenas chegar ao poder, mas da manutenção do mesmo através da criação e difusão da imagem do político.

Nas décadas de 1940 e 1950, jornais e rádios eram elementos importantes nessa construção de imagem dos políticos. Era através deles que se tornavam conhecidos, divulgavam suas ideias e de seus partidos e impulsionavam suas campanhas em anos eleitorais.

#### **- A formação dos partidos políticos nacionais**

As negociações, como as que vimos acima, foram a maneira encontrada por Vargas e seus aliados para conduzir todo o processo de transição para o período democrático e conseguirem manter-se no poder mesmo em outro contexto político.

Os partidos políticos que se organizaram no período diferem daqueles que existiam até 1930. Com a intenção de evitar a predominância das oligarquias regionais, o mesmo decreto-lei de maio de 1945 que convocou o pleito para dezembro, determinou que os partidos fossem organizados em âmbito nacional. Para isso, deveriam contar com seções estaduais em pelo menos cinco estados da federação e contar com o apoio de, pelo menos, 10 mil eleitores em cada um.<sup>4</sup> Nesse sentido, todo o aparato estatal criado por Vargas foi fundamental para a constituição dos partidos e para a competição eleitoral.

Esse processo de formação dos partidos nacionais possui uma bibliografia bastante densa na historiografia brasileira, com produções desde a década de 1970. Uma delas é a produção de Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos políticos no Brasil*, de 1976.<sup>5</sup> Nesse livro, Campello de Souza analisa a relação entre o Estado e a formação e atuação do sistema partidário brasileiro. Diferente de outros estudos, centrados mais nos partidos de forma isolada, Campello de Souza buscava analisar o sistema partidário como um

---

<sup>4</sup> Inicialmente, os partidos foram registrados como entidades privadas em conformidade com o código civil vigente à época, passando a ser considerados como entidades jurídicas de direito público apenas em 1950, quando passaram a ser registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>5</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. Editora Alfa-ômega: São Paulo, 1976.

todo. Segundo a autora, estudar o sistema partidário como um todo e tendo a dimensão que eles possuíam funções representativas e governativas, seria possível analisar aspectos mais amplos que passariam desde a mobilização do eleitorado, estratégias de comunicação e seleção dos candidatos que disputariam os postos colocados em jogo nas eleições.

Campello de Souza faz uma interessante análise sobre a formação do novo sistema político brasileiro, interpretando-o como uma sobreposição de aspectos novos, como os partidos nacionais e o pluripartidarismo, a uma estrutura já consolidada durante o Estado Novo. Assim, a ação do Estado na montagem dos partidos, segundo a autora, fica evidente ao analisar a formação de dois partidos, o PSD e o PTB. Enquanto um absorvera interventores, prefeitos e parte da patronagem, o PTB aproveitara as estruturas nas quais o Ministério do Trabalho fortalecera a imagem de Getúlio Vargas para formar seus quadros partidários e de eleitores.

Além dessa análise sobre a formação dos partidos e sua estreita ligação com o Estado, Campello de Souza também desenvolve hipóteses sobre o desempenho dos partidos no novo sistema. Nessa análise, levando em consideração as mudanças socioeconômicas pelas quais passava o país, sobretudo o aumento da industrialização, a autora desenvolve o argumento que a ampliação das camadas urbanas enfraqueceu os partidos ligados aos conservadores, como o PSD e a UDN, e fortaleceu partidos de características reformistas, como o PTB e o predomínio das coligações sobre os partidos que se apresentavam de forma isolada para concorrência nas eleições.

Destacamos ainda os trabalhos de Lúcia Hipólito, Maria Celina D'Araújo, Maria Victória Benevides, respectivamente *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira*, *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945 a 1965*, *A UDN e o udenismo* e *O PTB e o trabalhismo*, que tratam isoladamente sobre a formação dos três principais partidos do período em questão. Diferente da proposta desenvolvida por Campello de Souza, as autoras tiveram como foco principal a formação de um dos partidos criados nesse período. Em seus livros, a análise sobre a formação e atuação dos partidos ganha destaque em detrimento do funcionamento do sistema eleitoral como um todo. Não podemos deixar de destacar os trabalhos de Angela de Castro Gomes, analisando o processo de formação dos partidos políticos desde a década de 1930 em *Regionalismo e Centralização Política* até a formação e atuação do PTB e do trabalhismo, assim como sua relação com Getúlio Vargas, exploradas em *A Invenção do Trabalhismo*.

Após esses trabalhos, já na década de 1990, temos a publicação de *A democracia nas urnas*, de Antônio Lavareda. Assim como Maria do Carmo Campello de Souza, Lavareda

prioriza a análise do sistema partidário brasileiro no período entre 1945 e 1964. Se no trabalho de Souza há a análise do processo de formação dos partidos, Lavareda destaca a análise dos dados eleitorais para desenvolver seu trabalho e analisar o desempenho dos partidos e comportamento eleitoral brasileiro.

Para falarmos do sistema partidário e da formação dos partidos nacionais na década de 1940, é preciso marcar algumas características importantes do período. Uma das diferenças mais importantes com relação aos partidos que se formavam naquele momento era que, a partir de então, não bastava apenas o apoio das elites locais/regionais, onde se aglomeravam os partidos das três primeiras décadas do século XX. Os partidos eram instrumentos importantes e – mais do que isso – necessários para garantir o acesso ao poder. Todavia, para que funcionassem dessa forma precisavam chegar até outros grupos, notadamente os setores populares, e conquistarem a lealdade desses eleitores.

Inicialmente, a divisão foi feita entre os que apoiavam Getúlio Vargas e os antigetulistas. Os getulistas organizaram-se em dois partidos, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto os antigetulistas formaram a União Democrática Nacional (UDN). Portanto, mesmo que de formas diferentes, os três maiores partidos do período gravitavam ao redor da figura de Getúlio Vargas.

O PTB e o PSD foram criados como uma solução para o impasse que foi criado à organização de um partido único que agregasse todos os aliados de Getúlio Vargas. Contudo, com aliados e interesses tão diferentes entre eles, a possibilidade de coexistência dentro de um único partido tornou-se inviável.

O PSD foi formado tendo como base os ex-interventores, os Prefeitos nomeados por eles e elites econômicas, ou seja, boa parte daqueles que exerciam o clientelismo. Amaral Peixoto foi um dos principais articuladores para a formação do PSD e exerceu forte influência e liderança tanto no diretório estadual do Rio de Janeiro quanto no diretório nacional. O PSD tinha um alcance importante na zona rural, até por abrigar boa parte da patronagem e defender os interesses da elite agrária, mas também era capaz de obter representantes das elites urbanas, como os industriais paulistas.

O PTB, também formado sob a influência de Getúlio Vargas – e pelo qual ele foi candidato à presidência em 1950 – arregimentou para suas fileiras sindicalistas, trabalhadores e as camadas médias e baixas da população, teve em Alexandre Marcondes Filho um de seus principais articuladores. Outra importante característica foi a caminhada em conjunto com líderes comunistas quando o assunto dizia respeito aos trabalhadores. Apesar disso, não era difícil encontrar discursos anticomunistas em alguns diretórios estaduais do PTB. A utilização

desse discurso justificava-se pela preocupação em perder o controle e os votos dos trabalhadores para o PCB. O partido trabalhista avançava em centros urbanos, em especial nas cidades menores, e dava aos getulistas uma ação mais ampla, complementando a influência rural dos pessedistas.

Em um primeiro momento, a UDN conseguiu trazer para seus quadros os antigetulistas. Tanto aqueles que se opuseram sistematicamente ao político gaúcho desde 1930 quanto aqueles que se afastaram (ou foram afastados) em algum momento da trajetória em que Vargas esteve à frente do executivo nacional. Além destes ex-aliados, o partido conseguiu colocar em suas fileiras os grupos oligárquicos que foram retirados do poder em 1930, defensores do liberalismo e até mesmo parte da esquerda, que ainda em 1945 rompeu com o partido. Dos três maiores partidos, a UDN era aquele se mostrava mais fechado quanto ao seu programa e doutrina política. Além dessas características marcantes, a UDN possuía uma maior influência nas grandes cidades e, em especial, nas áreas urbanas.

Além dos três maiores, as décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pela criação de uma série de outros partidos. Nas primeiras eleições eram poucos partidos organizados, mas esse número cresceu e alguns autores apontam a fragmentação do sistema partidário como uma de suas principais características daquele contexto. Podemos destacar alguns como o PSP, que sob a liderança de Adhemar de Barros teve ótimos desempenhos e era sempre cortejado para alianças nas eleições presidenciais, o PCB que teve ótimo desempenho nas eleições nacionais de 1945, mas que entrou na ilegalidade menos de dois anos depois, o PDC, que teve um crescimento bastante considerável a partir de 1955, o PTN, o MTR, o PL, o PST, o PSB, o PRP e o PRT. Todos esses partidos conseguiram atingir destaque em alguns estados, seja alcançando voos próprios, seja conseguindo representações expressivas nas casas legislativas ou sendo determinantes através de alianças para os cargos executivos.

Apesar de suas diferenças bastante evidentes, os três maiores partidos do período também tinham suas semelhanças. Entre elas podemos destacar a formação heterogênea, que influenciava e era influenciada diretamente pelos seus programas, uma organização nacional ainda precária e até certo ponto fraca, recursos limitados e alto grau de descentralização. Parte dessas semelhanças foi responsável pela pouca ingerência dos diretórios nacionais dos partidos nas seções estaduais. Na prática, as decisões de formação de alianças eram tomadas pelos diretórios estaduais dos partidos, sem nenhuma ou pouca supervisão do comando nacional.

Essa “estadualização” dos partidos nacionais refletiu também em seus desempenhos pelo país afora até 1964. De certa forma, nas eleições nacionais, podemos afirmar que a UDN

conseguiu manter-se com índices estáveis, apesar de ter vencido apenas um dos pleitos presidenciais e ainda assim sem um candidato com o perfil clássico do partido (venceu apenas as eleições de 1960, com Jânio Quadros). O PSD, apesar de ter eleito dois de seus candidatos (Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek, sempre em “dobradinha” com o PTB) chegou ao fim do período democrático com índices eleitorais em queda, apesar de ter se mantido como o maior partido do país até 1964. O PTB foi o que conseguiu demonstrar um crescimento mais sólido na curta experiência democrática. Além da aliança com o PSD nas eleições de 1946 e 1955, elegeu Getúlio Vargas em 1950. Além disso, sua representatividade nas esferas nacionais (Câmara e Senado Federal) manteve viés de alta durante todo o período, ficando bem próximo do PSD e superando a UDN na década de 1960.

Essa inconstância dos partidos no cenário nacional afetou sensivelmente as disputas estaduais. A falta de um diretório nacional forte, que atuasse junto aos diretórios estaduais em todo o país, gerava a descentralização de seus comandos e fez com que os desempenhos dos partidos nos estados fossem ainda mais irregulares que seus desempenhos em níveis nacionais.

Assim, cada região do Brasil tinha diferentes partidos que polarizavam as disputas eleitorais. Pelos resultados eleitorais do período, temos os seguintes mapas do desempenho partidário divididos pelas regiões do país:

- Região Norte: PTB e PSD polarizavam as disputas, enquanto a UDN declinava a cada pleito, reduzindo sua importância;
- Região Centro-Oeste: UDN e PSD eram os com melhores desempenhos, mas o PTB cresce a partir de 1954 e desfaz a polarização entre os partidos mais tradicionais;
- Região Nordeste: nessa região, o PSD se sobressaía em relação aos demais partidos. A UDN experimentou um crescimento em determinado momento e o PTB foi fraco durante todo o período;
- Região Sul: PTB era o partido mais forte, mas teve declínio na década de 1960. UDN e PSD um pouco abaixo e mantendo-se estáveis por todo o período. Na Região Sul, PDC e MTR apresentam crescimento na década de 1960, concomitante a queda do PTB;
- Região Sudeste: o PSD foi mais forte em todo o período, mesmo quando enfrentou declínio. A UDN tinha força e manteve-se estável durante todo o período, enquanto o PTB ganhou espaço e passou a rivalizar com os demais partidos. Aparecem com destaque ainda outros

partidos, como o PDC (que apresentava um crescimento contínuo), PTN e PSP (este teve força em São Paulo, sob a liderança de Adhemar de Barros).<sup>6</sup>

Outro aspecto interessante acerca da análise do sistema partidário e dos próprios partidos são as coligações que foram formadas nesse período. Se em âmbito nacional a aliança entre PSD e PTB foi constante e elegeu três presidentes, essa tendência não se repetiu nos estados. Neles, podemos dizer que o grande objetivo das coligações eram o de maximizar o apoio ao partido e, sobretudo, diminuir o apoio ao seu oponente. Assim, as alianças variavam conforme o embate que se configurava em cada região ou em cada estado do país. Não era incomum, por exemplo, que a UDN se aliasse ao PSD em vários lugares, como ocorreu no Rio Grande do Sul, por exemplo.

O trabalho de Cánepa, *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*<sup>7</sup>, nos trouxe uma detalhada análise sobre o sistema partidário e as eleições naquele estado. A autora apontou para caminhos interessantes em suas análises, entre os quais podemos destacar os seguintes:

- 1- A dificuldade de articulação entre os níveis estadual e nacional dos partidos políticos e como essa dificuldade era encarada pelos mesmos, se era entendida como um problema que deveria ser resolvido ou se era apenas uma opção dos diretórios estaduais, que pouco se importavam com as orientações vindas “de cima”;
- 2- Para entender as alianças e coligações do período é necessária a busca dos conteúdos programáticos significativos para as mesmas ou a relação entre os partidos e os grupos sociais aos quais buscavam atender. Isso se deve, de acordo com a autora, ao fato de que os partidos criados não terem representado em sua totalidade as forças sociais que se confrontavam durante o Estado Novo. Assim, essas forças se organizaram e se utilizaram dos partidos para que se fizessem representar;
- 3- A análise das questões partidárias deve ser feita a partir das campanhas eleitorais e do exercício do poder executivo. Eram nas campanhas eleitorais que os partidos elaboravam seus discursos e criavam imagens e/ou identidades políticas capazes de estabelecer vínculos entre eles e os eleitores. Por sua vez, o exercício do poder executivo servia como base para análise da atuação do partido e da forma com que se relacionava com as suas bases sociais.

---

<sup>6</sup> LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 3. ed. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 2012.

<sup>7</sup> CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

A autora analisa as campanhas eleitorais no Rio Grande do Sul utilizando como parâmetros o processo de escolha dos candidatos, o caráter das coligações eleitorais, as plataformas eleitorais e a estratégia partidária, sobretudo a relação entre o partido e suas bases eleitorais. Assim, temos na análise das campanhas eleitorais questões ligadas aos conteúdos programáticos dos partidos e a forma como eram apresentados, sempre em articulação com o âmbito federal das campanhas e /ou partidos, mas sem esquecer as particularidades regionais de cada estado, passando desde a caracterização socioeconômica até as questões culturais.

O exercício do poder executivo, chamado por Cánepa de “função governativa dos partidos”, teve como principais alvos a análise das mensagens à Assembleia Legislativa Estadual, a formação do secretariado, alianças parlamentares e a relação com o governo federal.

Jailma Maria de Lima também realizou investigação semelhante a de Cánepa, tendo como pano de fundo as eleições no Rio Grande do Norte, incluindo comportamentos de eleitores, partidos e candidatos e incluindo um novo elemento, a justiça eleitoral e o papel desempenhado por ela nas eleições daquele estado.<sup>8</sup> Outra diferença deste trabalho em relação ao de Cánepa é o acompanhamento de todas as eleições que ocorreram no período, sejam elas de âmbito estadual ou nacional. No estudo sobre o Rio Grande do Sul, a autora teve como foco principal de estudo as campanhas eleitorais para as eleições estaduais, incorporando em sua análise aspectos nacionais, mas não se detendo aos pleitos daquela esfera.

Lima analisou as campanhas políticas através de outro viés: percebeu que os rumos das campanhas e dos candidatos estavam muito ligados à produção de memórias construídas através de ações políticas desenvolvidas anteriormente e da noção de pertencimento e sentimentos identitários ligados às tradições e cultura locais.

Como ponto importante desse trabalho podemos destacar também a posição de destaque alcançado pelo PSP, que sob o domínio de Café Filho, eleito Vice-Presidente da República em 1950, alcançou papel de protagonista na cena política estadual. Seu crescimento no Rio Grande do Norte era notável na década de 1950. A presença de um político do estado na chapa de Getúlio Vargas e depois no governo e como Presidente a partir de 1954, fez com que as campanhas eleitorais no Rio Grande do Norte tivessem uma forte influência do contexto nacional.

---

<sup>8</sup> LIMA, Jailma Maria de. *Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955)*. 2010. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

Alessandro Batistella em sua tese de doutorado, *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*<sup>9</sup>, também analisa o sistema pluripartidário brasileiro, mas com ênfase no PTB e, mais especificamente, no PTB do Paraná. Em sua pesquisa, Batistella aponta para uma série de divisões dentro do partido e como essas divisões eram importantes para a definição da posição petebista na política paranaense, onde a conquista de seu apoio era importante para as vitórias eleitorais e, posterior, governabilidade.

Sua análise tem, portanto, uma dupla dimensão: além de pensar a estrutura e coesão interna (ou a falta dela) do PTB, um partido que nasceu fraco no Paraná e cresceu bastante nesse período, analisa também a sua atuação na dinâmica do sistema partidário paranaense, onde constatou que apesar de algum pragmatismo, caracterizou-se muito mais como um partido fisiológico, capaz de adaptações para que se mantivesse sempre próximo ao poder, apesar de não ter conseguido chegar ao governo do Paraná.

Dessa forma, podemos perceber que a análise do sistema partidário e dos partidos, mesmo quando da sua organização em caráter nacional a partir de 1945, não deve prescindir de uma análise da realidade regional, que pode implicar em diferentes resultados.

Citando novamente o estudo de Cánepa, identificamos nas eleições de 1950 uma importante diferença na movimentação político-partidária. Enquanto nas eleições para a Presidência da República tivemos a “cristianização” do PSD, onde grande parte do quadro político do partido aderiu à candidatura de Getúlio Vargas e abandonou o candidato pessedista, o PSD gaúcho sofreu um processo de “udenização”, aderindo ao candidato udenista e formando uma aliança contra os trabalhistas. Esse movimento tem importante relação com o plano nacional da disputa eleitoral, uma vez que uma possível vitória de Vargas era vista como preocupante pelas elites do Rio Grande do Sul, grupo onde estava inserida boa parte das lideranças pessedistas daquele estado.

Outro ponto importante para a análise que estamos realizando aqui é o da identificação partidária. De acordo com Lavareda<sup>10</sup>, esse processo de identificação foi muito prejudicado pelo curto espaço em que esses partidos tiveram vida ativa, cerca de 19 anos. Essa curta duração, associada ao que chamou de uma cultura política ditatorial e da ausência de partidos de massa em outro momento histórico, impediu que o quadro institucional-partidário estivesse consolidado ao final da primeira experiência democrática no Brasil.

---

<sup>9</sup> BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. 2014. 382 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

<sup>10</sup> LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 3. ed. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 2012.

## **- A política fluminense e a organização partidária: formação e consolidação dos partidos através das disputas eleitorais**

Antes de falarmos sobre a política fluminense, cabe ressaltar aqui o conjunto de estudos disponíveis sobre a história fluminense – poucos são os estudos sobre a história política fluminense no período democrático. Nesse sentido, destacamos a tese de doutorado de Silvia Pantoja<sup>11</sup>, que analisa a atuação de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro e a forma pela qual estruturou seu grupo político. O trabalho de Cezar Teixeira Honorato<sup>12</sup> analisa a interventoria de Amaral Peixoto com foco na construção de um novo estado, dando destaque ao papel da assistência social e a formação da Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro (mais tarde incorporada a Universidade Federal Fluminense).

Mais recentemente, o Museu de História e Arte do Estado do Rio de Janeiro (MHAERJ), popularmente conhecido como Museu do Ingá, empreendeu esforços na formação do Centro de Estudos de História Fluminense. Através da organização de exposições e colóquios sobre personagens fluminenses e sobre a História do Estado do Rio de Janeiro (notadamente os Colóquios de História Fluminense e as Jornadas de Estudos Fluminenses, realizados entre 2009 e 2012), que reuniram pesquisadores sobre a História Fluminense e gerou a publicação de três livros.<sup>13</sup>

Neste trabalho, temos como objetivo principal analisar a organização partidária e as disputas políticas no Estado do Rio de Janeiro no período compreendido entre 1945 e 1958, sobretudo os momentos das campanhas eleitorais. Entendemos que para compreendermos a dinâmica político-partidária é de extrema importância a análise dos momentos de disputas eleitorais. É através dessa análise que podemos identificar as alianças formadas e as motivações que fizeram com que elas se estabelecessem. Além disso, é possível percebermos até que ponto os discursos produzidos pelos partidos em seus materiais de propaganda eram assimilados pelos eleitores, sendo capazes de formar uma identificação partidária ou até mesmo uma cultura política. A escolha desse período é por se tratar do início da organização partidária no país e, por conseguinte, no Rio de Janeiro e por 1958 marcar a quebra do

---

<sup>11</sup> CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1995. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

<sup>12</sup> HONORATO, Cezar Teixeira. *O novo estado no Estado Novo: a Interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro*. 1987. 274 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

<sup>13</sup> Os livros publicados, todos organizados pela coordenadora do Centro de Estudos de História Fluminense, Andréa Telo da Côte, foram *Amaral Peixoto: História, Memória, Política, História Fluminense: novos estudos e Novos capítulos de História Fluminense*, publicados em 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

domínio possedista no estado, com a eleição do candidato do PTB ao governo estadual, Roberto da Silveira.

De 1945 a 1958 tivemos quatro eleições para o executivo estadual, das quais três foram vencidas pelos candidatos possedistas (Edmundo Macedo Soares e Silva, Ernani do Amaral Peixoto e Miguel Couto) e a última por Roberto da Silveira, filiado ao PTB, mas com uma trajetória de muitos anos no amaralismo. O domínio desse grupo que se transformou no PSD, porém, vem desde o Estado Novo, com a Interventoria de Amaral Peixoto.

Para analisar a organização e disputas políticas fluminenses, escolhemos como pontos chave os momentos das campanhas eleitorais. Assim, os anos de 1946/1947, 1950, 1954 e 1958 merecerão destaque especial nesse trabalho. As eleições de 1950 são dignas de um realce a mais, pois foi a única disputa concomitante para os executivos estadual e federal, o que tornou essa eleição diferente das demais, com as campanhas ganhando a presença de elementos nacionais em detrimento das demandas estaduais.

Assim como no cenário nacional, no Rio de Janeiro destacaram-se o PSD, liderado por Amaral Peixoto, a UDN, que tinha em José Eduardo Prado Kelly sua principal liderança e o PTB, ainda fraco e incipiente na década de 1940, buscando um nome que pudesse lhe dar peso nas negociações políticas no Rio de Janeiro. PSD e UDN monopolizavam as disputas eleitorais fluminenses nas primeiras eleições e o PTB cresceu, assim como em outros estados como o Paraná e o Rio Grande do Sul, no final da década de 1950. Assim, em um primeiro momento tínhamos no Rio de Janeiro uma disputa entre getulistas e antigetulistas.

Para que possamos analisar a disputa política fluminense durante as décadas de 1940 e 1950, utilizaremos como principais fontes o material propagandístico desenvolvido nessas duas décadas pelos partidos envolvidos nas disputas eleitorais – tratados pelos personagens políticos como materiais oficiais de divulgação de seus governos e, por vezes, como um relatório de gestão – e os periódicos.

Para selecionar esses materiais, utilizamos os arquivos privados de Amaral Peixoto e Edmundo Macedo Soares, além do arquivo do PSD, todos sob a guarda do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Os arquivos pessoais destes políticos são extensos e possuem uma diversidade de documentos que percorrem toda sua trajetória.

O arquivo Ernani do Amaral Peixoto (EAP) possui uma grande quantidade de documentos de natureza variada – documentos manuscritos, impressos, iconográficos e audiovisuais. São mais de trinta mil documentos organizados em dezenove séries, a saber: Assuntos Nacionais; Deputado Federal (1946-1950); Deputado Federal (1963-1970);

Diversos; Documentos Pessoais; Embaixador nos EUA; Estado do Rio de Janeiro; Governador do Rio de Janeiro; Início da Carreira Política; Interventor; Ministro do Tribunal de Contas da União; Ministro da Viação e Obras Públicas; Ministro da Reforma Administrativa; Movimento Democrático Brasileiro; Partido Democrático Social; Partido Social Democrático – Nacional; Partido Social Democrático – Regional; Senador e Recortes de Jornais.

Neste rico conjunto documental, são marcantes os documentos oficiais relacionados à sua atividade política, independente da esfera em que estava atuando. São várias as mensagens destinadas à Assembleia Legislativa fluminense no período em que ocupava o cargo de governador, assim como ofícios remetidos e recebidos. Também encontramos relatórios de origens diversas que nos remetem ao período da interventoria, muitos deles referentes a ações empreendidas no interior do estado.

Entre esse acervo, destacamos o material de propaganda do governo Amaral Peixoto. Um conjunto que será relevante para demonstrar como o político construiu sua imagem perante a população do estado do Rio de Janeiro, assegurando seu lugar na memória coletiva fluminense. O que pretendemos demonstrar com a utilização destas fontes é a imagem que Amaral Peixoto tentava passar aos fluminenses. Em momentos estratégicos da política, esta imagem construída servia para manter seu grupo no domínio da política estadual e também para a construção da memória coletiva dos fluminenses.

O arquivo de Edmundo de Macedo Soares possui cerca de 4000 documentos divididos em cinco séries (documentos pessoais; funcional; produção intelectual; diversos e recortes de jornais). Apesar de possuir uma quantidade menor de documentos, o arquivo EMS é muito importante para a pesquisa, uma vez que nele encontramos os materiais produzidos durante sua administração à frente do Rio de Janeiro.

O arquivo do PSD-RJ é importante também para a pesquisa, uma vez que eram através dos diretórios que se organizavam as estratégias e campanhas políticas. Nesse arquivo, encontramos boa parte dos materiais de propaganda e divulgação organizados durante o governo de Miguel Couto e os da campanha para as eleições estaduais de 1958.

Os periódicos são fontes também muito valiosas a este trabalho. Contudo, a análise dos mesmos deve ser bastante criteriosa. A partir de 1945, com a reorganização partidária, os meios de comunicação tornaram-se importantes veículos para a propaganda dos mesmos. Os

jornais eram as principais fontes de informação sobre política para homens e mulheres, conforme a tabela abaixo, reproduzida da obra de Lavareda<sup>14</sup>:

Quais as fontes de informação pelas quais o (a) sr. (a) se orienta sobre política?

Rio de Janeiro/ agosto de 1950

<b>FONTES</b>	<b>TOTAL</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
JORNAIS	66,0	75,0	57,5
RÁDIOS	43,6	41,7	45,6
AMIGOS	25,0	26,7	23,2
NÃO OPINARAM	15,2	10,0	20,5

A década de 1950 representou para o jornalismo a construção da legitimidade da profissão e as reformas físicas e editoriais ocorridas naquele período forjaram as bases de um jornalismo moderno, envolto em um discurso de neutralidade e objetividade. Essas características serviriam aos jornais para que intermediassem a articulação entre as elites e os grupos políticos com o público para o qual difundiam as informações publicadas em suas páginas.<sup>15</sup>

O alto índice de pessoas que se informavam principalmente através dos jornais demonstra que o discurso de que era através da leitura dos jornais que boa parte delas “decifrava” o mundo em que viviam. Ao desempenharem esse papel, os jornais ocupavam um lugar de destaque na difusão da informação e de seu reconhecimento pelo público. Dessa forma, podemos considerar que eram capazes de desempenhar uma função política e de propaganda, mesmo com a suposta imagem de neutralidade construída nesse período.

Apesar desse discurso que crescia, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro, muitos jornais ou se originavam de partidos políticos ou possuíam uma grande identificação com eles, sendo fundamentais para a construção de identidades partidárias.

Tendo em vista a grande importância desses veículos, mas sem perder de vista a inclinação ideológica e partidária dos mesmos, utilizaremos nesse trabalho, principalmente, dois periódicos de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, com suas sedes em Niterói:

<sup>14</sup> LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 3. ed. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 2012. 140 p.

<sup>15</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

*O Fluminense*, de orientação udenista, e *O Estado*, controlado pelos pessedistas em parte desse período.

Com o material descrito acima, nossa pesquisa resultou na construção de cinco capítulos, que demarcam períodos dessa organização e disputa política no Estado do Rio de Janeiro: a organização dos partidos, sobretudo a do PSD-RJ; a negociação política e as eleições de 1947; a disputa entre amaralistas e macedistas na eleição de 1950; as eleições de 1954 e o governo Miguel Couto e a disputa pelo executivo estadual de 1958, que marca a primeira grande derrota do grupo amaralista no Rio de Janeiro.

No capítulo 1, *Amaral Peixoto, o amaralismo e o PSD: uma análise do grupo político*, abordaremos a formação do grupo político de Amaral Peixoto. Aqui faremos a análise do modo de atuação do partido, do perfil dos políticos com maior destaque na articulação política dentro do grupo, com atores políticos de outros grupos e com a população. Ao trabalhar com material de propaganda e divulgação tendo a perspectiva de construção de uma memória política, utilizada como elemento aglutinador de apoio eleitoral e votos, é importante conhecer a trajetória do grupo político e, sobretudo, daqueles que desempenharam papéis de destaque na produção desses materiais, assim como na construção e fortalecimento de seu grupo.

No capítulo 2, *As memórias da interventoria Amaral Peixoto e seus usos políticos na construção da identidade pessedista*, analisaremos quatro publicações entre os anos 1940 e 1950 com características bastante diferentes. O sentido geral das obras é o de realizar as apresentações do líder político, abordando sua formação e atuação política, e do seu governo propriamente dito. Esse é o momento em que o grupo político amaralista está se consolidando, tendo nas eleições para governador em 1946 seu primeiro expressivo teste perante o eleitorado fluminense. Somava-se à preocupação com as eleições, a organização do PSD em território nacional e seu diretório estadual no Rio de Janeiro, a busca por formar uma imagem de democrata, mesmo tendo feito parte de um período autoritário. É nesse período que Amaral Peixoto e seu grupo político passam a organizar a construção de uma memória capaz de formar uma identidade política para seu grupo. Tal memória, ao ser compartilhada entre estes políticos e suas bases eleitorais, deveria ser capaz de garantir a permanência no poder.

O capítulo 3, *Amaralistas x Macedistas: a disputa pelo controle político do Estado do Rio de Janeiro*, analisamos o período situado entre 1947 e 1950, quando importantes transformações ocorreram na cena política nacional e estadual. Amaral Peixoto e seu grupo tiveram um desafio logo no início dos anos 1940: a eleição para sucessão ao governo do

Estado do Rio de Janeiro em 1947. A eleição confirmou a expectativa dos amaralistas, contudo, logo após a posse do governador eleito (Edmundo de Macedo Soares e Silva), a ala macedista rompe com os amaralistas e afasta da administração estadual o grupo liderado por Amaral Peixoto. Este é outro desafio do grupo amaralista agora na década de 1950: manter a sua coesão e estrutura, apesar de estar alijado do poder estadual. Amaral Peixoto, Deputado Federal à época, e seu grupo precisaram organizar ações de propaganda e divulgação capazes de manter a memória de um líder vitorioso e de um governo próspero. Percebemos que macedistas e amaralistas disputavam o controle político e administrativo do Estado do Rio de Janeiro. Para conseguirem esse controle, os grupos políticos utilizaram-se da produção de supostos relatórios de governo que eram na verdade material de campanha para as eleições estaduais que se aproximavam. Analisaremos esse material para melhor compreender as estratégias políticas utilizadas por cada um dos grupos em questão.

O Capítulo 4, *As eleições de 1954 no Estado do Rio de Janeiro: novas perspectivas na política fluminense*, abordaremos as eleições que indicariam o sucessor de Amaral Peixoto. Após a sua eleição em 1950, Amaral Peixoto e seu grupo político continuaram produzindo material de propaganda de seus governos visando manter o controle da política estadual. Em 1954, Amaral Peixoto e seu grupo apoiaram a candidatura de Miguel Couto ao governo estadual, conseguindo eleger seu sucessor. Contudo, após essa eleição e já sem uma referência política nacional capaz de atrelar força aos grupos políticos estaduais – Getúlio Vargas era quem cumpria esse papel – o PSD-RJ começou a enfrentar dificuldades internas que resultaram na perda de força do partido no pleito seguinte.

Este é o cenário que abordaremos no capítulo 5, *Do controle da política fluminense à primeira derrota: o fim do domínio amaralista no Rio de Janeiro*. O final da década de 1950 reservou aos amaralistas sua primeira e dura derrota. Com a ascensão do trabalhismo na política fluminense, o PTB passou a ter maior representatividade nos espaços políticos. Formado nas hostes pessedistas, Roberto Silveira migrou para o Partido Trabalhista Brasileiro e enfrentou o candidato pessedista nas eleições de 1958 ao governo do Estado. Analisaremos os materiais de propaganda dessa campanha em busca da identificação dos motivos que levaram o amaralismo à sua primeira derrota na política fluminense.

Após percorrer todo esse período, teremos um panorama sobre as disputas políticas no Estado do Rio de Janeiro e os motivos que levaram o PSD-RJ a dominar amplamente o cenário político por 15 anos e também aqueles que levaram ao seu enfraquecimento e a primeira derrota em 1958.

Amaral Peixoto e o PSD-RJ utilizaram-se da estrutura de apoios conquistados durante o Estado Novo para fazer desse grupo o mais forte durante o período democrático no Estado do Rio de Janeiro. Além das ligações com os políticos locais, o apoio de Getúlio Vargas foi importante para que se estabelecesse uma aliança sólida com o PTB-RJ, assegurando que os partidos classificados como getulistas estivessem juntos nas disputas eleitorais.

A aliança entre esses partidos ajudava os candidatos dessa coligação a alcançar votos das elites econômicas rurais e urbanas – ligadas ao PSD – e também o dos trabalhadores – ligados ao PTB. Assim, era possível fazer as campanhas ecoarem com mais força por todas as regiões do Estado do que as campanhas dos candidatos udenistas. Os resultados das campanhas indicavam o acerto na estratégia dos pessedistas, que consolidavam seu domínio no Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo em que o PSD se consolidava como o principal partido do Estado do Rio de Janeiro e Amaral Peixoto como sua principal liderança, a aliança foi benéfica também para o PTB. Considerado um partido ainda fraco e desarticulado nos anos 1940, pouco a pouco foi aumentando sua influência, seus quadros políticos e suas lideranças ganhavam vulto, sendo a principal delas Roberto Silveira.

O contexto de crescimento do PTB-RJ, associado ao contexto político nacional, fez com que o partido pleiteasse ter um candidato ao governo estadual. Todavia, a ação política de Getúlio Vargas retardou tal pleito para as eleições de 1958. A morte de Vargas, a atuação distante de Amaral Peixoto na política fluminense durante esse período – era Embaixador nos Estados Unidos durante o governo de Juscelino Kubitschek – e o crescimento da liderança de Roberto Silveira perante os trabalhadores e lideranças sindicais, minaram e inviabilizaram a manutenção dessa aliança.

As campanhas políticas desenvolvidas nesse período são elementos importantes para analisarmos a dinâmica política fluminense entre os anos de 1945 e 1958. Através da análise dos materiais de propaganda é possível identificar as relações entre a política estadual e nacional, a articulação entre políticos e, sobretudo, a mudança ocorrida nessas campanhas, que a cada pleito ganhavam maior importância na definição dos vencedores.

## 1 AMARAL PEIXOTO, O AMARALISMO E O PSD: UMA ANÁLISE DO GRUPO POLÍTICO

Em 15 de novembro de 1889, o prestígio que o Estado do Rio de Janeiro possuía sofreu forte abalo. A Proclamação da República estabeleceu novas configurações de poder, sobretudo com a instalação das políticas do café com leite e dos estados. Os anos entrópicos<sup>16</sup> deram lugar a um revezamento entre políticos apoiados por São Paulo e Minas Gerais na Presidência da República recém-proclamada. Enquanto as oligarquias mineira e paulista dominavam o cenário nacional, os coronéis e oligarcas dos demais estados articulavam-se para receber o apoio do governo federal, possibilitando sua permanência no poder estadual.

O Estado do Rio de Janeiro, destaque econômico e político do período imperial viu seu prestígio ruir com o novo modelo político brasileiro e tornou-se um dos estados considerados de segunda grandeza<sup>17</sup>. Durante a Primeira República, o fluminense de maior destaque na política foi Nilo Peçanha. Candidato à Presidência da República e líder da Reação Republicana, gozou de prestígio político estadual e nacional, tendo um grupo bastante forte ao seu redor, conhecidos como *nilistas*. Todavia, após sua morte – em 1924 – o grupo não conseguiu manter sua coesão e influência adquirida durante os primeiros anos republicanos.

Com o enfraquecimento do niilismo, o Estado do Rio de Janeiro passou por um período de configurações de novos grupos políticos. No vácuo deixado por Nilo Peçanha, alguns políticos tentaram organizar e dominar a política fluminense. O que melhor se organizou foi José Eduardo Macedo Soares, que construiu um grupo que apesar de não ter tido o mesmo destaque do conduzido por Nilo Peçanha, alcançou destaque no cenário político fluminense.

Desde o início da Primeira República, movimentos políticos, sociais e culturais contestavam o sistema vigente. Destacamos, contudo, os iniciados na segunda metade da década de 1910 e intensificados na década de 1920, como o movimento artístico-literário, o

---

<sup>16</sup> Renato Lessa considera os anos iniciais da República como “anos entrópicos”. Marcados por uma associação entre um estado de anarquia e elevado grau de incerteza. Essa entropia chega ao fim com o governo Campos Sales (1898-1902) e a institucionalização dos mecanismos de governo, a perda de força política dos militares e o estabelecimento de alianças políticas. LESSA, Renato. *A invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

<sup>17</sup> Com o revezamento entre São Paulo e Minas Gerais no poder, instaurado por Campos Salles, os demais estados ficaram alijados do poder no tocante ao executivo federal. Dessa forma, passaram a ficar conhecidos como estados de segunda grandeza. No caso do Rio de Janeiro, a crise econômica pela qual passava o estado aprofundou ainda mais essa distância para o poder e destaque no cenário político nacional. FERREIRA, Marieta de Moraes. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.

Tenentismo, o movimento sindical-operário, movimentos higienista e na educação e a Aliança Liberal, que elevaram o tom dos questionamentos ao contexto político do período.

Com o rompimento do acordo entre paulistas e mineiros e pela crise econômica de 1929, esse quadro de incerteza e questionamento da ordem vigente se agrava. Nesse momento, a Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas, chega ao poder após a deposição do Presidente Washington Luís, apoiado também pelos fluminenses.

O fim da Primeira República era o término de um conjunto de práticas que anunciavam a possibilidade de mudanças políticas que poderiam viabilizar a ascensão de grupos políticos que estavam alijados do poder. O fim da política do café com leite e o enfraquecimento das oligarquias que dominavam o cenário político nacional desde o início do século eram as principais mudanças que alimentavam a expectativa de reerguimento do Estado do Rio de Janeiro.

Contudo, os anos que separaram a Primeira República (1889-1930) do Estado Novo (1937-1945), não foram suficientes para a recuperação do prestígio do estado, que continuava fora do cenário de destaque em plano nacional. Para regular as ações de seus representantes nos estados, o governo provisório publicou em 28 de agosto de 1931 o código dos interventores. Este código tinha por objetivos estabelecer uma ação uniforme nas interventorias federais e procurava evitar que houvesse uma grande concentração de poder nas mãos dos interventores, restringindo as ações dos chefes estaduais, sempre condicionando decisões aos conselhos consultivos estadual e municipais ou ao próprio Presidente da República.

Com a publicação deste código, Vargas procurava cercear os “tenentes”, visando não apenas controlar este grupo, mas também impedir a ofensiva das oligarquias que se opunham ao novo governo. Este código tinha como objetivos básicos, portanto, estabelecer um controle entre os interventores, limitando sua autonomia e uniformizando ações. Vargas observava ainda algumas características antes de nomear seus interventores: ser “estrangeiro”, que significava não ser natural do Estado onde seria nomeado ou não possuir raízes políticas nele; ser militar, pois o exército era uma das bases de sustentação do governo; ser “neutro” politicamente, o que inviabilizava a nomeação de pessoas ligadas aos partidos políticos.

Vargas tinha em José Eduardo Macedo Soares um adversário importante na política. *O Diário Carioca*, jornal fundado por Macedo Soares, era utilizado constantemente para criticar o Presidente da República. Assim, essa posição oposicionista ao governo federal do grupo majoritário no Estado, era um fator que contribuía para o agravamento da crise, sobretudo política, que assolava o Rio de Janeiro.

O estado do Rio de Janeiro foi um dos que se enquadraram na dinâmica de intensa rotatividade no cargo de interventor. Logo após o fim do “movimento pacificador”, a Junta Governativa Provisória nomeou como governador provisório no Rio de Janeiro o Coronel Demócrito Barbosa, até que chegasse ao Rio de Janeiro, Plínio Casado, o escolhido pelos generais para ocupar tal cargo. Para comprovar tal argumentação, inserimos aqui uma tabela com os interventores federais no Rio de Janeiro, excetuando-se os cinco dias do governo provisório do Coronel Demócrito Barbosa.

<b>Interventores fluminenses</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
Plínio de Castro Casado	29/10/1930	30/05/1931
General João de Deus Mena Barreto	30/05/1931	04/11/1931
Tenente Coronel Pantaleão da Silva Pessoa	04/11/1931	16/12/1931
Tenente Ari Parreiras	16/12/1931	08/11/1935

Fonte: Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Amaralismo e pessedismo fluminense: O PSD de Amaral Peixoto**. Tese de doutoramento apresentada ao curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1995.

Como podemos perceber pela tabela acima, o Rio de Janeiro teve quatro interventores em um período de cinco anos. É correto afirmarmos que o rodízio no cargo ocorreu no primeiro ano, até a nomeação de Ary Parreiras para ocupar o cargo. O período da interventoria Ari Parreiras (16/12/1931-08/11/1935) foi marcado pela reestruturação partidária, que acontecia em todo o país, e por quatro eleições em um curto espaço de tempo: a Constituinte Nacional, a Constituinte Estadual, a eleição para a Câmara dos Deputados e para as Câmaras Municipais.

Esta permanência se deve a dois fatores principais: o contato do interventor com as lideranças locais e a sua postura de manter-se distante das disputas políticas e pela conquista de cargos em nível nacional, fazendo com que ele não fosse alvo dos grupos políticos do estado. Ari Parreiras esteve à frente do governo estadual durante todo o processo de preparação para as eleições, mas não interferiu nele. Sua relação com os partidos que se organizavam era distante e não assumiu o controle de nenhum deles, apesar dos apelos do grupo situacionista. Em 1935, foi eleito para o governo do estado pela Assembleia Fluminense, o Almirante Protógenes Guimarães.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> COSTA, Rafael Navarro. *A política fluminense no pós-30: uma análise da interventoria Ari Parreiras e do governo Protógenes Guimarães (1932-1937)*. 68 f. Monografia (Licenciatura Plena em História) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2005.

Ao assumir o governo do estado, Protógenes tentou dissipar as disputas políticas dentro da Assembleia com o que chamou de política de pacificação. Esta política teve como intenção desviar o foco das disputas partidárias entre os deputados para que as prioridades de seu governo pudessem ser a administração estadual e o auxílio às municipalidades. Com a pacificação, foram desfeitos os blocos partidários comandados por membros da União Progressista Fluminense (UPF) e do Partido Popular Radical (PPR) e as discussões passaram a ter como pano de fundo os municípios e suas necessidades mais emergenciais. Em decorrência disso, as disputas partidárias que ocorreram na Assembleia foram deslocadas para as municipalidades. Como este “acordo” elaborado pelo governador somente teria validade para assuntos que pudessem ser resolvidos pelo Estado, e 1936 era ano eleitoral nos municípios, o que se viu foram inúmeras discussões sobre política municipal na Assembleia Estadual. Os deputados ocupavam a tribuna para relatarem supostas perseguições políticas a seus aliados por parte de integrantes do grupo adversário ou favorecimento daqueles que detinham o poder a determinados setores para que sua permanência fosse viabilizada.<sup>19</sup>

Como podemos perceber, a política fluminense durante a década de 1930 foi bastante conturbada e com uma troca intensa de interventores até a chegada de Ari Parreiras. A tentativa do Governador em pacificar a política através da Assembleia não surtiu o efeito esperado, pois as municipalidades tornaram-se focos ainda mais intensos de disputas pelo poder, culminando com o esgotamento do modelo político implementado por Protógenes. É importante destacar o papel das municipalidades, que constituíam o principal mecanismo deste jogo político durante a década de 1930.

Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas nomeou interventores para governar os estados seguindo as mesmas características daqueles nomeados a partir de 1930. No Rio de Janeiro, o escolhido foi Ernani do Amaral Peixoto, nome ligado a ele tanto na política como no âmbito familiar<sup>20</sup>.

Ernani do Amaral Peixoto foi indicado como Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro pelo Presidente Getúlio Vargas em 1937, após a instalação do Estado Novo. Essa escolha acabou mudando a configuração política fluminense, uma vez que o Interventor tornou-se o principal líder político estadual, permanecendo seu grupo no poder por mais de duas décadas.

---

<sup>19</sup> Ibidem. p. 39-54.

<sup>20</sup> Ernani do Amaral Peixoto casou-se com Alzira Vargas em 1939, tornando-se genro de Getúlio Vargas. Contudo, seu relacionamento com Alzira Vargas iniciou-se antes de sua nomeação como Interventor Federal no Rio de Janeiro. CAMARGO, Aspásia. *Artes da Política: diálogos com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Dessa forma, Amaral Peixoto contemplava todas essas características, pois era militar da Marinha do Brasil, não possuía filiação partidária anterior e não possuía nenhuma ligação política no Estado do Rio de Janeiro. Esse último aspecto era o que mais preocupava os políticos estaduais e o Interventor nomeado, uma vez que havia no Rio de Janeiro um grupo político influente, liderado por José Eduardo de Macedo Soares, que desejava o cargo.

Portanto, a formação do grupo liderado por Amaral Peixoto que se consolidou como dominante no Estado do Rio de Janeiro começou a ser feita em um período de governo autoritário, marcado pela ausência de partidos políticos organizados (sejam eles nacionais ou estaduais). O Interventor, apesar de atender as características que foram parâmetros para as nomeações de Vargas e de não ter atuado diretamente na política fluminense até então, cercou-se de pessoas que conheciam as dinâmicas políticas estaduais e que possuíam ligações com grupos que o ajudariam no domínio político que pretendia desenvolver no Estado do Rio de Janeiro.

### **1.1 “Estrangeiro”, “homem do Presidente” e “novato”: como Amaral Peixoto construiu seu grupo político durante o Estado Novo**

Ao assumir a interventoria fluminense, Amaral Peixoto encarava um enorme desafio: a reorganização política de um Estado que, apesar do grupo liderado por Macedo Soares, não possuía grupos capazes de se organizarem para exercer um controle político como o desenvolvido por Nilo Peçanha. Além disso, era encarado como alguém muito ligado ao Presidente Getúlio Vargas e que, mesmo sem experiência em cargos políticos do executivo e conhecimento da política fluminense, teria como principal função enfraquecer os movimentos oposicionistas que surgiam no Rio de Janeiro.

A primeira dificuldade foi superada de forma relativamente tranquila. Inicialmente contrário à indicação de Amaral Peixoto, José Eduardo de Macedo Soares passou a encarar tal nomeação como positiva para seus interesses, pois via com bons olhos que outra pessoa assumisse o executivo estadual e iniciasse um trabalho de reorganização política e econômica. Amaral Peixoto foi considerado com o perfil ideal para isso, pois com as características que apontamos anteriormente, seria necessário que se organizasse uma equipe com conhecimento das dinâmicas e práticas locais para assessorá-lo e não teria um período de tempo suficiente para criar as raízes que ainda não possuía na política fluminense.

Assim, Macedo Soares e Amaral Peixoto iniciaram uma aliança política que acabou sendo breve, mas de grande importância para o Interventor. Foi com base nessa aliança que começou a se infiltrar e a se tornar conhecido na política fluminense, além de traçar caminhos e planos para a formação de seu grupo político. Contudo, ao perceber que Amaral Peixoto procurou organizar um grupo político para que pudesse controlar a política no estado, Macedo Soares começou a se distanciar do Interventor, uma vez que seus planos de retomar o controle político no Rio de Janeiro e de ocupar a interventoria estadual ficavam cada vez mais distantes. Assim, em 1938, ocorreu o rompimento dessa aliança. Menos de um ano depois de assumir o cargo, Amaral Peixoto precisou acelerar o processo de construção desse grupo, para que pudesse estabelecer sua própria equipe e dinâmica de trabalho.

Mas como fazer isso sem alianças políticas estruturadas e sem um partido político como pano de fundo para as negociações? Amaral Peixoto resolveu investir na negociação com os líderes políticos municipais. O Interventor, então, estabeleceu como plano de trabalho o contato com essas lideranças e, para isso, fez inúmeras viagens para todas as regiões do estado, sobretudo em regiões mais distantes de Niterói, capital do Estado. O próprio Amaral Peixoto destacou essas viagens e encontros com lideranças políticas das diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro como sendo fundamentais para seu projeto político:

Aí comecei a viajar mais e a receber mais gente [...]. Fui conhecendo e sendo conhecido, porque eles me receberam com muita desconfiança – e não podiam deixar de fazê-lo. Eu era um ilustre desconhecido, um homem que de repente tinha sido jogado no governo do estado! Eu compreendia a desconfiança e procurava quebrá-la, fazendo perguntas, tratando bem, pedindo que me procurassem no palácio, que me levassem as reivindicações locais. Quando recebia os prefeitos, eu os submetia a uma verdadeira sabatina. Era um primeiro teste para saber se os manteria ou não. De alguns tive boa impressão; eram principalmente homens rudes, homens do interior, mas atilados. Outros eram péssimos e não podiam permanecer nas prefeituras. Isso é que me foi dando base no Estado.<sup>21</sup>

Ao realizar essas visitas e estreitar os laços com lideranças municipais – que nem sempre estavam à frente da administração dos municípios –, Amaral Peixoto começou a chamar atenção dos políticos que ocupavam ou ocuparam cargos no executivo estadual e tinham passagens pela Assembleia Legislativa. Dessa forma, começou a cooptar mais fortemente para seu grupo: políticos, famílias tradicionais do estado ou que possuíam uma ampla rede de alianças em algumas das regiões fluminenses.

---

<sup>21</sup> CAMARGO, Aspásia. *Artes da política: diálogos com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 155-156.

Assim, figuras que já possuíam um histórico na política fluminense tiveram papel determinante para a configuração obtida pelo grupo político liderado por Amaral Peixoto. Podemos, portanto, identificar a ação desses políticos mais tradicionais e a negociação com as lideranças municipais como os principais mecanismos para a formação deste novo grupo político fluminense.

Várias lideranças destacaram-se nesse processo de articulação para a formação do grupo político liderado pelo Interventor. Destacamos aqui, especificamente, a atuação de alguns desses políticos: Alfredo Neves, Heitor Collet, Heitor Gurgel, Mario Alves e Salo Brand. Os cinco políticos supracitados estiveram durante todo o período do Estado Novo ligados à administração estadual. Tiveram em comum a atuação em setores importantes do executivo para as negociações políticas: o Departamento das Municipalidades, a Secretaria de Governo (ou da Interventoria), a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Interior e Justiça. Eram essas instâncias as responsáveis pelas negociações com os prefeitos e lideranças políticas municipais durante a interventoria.

A Secretaria de Governo possuía já naquele tempo uma estrutura semelhante ao que conhecemos hoje. O titular da pasta era o responsável por coordenar, juntamente com o Interventor, os trabalhos das demais secretarias, realizar a articulação política entre elas e também a articulação com as lideranças políticas do Estado. A novidade nesse período foi o Departamento das Municipalidades, que desempenhava uma atividade semelhante à Secretaria de Governo, mas em outra escala.

Criado antes da administração Amaral Peixoto, em 1934, o Departamento das Municipalidades ganhou uma nova organização e passou a desempenhar uma função de destaque durante o Estado Novo. Caberia a este departamento um papel fundamental na aproximação e cooptação dos líderes municipais, já que este órgão era responsável pelo controle econômico dos municípios. Assim, conjuntamente com a Secretaria de Governo, passou a ser o mediador das relações com as lideranças municipais.

Era o Departamento das Municipalidades que realizava as convocações para reuniões entre os prefeitos e o Interventor, além de possuir a responsabilidade de monitorar possíveis dissidências e impasses nas negociações com as lideranças políticas. Dessa forma, através da articulação política e do controle econômico, o Departamento das Municipalidades desempenhou um importante trabalho na articulação política para a formação do grupo amaralista.

A escolha de quem ocuparia as Secretarias de Governo e a direção do Departamento das Municipalidades era fundamental para que o projeto político de Amaral Peixoto obtivesse

sucesso e fosse capaz de fortalecer o Interventor em possíveis futuras disputas eleitorais, inclusive com José Eduardo Macedo Soares, com quem havia rompido desde 1938.

## **1.2 A tropa de choque do Interventor: articulação, influência e liderança dos principais aliados de Amaral Peixoto**

Alfredo Neves, Heitor Collet, Heitor Gurgel, Mario Alves, e Salo Brand tinham em comum, além da atuação em determinados setores do executivo fluminense, uma trajetória política consolidada no Estado do Rio de Janeiro antes da chegada de Amaral Peixoto e, por isso, tinham forte influência em diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro, sendo capazes de articular a adesão de políticos locais ao grupo que se formava.

Alfredo da Silva Neves nasceu em Barra Mansa, era jornalista e exerceu mandato de Deputado Estadual no Rio de Janeiro entre 1923 e 1930. Presidiu também a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 1929. Sua atividade na imprensa contou com passagens pelo jornal *O País*, onde exerceu as funções de tipógrafo, repórter, cronista parlamentar, secretário de redação e diretor. Foi redator de *A Reação* e diretor de *O Estado*, todos órgãos da imprensa fluminense. Também se graduou em Medicina, sendo catedrático de Clínica Neurológica da Faculdade Fluminense de Medicina, em Niterói, e chefe do Serviço Neuropsiquiátrico Infantil do Ambulatório Rivadávia Correia, da Assistência a Psicopatas do Distrito Federal, entre 1917 e 1938.<sup>22</sup>

Alfredo Neves era, portanto, um nome conhecido dos fluminenses no meio político, da medicina e da imprensa. Suas atividades o tornaram uma liderança política importante e com muita influência nas regiões do Médio Paraíba, Baixada Litorânea, São Gonçalo, Niterói, Itaboraí e no Sul Fluminense. Sua área de atuação, como podemos perceber, era grande e, por isso, foi desde o início da Interventoria Amaral Peixoto um nome de destaque e confiança do Interventor.

Seu primeiro cargo foi o de Secretário de Governo, onde permaneceu entre 1937 e 1940, inclusive sendo Interventor Interino por quatro meses em 1939, quando Amaral Peixoto casou-se com Alzira Vargas e foi aos EUA, onde representou Getúlio Vargas em alguns compromissos e negociações. Entre 1940 e 1945, foi convidado por Getúlio Vargas e Amaral

---

<sup>22</sup> ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Cristhiane Jalles de (Coord.). Alfredo da Silva Neves. *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2014. p.840.

Peixoto para presidir o Conselho Administrativo do Estado do Rio de Janeiro, uma instância que fazia a articulação entre os executivos federal e estadual e realizava uma espécie de monitoramento e fiscalização da administração estadual.

Com o fim do Estado Novo e a reorganização dos partidos políticos, Alfredo Neves filiou-se ao PSD-RJ e nas eleições de dezembro foi eleito Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupou até 1955.

Heitor Collet nasceu em São Fidélis, Norte do Rio de Janeiro, e era bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Formou-se também em Jornalismo e Ciências Econômicas, tendo sido professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro. Seu pai, Géraque Collet, foi Presidente do Estado do Rio de Janeiro entre 1917 e 1918.

A trajetória política de Heitor Collet começou na década de 1930, quando foi eleito pelo Partido Popular Radical (PPR)<sup>23</sup> para a Assembleia Constituinte Estadual em 1934. Entre 1936 e 1937 foi Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, período em que o Almirante Protógenes Guimarães esteve à frente da administração estadual. O Governador Protógenes Guimarães sofria com sérios problemas de saúde nesse período e, como não havia Vice-Governador, Collet assumiu interinamente o Governo do Estado por várias vezes.<sup>24</sup>

Nesse período, Getúlio Vargas e seu grupo político articulavam para evitar a renúncia de Protógenes Guimarães, que faria com que Heitor Collet assumisse definitivamente o governo fluminense. Esse trabalho de articulação se devia ao fato de que Collet era um dos principais aliados de José Eduardo Macedo Soares e não interessava a Vargas que alguém tão ligado aos Macedo Soares assumisse a chefia do executivo fluminense.

Após o rompimento entre Amaral Peixoto e Macedo Soares, Collet adotou, inicialmente, uma postura de “neutralidade”, mas logo passou a integrar as hostes amaralistas. Entre 1937 e 1945 desempenhou funções ao lado de Alfredo Neves na Secretaria de Governo e no Conselho Administrativo do Estado, além de ter ocupado outra pasta política do secretariado de Amaral Peixoto: a Secretaria de Interior e Justiça.

Uma vez que pertencia a uma família muito tradicional e com intensa atuação na política do Norte Fluminense, sua influência e conhecimento das lideranças políticas daquela

---

<sup>23</sup> O Partido Popular Radical do Rio de Janeiro (PPR) foi fundado para a disputa das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Sua formação ocorreu, de forma majoritária, por membros do grupo niilista, sob a liderança de Raul Fernandes, João Guimarães, José Eduardo de Macedo Soares e José Monteiro Soares Filho. Partido Popular Radical. *Ibidem*. p. 937-938.

<sup>24</sup> ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Cristhiane Jalles de (Coord.). Heitor Collet. *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2014. p. 322-323.

região foram fundamentais na construção do emaranhado de alianças realizadas por Amaral Peixoto durante o Estado Novo. A região Norte Fluminense foi um dos maiores agentes pelo sucesso do projeto amaralista, responsável por grande quantidade de votos em favor de Amaral Peixoto e seu grupo nas eleições pós-Estado Novo.

Com o fim do Estado Novo, Collet permaneceu no grupo amaralista e foi um dos fundadores do PSD-RJ. Em dezembro de 1945, Heitor Collet elegeu-se Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, exercendo seu mandato até 1951. Collet também teve destaque na participação da elaboração dos materiais de divulgação e campanha do PSD para as eleições estaduais de 1946 e 1950.

Heitor Gurgel, membro da tradicional família Gurgel do Amaral<sup>25</sup>, era jornalista e escritor e possuía ligações com intelectuais, elites econômicas e lideranças locais. Esteve ao lado de Amaral Peixoto desde o início das articulações políticas para a formação de seu grupo. Sua ligação com empresários, grandes produtores rurais e intelectuais foi de grande valia para o projeto político de Amaral Peixoto.

Suas áreas de influência política eram a Baixada Fluminense, Baixada Litorânea, São Gonçalo, Niterói, Itaboraí e o Litoral Sul Fluminense. Entre 1937 e 1940, Gurgel desempenhou a função de chefe de gabinete de Amaral Peixoto, destacando-se na intermediação das negociações com os secretários de governo. Em 1940, com a saída de Alfredo Neves da Secretaria de Governo, Gurgel assume tal posto, onde ficou até 1943. Em 1944, assume outra posição estratégica para Amaral Peixoto, a Prefeitura de Duque de Caxias.

A Baixada Fluminense era uma região importante para o Interventor. A década de 1940 foi um período importante para a industrialização do país. Foi durante a primeira metade dessa década que foram fundadas a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Alcális, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e a Fábrica Nacional de Motores (FNM). A CSN foi construída em Volta Redonda e a FNM em Duque de Caxias. A expectativa era de que a construção da fábrica pudesse alavancar a industrialização e a urbanização. Com o desenvolvimento da Baixada Fluminense e o crescimento populacional da região, essa passava a ser uma área importante do ponto de vista político e econômico. Por isso, possuir

---

<sup>25</sup> A Família Gurgel do Amaral, da qual descendem Amaral Peixoto e seu primo Heitor Gurgel, chegou ao Brasil ainda no século XVI. Desde então, ocupou postos de destaque na política brasileira. Além dos nossos personagens aqui citados, podemos lembrar também dos ex-governadores de Pernambuco, Alexandre José Barbosa Lima e Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, o ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco e Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. AMARAL, Heitor Luís Gurgel do. *Uma Família Carioca do Século XVI*. Rio de Janeiro: São José, 1964, 119 p.

uma liderança nessa região era fundamental para o sucesso do projeto político de Amaral Peixoto.<sup>26</sup>

Heitor Gurgel foi o autor de importantes obras de divulgação e propaganda do período governado por Amaral Peixoto: *O Governo Amaral Peixoto 1937-1945 (Subsídios para a história político-administrativa do Estado do Rio)* e *Retrato de uma administração – Segundo governo Amaral Peixoto (Subsídios para a história político-administrativa do Estado do Rio 1951-1955)*, publicadas em 1950 e 1958, às vésperas dos pleitos para o governo estadual e que analisaremos nos capítulos seguintes. Gurgel era o principal articulador dos materiais que construía a memória e a propaganda das administrações de Amaral Peixoto no executivo fluminense.

Mario Alves da Fonseca, natural de Campos, entrou na política ainda na década de 1920. Em 1921, candidatou-se a Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, mas não conseguiu votos suficientes para ser eleito. Após o fracasso na candidatura, tornou-se membro e, posteriormente, Vice-Presidente da Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias Rurais. Em 1927, pelo Partido Republicano Fluminense (PRF), elegeu-se Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro, permanecendo até o fechamento da Assembleia, em 1930. Em 1934, pelo mesmo partido, foi eleito para a Assembleia Constituinte Estadual, onde permaneceu novamente até seu fechamento, em 1937.<sup>27</sup>

O sucesso na política estadual e sua forte ligação com os produtores rurais fizeram com que Mario Alves participasse do governo Amaral Peixoto desde o início. Ele foi o primeiro Diretor do Departamento das Municipalidades, permanecendo no cargo entre 1937 e 1939, período em que as negociações para a formação do grupo político foram mais intensas. Durante esse contexto, por exemplo, o Departamento das Municipalidades teve papel de destaque no fortalecimento de políticas do Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário, projeto apresentado por ele próprio ainda antes do Estado Novo na Assembleia Legislativa.

Mario Alves foi proprietário e diretor do jornal *O Estado*<sup>28</sup>, que se tornou o jornal oficial do grupo amaralista durante o Estado Novo e na década de 1950. Era através desse periódico, muito tradicional no Rio de Janeiro, que o próprio Amaral Peixoto e seus principais aliados divulgavam e construía a imagem de seu governo e administração. *O Estado* era o contraponto amaralista aos ataques recebidos através de outro periódico tradicional no Rio de

---

<sup>26</sup> CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1995. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

<sup>27</sup> ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Cristhiane Jalles de (Coord.). Mario Alves da Fonseca. *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2014. p. 33.

<sup>28</sup> Fundado em 1911, por Irineu Marinho, o jornal possuía tendência oposicionista, mantida até seu encanamento pelo Estado Novo e retomado em 1946.

Janeiro, *O Fluminense*, controlado pelos opositoristas a Vargas – e, conseqüentemente, a Amaral Peixoto e seus aliados.

Contudo, nem sempre *O Estado* foi um jornal alinhado ao PSD-RJ. Amaral Peixoto e seu grupo só controlaram o jornal durante o Estado Novo e após as eleições de 1950, quando voltou a chefiar o executivo fluminense. Entre 1946 e 1950, o jornal foi controlado por antigetulistas e alinhava-se com os órgãos de imprensa que apoiavam a UDN. Após a vitória de Amaral Peixoto na eleição de 1950, seu grupo político comprou o jornal e o manteve até os primeiros meses de 1958, quando encerrou suas atividades, retomadas em junho do mesmo ano, mas sem ligação com o grupo amaralista.

Salo Brand nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e formou-se em Engenharia Civil, com especialização em Engenharia Sanitária, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Sua inserção na política ocorreu na década de 1930, tendo sido indicado Prefeito de Itaguaí em 1935.<sup>29</sup>

Como Amaral Peixoto necessitava de pessoas que já possuíssem maior inserção política no Estado do Rio de Janeiro, Brand passou a ser um de seus principais conselheiros políticos durante o início da Interventoria, ocupando cargos importantes durante todo o período. Durante o Estado Novo, Brand voltou a ocupar o posto de Prefeito de Itaguaí entre 1938 e 1939, concomitantemente com o de Magé – que ocupou como Prefeito Interventor entre agosto e novembro de 1938. Também foi Prefeito Interventor em Campos, entre abril e junho de 1939 e voltou a assumir o município do Norte Fluminense como Prefeito entre abril de 1942 e agosto de 1945.<sup>30</sup>

No secretariado estadual, Salo Brand ocupou os cargos de Secretário de Viação e Obras Públicas e foi Diretor do Departamento das Municipalidades entre 1939 e 1942, sucedendo Mario Alves da Fonseca. Sua área de maior influência era o Norte Fluminense e, por isso, foi designado para exercer o cargo de Prefeito de Campos na parte final do Estado Novo, quando já se discutia a formação dos partidos e como seria conduzido o processo eleitoral.

Após o Estado Novo, Salo Brand ingressou no PSD-RJ, mas logo deixou o partido e ingresso nas fileiras do PTB, partido pelo qual se elegeu Deputado Federal em 1950 e foi derrotado para o mesmo cargo em 1954. Em 1958, desta vez pelo PSP, foi eleito Deputado Federal novamente, exercendo seu mandato até 1963.

---

<sup>29</sup> ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Cristhiane Jalles de (Coord.). Salo Brand. Op.cit. p. 165.

<sup>30</sup> CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1995. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

As pequenas biografias apresentadas aqui são capazes de demonstrar que os principais aliados de Amaral Peixoto no processo de articulação política possuíam um histórico importante de passagens pela política fluminense e/ou de relações com importantes grupos econômicos. Outra importante característica desses políticos é a marcante presença em meios de comunicação da imprensa fluminense. Essa articulação entre o governo e a imprensa foi fundamental para a construção e circulação de materiais de divulgação e propaganda, capazes de cooptar lideranças políticas e, mais tarde, o apoio dos eleitores ao projeto político amaralista.

Não há dúvida de que outros personagens políticos tiveram participação importante neste momento da formação do grupo amaralista, que mais tarde seria a base para a formação do PSD. Contudo, a participação dos políticos supracitados nos órgãos de imprensa em um tempo em que os jornais eram claramente partidários foi fundamental para Amaral Peixoto, assim como a atuação daqueles que estavam mais diretamente envolvidos nas negociações com as lideranças municipais e facilitaram as relações do Interventor nos municípios.

Os cinco políticos apresentados aqui formaram o núcleo central para a consolidação do projeto político de Amaral Peixoto. Com diferentes áreas de influência pelo estado e atuações em áreas importantes do governo, podemos afirmar que foi através da atuação dessas lideranças que Amaral Peixoto “costurou” outras importantes alianças para formar seu grupo político.

### **1.3 A formação do Partido Social Democrático do Rio de Janeiro (PSD-RJ) e a disputa política com Macedo Soares**

Amaral Peixoto, ao lado de Agamenon Magalhães (Interventor de Pernambuco), Benedito Valadares (Interventor em Minas Gerais) e Alexandre Marcondes Filho (Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio) foram os principais articuladores do projeto de reorganização política e partidária do país em 1945. As articulações eram intensas e seus agentes tomavam os cuidados necessários para que os grupos dominantes na política pudessem continuar no poder. Decidiu-se, então, pela construção de um “partido dos interventores”, que seria o Partido Social Democrático (PSD). Na construção desse partido, os Interventores (ou ex-interventores) ocupariam a Presidência do Diretório Regional do partido e seriam os

representantes dos mesmos na executiva nacional. Essa era uma forma de manter no poder a classe dirigente formada no Estado Novo.<sup>31</sup>

No Rio de Janeiro, Amaral Peixoto era a figura de destaque. Através dele e do grupo político formado durante o Estado Novo se organizaria o Partido Social Democrático do Rio de Janeiro (PSD-RJ). A organização do PSD no Rio de Janeiro ocorreu de forma bastante semelhante àquela que Amaral Peixoto utilizou para formar seu grupo político durante a Interventoria: as lideranças políticas que faziam parte de seu *staff* e ocupavam altos cargos na administração estadual ou Prefeituras eram os responsáveis por arregimentar filiados ao partido.

Amaral Peixoto orientava seus aliados a usarem mecanismos capazes de unir dentro do mesmo partido lideranças que rivalizavam durante a Primeira República nos municípios. Sua intenção era a de fortalecer o partido com o maior número possível de pessoas capazes de trazer votos para o PSD nas eleições nacionais e estaduais. Com o processo de democratização já anunciado, as articulações para as eleições presidenciais e para os governos começaram ainda em 1944. Em 1945, após negociações entre os partidos e a deposição de Vargas, definiu-se que o PTB apoiaria o candidato do PSD à Presidência da República, o General Eurico Gaspar Dutra, que rivalizaria com o candidato udenista Brigadeiro Eduardo Gomes.<sup>32</sup>

Para o sucesso do projeto político do PSD, era fundamental que suas seções estaduais conseguissem arregimentar para suas bases lideranças tradicionais e as que foram formadas durante o Estado Novo. Neste sentido, o PSD-RJ deveria basear-se nas muitas amizades e relações políticas construídas por Amaral Peixoto durante a interventoria. Além do bom trato com personagens influentes nos municípios, as obras públicas realizadas durante a interventoria – observa-se um surto de desenvolvimento, ainda que incipiente, que contrastava com a situação anterior – colaboraram decisivamente para que essas lideranças permanecessem ao lado do ex-interventor e não migrassem para os quadros oposicionistas. Durante os sete anos de governo, o Comandante nomeou tabeliães, coletores e juízes, todos importantes figuras na política. Vários cargos foram criados e preenchidos para organizar a

---

<sup>31</sup> CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1995. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

<sup>32</sup> O apoio de Vargas e do PTB à candidatura de Eurico Dutra foi definido pouco antes das eleições, uma vez que o movimento queremista e os trabalhistas apoiavam a possível candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República naquele ano. GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

máquina administrativa do Estado e com esta máquina foi fundado o PSD: “forte, invencível, monolítico”.<sup>33</sup>

A organização do PSD pelos interventores tinha por objetivos manter coeso o grupo formado no decorrer do Estado Novo e propiciar a continuação desta elite política no poder, participando efetivamente da transição para o regime democrático. O PSD, sem dúvida, foi um partido criado de “cima para baixo” e fortemente centralizado. Podemos caracterizá-lo também como um partido de quadros, que, segundo Hippolito, “é basicamente composto de notáveis, que preparam eleições, conduzem-nas e mantêm contato com os candidatos”.<sup>34</sup>

Entre estes “notáveis”, encontramos Amaral Peixoto. Com o destaque conquistado durante o período do Estado Novo, tornou-se uma figura importante no jogo político nacional, sendo um dos responsáveis pela negociação que culminou com a Lei Agamenon. Além disso, como já havia consolidado seu grupo político no estado do Rio de Janeiro e desfrutava de grande respeito e prestígio na política estadual e nacional, foi um dos responsáveis por conduzir a formação do PSD em nível nacional e também no estado do Rio de Janeiro, sendo, inclusive, Presidente nacional do partido durante mais de uma década.

Como apontamos anteriormente, os partidos políticos formados a partir de 1945 tiveram um desafio contrário daqueles que pleiteavam as eleições no primeiro período republicano. Com a ampliação do direito ao voto promovido pelo código eleitoral, os partidos e candidatos deveriam dialogar não apenas com as elites, como fizeram até 1930. Para que tivessem sucesso nas eleições era necessário convencer eleitores de grupos sociais advindos de camadas populares, que tinham interesses diferentes das elites políticas e econômicas.

Entretanto, o que nos interessa aqui é a formação do diretório estadual, a formação do PSD fluminense. A partir de 1944, Amaral Peixoto e seus aliados começaram a trabalhar na reorganização político-partidária do Estado do Rio de Janeiro. Apesar da resistência de alguns, como Heitor Gurgel, que acreditavam serem precipitadas as negociações políticas se iniciarem naquele momento, Amaral deu prosseguimento à organização partidária. Para Gurgel, as negociações poderiam gerar disputas internas no grupo amaralista e fortalecer a oposição que também começava a se organizar.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> Relato de Badger da Silveira in: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Partido Social Democrático*. 1972. Tese (Mestrado em História) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972. Apud. Maria do Carmo Campello de Souza. *Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976. p. 110.

<sup>34</sup> HIPPOLITO, Lucia. *De Raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>35</sup> CAMARGO, Aspásia. *Artes da política: diálogos com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Para que essa reorganização partidária tivesse um resultado melhor e formasse um grupo mais coeso nas diferentes regiões do Estado, Amaral Peixoto contaria com a atuação de políticos com perfil de articulação como Dermeval Rodrigues de Moraes, Getúlio Moura, Raul Quaresma de Moura e Ruy Buarque de Nazareth.

Dermeval Rodrigues de Moraes, natural da Região Serrana do Rio de Janeiro, era um político habilidoso e de grande prestígio naquela região fluminense. Membro de família tradicional, bacharel em Ciências Jurídicas, foi o principal responsável pela articulação política amaralista e, posteriormente, pessedista, na Região Serrana. Sua boa relação com políticos de diferentes correntes no Estado fez com que Amaral Peixoto o nomeasse como Secretário de Governo em 1942 e o incumbisse de intermediar disputas entre lideranças e famílias tradicionais na política dos municípios. Apesar de ter ingressado nos quadros do PSD-RJ, sempre desempenhou mais o papel de articulador do que de político. Assim, sua participação na política restringiu-se aos cargos indicados pelos chefes do executivo.<sup>36</sup>

Getúlio Moura<sup>37</sup> tinha sua área de influência na Baixada Fluminense. Naquela região, desempenhou papel semelhante ao de Dermeval Moraes na Região Serrana. Em um partido onde a principal força era o Norte Fluminense e, notadamente, as áreas de atividades rurais, Moura, que foi Prefeito de Nova Iguaçu entre janeiro de 1945 e abril de 1947, foi essencial para conseguir apoios na camada urbana que se formava. Foi no período da Interventoria que o município de Duque de Caxias foi emancipado de Nova Iguaçu e a administração de sua prefeitura entregue a Heitor Gurgel, aliado de primeira hora do Interventor e, que, ao lado de Getúlio Moura, foi o responsável pelas negociações na Baixada Fluminense.

Raul Quaresma de Moura foi Secretário de Finanças da Interventoria Amaral Peixoto. Por ter ocupado tal posto durante alguns anos, era figura conhecida de grande parte das lideranças políticas locais. A Secretaria de Finanças tinha como principal atribuição as questões econômicas. Ocupar esse cargo, em um estado que parecia viver em uma crise financeira desde os primeiros anos do século XX, não era uma tarefa fácil. Os desafios eram, sem dúvida, a recuperação econômica – vinculada às atividades econômicas tradicionais do Estado do Rio de Janeiro –, o desenvolvimento de uma política econômica capaz de modernizar as atividades já realizadas em terras fluminenses e atrair investimentos capazes de

---

<sup>36</sup> CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1995. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

<sup>37</sup> ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Cristhiane Jalles de (Coord.). Getúlio de Moura. *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2014. p. 809.

diversificar tais atividades, além de trabalhar em conjunto com o diretor do Departamento das Municipalidades no atendimento às necessidades dos prefeitos e lideranças municipais.<sup>38</sup>

Neste sentido, para ocupar a Secretaria de Finanças, deveria haver uma relação estreita de confiança com o Interventor. Por ter esta confiança e ser reconhecido pelas lideranças municipais, Raul Quaresma foi um articulador importante na formação dos diretórios municipais, seja no apaziguamento das disputas entre lideranças locais, seja no convencimento dos prefeitos para que se incorporassem ao PSD-RJ.

Ruy Buarque de Nazareth<sup>39</sup> trabalhou ao lado de Salo Brand na consolidação política do grupo no Norte Fluminense. Desempenhou, durante a interventoria, o cargo de Secretário de Interior e Justiça. Esta secretaria era responsável por questões ligadas, principalmente, a segurança, justiça e legislação. Ela era importante em um contexto de governo autoritário, onde os chefes dos executivos estaduais eram indicados pelo Presidente da República, que também não havia chegado à Presidência através do voto.

A democracia social estabelecida pelo Estado Novo fazia com que os secretários dessa pasta tivessem um papel muito importante no período. Em conjunto com os responsáveis pela Secretaria de Trabalho, eram essas secretarias que tornavam sensíveis e visíveis as políticas que garantiriam as características necessárias para que o governo pudesse continuar estável politicamente. Por isso, escolher um nome capaz de conduzir questões relativas a essas áreas, transmitindo segurança às lideranças políticas do estado, era fundamental. Assim, as resistências ao Interventor poderiam ser menores e sua consolidação na política fluminense seria mais fácil.

Sob a coordenação desses políticos, cada qual em suas áreas de influências, os diretórios municipais começaram a ser organizados. De acordo com Pantoja<sup>40</sup>, as principais funções dos colaboradores para auxiliar na organização eram as seguintes:

- 1- controlar as ações dos prefeitos dos diversos municípios que compunham sua zona de atuação, procurando articulá-los;
- 2- organizar e congregar em blocos as novas lideranças emergentes;
- 3- neutralizar a ofensiva de certos chefes políticos de prestígio.

---

<sup>38</sup> CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1995. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1995. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

Começaremos, então, pelo que era considerado por Amaral Peixoto como o ponto de partida para a formação dos diretórios estaduais dos partidos: a adesão dos prefeitos, que eram as lideranças políticas locais e que, normalmente, pertenciam a famílias tradicionais dos municípios, com um longo histórico de poder nas localidades.

O partido que conseguisse trazer para seus quadros o maior número de prefeitos, provavelmente, conseguiria um resultado mais expressivo nas eleições. Amaral Peixoto confirmou na entrevista concedida a Aspásia Camargo sua estratégia para a formação dos quadros do PSD: “Dei preferência aos prefeitos, ou através deles a uma figura exponencial que dominasse o município. Nem sempre era o prefeito a maior força. Sempre há um grupo importante, e em torno desse grupo eu procurava articular.”<sup>41</sup>

A opção pelos prefeitos ou por nomes ligados a eles é justificada também por facilitar a organização dos diretórios municipais do partido. Entretanto, diferente da medida tomada por Benedito Valadares em Minas Gerais, que convocou todos os prefeitos ao Palácio e solicitou o ingresso dos mesmos no partido, Amaral preferiu a negociação particular, muitas vezes deslocando-se para os municípios e conduzindo pessoalmente a negociação:

Eu não poderia fazer como o Benedito, porque havia prefeitos que não eram inteiramente ligados a mim. Isso mostra que eu não fazia uma política facciosa. Havia prefeitos nos quais eu não tinha confiança, e esses eu não podia aproveitar.<sup>42</sup>

Estes prefeitos que o interventor Amaral Peixoto não tinha total confiança eram os homens indicados por Macedo Soares no início de sua interventoria. Partindo da premissa de não mexer em peças estratégicas no tabuleiro do jogo político, Amaral manteve alguns nomes indicados pelo seu, agora, opositor nas prefeituras. Desta forma, tinha a premissa de utilizar a argumentação de que não fazia jogo político, mas que aproveitava os mais capazes para os cargos. Entretanto, esta política fez com que, em alguns municípios, os prefeitos não estivessem alinhados com o interventor e não aderissem ao PSD. Nestes casos, Amaral Peixoto já tinha preparada sua estratégia para a montagem dos diretórios municipais sem o chefe do poder executivo municipal. Mais uma vez, destacamos a presença do Interventor nos municípios, aproveitando-se de sua influência para fortalecer seu partido:

Em alguns lugares como Campos, Petrópolis e Cabo Frio, isso foi feito pessoalmente por mim porque eu conhecia os homens. [...] em outros lugares eu

---

<sup>41</sup> CAMARGO, Aspásia. *Artes da Política: diálogos com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 235.

<sup>42</sup> CAMARGO, Aspásia. *Artes da Política: diálogos com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 236.

delegava poderes a outras pessoas, porque não era possível correr todos os municípios.<sup>43</sup>

Amaral Peixoto privilegiava visitar os municípios em que existiam duas famílias muito tradicionais (e rivais na questão política) e aqueles em que o prefeito não era um de seus homens de confiança. Assim, conseguia atrair muitos políticos para o PSD, pois sua presença nestes municípios representava, na visão dos políticos locais, a importância daquela localidade e de seus políticos para a política estadual, representada pelo seu grande líder naquele momento.

Entre o final de 1944 e o início de 1945, as substituições dos prefeitos que não se alinhavam aos planos de organização do PSD-RJ foram, inevitavelmente, feitas pelo Interventor. Em alguns casos, prefeitos foram deslocados para outros municípios, de acordo com a necessidade de articulação nas cidades e com sua capacidade de negociação, se eram considerados capazes de reverter situações que não eram favoráveis aos planos situacionistas de manutenção do poder. Em alguns municípios, devido a situação ser considerada mais perigosa para o grupo, foram nomeados prefeitos que já comandavam outros municípios da região. Como exemplo, podemos utilizar Salo Brand, de quem falamos anteriormente, que ocupou de forma concomitante as prefeituras de Itaguaí e Magé.

Ter os prefeitos nas hostes pessedistas era importante, porque seriam eles os mediadores nas relações entre os líderes estaduais e lideranças locais. Eram deles parte da responsabilidade de divulgação da imagem de Amaral Peixoto aos seus munícipes. Apesar da constante presença do Interventor nos municípios para inauguração de benfeitorias, a propaganda diária era fundamental para a construção da imagem política e de administrador competente que queria se formar de Amaral Peixoto.

O segundo ponto destacado por Pantoja diz respeito à cooptação das lideranças municipais. Contando com o bom relacionamento que possuía com as lideranças políticas, sobretudo no interior do Estado, Peixoto pensou em criar uma classe dirigente composta pelas antigas lideranças e pelas que emergiram durante o Estado Novo, sempre sob sua cuidadosa supervisão. Para conseguir aglutinar esses dois grupos, que em alguns municípios eram antagônicos, Amaral Peixoto afirmava que era necessário haver uma renovação, que seria feita com essa mistura entre antigas e novas lideranças, para que mais à frente o partido não ficasse sem quadros capacitados para liderar os diretórios municipais. Além dessas lideranças, acabou trazendo também parte da oposição que, alijada do poder desde o início do Estado

---

<sup>43</sup> CAMARGO, Aspásia. *Artes da Política: diálogos com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 236.

Novo, enxergava no ingresso ao PSD-RJ a possibilidade de retomar parte do poder perdido. Nesse caso, enquadram-se muitos correligionários do grupo político de Macedo Soares, inclusive da própria família, que se filiaram ao PSD.

O terceiro ponto diz respeito à neutralização de lideranças que buscavam articular a oposição nos municípios e no Estado. Nesse momento, percebendo a dinâmica que se estabelecia na política nacional e, em especial, na fluminense, o grupo de José Eduardo Macedo Soares articulou-se duplamente: apesar de flertarem com o PSD, esteve sempre na articulação com os demais líderes oposicionistas do Estado, José Eduardo Prado Kelly e Raul Fernandes, que buscavam a união da oposição em torno do apoio à candidatura de Eduardo Gomes. Esses grupos oposicionistas seriam a base da União Democrática Nacional (UDN) no Rio de Janeiro.

Durante o período da montagem destes diretórios municipais, foram inúmeras as cartas recebidas por Amaral Peixoto sinalizando o apoio e a adesão dos políticos fluminenses ao PSD. Desde cartas manifestando a criação do partido até missivas que desmentiam a articulação de nomes até então ligados ao interventor que estariam trabalhando para formar o diretório de partidos de oposição ao PSD nos municípios fluminenses, como a carta enviada por Coletto da Silva Freire Júnior, político de São Sebastião do Alto:

Niterói, 19 de outubro de 1945  
Exmo. Sr. Comandante Ernani do Amaral Peixoto  
Tendo chegado ao meu conhecimento, por intermédio de terceiras pessoas, que, talvez, o meu nome venha constituir objeto de consideração para uma reconstituição do Diretório oposicionista do Município de São Sebastião do Alto, venho, pelo presente, declarar a V. Ex.<sup>a</sup> que em absoluto concordarei com a inclusão do meu obscuro nome na formação de quaisquer diretórios oposicionistas.<sup>44</sup>

Cartas manifestando o apoio e adesão ao PSD e também de apoio à candidatura de Amaral Peixoto ao governo, assim como a do político de São Sebastião do Alto, que refuta qualquer possibilidade de ingressar em partidos oposicionistas, indicam quão sólido era o grupo amaralista neste período. Para grande parte dos políticos fluminenses era importante estar do mesmo lado do líder político de maior destaque no momento, que não apenas pertencia ao PSD, mas era um de seus fundadores.

O Diretório Regional do PSD no Rio de Janeiro foi instalado em 13 de maio de 1945, com uma grande solenidade realizada em Campos dos Goytacazes. A realização dessa instalação no Norte Fluminense deveu-se, em grande parte, por ter sido nessa região o maior

---

<sup>44</sup> Carta enviada por Coletto da Silva Freire Júnior a Amaral Peixoto em 19/10/1945. CPDOC. Arquivo EAP 45.10.19, Pasta I

número de adesões ao projeto amaralista durante o Estado Novo e por se tratar de uma região importante economicamente e, agora, em número de eleitores. Foi também um reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas lideranças envolvidas em todo o projeto e que detinham influência naquela área. Nessa convenção, Amaral Peixoto oficializou o apoio do PSD-RJ à candidatura do General Eurico Dutra.

Formados os diretórios municipais e estadual do partido, foi marcada uma convenção para a escolha dos nomes que iriam compor a chapa do PSD-RJ nas eleições de 1946. Nesta convenção, realizada em 27 de outubro, formou-se a chapa e foi escolhido o candidato do PSD ao pleito que elegeria o novo Governador do Estado. Amaral Peixoto foi o nome indicado pelos membros do partido e o Interventor anunciou que iria se desligar do cargo que ocupava, transmitindo-o a Alfredo Neves, na expectativa de ser o candidato ao executivo estadual.

Paralelamente à campanha que desenvolvera para o General Dutra no Rio de Janeiro, Amaral Peixoto começou a sondar a aceitação de sua candidatura ao governo estadual. Percebendo que obteria apoio das lideranças políticas municipais e que detinha boa aceitação entre os futuros eleitores, desincompatibilizou-se da Interventoria no dia anterior a saída de Vargas do poder e passou a articular sua candidatura ao governo estadual dentro do PSD-RJ.

Todavia, a aproximação de Dutra com lideranças udenistas e, especialmente, com José Eduardo Macedo Soares trouxe incertezas ao PSD no Rio de Janeiro. Interessado no apoio do *Diário Carioca*, periódico de propriedade de lideranças udenistas e com forte influência da família Macedo Soares, o Presidente da República alterou o decreto que regulamentava as eleições estaduais e impediu a candidatura de Amaral Peixoto no Rio de Janeiro.

Minado por ataques dos Interventores que cumpriam mandatos “tampões” no Rio de Janeiro até as eleições estaduais<sup>45</sup> e impedido de concorrer às eleições de 1946 devido à alteração na legislação eleitoral feita por Dutra, que aumentou o tempo de desincompatibilização para que os ex-interventores pudesse concorrer nas eleições estaduais<sup>46</sup>, Amaral Peixoto via-se diante de uma situação complicada no Rio de Janeiro.

---

<sup>45</sup> Após o fim do Estado Novo, o Presidente da República nomeava Interventores para a administração estadual até que as eleições fossem realizadas. No Estado do Rio de Janeiro, houve uma troca constante desses Interventores, mas podemos destacar dois deles: Abel Magalhães e Hugo Silva, udenistas, e que tentavam desarticular as alianças políticas de Amaral Peixoto no Estado. COSTA, Rafael Navarro. *Tecendo as redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo*. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>46</sup> Após assumir a Presidência da República, Dutra – aconselhado por políticos que dele se aproximaram e tinham interesse em enfraquecer o grupo de Vargas e de seus interventores – altera algumas regras do código eleitoral. A que causou maior impacto foi a que aumentava o tempo de desincompatibilização dos Interventores para que pudessem ser candidatos ao Governo do Estado. Assim, Interventores da confiança de Vargas que se mantiveram até o limite imposto pelo código eleitoral deixaram de ter a chance de concorrer ao

Assim, lançou-se candidato a Deputado Federal, sendo eleito em dezembro de 1945 – por sinal o mais votado do Estado, com 23 mil votos – começou a articular quem seria seu candidato ao executivo estadual.

Com vários nomes do PSD-RJ pleiteando o apoio do líder político para sua candidatura e percebendo que a escolha de qualquer um de seus aliados mais próximos começava a gerar insatisfações e descontentamentos dentro do grupo, Amaral temeu que a indicação de um deles pudesse precipitar uma cisão no partido recém-criado. Temendo essa cisão e a perda do controle político no Estado, Amaral Peixoto vê como saída a articulação de uma grande aliança entre os principais partidos políticos do período: PSD, UDN e PTB. Assim, a aproximação com Macedo Soares foi inevitável e o PSD-RJ registrou como candidato ao governo do Rio de Janeiro o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, sobrinho de José Eduardo.

A filiação de Edmundo Macedo Soares e Silva ao PSD traria, naturalmente, uma disputa interna no partido e exigiria do agora Deputado Federal muito trabalho para manter o controle e a coesão de seu grupo no partido<sup>47</sup>. O PSD conseguiu um grande desempenho nas eleições realizadas em 1945: além de eleger o Presidente da República (General Eurico Gaspar Dutra), conseguiu eleger mais da metade dos parlamentares que compuseram a Assembleia Constituinte. No estado do Rio, o PSD elegeu os dois senadores e dez dos dezessete Deputados que o estado tinha direito na Câmara Federal. Entretanto, o que parecia resultar em um domínio amplo e irrestrito do PSD nas eleições estaduais que se realizariam em breve, não se confirmou.

Edmundo de Macedo Soares foi eleito em 1947 com uma grande votação, certamente resultado do apoio do PSD e de Amaral Peixoto<sup>48</sup>. Contudo, o desempenho eleitoral do

---

executivo estadual. Entre eles estava Amaral Peixoto, que – devido às circunstâncias impostas pela mudança – foi candidato a Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro. Aspásia Camargo (org.). Op.cit. e GOMES, Angela Maria de Castro (et. al.). *Regionalismo e centralização política: Partidos e constituintes nos anos 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>47</sup> Membro da família Macedo Soares, que fez parte da organização da oposição ao grupo de Amaral Peixoto no Rio de Janeiro, o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva ingressou no PSD para disputar as eleições para o executivo estadual por sugestão do Presidente Eurico Dutra. Amaral Peixoto aceitou a indicação desde que mantivesse o controle de algumas secretarias e de cargos estratégicos nos municípios por parte de seus aliados. Assim, esperava conseguir manter o controle político estadual mesmo estando fora do executivo fluminense. ABREU, Alzira Alves de. Edmundo de Macedo Soares. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Cristhiane Jalles de (Coord.) *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2014. p. 1237-1241.

<sup>48</sup> Edmundo de Macedo Soares recebeu cerca de 250 mil votos dos pouco mais de 280 mil eleitores que compareceram às urnas. Seus adversários foram João de Macedo Pereira (PSP) e Arthur Lontra Costa (Esquerda Democrática), ficaram em segundo e terceiros lugares, respectivamente, e somaram – juntos – apenas 5% dos votos. TSE. Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

partido nesta eleição estadual não repetiu o desfecho da efetuada em âmbito nacional em dezembro de 1945, deixando o partido ainda como o de maior representação no Estado, mas bem mais próximo dos demais, sobretudo da UDN. A aliança com o Governador eleito foi mais um episódio da relação instável entre Amaral Peixoto e os Macedo Soares: durou pouquíssimo tempo e logo após a posse do Governador eleito os políticos amaralistas começaram a ser aliados dos cargos mais importantes da administração estadual e também de cargos nos municípios. Apesar de não haver um rompimento oficial nesse início de governo, era notória a falta de integração entre o governador e o deputado, o que gerou um tensionamento interno no partido. Nesse momento, Amaral Peixoto precisou utilizar novamente de sua vertente de articulador e pacificador para se manter no jogo político estadual.

#### **1.4 Amaralismo e pessedismo fluminense**

Nesse capítulo, procuramos demonstrar de que forma as articulações do Interventor Amaral Peixoto foram fundamentais para a formação do diretório estadual do Partido Social Democrático no Estado do Rio de Janeiro. Formado nacionalmente pelos Interventores e seus aliados, na maioria dos casos representantes das elites, o PSD e seu diretório nacional tinham o desafio de conseguir formar nos estados brasileiros diretórios capazes de manter no poder o grupo varguista.

Como o PTB ainda era incipiente no Estado do Rio de Janeiro nesse período, era do PSD-RJ a responsabilidade de representar o legado de Vargas no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro era um estado especialmente importante para Getúlio Vargas, uma vez que Amaral Peixoto era reconhecido como um dos principais interlocutores do Presidente da República e, certamente, o Interventor mais próximo e alinhado politicamente a ele. Assim, o sucesso ou o fracasso da organização do PSD-RJ teria estreita ligação também com o executivo nacional.

As relações estabelecidas durante a interventoria, ainda que tivessem sido severamente atacadas pelos interventores nomeados após a posse de Dutra, foram os alicerces para a organização do PSD-RJ. Apesar da união da oposição fluminense em torno da UDN para a disputa presidencial e de possuírem nomes já conhecidos nacionalmente, como José Eduardo Macedo Soares, José Eduardo Prado Kelly e Raul Fernandes, a montagem dos quadros pessedistas acabou ocorrendo dentro do planejado por seus líderes. Apesar de não ter

conquistado a adesão de todos os prefeitos e principais lideranças como desejava Amaral Peixoto, o saldo foi bastante positivo. Mantiveram-se ao lado dos udenistas, em geral, os opositores a Getúlio Vargas e lideranças que se sentiram desprestigiadas durante o Estado Novo ou que não tiveram suas solicitações atendidas para que ingressassem no PSD-RJ. Dessa forma, podemos afirmar que o amaralismo foi a base do pessedismo fluminense, uma vez que foi Amaral Peixoto quem articulou e angariou para o PSD seus principais quadros.

Constatamos também que foi durante o período do Estado Novo, sobretudo na primeira metade da Interventoria Amaral Peixoto, que a base do grupo que forma o PSD-RJ foi consolidada. Com a consolidação dessa base, coube às principais lideranças políticas, econômicas e intelectuais do grupo a expansão do mesmo, popularizando-o através de materiais de divulgação e propaganda.

Nesse sentido, a atuação de Alfredo Neves, Heitor Collet, Heitor Gurgel, Mario Alves e Salo Brand foi fundamental para a formação e consolidação não apenas do grupo político, mas para a formação do Partido Social Democrático do Estado do Rio de Janeiro. Construiu-se uma narrativa e uma imagem capazes de fortalecer o Interventor e que, posteriormente, facilitou a implementação do PSD-RJ, arregimentando boa parte das principais lideranças políticas estaduais.

Não obstante, o trabalho de articulação política realizado por eles e por outros nomes mais próximos do Interventor (principalmente Dermeval Rodrigues de Moraes, Getúlio Moura, Raul Quaresma de Moura e Ruy Buarque de Nazareth) permitiu que o grupo amaralista tivesse o mínimo possível de perdas para a oposição. As dissidências foram registradas apenas em casos de incompatibilidade absoluta entre lideranças rivais nos municípios, o que impossibilitaria as pretensões políticas de alguma delas e as fazia ingressar em outro partido, ou – como mencionamos anteriormente – em caso de considerarem que perderam prestígio durante a interventoria.

O primeiro teste eleitoral do PSD-RJ não foi exatamente como planejou seu fundador: impossibilitado de concorrer ao governo estadual, Amaral Peixoto acabou aceitando a indicação do Presidente Dutra e apoiou a candidatura de Edmundo de Macedo Soares e Silva. Apesar dos contratemplos e da ampla aliança em torno do candidato indicado, o elevado número de votos depositados nele demonstrou – em parte – a força política de Amaral Peixoto e do PSD no Rio de Janeiro. Em outros estados, alianças incluindo PSD e UDN não garantiram votações tão expressivas quanto a que recebeu o candidato fluminense. Todavia, o grande teste eleitoral seria mesmo a eleição de 1950, que definiria o sucessor do governador eleito em 1947. Além da dificuldade interna no partido, uma vez que Macedo Soares passou a

travar uma disputa com Amaral Peixoto pelo controle do PSD-RJ, nela teríamos o primeiro embate entre PSD e UDN no Estado do Rio de Janeiro. Assim, o período entre 1947 e 1950 foi fundamental para a manutenção dos apoios conquistados para a formação do partido e também para que Amaral Peixoto se mantivesse em evidência na cena política estadual, apesar do pouco espaço para seu grupo no governo naquele momento.

O grupo amaralista, agora também pessedista, teria que se articular para empreender uma campanha consistente, capaz de levar Amaral Peixoto ao Governo do Estado quatro anos depois do previsto inicialmente e enfrentando uma disputa dentro do partido tendo como adversário o então governador, que tinha a máquina a seu uso. É nesse sentido que a campanha ganha relevo e pode se tornar um diferencial na disputa eleitoral prevista para 1950.

## 2 AS MEMÓRIAS DA INTERVENTORIA AMARAL PEIXOTO E SEUS USOS POLÍTICOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PESSADISTA

O grupo político formado por Amaral Peixoto durante o Estado Novo precisava se consolidar após 1945. Além disso, deixaria de ser apenas o grupo político de Amaral Peixoto e passaria a ser parte – importante e majoritária – dos quadros políticos do PSD-RJ. Essa consolidação deveria, então, ser feita pensando em seus pares e também naqueles que estavam alijados do jogo político durante o Estado Novo, mas que voltariam a ocupar posição de destaque: os eleitores.

Nesse novo cenário político brasileiro, o código eleitoral de 28 de maio de 1945 definia quem seriam os eleitores e aqueles que não estariam aptos:

Art. 1º Esta lei regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945.

Art. 2º São eleitores os brasileiros, de um e outro sexo, maiores de 18 anos, alistados na conformidade desta lei.

Art. 3º Não podem alistar-se eleitores:

- a) os que não saibam ler e escrever;
- b) os militares em serviço ativo, salvo os oficiais;
- c) os mendigos;
- d) os que estiverem, temporária ou definitivamente, privados dos direitos políticos.

Art. 4º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros, de um e outro sexo, salvo:

- a) os inválidos;
- b) os maiores de 65 anos;
- c) os brasileiros a serviço do País no estrangeiro;
- d) os oficiais das forças armadas em serviço ativo;
- e) os funcionários públicos em gozo de licença ou férias fora de seu domicílio;
- f) os magistrados;
- g) as mulheres que não exerçam profissão lucrativa.<sup>49</sup>

Desde a última eleição realizada na Primeira República, esta seria a primeira vez que o novo Presidente da República seria eleito pelo voto direto. Assim, era também a primeira vez que com essa configuração ampliada de votantes os candidatos deveriam conquistar eleitores que antes não participavam do cenário eleitoral. As mulheres já haviam conquistado o direito – facultativo – ao voto desde 1932, mas tivemos no código de 1945 a redução da idade mínima de 21 para 18 anos e o voto feminino obrigatório, ampliando o número de eleitores. Com a organização dos partidos políticos nacionais, o voto secreto e a criação da justiça

<sup>49</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº9, de 28 de fevereiro de 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

eleitoral, práticas comuns na Primeira República como o coronelismo e o clientelismo perdem força, uma vez que a ampliação do eleitorado fez com que essas práticas não tivessem o papel decisivo de outrora. Assim, novas estratégias tiveram que ser desenvolvidas pelos políticos e pelos partidos.

No capítulo anterior, analisamos a forma como foi elaborada e conduzida a construção do partido. Neste capítulo, a proposta é analisar a forma como o PSD-RJ se apresentava aos eleitores fluminenses. Esses eleitores, conforme já destacamos, eram diferentes daqueles que participaram das eleições anteriores. O código eleitoral expandiu consideravelmente o direito ao voto e, a partir deste momento, era necessária a construção de uma imagem capaz de traduzir em apoio e votos do novo eleitorado.

Para realizar essa análise, escolhemos duas publicações *O Estado do Rio nos últimos sete anos* (1945) e *Os ideais democráticos e o governo fluminense* (1945).<sup>50</sup> A escolha desse material seguiu duas diretrizes. A primeira delas é o papel desempenhado pelas publicações, que é o de construir a imagem e a memória do líder político. Nesse momento, era importante que esse material pudesse, além de construir a memória, apresentar características importantes da administração e do administrador. A segunda diz respeito ao período em que foram publicadas: em 1945, antes do término do Estado Novo e das eleições presidenciais, mas com o processo de organização partidária já definido.

Não podemos esquecer que durante o Estado Novo havia um conjunto de ideias que caracterizavam o projeto político varguista. Para que essas ideias fossem difundidas de forma ampla e satisfatória, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) era o órgão responsável por supervisionar os meios de comunicação e divulgar o noticiário oficial. Assim, foi possível controlar e construir os elementos necessários para a implementação do projeto político de Getúlio Vargas.

As duas obras possuem características diferentes entre si, mas pretendem apresentar o “Comandante” que desembarcou no Rio de Janeiro para administrar o Estado e, paralelamente, iniciar a construção de uma imagem política de Amaral Peixoto e de seu grupo político, formado e consolidado nesse período.

Além desse material, abordaremos também a campanha política de Amaral Peixoto para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1945. Utilizaremos a trajetória do presidente do

---

<sup>50</sup> Durante a Interventoria de Amaral Peixoto, outras publicações foram realizadas com o objetivo de tornar popular o Interventor e de divulgar as realizações de sua administração. A primeira delas *Três anos da realização do Governo Amaral Peixoto*, foi publicada em 1940, ano em que o DIP preparou diversas publicações para comemorar os 10 anos da Revolução de 1930 e os três anos de instalação do Estado Novo.

partido durante a campanha para identificar de que forma a imagem construída nas publicações citadas anteriormente são utilizadas na campanha para Deputado Federal.

Assim, o objetivo deste capítulo é identificar e analisar os materiais produzidos sobre a interventoria Amaral Peixoto e mapear seus usos na campanha política do PSD, sobretudo na do próprio Amaral Peixoto para o cargo de Deputado Federal nas eleições de 1945.

## 2.1 O “laborioso período” do Estado Novo

*O Estado do Rio nos últimos sete anos*, de maio de 1945, não é assinada por um autor e tem sua autoria imputada ao setor de divulgação do Partido Social Democrático. O setor de divulgação do PSD era formado por pessoas influentes na política em suas regiões: Eugênio Borges, Heitor Gurgel, Hamilton Xavier, João Lacerda Paiva, Mario Pinto dos Reis, Taques Horta, Vitor Breves e Romeiro Neto.<sup>51</sup>

Diferente de outras publicações feitas até 1945, que eram assinadas por membros da equipe do Interventor, essa já tem a marca do novo período político do país: a presença dos partidos. A escolha pelo setor de divulgação do PSD-RJ para realizar a publicação buscava, além da propaganda política e da construção de uma imagem positiva da administração realizada entre 1937 e 1945, associar o partido ao seu líder e ao grupo que formou durante esses anos.

Em apenas 14 páginas, a publicação relata todo o período do Estado Novo e aborda uma quantidade extensa de assuntos, passando pelos aspectos administrativos, políticos e, sobretudo, de realizações do governo fluminense durante a Interventoria. Não há nenhum texto assinado, nem mesmo o prefácio, assim como não há também o uso de imagens para ilustrar os textos. Como uma publicação destinada a formar uma imagem capaz de conquistar votos, esta é uma obra descritiva e de exaltação ao Interventor.

---

<sup>51</sup> Heitor Gurgel fez parte do grupo mais ligado Amaral Peixoto desde o Estado Novo, como vimos no capítulo anterior. Eugênio Borges foi Prefeito do município de São Gonçalo durante o Estado Novo (1938-1940), nomeado pelo Interventor. Hamilton Xavier participou da fundação do PSD-RJ e atuava na política fluminense desde 1933, quando se filiou ao PPR (Partido Popular Radical). João Lacerda Paiva, político de família tradicional do Sul Fluminense que teve atuação destacada no município de Vassouras. Romeiro Neto destacou-se na política a partir da década de 1950, quando foi eleito Deputado Estadual e convidado por Amaral Peixoto para ocupar o cargo de Secretário de Interior e Justiça durante seu governo no Estado do Rio de Janeiro. Vitor Breves foi Prefeito de Mangaratiba por quatro vezes entre as décadas de 1920 e 1950. Mario Pinto dos Reis foi Prefeito de Barra Mansa entre 1934 e 1942. ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Cristhiane Jalles de (Coord.). *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2014.

A primeira página desta publicação possui uma divisão em tópicos, uma espécie de índice:

- A importância econômica e social do Governo Amaral Peixoto;<sup>52</sup>
- O Presidente Vargas e a Baixada Fluminense;
- Uma nova mentalidade rural para o Estado do Rio;
- Rumos mais amplos para a educação do povo fluminense;
- A Usina Hidroelétrica de Macabu – uma das grandes realizações da moderna engenharia nacional;
- Valorização do homem e da terra;
- Saúde pública e saneamento;
- Trezentos milhões de cruzeiros em sistemas de distribuição de água e de esgotos;
- Quase setecentos milhões de cruzeiros em obras públicas;
- Puericultura – tema obrigatório do atual governo;
- Colônias de férias e de sol;
- Um quilômetro de estradas por dia;
- Finanças fluminenses, um capítulo à parte.

Apesar da organização da obra não seguir exatamente os tópicos apontados, todos estes temas estão contemplados em suas páginas. Como podemos perceber, ela aborda questões sobre diversas áreas: ensino, finanças, valorização do homem da terra e a mentalidade rural, puericultura, construção da Usina Hidrelétrica de Macabu, ampliação dos sistemas de água e esgoto, os investimentos na Baixada Fluminense, a importância econômica e social do governo Amaral Peixoto e a construção de estradas.

A Baixada Fluminense recebeu grande destaque na obra. Este é o maior tópico da publicação, ocupando três páginas enquanto os demais ocupam, no máximo, uma página. A Baixada era uma região que crescia em importância política e econômica no período. Além disso, mesmo com as disputas políticas sendo travadas com menos intensidade pela ausência das eleições durante o Estado Novo, Amaral Peixoto tinha em Duque de Caxias um adversário forte: Tenório Cavalcanti. Opositor ao Presidente Getúlio Vargas, Cavalcanti era dono de uma

---

<sup>52</sup> A publicação guardada nos arquivos do CPDOC/FGV, infelizmente, não possui as páginas 3 e 4, que nos parece abordar o primeiro tópico (*A importância econômica e social do Governo Amaral Peixoto*). A página 5, embora não possua um título, já trata da transformação na Baixada Fluminense.

influência capaz de causar problemas ao projeto de Amaral Peixoto e do PSD naquela região.<sup>53</sup>

No tópico sobre a Baixada Fluminense foram citados todos os temas abordados nos demais tópicos da publicação. De certa forma, podemos dizer que a análise promovida sobre aquela região serviu como guia, mesmo que superficial, das ações do grupo político durante o Estado Novo.

Região importante para a economia e o tráfego, passou a ser importante também com a proximidade das eleições. Os votos dos eleitores da Baixada Fluminense seriam decisivos nos pleitos estadual e nacional que se aproximavam. Assim, o tópico buscava a todo momento articular as realizações dos governos estadual e federal na região, como podemos ver no trecho abaixo:

Com as grandes realizações executadas na Baixada Fluminense pelo Sr. Getúlio Vargas, coube à administração estadual instituída em novembro de 37 a tarefa gigantesca de ser o governo de transição: a transição do pântano para a terra firme e saneada. Transição de cidades insalubres para centros de vida sadia. Transição de um mundo desajustado e semimorto para a existência ativa desta hora fluminense dos dias atuais, em que o parque industrial do Estado do Rio – antigamente um dos menos aparelhados da nação – passa a ser um dos grandes centros de produção fabril do país.<sup>54</sup>

O trecho acima, além de realizar a aproximação entre Getúlio Vargas e Amaral Peixoto, aponta para as principais diretrizes que seriam exploradas nas três páginas destinadas ao tópico. O saneamento da Baixada Fluminense, o reordenamento das atividades econômicas e a sua estratégica função de produtora e como local de escoamento da produção no Estado do Rio de Janeiro.

A reconfiguração das rodovias foi o primeiro tema explorado, mais uma vez buscando associar as realizações estaduais com o plano nacional. Neste aspecto, as rodovias abertas e/ou recuperadas durante a interventoria Amaral Peixoto, são tratadas como obras de grande importância não apenas para o escoamento da produção das fábricas e da produção agrícola da região, mas como elementos importantes para o país, devido à proximidade com a capital

---

<sup>53</sup> Tenório Cavalcanti foi eleito pela primeira vez em 1936, pela União Progressista Fluminense (UPF), vereador de Nova Iguaçu – Duque de Caxias ainda era um distrito de Nova Iguaçu nesse período. Em 1946, filiou-se a UDN, assim como a grande parte dos opositores a Vargas e, no caso do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto. No período democrático, Tenório Cavalcanti travou duelos com Getúlio Moura (PSD) pelo controle da política na Baixada Fluminense. Foi ainda candidato aos governos da Guanabara e do Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960. SOUZA E SILVA, Claudio Araújo de. O espaço de Tenório Cavalcanti no campo político do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 1, 2011, Vitória. *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Vitória: UFES, 2011. p. 1-24.

<sup>54</sup> Material do Setor de Divulgação do PSD. *O Estado do Rio nos últimos sete anos*. Niterói: 1945. p. 5.

federal. Essa rede rodoviária foi tratada como indispensável à reorganização das atividades produtivas da Baixada Fluminense. De acordo com os autores,

tratou o governo de abrir o Estado do Rio ao mundo industrial não só do país como do estrangeiro. Compreende-se que isso só foi possível por intermédio de uma política de auxílio e incentivo dos mais práticos à aplicação de capitais na indústria e na agricultura. Mas foi necessário, para fazer face a esse vasto programa, remodelar todas as linhas de comunicações e, simultaneamente, providenciar o aproveitamento racional dos mananciais hidroelétricos fluminenses afim de dar transporte fácil e energia barata às indústrias que a política governamental de amparo e incentivo industrial certamente traria – como, de fato, trouxe – ao Estado do Rio.<sup>55</sup>

No trecho citado, indica-se uma mudança importante na atividade econômica do Rio de Janeiro, com um incentivo maior também à industrialização – sem desprezar a atividade agrícola – como forma de reordenamento econômico. Interligando os temas abordados, o material coloca como indispensável a estes processos as obras realizadas para saneamento da região.

O pântano era a doença que matava a terra e o homem. Só em 1937 conseguiu o Sr. Getúlio Vargas, através das maiores obras de saneamento do mundo, fazer ponto final nesse velho problema fluminense. A sua complexidade é tão grande que só o tempo o deixará ver toda sua importância econômica e social. Uma vez recuperada a Baixada Fluminense, foi necessário ao governo estadual proceder a nova espécie de saneamento: a valorização dos centros urbanos pela instalação de sistemas de água e esgotos, cobrindo todas as cidades fluminenses.<sup>56</sup>

Após a análise sobre a Baixada Fluminense e sua recuperação, o setor de divulgação do PSD introduz o próximo tema: a educação. Mantendo a mesma linha de pensamento e associando todos os temas abordados anteriormente, os autores indicam que, como resultado do crescimento econômico da Baixada Fluminense, o investimento em educação e saúde pública cresciam proporcionalmente, sobretudo na construção de escolas, centros culturais e unidades de saúde.

Embalado pela rápida análise acerca da educação na Baixada Fluminense, o tópico seguinte (*Oportunidades novas e mais brilhantes para o ensino fluminense*) trata de um ponto bastante destacado na publicação, o ensino. Durante a Interventoria, Amaral Peixoto e sua equipe deram início à construção de diversos grupos escolares, além da criação de diversas Escolas Típicas Rurais e desenvolveram as Missões Culturais.

A publicação começa informando ao leitor dados estatísticos sobre a ampliação do número de prédios escolares e capacidade de recepção dos alunos. De acordo com ela, o

<sup>55</sup> Material do Setor de Divulgação do PSD. *O Estado do Rio nos últimos sete anos*. Niterói: 1945. p. 6

<sup>56</sup> Ibid. p. 6-7.

número de prédios escolares passou de 86 para “mais de 200 unidades, incluindo 45 escolas típicas rurais e cerca de 60 grandes grupos escolares”, com capacidade para 48 mil escolares.<sup>57</sup>

A educação seria tema de outras publicações, entre as quais podemos destacar *Novos Caminhos da Educação Fluminense*, da autoria de Rubens Falcão, Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro. O livro é prefaciado por Lourenço Filho, que desde a década de 1930 exercia atividades ligadas ao Ministério da Educação e Cultura. O livro, com 154 páginas e 25 capítulos, passa por diversos temas abordados nas publicações que analisamos neste capítulo, desde a obrigatoriedade do ensino, passando pelos prédios e equipamentos disponibilizados até aspectos pedagógicos e de expansão do número de professores e alunos matriculados.<sup>58</sup>

Rubens Falcão e Lourenço Filho destacam em seus textos – Introdução e Prefácio, respectivamente – o importante diálogo realizado entre os governos estadual e federal durante esse período e a importância da liderança de Amaral Peixoto nas questões que envolviam a ampliação e melhoria na educação fluminense.

Durante a interventoria, as missões culturais foram ações de destaque que tiveram uma repercussão muito grande nos municípios do interior fluminense. Realizadas nos anos de 1944 e 1945, tiveram como inspiração as missões culturais mexicanas, mas diferiam quanto às suas práticas. Nas missões mexicanas, por exemplo, um dos focos era o de formar novos professores e assim ampliar o número potencial de habitantes alfabetizados e com maior grau de escolaridade. Nas missões fluminenses, apesar de também analisarem dados como número de escolas, professores e alunos e as estruturas da escola – fato comum com a missão mexicana –, não havia a preocupação em formar professores.<sup>59</sup>

Os objetivos divulgados eram levar ao conhecimento dos municípios visitados informações de saúde, economia, realização de oficinas voltadas ao desenvolvimento local e até mesmo assessoria jurídica. Havia também uma preocupação em preservar e difundir os costumes e tradições fluminenses.

---

<sup>57</sup> Material do Setor de Divulgação do PSD. *O Estado do Rio nos últimos sete anos*. Niterói: 1945. p. 8.

<sup>58</sup> FALCÃO, Rubens. *Novos caminhos da educação fluminense*. Imprensa Oficial: Rio de Janeiro, 1946.

<sup>59</sup> Rubens Falcão publicou em 1951 um livro com um balanço das ações das missões culturais fluminenses. Nessa publicação, apesar de exaltar Amaral Peixoto, suas ações na educação fluminense e a iniciativa de realizar as missões culturais, em nenhum momento cita como um dos objetivos do movimento a formação de novos professores. Apesar de retratar diversas reuniões com diretores e professores, os assuntos se referiam sempre aos alunos e as escolas em seus relatos. FALCÃO, Rubens. *Missões Culturais*. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1951.

Neste momento, em verdadeiras 'Entradas', realizam as Missões Culturais, por sua vez, obra de civilização das mais oportunas, levando conhecimentos de higiene, saúde e cultura às massas fluminenses do interior.<sup>60</sup>

As missões teriam outro papel importante: era através delas que chegavam ao Interventor as necessidades e aspirações dos habitantes dessas regiões. Poderiam ser, portanto, um mecanismo de interação e de controle capaz de estabelecer uma ligação ainda maior entre Amaral Peixoto e a região do interior do Rio de Janeiro.<sup>61</sup>

Valorizar o interior e modernizá-lo foi uma das práticas que fizeram com que o novo líder consolidasse sua posição política no Rio de Janeiro. O pesado investimento na criação das escolas rurais, na assistência aos produtores rurais através de oficinas e a abertura de estradas que facilitavam o escoamento da produção são provas incontestes do plano de ação desenvolvido durante o Estado Novo.

A primeira missão, liderada pelo Professor Paulo Campos, teve seu início marcado em sessão solene na Assembleia Legislativa, presidida por Ernani do Amaral Peixoto. Ao retornarem da missão, os "missioneiros" entregaram também em uma audiência pública o relatório dos trabalhos desenvolvidos nos municípios atendidos por eles.

Essa iniciativa tinha a intenção de contribuir com o projeto de modernização do campo no Rio de Janeiro e de conservar a ordem política estabelecida. Já no período final do Estado Novo, com o processo de democratização já em andamento, Amaral Peixoto utilizou-se delas como instrumento de fixação do homem ao interior e também como uma maneira de estabelecer contatos e reforçar seus laços com a população do interior sem a interferência das lideranças políticas locais. Havia, sim, uma preocupação com a transmissão de informações relativas à saúde, sobre o desenvolvimento do estado e também do país, costumes e tradições fluminenses, civismo, mas não podemos deixar de salientar a importância dessas missões de levar ao conhecimento do executivo estadual as necessidades das localidades.

Ainda na área da educação, outra importante ação do governo Amaral Peixoto foi a criação das Escolas Típicas Rurais. Entendendo que a recuperação da economia e do destaque político passava pela valorização da atividade agrícola, o Interventor optou por implementar um programa escolar que pretendia associar a educação primária com a formação profissional

---

<sup>60</sup> SETOR DE DIVULGAÇÃO DO PSD. *O Estado do Rio nos últimos sete anos*. Niterói: 1945. p. 8

<sup>61</sup> Entre 1944 e 1945 ocorreram três missões culturais. A primeira ocorreu entre março e maio de 1944 nos municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. A segunda, em agosto do mesmo ano, passou por Itaguaí, Angra dos Reis, Mangaratiba e Parati. A última ocorreu em maio de 1945 e passou pelos municípios de Campos e São João da Barra. BARROS, Raquel de Souza. O emaranhado político amaralista e o alastramento da educação rural fluminense (1937-1955). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", 9., 2012, João Pessoa. *Anais eletrônicos*. João Pessoa: UFPB, 2012. p. 1-26

para a lavoura. Com praticamente 70% da população habitando a região do interior, essas escolas – previstas desde 1936, mas que não haviam saído do papel até então – atenderiam e reforçariam os laços com aqueles que não participaram das alianças políticas estabelecidas anteriormente.

As alianças políticas no interior foram estabelecidas a partir da nomeação dos prefeitos (eram 50 municípios naquele tempo) e, sobretudo, com acordos firmados entre o governo e os proprietários rurais, quase sempre latifundiários. Todavia, os que não haviam participado dessa aliança precisavam ser atendidos e colocados no jogo político com a iminente democratização do país.

As Escolas Típicas Rurais foram, portanto, mais um dos elementos pensados para a fixação do homem ao campo, em consonância com as missões culturais. Ao realizar essa fixação, Amaral Peixoto evitava o êxodo rural, que causaria um duplo impacto: a diminuição da população e da produção rural e o inchaço das cidades, que receberiam uma grande massa de pessoas ainda não qualificadas para os trabalhos que estavam disponíveis na área urbana. Caso esses dois movimentos ocorressem, poderia comprometer o projeto amaralista de se tornar o redentor da crise política e econômica, uma vez que causaria novo desequilíbrio no estado.

A partir do tópico seguinte e em todos os demais (*As diretrizes eminentemente econômicas do sistema rodoviário do Estado do Rio; A saúde do homem fluminense de agora; Uma nova mentalidade rural; Saneamento e valorização das nossas cidades; Eletrificação de todo o Estado do Rio e Finanças*), há uma reafirmação dos argumentos apresentados quando tratamos da Baixada Fluminense. O que podemos diferenciar entre os tópicos é a amplitude geográfica das intervenções, que deixam de ter como foco a Baixada Fluminense e passa a ter no centro das análises o interior do Estado.

Podemos perceber que a imagem que se constrói do líder político fluminense nesse momento não é mais a que foi desenhada no momento em que assumiu a interventoria, que era a de apaziguador, ou de quem consolidou o Estado Novo no Rio de Janeiro. Com a ideia de construir a imagem de um democrata, não fazia mais sentido reforçar tais questões. Assim, o foco principal desta publicação é o de apontar as realizações e a importância de seu governo para o soerguimento do estado e o desenvolvimento de algumas áreas. Neste sentido, é significativo o trecho que reproduzimos abaixo:

O destino, como se vê, colocou nas mãos dos homens fluminenses de 1937 uma tarefa verdadeiramente histórica. E, inegavelmente, eles souberam estar à altura dos acontecimentos de então. Podemos mesmo afirmar, baseado na realidade das cifras e no vulto e importância das realizações governamentais do período 37-45, que não só

estiveram à altura das grandes exigências daquela hora, como ultrapassaram mesmo as previsões mais otimistas. Para isso, realizou o “staff” Amaral Peixoto uma “revolução branca” nos processos administrativos do Estado do Rio. Traçou-se, com o auxílio de técnicos, um vasto programa de recuperação e aproveitamento de todas as possibilidades econômicas estaduais, de todas as qualidades em potencial do homem fluminense.<sup>62</sup>

Este trecho simboliza a característica da obra analisada: procura evidenciar os avanços da administração amaralista para os fluminenses, mas sem esquecer-se de valorizar as tradições do estado e as características que o levaram a ter papel preponderante no cenário político e econômico em outros períodos.

Chama à atenção, também, a última página do documento, que traz uma pequena descrição da publicação:

Este material informativo constitui apenas um detalhe das realizações do laborioso período que vai de 1937 a 1945. Examinamos, nessa rápida síntese, apenas algumas das mais expressivas realizações de agora. As pequenas providências, que tanta importância apresentam em seu conjunto, não constituíram objeto desta apreciação. Falar com abundância de pormenores da administração do Sr. Ernani do Amaral Peixoto, seria obra para vários volumes. O material é vasto e importante. Seduzirá, por certo, historiadores, economistas e sociólogos do futuro. E o tempo, abrindo perspectivas largas aos atuais acontecimentos, será um auxiliar dos homens que interpretarão este período brilhante da história fluminense.<sup>63</sup>

A publicação *O Estado do Rio nos últimos sete anos* promove um descolamento da imagem de Amaral Peixoto de um político que atuou dando sustentação ao Estado Novo. Em tempos democráticos, o PSD deixa de lado o papel de articulador de um regime de exceção e ressalta o que considera como avanços nesse período entre 1937 e 1945.

Percebemos também que apesar de ser uma publicação assinada pelo partido, seu perfil estava voltado para a valorização de seu presidente e fundador. Podemos apontar como um dos elementos para isso, o fato da publicação fazer um balanço da interventoria, período em que os partidos ainda não estavam organizados. Contudo, outro viés importante e que não podemos deixar de lado é o papel preponderante de Amaral Peixoto para a consolidação e sucesso eleitoral do partido. Construir (ou reforçar) a imagem de Amaral Peixoto junto aos fluminenses era uma estratégia para associar e transferir os apoios e votos no “Comandante” para o PSD.

---

<sup>62</sup> SETOR DE DIVULGAÇÃO DO PSD. *O Estado do Rio nos últimos sete anos*. Niterói: 1945. p. 5

<sup>63</sup> *Ibidem*. p. 14

## 2.2 Os “ideais democráticos” do Interventor: os discursos e a administração de Amaral Peixoto sob o olhar do setor de divulgação do Partido Social Democrático

*Os ideais democráticos e o governo fluminense*, é uma compilação de 11 discursos de Amaral Peixoto e um texto, publicado em forma de prefácio, assinado por Heitor Collet, importante político do grupo amaralista durante a interventoria.

Cabe destacar que antes do Estado Novo, Collet era visto por aqueles que apoiavam Getúlio Vargas como um dos homens mais próximos a José Eduardo Macedo Soares, que pretendia a chefia do executivo estadual. Dessa forma, era membro do grupo político que inicialmente seria contrário à nomeação de Amaral Peixoto, mas que acabara apoiando sua indicação acreditando em uma possível fragilidade política.

Collet, seguindo orientação de Macedo Soares, passou a integrar desde os primeiros momentos o grupo de sustentação montado por Amaral Peixoto. Todavia, com o rompimento entre o Interventor e Macedo Soares, Collet foi um dos políticos que rompeu com seu antigo líder e optou por se manter ao lado de Amaral Peixoto.

Sua atuação foi muito importante para a formação do grupo político amaralista, uma vez que pertencia a uma família tradicional e com atuação política intensa no norte fluminense. Sua influência e conhecimento das lideranças políticas locais foram utilizados por Amaral Peixoto na construção do emaranhado de alianças que construía durante o Estado Novo.

Nomeado como membro do Conselho Administrativo do Rio de Janeiro, sucedeu a Ruy Buarque de Nazareth como Secretário do Interior e Justiça. Com o fim do Estado Novo, Collet permaneceu no grupo amaralista e foi um dos fundadores do Partido Social Democrático do Rio de Janeiro.

Além de a obra ter autoria conferida a Amaral Peixoto (uma vez que eram os seus discursos que estavam ali reunidos) e haver um prefácio de Heitor Collet, ela também estava associada ao setor de divulgação do Partido Social Democrático. O livro possui 88 páginas e foi impresso pela Empresa Gráfica Ouvidor, do Rio de Janeiro.

Todos os discursos transcritos (alguns deles, na verdade, são transcrições de matérias publicadas em jornais que comentam os discursos e descrevem suas linhas gerais) foram proferidos entre 1941 e 1945, período em que o Interventor já havia consolidado boa parte de seu grupo. Os discursos selecionados para essa publicação foram proferidos em importantes

regiões do estado para a política e a economia, como Niterói, Campos e Petrópolis, além de um discurso na capital federal.

Esses discursos transcritos de matérias de jornais nos levaram a pensar sobre a seleção feita. Para além da questão da temática, que foi uma das diretrizes para a escolha dos mesmos, a repercussão desses discursos na imprensa nos parece ter sido também um fator que contribuiu para definir quais discursos estariam nessa compilação. Podemos perceber pela análise dos periódicos fluminenses (notadamente o “O Fluminense”, principal jornal do Rio de Janeiro no período) que todos os discursos selecionados tiveram destaque na imprensa quando de sua realização.

É verdade que o Interventor sempre era destaque nos jornais, mas em algumas ocasiões – como são os casos desses discursos – ganhara um destaque ainda maior dos órgãos de imprensa e, provavelmente, por isso foram as apostas do setor de divulgação do PSD-RJ.

A Baixada Fluminense, região que capitalizou as atenções na publicação que analisamos anteriormente, não aparece nos locais de realização de nenhum desses discursos. Uma das características marcantes dos discursos que serão analisados aqui é a construção de uma imagem de democrata para o Interventor. Essa talvez possa ser uma explicação para a não compilação de discursos proferidos na Baixada Fluminense: as aparições do Interventor naquela região eram quase sempre voltadas às melhorias que estavam sendo realizadas nas localidades. Nessa publicação, como veremos adiante, os temas dos discursos compilados são relativos a temas da política nacional.

Não por coincidência, os 11 discursos selecionados mostram o quanto era importante ao Interventor a construção de uma imagem democrática associada ao seu perfil político naquele momento. A seleção dos discursos que compuseram a publicação passou, necessariamente, pela influência do que se passava pelo mundo e, sobretudo, na Segunda Guerra Mundial. Em 1942, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo e, com a mudança nos rumos do conflito, um alinhamento com os ideais democráticos se fazia necessário.

Assim, o prefácio da compilação já anunciava o que estava por vir nos discursos publicados. Collet fez comentários sobre cada um dos discursos que estavam ali reunidos. A página inicial traz os seguintes dizeres a respeito da obra e de Amaral Peixoto:

Reúne este volume discursos proferidos, em várias oportunidades, pelo Comandante Ernani do Amaral Peixoto, cuja obra de governo, no Estado do Rio, o inclui entre os mais altos valores das novas elites dirigentes. Não venho, porém, exaltar os méritos do administrador. Seria ocioso. Cabe-me apenas – e com prazer o faço – deixar, aqui, uma impressão de conjunto dos discursos que se vão ler, embora assim contrarie uma sugestão de Bernard Shaw, que já opinou pela abolição dos prefácios.

Farei justiça, acentuando que o espírito da época está na essência destas páginas. Enobrece-se um afervorado culto das tradições democráticas do Brasil, sentimento que o autor evidencia com ‘simplicidade operosa’, de que falaria Salvador Madariaga.<sup>64</sup>

Durante a apresentação da obra, Collet buscou destacar algumas características consideradas marcantes nos discursos e na condução política de Amaral Peixoto enquanto interventor: pensamento democrático, aproximação com a “mocidade” e a relação com a Liga de Defesa Nacional.

Pregoeiro que fora do nosso esforço de guerra, não era de se estranhar que a Liga de Defesa Nacional chamasse o “comandante da mocidade brasileira” a participar do seu Diretório supremo; e o governante do Estado do Rio, ao empossar-se na cadeira para que o haviam unanimemente sufragado, voltou a falar ao sentimento da nação: apontou, mais uma vez, as virtudes do regime democrático e do sistema representativo de governo, esposando o conceito voltairiano de democracia para confirmar os direitos essenciais do homem na obediência à lei, igual para todos.<sup>65</sup>

Podemos verificar que a intenção do prefácio é a construção de uma imagem que tem como referência um defensor dos ideais democráticos e da democracia como referência, apesar de ter participado de um governo autoritário e exercido o mais alto cargo do executivo estadual sem o respaldo eleitoral.

Nesse sentido, a intenção é claramente a de construir retoricamente um conjunto de representações e símbolos evocados que sejam capazes de reforçar a construção de uma memória que consiga efetivar a concretização desta imagem. Assim, o autor produz um amálgama entre os discursos selecionados para essa publicação. Nessa “costura”, Collet acaba construindo o discurso desejado pelo PSD, de que seu líder sempre possuiu características de um democrata de primeira hora. Na parte final do prefácio, o autor articula o que chama de “fidelidade às tradições brasileiras” e o papel de “defensor do voto popular” com o discurso político realizado na instalação do diretório do PSD no Rio de Janeiro:

A mesma fidelidade às tradições brasileiras verificará o leitor nos outros discursos que completam este livro. O “de Campos” é um desmentido definitivo, dirigido em hora incerta, aos que apregoavam frustrado o alto propósito de restabelecer no país as características essenciais da democracia política. Os regimes de opinião ou de livre escolha pelo voto popular, poucas vezes terão encontrado um defensor mais positivo e franco [...]

Político, propriamente dito, é também o discurso feito quando da instalação do Partido Social Democrático do Estado do Rio. Ainda uma vez, mostra o Sr. Amaral Peixoto que prefere o conceito à imagem, e a sua palavra aos campistas é, neste sentido, muito sugestiva.<sup>66</sup>

<sup>64</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 7.

<sup>65</sup> Ibidem. p. 7.

<sup>66</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 9.

O primeiro discurso selecionado para a publicação foi proferido em 14 de dezembro de 1941, uma semana após o ataque à base americana de *Pearl Harbor*. Com o título atribuído a ele de *A primeira advertência e o primeiro apelo*, o discurso tem como característica marcante a apresentação de melhorias realizadas no município de Três Rios e a criação de outro município, Entre Rios. Após as referências à política local e às realizações de seu governo, Amaral Peixoto passou a discursar sobre o ataque à base americana pelos japoneses, proferindo as seguintes palavras:

Continuando, disse o interventor Amaral Peixoto, que sendo aquela a primeira vez que se dirigia aos fluminenses depois dos últimos acontecimentos internacionais que trouxeram a guerra ao nosso continente – o brutal e traiçoeiro ataque dos japoneses em *Pearl Harbor*, aos nossos irmãos do Norte – desejava aproveitar a oportunidade para dizer, com a franqueza necessária, que a hora atual é de graves apreensões e será, dentro em breve, de grandes dificuldades [...] Terminou o interventor Amaral Peixoto por dirigir um apelo aos fluminenses, no sentido de se manterem unidos, formando um bloco firme em torno das autoridades públicas, sob a direção suprema do Presidente Getúlio Vargas, em íntima comunhão com todos os brasileiros.<sup>67</sup>

Este é tido como o primeiro discurso do chefe do executivo fluminense sobre a conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Nele, Amaral Peixoto faz claras alusões ao apoio do Brasil aos Aliados e aproveita para pedir apoio ao governo e às decisões de Getúlio Vargas. Este discurso, simbolicamente o primeiro da publicação, é o que marca a posição do interventor fluminense com relação ao apoio brasileiro no contexto internacional.

O discurso ocorreu em meio às negociações para o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. As negociações tinham como base as cessões de materiais e espaços estratégicos do Brasil para os Estados Unidos em troca do financiamento para a modernização das forças armadas e da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). As negociações não foram simples, tendo se iniciado ainda em 1940 e passaram por diversas fases até que fossem oficializadas em março de 1942, com a concessão do Brasil de áreas no Nordeste para a localização de tropas norte-americanas e construção de bases militares.

A Segunda Guerra Mundial foi importante nas mudanças ocorridas durante o Estado Novo. O ataque a *Pearl Harbor* foi o estopim para que os EUA declarassem guerra aos países do Eixo e entrassem na guerra ao lado dos Aliados. A decisão teve importante relação com o Brasil, pois foi em conferência realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1942, que essa decisão foi tomada. Esse momento pode ser considerado também como o marco para as mudanças que seriam feitas no Estado Novo. O engajamento com os Aliados, apesar de indicar contradições no Estado Novo e apontar para a necessidade de mudanças no sistema,

---

<sup>67</sup> Ibidem. p. 13-14.

permitiu que Vargas tivesse mais tempo para que cumprisse algumas medidas, como a validação da constituição de 1937.<sup>68</sup>

A partir de 1942, Vargas e sua equipe entenderam que seria inevitável uma transição para a democracia. Nesse sentido, Marcondes Filho – Ministro do Trabalho – passou a trabalhar ainda mais no sentido de divulgar e tornar mais popular a imagem de Vargas, divulgando-a em programas radiofônicos como a *Hora do Brasil*. Consolidar essa imagem, sobretudo entre os trabalhadores, seria fundamental para a estratégia política e eleitoral. Até por isso, medidas como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o aumento do salário mínimo foram fundamentais nesse processo.<sup>69</sup>

As mudanças nos rumos do Estado Novo se aprofundavam a cada momento. Em 1943, o Manifesto dos Mineiros<sup>70</sup> trouxe importante peso político para as discussões sobre os rumos que seguiriam a política brasileira. Além disso, espalhavam-se pelo país manifestações lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) contra o nazifascismo.

O segundo discurso foi proferido na Faculdade de Direito de Niterói e foi publicado sob o título *À frente da mocidade, pelo Brasil parainfando e dirigindo a reação que triunfou*, em 29 de junho de 1942. Neste mesmo período (junho de 1942), a Guerra vinha proporcionando movimentos importantes de parte a parte. Além da contenção do avanço marítimo japonês por parte de ingleses e americanos, os alemães iniciavam uma nova ofensiva em terras soviéticas e penetravam até Stalingrado.

Em um contexto de bastante agitação, o discurso de Amaral Peixoto em nenhum momento citou sua administração ou realizações. A preocupação do Interventor era a de ratificar que o Brasil nunca havia declarado apoio aos países do Eixo e de fortalecer a confiança nas opiniões de Getúlio Vargas. Em maio de 1942, confirmando o que fora combinado em março do mesmo ano, Brasil e Estados Unidos assinaram um novo acordo militar, com a criação de comissões militares para a defesa do Nordeste brasileiro e da capacitação do exército brasileiro. Esse foi um momento importante nas negociações entre Brasil e Estados Unidos, justificando a preocupação dos políticos que conduziam a administração do país em justificar perante a população suas escolhas e, sobretudo, conseguir apoio para as mesmas.

---

<sup>68</sup> MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

<sup>69</sup> GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

<sup>70</sup> *A Era Vargas: dos anos 1920 a 1945*. Manifesto divulgado em outubro de 1943 por membros da elite liberal de Minas Gerais, defendendo o fim da ditadura do Estado Novo e a redemocratização do país. Manifesto dos Mineiros. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos37-45/QuedaDeVargas>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

Envolto a essas questões, mereceram destaque nesse discurso a recorrência a termos como patriotismo e nacionalismo, seja para aqueles que fossem se juntar às fileiras das forças armadas, seja para aqueles que dariam sua contribuição através do trabalho e da produção.

O discurso seguinte é de agosto de 1942, mês em que o Brasil declara guerra aos países do Eixo. Não por acaso, o discurso foi batizado de *Quando o Brasil rompeu com o Eixo – Mensagem aos fluminenses*, proferido em 23 de agosto de 1942. O discurso conclama os brasileiros a participarem, através de seu trabalho, do apoio aos Aliados, sobretudo aos americanos. O discurso teve como principal característica o incentivo à produção, ao trabalho e à defesa da democracia e da liberdade, conforme podemos verificar nos trechos abaixo:

Confiantes na ação enérgica, porém sempre serena do senhor Presidente Getúlio Vargas, em cujo coração pulsa o patriotismo daqueles que amam sua terra acima de tudo, o povo fluminense deve entregar-se de corpo e alma à tarefa de desenvolver ao máximo a nossa produção, não só no sentido de suprir as necessidades internas, que irão sempre aumentando, como também as dos nossos amigos, a quem mais do que nunca precisamos ajudar.<sup>71</sup>

Eis a palavra do Sr. Presidente Getúlio Vargas, que eu transmito aos fluminenses neste momento. Trabalhar, produzir e combater até o fim pela defesa de nosso Brasil.<sup>72</sup>

As conferências selecionadas para essa publicação buscam sempre referências em algum momento ou fato histórico que remetam à liberdade, uma das palavras mais utilizadas pelo interventor nessas falas. Seja para justificar o alinhamento aos países do bloco aliado ou para destacar como o governo fluminense e brasileiro sempre estiveram alinhados à postura de um governo democrático.

Neste sentido, podemos destacar uma passagem do discurso proferido em 1943, no município de Niterói. Publicado sob o título *Exortando os responsáveis pela defesa passiva, em Niterói*, proferido em 21 de janeiro de 1943, uma semana antes do encontro entre Vargas e Franklin Roosevelt, que definiu a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial:

[...] seguia o povo brasileiro o seu próprio destino, resistindo a todas as seduções políticas de transformações violentas, avançando a autoridade às suas tradições, a conservação da liberdade, a garantia de sua independência política e a conquista da sua independência econômica. Na ordem internacional, procuramos bem viver e comerciar com todos os países [...] A resistência do povo brasileiro firmemente disposto a continuar a ser cada vez mais brasileiro; a sabedoria do Presidente Getúlio Vargas dando-lhe um regime político em que os excessos do liberalismo

<sup>71</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 21.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 22.

demagógico foram sacrificados à conservação da própria liberdade que hoje usufruímos em grau tão elevado.<sup>73</sup>

O tema central do discurso não foi o que se anunciou. Um dos mais longos da publicação, o Interventor apenas cita a organização do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea em rápida passagem para elogiar o projeto. O discurso se organizou em torno de outros temas, sobretudo exaltando as características do governo do Estado Novo. Em certa altura de seu discurso, Amaral Peixoto apresenta o Estado Novo como um regime político democrático, onde apenas os “excessos do liberalismo demagógico foram sacrificados para conservação da liberdade usufruída em grau elevado”.

Ainda nesse momento, o interventor fluminense deixa explícito o que, para o grupo varguista, era cooperar com o governo:

Cooperar com o governo era antigamente trabalhar para um partido. Hoje, que o governo nacional aceita e pede a colaboração direta de todos os brasileiros, é trabalhar para o povo. Não nos julgamos superiores aos que nos antecederam nos campos do poder, mas a mentalidade política do novo regime permite este entendimento direto que os homens bem-intencionados aceitam e praticam quaisquer que tenham sido suas ideias doutrinárias e seus compromissos políticos.<sup>74</sup>

Vargas buscava amenizar as disputas políticas em todas as esferas e concentrava suas apostas na estratégia de alterar o foco para a política internacional. Amaral Peixoto, genro e um dos interventores mais próximos do Presidente da República, era uma peça importante no jogo político.

Em junho de 1943, Amaral Peixoto discursou no Congresso Nacional dos Estudantes, realizado na sede do Clube Germânia (na cidade do Rio de Janeiro), que havia sido ocupada pelos estudantes e pela UNE em 1942 sob a alegação que ali funcionava um centro de propaganda nazista no Rio de Janeiro. No discurso, ressaltou a rendição das tropas do Eixo na Tunísia, o que terminou com a campanha no Norte da África, demonstrando que havia entre os articuladores do Estado Novo a preocupação com o contexto internacional.

O convite para a participação no congresso da UNE, realizado na capital da República, evidencia o prestígio que desfrutava o interventor fluminense no meio político. Amaral Peixoto foi uma figura muito importante para o governo Vargas na relação com os estudantes, em particular com a UNE. Amaral Peixoto e os estudantes aproximaram-se em junho de 1942, quando uma manifestação de estudantes em apoio aos Aliados foi proibida de ser realizada na

---

<sup>73</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 31-32.

<sup>74</sup> *Ibidem*. p. 34.

capital da República. O Interventor não só autorizou e apoiou a realização da manifestação em Niterói, como esteve presente no evento.

O discurso feito aos estudantes evidencia a relação de proximidade entre Amaral Peixoto e Getúlio Vargas, ressaltando diversos momentos em que estava junto ao Presidente para decidirem as posições que deveriam ser tomadas sobre o contexto internacional em que estavam inseridos. Esse discurso de proximidade pode ter uma relação direta com a proibição do evento pelo governo federal em 1942, com o Interventor utilizando de seu prestígio junto aos estudantes para reaproximar a relação entre a UNE e o governo federal.

Durante os anos de 1943 e 1944, a participação de Amaral Peixoto em assuntos de política externa, principalmente relativos à Segunda Guerra Mundial, seguia crescendo. Nesses anos, foi responsável por dirigir o serviço de abastecimento da Coordenação de Mobilização Econômica, que tinha a missão de coordenar e conduzir a economia brasileira após a entrada do Brasil no conflito. Também em 1943, Amaral Peixoto foi indicado Presidente de Honra do Comitê Interaliado, ganhando cada vez mais prestígio e espaço na cena política nacional.

O discurso seguinte da publicação é justamente o de sua posse como Presidente do Comitê Interaliado, proferido em solenidade em 02 de agosto de 1943.<sup>75</sup> Neste discurso, Amaral Peixoto trata principalmente das influências que o Brasil teve em sua formação política e social de países como França e Inglaterra, que – de acordo com ele – defendiam a democracia frente à ameaça nazista. Realizado em um momento onde a guerra já caminhava para seu desfecho, e favoravelmente aos Aliados, o Interventor não deixou de fora de seu discurso as referências aos EUA.

Buscando construir uma imagem de proximidade com os EUA e de defesa dos ideais do continente americano, Amaral Peixoto afirmou o seguinte:

Assim, quando o Presidente Roosevelt quis alargar e cimentar as bases da sua política de boa vizinhança encontrou no Presidente Vargas, tão atento aos interesses e ao destino de sua pátria, o mais sincero e ativo colaborador. Podem orgulhar-se os brasileiros de jamais terem hesitado em formar na vanguarda da defesa do continente. Permito-me fazer uma confidência. Minutos depois de termos tido notícias do brutal atentado de *Pearl Harbor*, e ainda não recebida a comunicação oficial do fato, ouvi de sua Excelência a seguinte declaração: ‘iremos até onde exigirem nossos compromissos e daremos aos Estados Unidos tudo o que lhe prometemos’.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> O Comitê Interaliado tinha a responsabilidade de realizar a repressão aos crimes de guerra. CAMARGO, Aspásia. *Artes da Política: diálogos com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>76</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 45.

Amaral Peixoto defende nesse discurso que o Brasil e todo o continente americano não interpretam o pan-americanismo como um movimento isolacionista do continente, tendo os presidentes Roosevelt e Vargas um papel de destaque no processo de construção de diálogo com os países europeus alinhados com a defesa da democracia. Desde o encontro entre os dois presidentes, em janeiro de 1943, o nome de Roosevelt era recorrente nas falas de Amaral Peixoto. Roosevelt, ao que parece, servia como avalista das ações tomadas pelo Presidente Getúlio Vargas, uma vez que as justificativas para determinadas ações acabavam esbarrando na experiência norte-americana.

Como sempre fazia, Amaral Peixoto destacou o que considerava marcas do regime varguista de defesa das liberdades e da democracia, como podemos ver no trecho abaixo:

A nossa estrutura tradicional a que já me referi não impediu que, em certo momento, fôssemos atingidos pela infecção totalitária, que à sombra de nossas leis e aproveitando-se da inadvertência de uns e da criminosa ambição de outros, tentou solapar as nossas instituições, espalhando o germe das guerras civis. Mais tarde, todavia, quando sabiamente a Constituição de 10 de novembro coibiu tais prerrogativas tão perigosas, surgiram os agentes diplomáticos que, no resguardo das embaixadas e consulados, contra nós desfecharam os primeiros atos de agressão, atentatórios à nossa soberania, imiscuindo-se em negócios que somente nos diziam respeito, espionando, envenenando, tentando dividir os brasileiros, com o fim de facilitar suas tentativas de conquista.<sup>77</sup>

Um pouco mais adiante, em outro trecho do mesmo discurso, Amaral Peixoto trata novamente da liberdade e acrescenta ao discurso a noção de igualdade defendida por ele.

Se é grande nossa ânsia de liberdade, não é menor o nosso desejo de estabelecer um regime de mais igualdade entre os homens. Não a utopia de uma igualdade absoluta, que só poderia existir se os homens tivessem a mesma capacidade produtiva, o mesmo ânimo, o mesmo espírito de iniciativa. Teremos que procurar um sistema de garantias que, no Brasil, já iniciamos com êxito, dando a todos iguais possibilidades de vencer, de estudar, de conseguir o necessário para o sustento próprio e dos seus, que permita uma velhice com dignidade.<sup>78</sup>

Além de defender de forma clara a opção pelo modelo político e econômico dos americanos, Amaral Peixoto constrói a partir deste trecho a justificativa para o modelo de governo adotado por Vargas durante o Estado Novo. De acordo com Amaral Peixoto, o Estado Novo era uma fase necessária para que a democracia pudesse ser implementada completamente e com sucesso no país. Era o Estado Novo que defendia o país das “infecções totalitárias” que nos ameaçavam, como a Revolta Comunista e o Levante Integralista.

<sup>77</sup> Ibidem. p. 46.

<sup>78</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 49.

Acrescida sua indicação para a presidência do Comitê Interaliado, Amaral Peixoto desempenhou outro importante papel para as negociações políticas do Estado Novo, sendo responsável pela aproximação entre o Governo Federal e a Liga de Defesa Nacional.<sup>79</sup>

É interessante notar a aproximação de Amaral Peixoto com a LDN, pois no início do Estado Novo ela foi o local escolhido por diversos opositores ao regime varguista para desenvolver ações de resistência ao seu governo. Todavia, a campanha antifascista desenvolvida pela LDN ganhou eco também entre o governo e grupo político de Vargas, que tinha em Amaral Peixoto um de seus maiores interlocutores. Assim, com seus interesses contemplados pelo governo, a LDN acabou fundando seu diretório fluminense e indicando Amaral Peixoto para sua presidência.

Na publicação que ora analisamos, merecem destaque também os discursos proferidos sobre a Liga de Defesa Nacional (LDN), nos anos de 1943 e 1944. O primeiro deles foi realizado quando foi instalado o diretório fluminense da referida liga, em 04 de setembro de 1943. Com a tradição de campanhas cívicas, a escolha pela instalação de seu mais novo diretório às vésperas da comemoração de uma data cívica (07 de setembro) não foi por acaso, tanto que a utiliza como referência ao finalizar seu discurso:

Confiante na orientação do Presidente Getúlio Vargas, comecemos intensamente o sete de setembro e afirmemos aos fundadores de nossa nacionalidade que a Independência será mantida, porque assim o decidiram milhões de brasileiros, unidos em torno da Pátria prontos para todos os sacrifícios.<sup>80</sup>

Como fora indicado para presidir o diretório, Amaral Peixoto foi o responsável por proferir o discurso inaugural da seção fluminense da LDN. Em um breve discurso, ressaltou a ação da LDN desde sua fundação em um momento de guerra como o que vivíamos a importância de uma ação patriótica nos moldes das desenvolvidas por ela. Além disso, destaca também a atuação que a LDN teria na “batalha da produção”<sup>81</sup>, para que o Brasil cumprisse com os compromissos firmados com seus aliados, como podemos ver no trecho abaixo:

---

<sup>79</sup> Fundada em 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, a Liga de Defesa Nacional tinha como seu Presidente Rui Barbosa. Inicialmente, sua finalidade era difundir a ideia do serviço militar obrigatório, valorizando o soldado-cidadão, tendo o civismo e o patriotismo como elementos chave para a construção do nacionalismo. OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga de Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil*. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

<sup>80</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 57.

<sup>81</sup> A batalha da produção era importante para Getúlio Vargas e seu projeto de poder. Após o alinhamento firmado com os EUA, o governo brasileiro comprometeu-se a fornecer matérias-primas brasileiras do interesse dos EUA – e cortar esse mesmo fornecimento aos países do Eixo – em troca de financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e de modernização dos equipamentos e armamentos das forças armadas

A Liga de Defesa Nacional vem instalar-se em nossa velha província. Aos serviços que, através de longos anos, prestou ao Brasil em tantos movimentos cívicos são agora, nesta guerra, somados os que os atuais dirigentes vêm efetuando, ao amparar e estimular o esforço para intensificar nossa produção e criar em nosso país a mentalidade de guerra necessária para o cumprimento integral dos pesados compromissos que assumimos com os nossos aliados. Múltiplos têm sido os aspectos da ação da Liga de Defesa Nacional; em todas as regiões encontram-se traços de sua propaganda e de suas campanhas patrióticas.<sup>82</sup>

Apesar do simbolismo de ser este o discurso de instalação do diretório da LDN no Rio de Janeiro, o segundo discurso contido nesta obra é mais relevante. O discurso foi realizado um ano após o da instalação, em 22 de setembro de 1944. Um ano após a sua indicação para a presidência do diretório fluminense, Amaral Peixoto já havia construído ~~uma~~ maior aproximação com outros membros da LDN de variados diretórios, ampliando sua influência. Além disso, pensando no contexto internacional, temos como fato importante a sua realização logo após a chegada das tropas aliadas em Paris, de onde partiram para retomar o controle de toda a França após o avanço dos países do Eixo na primeira parte da guerra.

O discurso começa, uma vez mais, exaltando os feitos da LDN e destacando sua atuação decisiva para que os brasileiros compreendessem seu papel patriótico no desenvolvimento da nação. Além da exaltação a esta atuação, Amaral Peixoto traça um panorama de como e em que contexto a LDN deve continuar a agir neste momento. Como este discurso foi realizado em uma reunião com Diretores e Conselho Diretor, não houve uma restrição à atuação em território fluminense, mas em todo o país. Ao discursar, o Interventor relembrou parte do caminho traçado pelo Brasil na guerra, partindo do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, pelo alinhamento com os americanos e as críticas que esse posicionamento vinha sofrendo por parte de alguns grupos políticos e pelas mudanças que ocorreriam a partir daquele momento. Era importante para Amaral Peixoto e, sobretudo, para Getúlio Vargas que a LDN continuasse apoiando as ações tomadas pelo governo.

O Presidente Vargas anunciou recentemente que os brasileiros serão chamados a decidir sobre os seus destinos políticos, a constituir um governo que, além de ter que arcar com a tarefa ingente de organizar a paz e fazer com que decisivamente colaboremos na estruturação do mundo de após-guerra, deverá garantir a libertação econômica do país pelo aproveitamento integral de suas riquezas, executando, ao mesmo tempo, o mais arrojado e completo sistema de assistência social, já em elaboração, e que excede, em suas proporções e nos seus objetivos, o mais audacioso

---

brasileiras. Além disso, disponibilizou aos americanos bases para o estacionamento das tropas norte-americanas no Nordeste brasileiro. *A Era Vargas: dos anos 1920 a 1945*. Negociação do alinhamento. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

<sup>82</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral, op. cit., p. 55.

projeto jamais realizado. A todos esses movimentos não poderá ficar estranha a Liga de Defesa Nacional. A nossa tarefa não estará concluída com a vitória das armas contra as forças do mal. Terá de continuar, pois os inimigos do Brasil não descansam.<sup>83</sup>

Nos últimos meses de 1944, o processo de democratização já havia sido indicado pelo Presidente Getúlio Vargas e já haviam articulações em torno de prováveis candidatos ao cargo de Presidente da República, apesar da Lei Constitucional nº 9, que regulamentou as eleições diretas, somente ter sido editada em fevereiro do ano seguinte. Em outubro de 1944, a UDN – apoiada pelos militares – já articulava a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes.

No trecho reproduzido acima, podemos perceber que é atribuído papel de destaque a LDN no processo de participação dos cidadãos na escolha de seus dirigentes, uma vez que o processo de democratização já havia sido anunciado pelo Presidente da República. Aqui, diferente das outras exposições, onde o tom é de congregar todas as forças políticas, percebemos que a busca por apoio político ao grupo varguista – tendo em vista as eleições que se vislumbravam – já começa a aparecer nos discursos. Neste sentido, a presença de Amaral Peixoto como membro do Conselho Diretor, ao lado de Juarez Távora<sup>84</sup>, é importante para as articulações políticas dentro da LDN e nas relações com outras forças políticas.

Neste discurso foram abordados também diversos temas importantes para o contexto político brasileiro. Amaral Peixoto destacou diversas ações do governo Vargas, sobretudo as questões ligadas à legislação trabalhista, considerando que “adiantamo-nos bastante no terreno da legislação social e a proteção dada ao trabalhador”.<sup>85</sup>

Podemos perceber também uma reafirmação de que o Estado Novo foi um período que, resguardou as “tradições democráticas” do país, como nos mostra o trecho abaixo:

Procuram ainda fazer crer que os princípios democráticos não podem subsistir entre nós, esquecendo que não nos seria possível viver de outro modo porque todo o desenrolar da nossa evolução política é uma luta incessante pelo aperfeiçoamento desses princípios. As crises, que periodicamente sofremos, servem para aprimorar a nossa organização política. É fato que não podemos, nem devemos copiar a constituição deste ou daquele país, nem há, entre as organizações das Nações Unidas, perfeita semelhança de estrutura. Todas procuram adotar os princípios às necessidades de cada povo. No que, entretanto, não podemos fazer concessões é na liberdade do povo escolher seus dirigentes; na perfeita igualdade de todos os homens

<sup>83</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 68.

<sup>84</sup> Juarez Távora foi importante durante o Governo Provisório de Vargas, sendo Ministro da Agricultura e Membro da Assembleia Nacional Constituinte. Todavia, rompeu com Vargas e após a democratização filiou-se a UDN, tendo sido candidato a Presidente da República nas eleições de 1955. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juarez\\_tavora](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juarez_tavora)>. CPDOC/FGV.> Acesso em: 17 jul. 2018.

<sup>85</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 67.

perante a lei; na liberdade de pensamento de crenças religiosas e no amparo a que tem direito o cidadão, para viver com dignidade, livre da miséria e da necessidade.<sup>86</sup>

Depreendemos que Amaral Peixoto começa a dar mais atenção às realizações do governo Vargas e às disputas políticas. Na sequência a este discurso, temos mais dois. Os últimos compilados a essa publicação foram nomeados *Para as urnas, pela tradição brasileira* e *Aspectos da política brasileira*, ambos proferidos em Campos, nos anos de 1944 e 1945, respectivamente, sendo o último deles na convenção do já organizado Partido Social Democrático (PSD). Estes dois vão de encontro ao afirmado pelo prefácio, de que a administração Amaral Peixoto não seria alvo desta publicação. Nestes dois discursos, apesar do pano de fundo ser o processo de democratização do país, fica evidente a propaganda dos governos de Vargas e Amaral Peixoto.

Estes discursos possuem, inclusive, uma organização diferente dos demais. Enquanto todos foram publicados como um texto corrido, sem subdivisões, estes possuem uma organização em tópicos, destacando os assuntos que seriam tratados.

No discurso *Para as urnas, pela tradição brasileira*, realizado em Campos, o público do evento era composto majoritariamente por sindicatos, reunindo diretorias e trabalhadores, tendo sido realizado na Associação Comercial de Campos. Aqui podemos perceber uma movimentação diferente com relação às demais prédicas analisadas. Em geral, Amaral Peixoto falava para um grupo homogêneo, que detinha os mesmos interesses. Nesse pronunciamento, reuniu sindicatos patronais e de trabalhadores, pois a nova realidade política que se impunha não permitia mais a distinção dos públicos, uma vez que cada voto seria importante para definir o futuro de seu grupo e do Presidente Vargas.

Além de tratar de assuntos específicos da cidade de Campos como a produção açucareira e a construção da usina hidrelétrica de Macabu, parte significativa deste discurso faz referência às ações do governo federal, sobretudo sobre as questões sociais e trabalhistas, e mais uma vez refuta as comparações com características de estados totalitários, como podemos ver na citação abaixo:

Venho, mais uma vez, à Associação Comercial de Campos para entrar em contato com as classes produtoras e trabalhistas do município, que se acham neste momento congregadas ao acerto, à clarividência e à política social do Presidente Vargas interessando-as no seu programa governamental para que, agrupadas em associações e sindicatos, possam mais facilmente defender seus interesses. No Brasil, tais organizações são bem diferentes daquelas que serviram de modelo à organização corporativa dos Estados totalitários como malevolamente procuram insinuar. (...)

---

<sup>86</sup> Ibid. p. 67.

Dentro do sindicato ele não perde a sua personalidade política, orientando-se de acordo com os seus sentimentos de homem livre.<sup>87</sup>

O Norte Fluminense, em especial a cidade de Campos, era importante tanto na questão econômica quanto na estratégia política e eleitoral. Foi um importante local para o estabelecimento do grupo amaralista, ainda no início do Estado Novo e seria, sem dúvida, fundamental para a vitória de seu grupo nas próximas eleições. Ressaltar seus feitos e de seu grupo na região era importante para a campanha política que se aproximava. Salo Brand, Prefeito de Campos, era membro de muito destaque nas articulações políticas desenvolvidas por Amaral Peixoto. Neste sentido, destacamos os seguintes trechos:

Agradeço as referências tão elogiosas, tão bondosas dos oradores esta noite. Entretanto, o chefe do governo fluminense e seus auxiliares não podem deixar de reconhecer o mérito e o valor da vossa colaboração, de vez que foi o ambiente de calma e entendimento que durante sete anos vivemos que possibilitou a solução prática de importantes problemas de interesse público, tais como os de saneamento, educação, saúde, agricultura e transporte. Campos, sobretudo com o trabalho de seus filhos, construiu esta esplêndida civilização que o Presidente Getúlio Vargas apresentou como exemplo aos brasileiros. Campos, realmente, merece o que o governo está fazendo em seu benefício. Acabo, agora mesmo, de visitar Macabu – Usina Hidrelétrica que podemos classificar como ponto de partida para a libertação econômica das planícies campistas.<sup>88</sup>

Ao abordar a questão da construção da Usina Hidrelétrica de Macabu, Amaral Peixoto faz referência a Hélio de Macedo Soares, membro de família tradicional na política fluminense. Hélio de Macedo Soares participou da interventoria de Amaral Peixoto a partir de 1939, tendo participação direta na construção da Central Elétrica de Macabu.<sup>89</sup>

A família Macedo Soares e seu grupo político foram os principais opositores à nomeação de Amaral Peixoto para a interventoria, conforme mencionamos no capítulo

<sup>87</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 73-74.

<sup>88</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 74.

<sup>89</sup> Em 1939, assumiu a Secretaria de Viação e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro, na interventoria de Ernani Amaral Peixoto (1937-1945). Nas eleições de janeiro de 1947 candidatou-se a deputado à Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro na legenda do Partido Social Democrático (PSD), tendo sido o mais votado. Em fevereiro desse mesmo ano, deixou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e, em 1948, já após a promulgação da nova Carta estadual, assumiu sua cadeira na Assembleia Legislativa. No pleito de outubro de 1950, ainda na legenda do PSD, conseguiu eleger-se deputado federal pelo Rio de Janeiro. Promovido a coronel em dezembro deste último ano, transferiu-se posteriormente para a reserva no posto de general de divisão. Assumiu sua cadeira de deputado federal em fevereiro de 1951, após deixar a Assembleia fluminense, e tornou-se membro da Comissão de Planejamento Econômico da Câmara. Em outubro de 1954, candidatou-se novamente a Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, mas alcançou apenas uma suplência, deixando a Câmara ao final da legislatura, em janeiro de 1955. Tentou reeleger-se nos pleitos de outubro de 1958 e de 1962, sempre na legenda do PSD, e tampouco obteve votos suficientes para ocupar uma cadeira na Câmara. ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (Coord.). Hélio de Macedo Soares e Silva. In: *Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2014. p. 1241.

anterior. Todavia, a resistência e a oposição desta família ao grupo amaralista perdia força à medida que mais políticos eram arrematados para as hostes amaralistas. Assim, Amaral Peixoto e os Macedo Soares começavam a desenhar uma nova configuração política para o Rio de Janeiro, na qual uma aliança entre seus grupos políticos não poderia ser descartada.

O último discurso da publicação, *Aspectos da política brasileira*, possui 10 páginas e é o mais longo da obra. Foi realizado em Campos e possui uma particularidade em relação aos demais: foi feito na convenção do Partido Social Democrático. Ou seja, é um discurso feito já com os partidos políticos organizados, tendo já em seu horizonte as eleições.

Em sua saudação inicial, Amaral Peixoto remonta às tradições fluminenses, seus grandes vultos e suas perspectivas para o Estado do Rio de Janeiro:

O largo período em que me dediquei exclusivamente à administração do Estado do Rio não poderia ter maior recompensa do que a que recebo, presidindo esta reunião de todas as forças representativas do povo fluminense para, na cidade que é bem o admirável exemplo do poder realizador dos brasileiros, escolhermos novos rumos, ante a realidade que nos apresenta a época conturbada que o mundo atravessa. Neguem os derrotistas, insinuem maldades os caluniadores, formulem previsões sombrias os pessimistas! Que nos importa, se sabemos que aqui se encontra o Estado do Rio, a gloriosa província dos grandes vultos do Império, das belas tradições republicanas de Nilo Peçanha e Quintino, em afirmação solene de sua confiança nos dias atuais, consciência de que progride e se agiganta diariamente, pelo trabalho de seu povo e segura de que um radiante porvir a aguarda na comunidade brasileira? Aqui estamos, democraticamente reunidos como já o fizemos parcialmente, tantas outras feitas em diferentes pontos do Estado, para deliberar sobre os nossos destinos.<sup>90</sup>

Notamos a presença dos elementos que percorreram todas as publicações aqui analisadas: a importância da região do Norte Fluminense, as menções ao período imperial e as transformações implementadas pela sua administração durante o Estado Novo. Além disso, faz menção à figura de Nilo Peçanha, político de destaque no cenário republicano, e começa a se defender de críticas que surgiam à sua administração. Tendo feito sua saudação inicial, Amaral Peixoto passou a tratar da importância da organização de partidos nacionais e de sua visão sobre o que constitui um partido:

Era nosso pensamento tratar previamente da organização partidária. Sempre acreditei ser a ausência de partidos nacionais a grande falha em nossa vida política. As velhas agremiações do Império não tiveram sucessoras na República e devemos lealmente confessar que só o Partido Comunista e a Ação Integralista, porque representavam ideias, resistiram ao tempo. Partido é ideia, é pensamento, é programa, é toda uma série enorme de questões a estudar e a exigir encaminhamento; partidos são interesses divergentes em busca de uma orientação

---

<sup>90</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 79.

média que satisfaça a maioria ou choques regionais a evitar, em favor de soluções nacionais.<sup>91</sup>

O tema da organização dos partidos não poderia ficar de fora em um discurso realizado na convenção daquele que era liderado por ele. Destacamos nessa interpretação sobre os partidos o trecho em que menciona que os “partidos são interesses divergentes em busca de uma orientação média que satisfaça a maioria ou choques regionais a evitar, em favor de soluções nacionais”. Amaral Peixoto começa aqui a traçar uma estratégia de diálogo com as elites locais que compunham o PSD, indicando que o projeto do partido não poderia deixar de fora das negociações e articulações políticas outros segmentos. Neste mesmo discurso, Amaral Peixoto apresenta a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República pelo PSD, caracterizando-o como um colaborador dedicado do Presidente Getúlio Vargas e de ter participado ativamente do regime instalado em novembro de 1937.

A partir da apresentação da candidatura de Dutra à Presidência da República, o discurso se volta para o Estado do Rio. Como o discurso foi subdividido para a publicação, os tópicos nos demonstram que a preocupação passava a ser a construção para os fluminenses: o programa do PSD em face das realidades fluminenses, a luta contra o latifúndio, produção e energia elétrica, formação de uma nova mentalidade política e o povo fluminense e o eixo.

Ao apresentar o programa do PSD e o que chamou de nova mentalidade política, Amaral Peixoto privilegiou a explicação em linhas gerais dos critérios para a formação dos quadros partidários e de como deveria ser a conduta nas campanhas eleitorais. A intenção era a de apresentar o PSD como um partido que representa esta nova mentalidade, inclusive no que diz respeito à composição de seus quadros, capazes de – segundo Amaral Peixoto – representarem todas as camadas sociais. Da mesma forma, o programa partidário do PSD não foi esmiuçado nessa publicação, tão pouco o que seria adaptado nele para os fluminenses. O Interventor preferiu apostar em sua imagem construída durante os sete anos em que esteve à frente da administração estadual afirmando que “sua adaptação às peculiaridades fluminenses será trabalho para as comissões que criaremos, mas desde logo devemos apontar o que a experiência de sete anos de administração nos aconselha”.<sup>92</sup>

A questão agrária foi abordada pela primeira vez na publicação nesse discurso. Como essa publicação possui um caráter mais ligado às realizações nacionais, os temas da agricultura e do campo não tiveram grande espaço nela. Todavia, ao escolher um discurso na convenção do PSD-RJ para finalizar a obra, é inevitável a abordagem de tais temas.

---

<sup>91</sup> Ibidem. p. 82.

<sup>92</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 84.

Quando cita “a luta contra o latifúndio”, Amaral Peixoto menciona uma série de iniciativas que contribuíram para a diminuição dos latifúndios improdutivos no Rio de Janeiro, sobretudo na Baixada Fluminense. Neste trecho, assim como na primeira obra analisada neste capítulo, volta a tratar das obras que fez na região para melhorar o saneamento, o escoamento da produção e as iniciativas para que as empresas pudessem se instalar naquela região, permitindo a fixação da população na Baixada Fluminense.

Esse é um tema que chama a atenção no discurso. Apesar de se referir à questão latifundiária na Baixada Fluminense, o discurso foi realizado em Campos, no Norte fluminense e região onde a concentração fundiária ainda era uma questão sensível aos trabalhadores e proprietários rurais. Não podemos esquecer também que o PSD era formado majoritariamente pelas lideranças rurais e por políticos ligados aos Interventores.

Por que então tocar em um tema que poderia ser problemático para o futuro de seu grupo político? Uma das mais fortes propagandas do período amaralista era feita em cima da recuperação da atividade agrícola, mas ligada à modernização do campo e das técnicas de cultivo. A estratégia de discursar contra o latifúndio representava a afirmação daquilo que considerava a união entre a tradição e a modernidade que defendia para a recuperação econômica do Rio de Janeiro. Além disso, as alianças estabelecidas com as lideranças políticas e, por conseguinte, com os proprietários rurais, eram sólidas desde o fim da década de 1930. É provável que, até pela configuração dos quadros do PSD, o discurso não fosse capaz de abalar essas alianças. Por outro lado, esse tom crítico aos latifúndios era uma forma de aproximação com os trabalhadores rurais.

O discurso termina com Amaral Peixoto fazendo um balanço das ações do grupo que agora forma o PSD tanto em terras fluminenses quanto no país e também à postura contrária aos países do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial, precedendo ao pedido final de voto para Eurico Dutra:

Fluminenses: a organização do Partido Social Democrático, que irá sufragar nas urnas o nome do ilustre General Eurico Gaspar Dutra, depende do vosso pronunciamento nessa noite memorável. Sem o apoio do povo nada faremos; mas os que cumpriram seu dever e tem a consciência tranquila aguardam serenamente a vossa decisão e, nos postos de governo ou afastados deles, continuarão a crer no Brasil e a desejar para a humanidade dias de bonança e de paz, cuja alvorada radiosa saudamos com efusão.<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 88.

Percebemos que essa publicação tem uma diferença marcante em comparação com a outra obra analisada neste capítulo: apresenta Amaral Peixoto não apenas como administrador ou realizador. Aqui, a imagem construída é a de articulador político, com grande círculo de relacionamentos entre políticos e importantes setores da sociedade. Mostra, sobretudo, a grande proximidade com o Presidente Getúlio Vargas e a influência que possuía durante o Estado Novo em ações que estavam além do cargo que ocupava no Estado do Rio de Janeiro.

### **2.3 Liberdade, igualdade e democracia social no Rio de Janeiro de Amaral Peixoto**

As publicações analisadas neste capítulo buscaram formar uma imagem para Amaral Peixoto e uma memória de seu governo enquanto interventor no Rio de Janeiro. As duas foram produzidas durante o Estado Novo, mas possuem características diferentes. Nesse momento, a democratização era um fato consumado, os partidos nacionais já estavam organizados e não havia como reverter o quadro de desgaste que se assolou sobre o regime liderado por Getúlio Vargas.

A primeira publicação analisada, *O Estado do Rio nos últimos sete anos*, de 1945, constrói a imagem de administrador, articulando essa imagem com a de um político com características democráticas. Todavia, conforme nos indica o título dessa obra, o Estado do Rio de Janeiro e sua política são os alvos prioritários dessa construção. A inserção da construção da memória de um político democrata está ligada à mudança de contexto político, onde a democratização do país estava em estágio avançado, e também por ser uma obra assinada pelo Setor de Divulgação do Partido Social Democrático.

A organização dessa publicação pelo PSD, partido criado para acomodar os interventores e aliados de Getúlio Vargas – sobretudo as elites – era sintomática e apresentava uma característica muito marcante nas propagandas varguistas: ela revisitava um período de governo autoritário para construir uma relação de confiança e uma imagem positiva sobre Amaral Peixoto. Percebemos nessas publicações a presença de temas muito marcantes nas campanhas de Getúlio Vargas, como trabalho, aproveitamento das potencialidades econômicas das regiões e melhoria nas condições de vida da população.

A segunda das publicações analisadas, também de 1945, foi *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Diferente da obra anterior, esta publicação traz a atuação de Amaral Peixoto em espaços que vão além do Estado do Rio de Janeiro. Apesar da quase totalidade

dos discursos ali compilados ter ocorrido em território fluminense (apenas um foi feito na cidade do Rio de Janeiro), não tratam exclusivamente de temas relacionados à política e/ou administração estadual.

Nesta publicação, Amaral Peixoto é apresentado como um importante membro do *staff* do Presidente Getúlio Vargas, estando muito ligado a questões da administração federal e ao próprio Presidente. Agora, portanto, junta-se às imagens de administrador, realizador e democrata, a de articulador político. Vale destacar que em nenhum momento evidencia-se o fato de ser Amaral Peixoto genro de Vargas, a ênfase é sempre a imagem do político competente.

A compilação de discursos traz dois temas muito caros ao discurso estado-novista desenvolvido por Vargas e sua equipe: democracia e liberdade. Portanto, tendo Amaral Peixoto uma participação ativa nas negociações políticas, a utilização desses temas em seus discursos e nas publicações elaboradas para construção de sua imagem e memória de governo não chega a ser uma surpresa.

Ao utilizar o termo democracia social, os ideólogos do Estado Novo trabalham com outra visão de democracia, distante daquela consolidada através da posse dos direitos civis e políticos. É característica marcante nos discursos proferidos por Amaral Peixoto que estão na compilação, tratar a democracia como uma forma de governo em que é valorizado o acesso à saúde, educação e a oferta de empregos através da recuperação de algumas atividades e o incremento de outras.

Os conceitos de liberdade e igualdade, muito utilizados por Amaral Peixoto, precisaram ser ressignificados para que a ideia de democracia social pudesse ser aplicada por Getúlio Vargas e seus aliados. Nessa configuração de democracia, havia a prevalência dos direitos sociais e a valorização do trabalho em detrimento dos direitos civis e políticos.

A liberdade da democracia brasileira deveria pressupor o princípio da autoridade, pois havia a necessidade de equalizar os direitos coletivos em detrimento das liberdades individuais. Essa é uma das bandeiras dos discursos de Amaral Peixoto na segunda publicação que analisamos, onde defende que a coletividade seja atendida em seus anseios. A liberdade individual era, portanto, limitada pelos critérios de interesse social. O Estado deveria ser a via de acesso à democracia, era ele quem atuava de acordo com a distribuição da riqueza, com características intervencionistas, antiliberal e promovendo a justiça social.

Já o conceito de igualdade estava limitado. Desconstruiu-se a ideia de que todos eram iguais e livres por natureza, muito pela ação do Estado como promotor da justiça social e como via de acesso à democracia social. O conceito de igualdade estava debruçado em ofertar

oportunidades para todos, sobretudo educação, saúde, saneamento e possibilidades de transporte para escoamento de produções ou ingresso às regiões onde pudessem ter acesso às oportunidades de emprego.

Amaral Peixoto, enquanto Interventor e um aliado político muito próximo ao Presidente, utilizou-se do prestígio que conseguiu acumular durante os anos em que esteve à frente da administração estadual para disseminar essas noções tão importantes ao projeto estado-novista.

Podemos perceber a utilização desses conceitos em vários trechos, mas um dos mais característicos e marcantes está no último discurso, que reproduzimos abaixo:

Temos hoje novo conceito de liberdade. Sabemos que para ser realmente livre não basta ao homem o gozo dos direitos políticos e a lei garantindo-lhe a livre manifestação de pensamento. Precisa também ficar ao abrigo da miséria, ter as mesmas possibilidades para vencer e viver confiante no futuro de seus filhos.<sup>94</sup>

O trecho sintetiza bem a diferença entre o conceito de liberdade criado pelo Estado Novo e o aplicado anteriormente, refutando a ideia de que os direitos civis e políticos eram essenciais para a construção de tal sentimento. Notamos no trecho a valorização da superação da pobreza e a importância de um trabalho capaz de manter dignamente a vida daqueles que aqui habitavam. Foi durante os anos que analisamos aqui, através das publicações, que as questões relativas ao trabalho e a pobreza vieram à tona nos discursos dos políticos. Era através desses temas que se promovia uma aproximação entre o povo e os governantes, como previsto nos “manuais” elaborados pelos teóricos do Estado Novo.

As publicações analisadas nesse capítulo são construídas a partir da necessidade de elaborar materiais para divulgar as transformações pelas quais passava o Rio de Janeiro sob a administração Amaral Peixoto. O diagnóstico do passado preparado pelo Estado Novo – sobretudo o passado político – era o de um país envolto em querelas políticas durante a Primeira República, que causou uma estagnação do desenvolvimento, ou até mesmo um retrocesso. No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, a construção desse passado pelo grupo liderado por Amaral Peixoto foi a de que os anos até 1930 teriam sido os da derrocada econômica e política, levando os fluminenses a um período em que as ações dos políticos eram vistas apenas como uma disputa vazia em torno de quem estaria no comando do poder político do Estado.

---

<sup>94</sup> PEIXOTO, Ernani do Amaral. *Os ideais democráticos e o governo fluminense*. Empresa Gráfica Ouvidor, Rio de Janeiro: 1945. p. 84.

Dessa forma, o conjunto de documentos que analisamos aqui possuem características e direções muito semelhantes àquilo que foi desenhado pelos estado-novistas ao chegarem ao poder. Era a restauração do Estado, tendo por base a articulação dos atores políticos envolvidos em sua administração para a construção de uma nova identidade. Nesse processo, a articulação com as elites e as massas era elemento imprescindível para seu sucesso. A efetividade dessa articulação feita pelo PSD-RJ sobre o período de interventoria de Amaral Peixoto teve sua efetividade colocada à prova ainda em 1945, durante a campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte.

#### **2.4 A Campanha eleitoral de Amaral Peixoto para a Assembleia Nacional Constituinte de 1946**

Conforme previsto pelo Decreto-Lei nº 7.586 de 2 de fevereiro de 1945, as eleições para Presidente da República e para a Assembleia Nacional Constituinte foram fixadas para dezembro de 1945. Amaral Peixoto, que tinha a intenção de disputar as eleições para o executivo estadual, participou destas eleições para a Assembleia Constituinte como candidato ao cargo de Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro.

A primeira eleição após a criação dos partidos nacionais era especialmente importante para dois deles: PSD e UDN. Nesse momento, o PTB fluminense ainda não tinha a mesma organização e alcance dos pessedistas e udenistas – os dois maiores partidos do período e que concentravam getulistas e antigetulistas, respectivamente. No caso fluminense, além de representar o apoio a Vargas ou aos seus opositores, colocava à prova também o grupo político formado por Amaral Peixoto no Estado Novo, além de ser um termômetro importante para o próprio líder pessedista, uma vez que seria a primeira eleição da qual participaria como candidato.

A partir do resultado das eleições para a constituinte nacional teríamos um parâmetro para as eleições destinadas a preencher a assembleia e o executivo estadual, que seriam realizadas em janeiro de 1947. Portanto, PSD, UDN e os demais partidos fluminenses tinham a missão de, a partir da interpretação dos resultados eleitorais de dezembro de 1945, pensarem em nomes, alianças e estratégias para o pleito seguinte, tendo em vista que a distância entre elas era de pouco mais de um ano.

O alistamento ‘ex-officio’ permitia que os partidos e repartições públicas fizessem o alistamento dos eleitores. Para isso, foi necessário o desenvolvimento de instrumentos capazes de promover esse alistamento. No caso do PSD, a ficha utilizada foi a que reproduzimos a seguir:

PSD 45.07.00/4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO  
CENTRO AMARAL FENÓLES  
(Ficha de inscrição eleitoral)

Município de ..... Distrito .....

Nome .....

Idade ..... Nacionalidade .....

(dia, mês e ano do nascimento)

Filiação .....

Residência .....

Secção onde votará ..... N.º do título eleitoral .....

Documento de identificação .....

Observações .....

..... de ..... de 194.....

95

A ficha possuía informações mais gerais sobre os eleitores, com dados pessoais e sobre os locais de domicílio e de votação de cada um deles. As fichas pouco variavam, o que se acrescentava em algumas era a profissão daquele(a) que estava se alistando (vale lembrar que, de acordo com o decreto que regulamentava as eleições para a constituinte e para a Presidência da República, o voto das mulheres era permitido apenas para aquelas que exercessem atividades remuneradas) e o local para uma fotografia.

NOME : .....

FILHO de .....

e de D. ....

NASCIDO a ..... de ..... de 1 .....

No ESTADO ..... Município .....

PROFISSÃO : ..... Cór. ....

RESIDENCIA : .....

Local onde trabalha: Rua ..... N. .... Fone .....

DISTRITO ONDE VAI VOTAR : ..... Secção .....

Local onde votar— Rua ..... N. ....

CARTEIRAS Ns. Eleitoral ..... Reservista ..... Cat. ....

“ “ Identidade n. .... série ..... Est. ....

“ “ Profissional n. .... série .....

Escritório Eleitoral - GASTÃO REIS — Proponente : .....

Data ..... de ..... de 194.....

Ass. do Eleitor .....

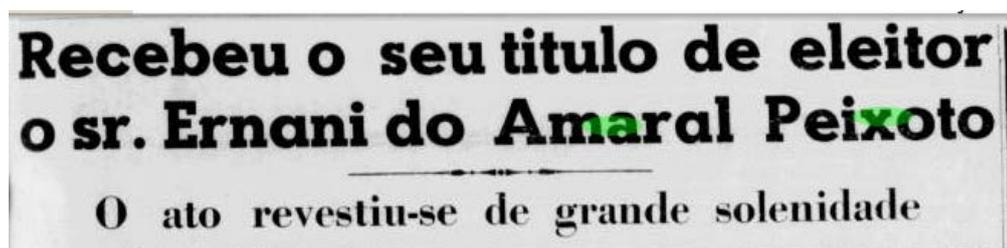
Observações .....

96

<sup>95</sup> CPDOC. Arquivo PSD-r.PSD 45.07.00/4.

<sup>96</sup> CPDOC. Arquivo PSD-r.PSD 45.07.00/5.

O alistamento eleitoral era um momento importante para os partidos políticos. Nessa oportunidade, poderiam conhecer um pouco mais seus eleitores, traçar um perfil do novo eleitorado. Como uma forma de incentivar os potenciais eleitores, os políticos de maior destaque tornavam o processo de alistamento e de entrega do título eleitoral em um evento. No caso de Amaral Peixoto, nos últimos dias de sua Interventoria, foi até o cartório eleitoral retirar seu título, o que seria importante também para destacar, como o fizeram as obras analisadas até aqui, a sua vocação democrática:



97

A notícia reproduzida acima foi publicada por *O Fluminense* em 28 de outubro de 1945, véspera da desincompatibilização do Interventor de seu cargo – visando respeitar o tempo limite para disputar as eleições para o executivo estadual – e da queda de Getúlio Vargas. O momento agendado para a retirada do título e o fato de torná-lo um ato público demonstra a importância que a desconstrução da imagem de Interventor, um gestor que assumiu o Estado do Rio de Janeiro sem eleições, era importante para Amaral Peixoto e para o PSD.<sup>98</sup>

Em 15 de novembro de 1945, no aniversário da Proclamação da República, o Partido Social Democrático divulgou sua chapa para concorrer às eleições no Estado do Rio de Janeiro daquele ano. A notícia, publicada na primeira página de *O Fluminense* com o título *Partido Social Democrático*, traz a lista de candidatos a Deputados, onde constam o próprio Amaral Peixoto e outros nomes tradicionais da política fluminense, como Acurcio Torres, Brígido Tinoco, Eduardo Duvivier, César Tinoco, Getúlio Moura, Heitor Collet, Miguel Couto Filho e Adino Xavier.

Para divulgar sua candidatura, Amaral Peixoto utilizou-se de um elemento sonoro que começava a ganhar destaque nas campanhas políticas, um *jingle*. Com o crescimento da

<sup>97</sup> Recebeu o seu título de eleitor o Sr. Ernani do Amaral Peixoto. *O Fluminense*, 28/10/1945.

<sup>98</sup> Para as eleições de 1945, alistaram-se como eleitores no Estado do Rio de Janeiro o total de 383.100 pessoas, que representavam 18,87% da população (estimada pelo IBGE em 2.030.295). Dos eleitores alistados, compareceram às urnas 324.717, totalizando 84,76% de presença dos eleitores nas eleições realizadas em 1945. TSE. Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

utilização do rádio pelo país, a publicidade sonora tornou-se cada vez mais importante. Os *jingles* políticos são peças publicitárias que buscam conseguir votos e apoios aos candidatos/políticos, além de fixar na memória de quem ouve, informações sobre os candidatos.

Para atingir este objetivo, os *jingles* utilizavam as virtudes e pontos fortes dos candidatos e de suas propostas, assim como elementos de uma linguagem emotiva, reiteraões e de fixação de uma ideia-chave, capaz de fazer com que o eleitor tenha uma identificação com a candidatura que está sendo apresentada. Entre as décadas de 1930 e 1960, era comum que os *jingles* tivessem de duração entre 30 e 60 segundos, mesmo com a repetição do refrão.<sup>99</sup>

O *jingle* utilizado para a campanha de Amaral Peixoto possuía a duração aproximada de dois minutos, portanto, o dobro do usual naquele momento e é um elemento que pode ser usado como um indicativo da importância que o PSD-RJ estava atribuindo à campanha eleitoral de 1946, sobretudo à campanha de Amaral Peixoto, presidente do diretório estadual do partido.

A letra composta para a música também nos dá importantes indícios do que se buscava para a campanha e para a imagem de Amaral Peixoto naquele momento:

Vamos unidos para as urnas  
 Votar num grande brasileiro  
 Que pela terra fluminense, no seu governo muito trabalhou  
 Vamos eleger para deputado federal, o nosso ex-governador  
 Amaral, Amaral, Amaral  
 Todos nós, fluminenses, queremos  
 Com Amaral Peixoto à nossa frente, gloriosos venceremos  
 Amaral Peixoto traz o germe da bondade em seu coração  
 Do Brasil é estrela fulgurante,  
 A garantia da constituição!<sup>100</sup>

Podemos perceber nesse *jingle* as características apontadas anteriormente: uma linguagem emotiva, destacando características pessoais (“Amaral Peixoto traz o germe da bondade em seu coração”, “Vamos unidos para as urnas”, “todos nós, fluminenses, queremos”) e elementos que constroem a imagem do candidato, como um político que sempre trabalhou e defensor da constituição.

Observamos que as características que definem a imagem do candidato no *jingle* utilizado em sua campanha são as mesmas utilizadas nas publicações de 1945 que analisamos

<sup>99</sup> LOURENÇO, Luiz Claudio. Jingles políticos: estratégia, cultura e memória nas eleições brasileiras. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*, São Paulo, v.4, p. 205-217. PUC-SP.

<sup>100</sup> CPDOC/FGV. Acervo Ernani do Amaral Peixoto. EAP disco 002.

neste capítulo buscou construir: democrata, defensor da constituição e realizador. Contudo, comparando com os materiais que analisamos nesse capítulo, o *jingle* apresenta como novidade a mobilização de sentimentos pessoais. Em um momento eleitoral, a estratégia para conseguir votos vai além da imagem de democrata ou bom administrador, ela compreende também a questão dos sentimentos.

Dessa forma, a estratégia traçada para a campanha eleitoral de Amaral Peixoto para a Assembleia Constituinte de 1946 traz importantes interfaces com os elementos apresentados anteriormente. O primeiro deles está presente logo na terceira linha do *jingle*: “Que pela terra fluminense, no seu governo muito trabalhou”. Nos materiais que analisamos aqui, esse foi um ponto muito explorado, o de realizador.

Na primeira publicação que analisamos, *O Estado do Rio nos últimos sete anos*, esse foi o principal elemento explorado. Melhorias estruturais nas estradas, abastecimento de água, tratamento de esgoto, construção da usina de Macabu, saúde, educação, recuperação econômica, eram temas recorrentes nas propagandas elaboradas pelo PSD-RJ.

Outros dois pontos nos chamam atenção no *jingle*: a imagem de democrata e de defensor da constituição. Percebemos que ao se referir ao posto que ocupava até 1945, não o trata como ex-interventor, mas sim como ex-governador. Até o início da campanha, os jornais e os próprios apoiadores de Amaral Peixoto utilizavam os termos “Interventor” e “Interventoria” para se referir a ele e a seu governo, uma vez que eram assim definidos pelo Estado Novo.

Todavia, com a democratização sendo consolidada e o início da campanha eleitoral, notamos pequenos ajustes nos discursos: os termos ‘governador’ e ‘governo’ tomam o lugar de ‘interventor’ e ‘interventoria’, numa tentativa de construir a imagem de democrata. Assim como na obra *Os Ideais democráticos e o governo fluminense*, o *jingle* “atualiza” os termos utilizados para se referir ao período em que esteve à frente da administração estadual.

O *jingle* traz também outra informação importante em sua parte final, a de que Amaral Peixoto seria “a garantia da constituição”. Esse é um ponto muito importante, uma vez que nesse período foi elaborada uma nova constituição para o país. Como político que ganhou destaque e papel importante nas negociações que ocorreram durante o Estado Novo, inclusive na elaboração do código eleitoral e organização dos partidos nacionais, era importante dimensionar que sua presença seria importante para garantir que a constituição fosse cumprida.

Ao mesmo tempo, a marca de “garantia da constituição” serve também para refutar a ideia de que não seria um democrata por ter participado do Estado Novo. Apesar de possuir

um conceito próprio de democracia, o período do Estado Novo trouxe a Getúlio Vargas – por parte de seus opositores – a pecha de ditador que, conforme veremos no capítulo seguinte, perdurou até as eleições presidenciais de 1950.

Para que Amaral Peixoto não fosse taxado como ditador no Estado do Rio de Janeiro, ou pelo menos para rebater esse rótulo, o PSD-RJ tratou de utilizar de seu departamento de propaganda para mostrar que Amaral Peixoto era um democrata – mesmo que fosse outro conceito de democracia – e que sempre cumpriu a legislação vigente.

Servir como alguém que garantiria a constituição, sobretudo por estar concorrendo a um lugar na Câmara Federal era, portanto, uma imagem que se desejava construir para o líder pessedista fluminense. Essa construção era fundamental para as eleições de 1946 e também para os futuros pleitos, uma vez que um novo panorama político se apresentava a partir daquele momento. Essa era uma imagem importante para o presidente e maior expoente do partido, uma vez que poderia representar também o fortalecimento dos laços entre os eleitores e o PSD-RJ, estendendo a imagem de Amaral Peixoto para os quadros pessedistas.

Para as eleições destinadas a eleger os representantes fluminenses na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 a estratégia funcionou. Amaral Peixoto foi o deputado federal mais votado no Estado do Rio de Janeiro<sup>101</sup> e o PSD elegeu a maior bancada do estado para a Assembleia Constituinte.<sup>102</sup>

O resultado das eleições estaduais mostrou o quanto foi bem-sucedido o trabalho de arregimentação política feito pelo PSD e, sobretudo, por Amaral Peixoto durante todo o período de sua interventoria. Mais do que isso, demonstrou a capacidade de conquistar os votos dos eleitores fluminenses por parte dos candidatos do PSD. A legenda elegeu os dois senadores fluminenses, a maior bancada de deputados federais e teve o deputado mais votado do estado. Com esses resultados, a vitória do PSD nas eleições estaduais era apenas e tão somente uma questão de tempo, pois os números indicavam que não havia um candidato capaz de derrotar os quadros pessedistas no Rio de Janeiro.

---

<sup>101</sup> Amaral Peixoto recebeu 29.088 votos, quase 10 mil votos a mais que o segundo mais votado (Getúlio Vargas, com 20.745) e quase o triplo dos votos do segundo colocado no PSD e que o mais votado da UDN (respectivamente, Eduardo Duvivier, com 11.669 votos e José Prado Kelly, que obteve 12.623 votos).

<sup>102</sup> Em 1946, a bancada fluminense foi composta da seguinte maneira: Amaral Peixoto, Eduardo Duvivier, Carlos Pinto, Paulo Fernandes, Getúlio Moura, Heitor Collet, Bastos Tavares, Acúrcio Torres, Brígido Tinoco, Miguel Couto, pelo PSD; Prado Kelly, Romão Júnior, José Leomil, Soares Filho, pela UDN; Abelardo Mata, pelo PTB; Claudino Silva e Alcides Sabença, pelo PCB. Além disso, os dois senadores eleitos também foram os candidatos pessedistas, Pereira Pinto e Alfredo Neves. FGV/CPDOC. Assembleia Nacional Constituinte em 1946. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1946>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

Eleito Presidente da República, o General Eurico Dutra (PSD) tinha a intenção de diminuir a influência e o poder dos políticos mais ligados a Getúlio Vargas. Assim, o primeiro passo seria o de distanciar os interventores mais próximos do ex-presidente do poder executivo dos Estados. Para isso, alterou a regra de desincompatibilização do cargo de interventor para que pudessem disputar as eleições estaduais. Dessa forma, aqueles interventores que deixaram para sair de seus cargos próximo ao prazo limite estariam impedidos de disputar as eleições para o governo estadual. Entre eles estava Amaral Peixoto, que saiu na véspera da renúncia de Getúlio Vargas.

Além de impedir a candidatura de Amaral Peixoto ao governo, Dutra tratou de nomear para administrar o Estado até às eleições, interventores com ligações muito estreitas com políticos da UDN, opositores ao PSD e a Vargas desde o Estado Novo. O objetivo era o de minar a influência amaralista e dificultar a candidatura de alguém que pertencesse ao grupo político que controlou o Rio de Janeiro desde 1937.

Ainda preocupado com a possível vitória do grupo amaralista, Dutra passou a buscar um entendimento com o PSD e, particularmente, com Amaral Peixoto para encontrar um nome de consenso entre eles para a sucessão estadual.

As eleições para o governo fluminense, após as mudanças implementadas por Dutra, tornaram-se um momento tenso para o PSD-RJ: como não poderia mais ser candidato e ocupava a presidência do partido, a escolha do candidato do PSD passava diretamente por suas mãos. Escolher um nome entre aqueles que estavam ao seu lado desde a interventoria parecia ser a opção mais lógica. Contudo, como vários deles demonstraram a intenção em concorrer a um cargo, a indicação de um deles poderia representar uma crise e até mesmo abalar as estruturas do grupo e do diretório estadual do partido.

Para evitar que ocorressem tais fatos e uma derrota que parecia improvável meses atrás, Amaral Peixoto aceitou a proposta feita pelo Presidente Dutra: um nome pessedista que fosse capaz de ter o apoio da UDN. Nessa configuração, o candidato escolhido foi Edmundo de Macedo Soares e Silva e a união entre pessedistas e udenistas, além do PTB, tornou a eleição para o governo do Estado do Rio de Janeiro pouco competitiva.

## 2.5 A organização da propaganda política e eleitoral: as Comissões Especiais de Ação Política, Propaganda, Programa Administrativo e Recursos Financeiros do Partido Social Democrático do Estado Rio de Janeiro

A disputa eleitoral no Estado do Rio de Janeiro não despertou interesse na imprensa fluminense. Ao observarmos as páginas de *O Estado* e *O Fluminense*, não percebemos nelas propagandas políticas dos candidatos que disputariam o pleito de 1947. A candidatura de Edmundo de Macedo Soares e Silva apoiada pela aliança entre PSD, UDN e PTB fez com que não houvesse, de fato, uma disputa pelo governo estadual. Edmundo de Macedo Soares e Silva foi eleito com grande margem sobre os demais candidatos<sup>103</sup>.

Apesar de ter registrado um número de eleitores superior ao da eleição realizada em 1945, verificamos que a presença dos fluminenses na eleição de 1947 diminuiu consideravelmente: se 383.100 eleitores registraram seus votos em 1945, em janeiro de 1947 votaram 280.384 eleitores, número que representa menos de 70% dos registrados. Uma das explicações possíveis é justamente a falta de competitividade registrada naquele pleito.<sup>104</sup> Além disso, as principais lideranças dos grandes partidos da época já haviam disputado – e vencido – as eleições de 1945, como Amaral Peixoto (PSD) e Prado Kelly (UDN).

Todavia, com a nova configuração político-partidária estabelecida, novas estratégias precisavam ser delimitadas para a ação propagandística. Para analisar essa nova realidade, vamos recorrer a um documento depositado no arquivo do Partido Social Democrático, seção do Estado do Rio de Janeiro, que delimita a organização da propaganda a partir das eleições de 1947. Este documento, produzido em 1946, nos dá indícios importantes dessa organização.

O documento tem o título de *Instruções sobre as comissões especiais de ação política, propaganda, programa administrativo e recursos financeiros* e possui cinco páginas. As quatro primeiras versam sobre a regulamentação das comissões e a última traz a composição das comissões de propaganda divididas pelas regiões do Estado do Rio de Janeiro.<sup>105</sup>

<sup>103</sup> Edmundo de Macedo Soares e Silva recebeu 250.350 votos (quase 96% dos votos válidos), contra 9.163 de Artur Lontra Costa (Esquerda Democrática/PSB) e 1.548 de João Macedo Pereira (PSP). TSE. Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

<sup>104</sup> Em 1947, o Estado do Rio de Janeiro possuía 404.472 (18,81% da população) alistados e habilitados a votar. No entanto, 124.088 (30,68% do total de eleitores) se abstiveram de votar nas eleições que definiriam o Governador e a composição da Assembleia Legislativa. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos*: almanaque de dados eleitorais – Brasil e outros países. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

<sup>105</sup> O documento traz em sua última página os nomes daqueles que compuseram a comissão quando de sua criação, dividido pelas regiões que representavam: *Secretário*: Miguel Alvim Filho; *Norte*: Francisco Sá Tinoco, Raymundo Dória, Silvio Bastos Tavares, José Kezen, Nelson Rebel, Serafim Saldanha, Antônio

Tomamos como base o documento do PSD-RJ por se tratar de um dos principais partidos do país e pelo fato da seção estadual fluminense ser chefiada por um dos fundadores do partido em nível nacional e ter grande proximidade com as principais lideranças políticas pessedistas e petebistas (inclusive com Getúlio Vargas), Ernani do Amaral Peixoto. Ex-Interventor do Estado do Rio de Janeiro por todo o Estado Novo, genro de Getúlio Vargas desde 1939 (quando se casou com Alzira Vargas) e importante articulador das regras eleitorais estabelecidas ainda durante o Estado Novo (juntamente com Benedito Valadares e Agamenom Magalhães). Assim, podemos considerar que a organização da propaganda política do PSD seria basicamente um espelho da elaborada no Rio de Janeiro, não apenas por se tratar de um partido nacional, mas também por ser Amaral Peixoto uma de suas principais lideranças.

A primeira questão a ser analisada sobre este documento diz respeito às comissões que ele instituiu: ação política, propaganda, programa administrativo e recursos financeiros. Apesar de haver nele a indicação de que são quatro comissões, todas elas tinham como finalidade e objetivo, a elaboração e realização das campanhas eleitorais para os pleitos que se realizariam a partir de então.

O documento prevê que cada uma das comissões especiais deveria se reunir duas vezes por semana de forma separada, mas que suas resoluções só teriam valor após a Comissão Executiva do partido deliberar sobre o que foi discutido e encaminhado pelas comissões especiais a ela. Assim, as deliberações sobre as ações da campanha teriam que, necessariamente, passar pelas principais lideranças do partido.

A Comissão Especial de Ação Política e de Direção do Pleito teria como principais funções as seguintes:

- A) da direção do pleito;
- B) da disciplina partidária;
- C) da ação municipal e da ação dos candidatos;
- D) da possível repartição de votos, sobretudo quanto a observações e resultados;
- E) do recolhimento e da análise de dados;<sup>106</sup>

---

Pereira Nunes, Ézio Martins Bastos, Togo de Barros, Antônio Peçanha, Manoel Gonçalves e Oscar Batista; *Baixada*: Ernani Soares de Souza, Mario Nogueira da Silva, Latif Mussi Rocha e José Maria Castanho; *Serra*: Ataliba Fajardo de Moraes, Walter Vieitas, Francisco Eugênio de Moraes, Eugênio Pirajá Curty, Carlos Costa, Humberto de Martino, Ataliba Marinho e Eduardo Sisínio Dias; *Centro*: Bernardo Belo Pimentel, Osmar Serpa de Carvalho, Walter Franklin, Carlos Nabuco Araújo, Mario Cardoso de Miranda, Armando Paracampo e Eli Combat; *Sul*: Nelson Souza e Silva, Antônio Cotrim Moreira, Oscar Bulcão Viana, João Pio de Abreu, Henrique S. Alves Branco, Ruy Quintanilha, Alfredo Sodré e João Antônio Camerano. *Instruções sobre as Comissões Especiais de Ação Política, Propaganda, Programa Administrativo e Recursos Financeiros*. CPDOC/FGV. Arquivo PSD-RJ, 47.01.00/1, p. 4.

<sup>106</sup> Ibidem. p. 3.

Se analisarmos isoladamente as ações desta comissão, percebemos que sua atuação era principalmente interna ao partido, tendo como premissa básica a verificação da conduta dos candidatos quanto às regras estabelecidas pelo partido (disciplina partidária) e de como vinham sendo realizadas as ações dos próprios candidatos e dos diretórios municipais do partido. Além dessas fiscalizações, a Comissão Especial de Ação Política e de Direção do Pleito tinha a responsabilidade de analisar dados eleitorais e também da viabilidade de candidaturas, como nos indica o item D, ao mencionar a “possível repartição de votos”.

A Comissão Especial de Programa Administrativo e a Comissão Especial de Recursos Financeiros tinham como funções as listadas abaixo:

3ª - Comissão Especial de Programa Administrativo, destinada a:

- A) investigar a conjuntura econômica estadual e planejá-la;
- B) estudar os demais problemas do Estado, esclarecê-los e debatê-los;
- C) fornecer temas para comícios e artigos impressos.

4ª – Comissão Especial de Recursos Financeiros, tendo em vista:

- A) angariar recursos financeiros para o Partido e para o pleito de 19 de janeiro de 1947;
- B) distribuir esses recursos no Estado;
- C) tomar conta dos agentes que tenham recebidos recursos;
- D) prestar contas à Comissão Executiva.<sup>107</sup>

Como observamos as atribuições destas duas comissões especiais, suas finalidades estavam diretamente relacionadas às campanhas e aos candidatos. Enquanto a Comissão Especial de Recursos Financeiros era a responsável por angariar, distribuir e fiscalizar a utilização dos recursos financeiros nas campanhas, a Comissão de Programa Administrativo possuía um viés mais propositivo e analítico.

As duas primeiras atribuições (estudar, esclarecer e debater a conjuntura econômica e os demais problemas do Estado) daquela comissão estavam sendo pensadas para que pudessem “fornecer temas para comícios e artigos impressos” (item C) e se tornassem temas das campanhas dos candidatos pessedistas. Assim, diferente da primeira comissão especial que vimos – a de ação política e direção do pleito –, essas duas estavam diretamente ligadas às ações de propaganda. Por fim, nos cabe tratar sobre a Comissão Especial de Propaganda. De acordo com o documento analisado, ela tem a finalidade de:

- A) organizar a propaganda do partido, de caráter permanente ou em face do pleito;
- B) coordenar o plano de comícios, de caráter local ou regional;
- C) prever meios de transporte para a propaganda;
- D) convidar oradores;

<sup>107</sup> *Instruções sobre as Comissões Especiais de Ação Política, Propaganda, Programa Administrativo e Recursos Financeiros*. CPDOC/FGV. Arquivo PSD-RJ, 47.01.00/1. p. 3.

E) articular a campanha pela imprensa, os temas e colaboradores.<sup>108</sup>

Essa Comissão Especial reunia as principais ações de propaganda política e eleitoral do partido. Percebemos que havia entre suas finalidades vários elementos que estavam ligados às outras comissões descritas aqui. Entretanto, suas atividades estavam além dessas articulações. Era através da Comissão Especial de Propaganda que se organizava toda a campanha do partido nos pleitos. Inclusive, podemos perceber pelo item A (organizar a propaganda do partido, de caráter permanente ou em face do pleito) que essa comissão tinha suas atividades não apenas restrita aos momentos eleitorais, mas atuaria de forma contínua, organizando, produzindo e divulgando ações de propaganda do partido de forma sistemática. Por este item podemos perceber a importância atribuída à propaganda para a consolidação do partido e de seus candidatos aos cargos executivos e legislativos em disputa.

Para que essa comissão alcançasse os resultados esperados, era necessário que seus integrantes possuíssem uma rede extensa e qualificada de interlocutores. Além de organizar internamente ao partido, as ações de articulação com a imprensa eram fundamentais naquele momento. Cabe ressaltar aqui que, durante a década de 1950, os meios de comunicação tomavam posições contrárias ou favoráveis aos partidos e candidatos de forma clara. Era possível identificar com facilidade órgãos da imprensa partidários da UDN (antigetulistas) e do PSD (getulistas), por exemplo. Assim, a escolha dos nomes para a composição dessa comissão deveria ser muito criteriosa.

Para que essas escolhas não gerassem problemas a propaganda partidária, o PSD resolveu instituir subcomissões de propaganda, divididas entre Norte, Baixada, Serra, Centro e Sul, escolhendo um secretário para que pudesse promover a integração das ações destas subcomissões. A opção em realizar a divisão dessas subcomissões pelas áreas geográficas do estado também tem relação com a necessidade de possuir uma rede de relações influente em cada uma dessas localidades.

Como mencionamos anteriormente, era comum identificar na imprensa o apoio a algum partido político. Isso ocorria também nos órgãos de imprensa que tinham suas edições circulando apenas nos seus municípios de origem ou em determinada região do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, a divisão em subcomissões pelas diferentes regiões poderia trazer resultados importantes com relação à aproximação com os jornalistas locais e favorecer a divulgação das campanhas dos candidatos do partido naquele município ou região.

---

<sup>108</sup> Ibidem. p. 3.

Este mesmo raciocínio pode ser aplicado quanto à organização de comícios e ao convite de oradores. Quanto maior a abrangência desta comissão, maior seria a possibilidade de sucesso na organização dos comícios, muito importantes naquele período para que os candidatos mantivessem contato com os eleitores e pudessem conquistar novos votos, e na cooptação de figuras influentes nas localidades para a participação nesses eventos.

Essa divisão também era importante para que os temas abordados nos discursos de cada comício estivessem articulados ao que esperavam os eleitores de cada localidade. Cada uma dessas regiões tinha necessidades diferentes, pois possuíam realidades e atividades econômicas peculiares. As necessidades da Baixada Fluminense não eram as mesmas do Norte do Estado, que diferiam daquelas apresentadas pelos moradores/eleitores do Centro (municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí), do Sul ou da Serra. Assim, com membros de subcomissões vinculados a essas localidades e que possuíam interlocutores nos meios de comunicação e com a população, a organização dos comícios era feita de forma mais apropriada a cada município e/ou localidade em que eram realizados.

Os artigos 8º e 9º deste documento trazem mais duas informações relevantes a respeito da organização da propaganda partidária do período:

Art. 8º - O candidato do Partido a Governador é membro nato das Comissões Especiais;

Art. 9º - Os candidatos do Partido aos cargos eletivos federais ou estaduais podem assistir, com voto opinativo, no mesmo caráter do art. 5º, às sessões das Comissões Especiais.<sup>109</sup>

Estes artigos apontam para duas participações que não compunham as Comissões Especiais: os candidatos a Câmara, Senado e Assembleias Legislativas, que participavam apenas com direito ao que foi chamado de “voto opinativo”, ou seja, poderiam apontar sugestões, mas estas deveriam ser aprovadas pelas comissões especiais e pela comissão executiva do partido (ou seu Presidente).

A outra participação era do postulante ao executivo estadual. Nesse caso, o candidato a governador era membro de todas as comissões especiais criadas para cuidar dos assuntos relacionados às campanhas políticas. O político que buscava sua eleição para o cargo de Governador era, em geral, alguém que possuía uma trajetória política mais extensa, tendo

---

<sup>109</sup> O artigo 5º prevê a participação dos membros do Conselho Estadual e representantes dos Diretórios Municipais nas reuniões das comissões, também com voto opinativo, e que seria levado até a Comissão Executiva do Partido ou a seu Presidente. *Instruções sobre as Comissões Especiais de Ação Política, Propaganda, Programa Administrativo e Recursos Financeiros*. CPDOC/FGV. Arquivo PSD-RJ, 47.01.00/1. p. 3 e 4.

ocupado outros cargos eletivos e/ou no secretariado. Era, portanto, alguém que possuía prestígio dentro do partido e que – provavelmente – participava da Comissão Executiva do mesmo.

A participação do candidato ao governo era importante também para que o mesmo estivesse envolvido e a par de todos os indicativos e das decisões que eram tomadas para que a campanha fosse bem realizada. Vale lembrar que eram essas comissões especiais que faziam estudos econômicos, sociais e políticos que seriam usados para o desenvolvimento de estratégias e escolha de temas para comícios e para veiculação na imprensa, além de indicar os convidados para cada ato da campanha. Ter acesso a todas essas informações era indispensável ao candidato para que pudesse desempenhar de forma correta e satisfatória seu papel nas eleições.

Outro aspecto importante e presente nas atribuições e finalidades das comissões é a interlocução com a imprensa. Precisamos abrir aqui um parêntese importante: na década de 1950 eram os jornais e o rádio os principais meios de comunicação para a divulgação das campanhas políticas. Pensando em uma maior circulação das notícias, os jornais eram vetores importantes para essa divulgação, uma vez que poderiam ser acessados por um grande número de leitores e – diferente dos programas de rádio – em qualquer momento do dia.

A elaboração dessa comissão especial e o detalhamento de suas responsabilidades antes, durante e depois da realização das eleições é um indício de que as campanhas eleitorais ganhavam importância nesse novo processo político que se estabelecia no país.

### 3 AMARALISTAS X MACEDISTAS: A DISPUTA PELO CONTROLE POLÍTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo, analisaremos a campanha eleitoral de 1950 e, para isso, vamos nos utilizar de diferentes materiais: além da campanha expressa nos meios de comunicação, como jornais, revistas e rádio, utilizaremos também materiais de divulgação produzidos pelos partidos e/ou apoiadores dos dois principais candidatos naquela eleição: Ernani do Amaral Peixoto (PSD) e José Eduardo Prado Kelly (UDN).

Apesar de ser filiado ao PSD, o governo de Edmundo de Macedo Soares e Silva (1947-1951) representa os primeiros anos em que Amaral Peixoto, ou alguém muito próximo a ele, não esteve na chefia do executivo fluminense desde o início da Interventoria, em 1937.<sup>110</sup> Não por acaso, é o momento em que podemos perceber o retorno dos embates políticos tão comuns durante a Primeira República. A disputa eleitoral de 1950 foi entre dois importantes grupos no Rio de Janeiro: os amaralistas e os macedistas.

O ano de 1950 foi também período de eleições para a Câmara Federal, Senado e Presidência da República. No cenário nacional, a discussão pela sucessão do Presidente Eurico Gaspar Dutra teve início ainda em 1948 e várias foram as possibilidades ventiladas nesse longo processo de negociação política. Inicialmente, as negociações incluíam PSD e UDN, que buscavam achar um nome de consenso para a candidatura. Depois de muitas discussões e desacertos, a UDN lançou isoladamente como candidato o Brigadeiro Eduardo Gomes. PSD e PTB ainda tentaram por algum tempo a busca por um nome de consenso, mas – assim como o PSB, que lançou a candidatura de João Mangabeira – acabaram lançando cada um o seu candidato, Cristiano Machado (PSD) e Getúlio Vargas (PTB).

---

<sup>110</sup> Apesar do próprio Amaral Peixoto relatar em sua entrevista que durante a Interventoria de Hugo Silva (1946) ter encontrado forte resistência ao seu nome e que vários de seus aliados políticos foram perseguidos pelo então Interventor, esse foi um período curto e que não representava grande perigo ao controle político fluminense, como relatou o líder pessedista. CAMARGO, Aspásia (Org.). *Artes da política: diálogos com Amaral Peixoto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

### 3.1 O cenário político no Estado do Rio de Janeiro

Como vimos anteriormente, no Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto articulou uma aliança ampla, incluindo PSD, PTB e UDN. Contando com apoio daqueles que já formavam a base de sustentação política de sua interventoria e acrescido dos quadros udenistas, Amaral Peixoto e seu grupo não tiveram dificuldades para eleger o Governador do Estado do Rio de Janeiro em 1947. O candidato dessa ampla aliança política foi Edmundo de Macedo Soares e Silva, filiado ao PSD, com relações próximas a Amaral Peixoto desde o Estado Novo, mas que acabou se transformando também em um representante do grupo macedista, uma vez que era sobrinho de José Eduardo Macedo Soares.

A aproximação entre macedistas e amaralistas ocorreu ainda durante o Estado Novo. Percebendo que Amaral Peixoto conseguiu controlar a política nos municípios fluminenses e construiu uma sólida base no estado, José Eduardo e aliados passaram a articular com o grupo amaralista e, pouco a pouco, se integraram ao governo fluminense. Essa articulação política atingiu seu ápice nos últimos meses do Estado Novo, quando tiveram início as buscas por um candidato capaz de vencer as eleições que se aproximavam e manter o domínio do grupo político formado nos últimos anos. Um nome advindo das hostes macedistas seria bem recebido também por Getúlio Vargas, que havia desagradado a este grupo com a indicação de Amaral Peixoto em 1937.

Assim, com uma aliança entre os principais partidos do período, dos principais líderes políticos fluminenses e o apoio de Getúlio Vargas, Edmundo de Macedo Soares e Silva obteve mais de 250 mil votos nas eleições de 1947 (de um total de pouco mais de 280 mil votantes), derrotando os candidatos João de Macedo Pereira (PSP) e Artur Lontra Costa, da Esquerda Democrática, por uma ampla margem de votos.

O acordo realizado entre Amaral Peixoto, Macedo Soares e o Presidente Dutra estabelecia que, o ex-interventor teria ingerência nas nomeações para as secretarias estaduais e, com isso, parte de seu grupo político continuaria no poder, possibilitando o controle da política e preparando a possível volta do “Comandante” ao governo estadual ou alguém indicado por ele nas próximas eleições.

Apesar desse acordo, as relações entre o governador eleito, Amaral Peixoto e seu grupo não demoraram muito a sofrer seus primeiros abalos. A família Macedo Soares, de longa tradição na política fluminense, ainda não havia digerido a indicação de Amaral Peixoto ao cargo de interventor, que era postulado por seu grupo naquele momento. Motivados por

esse ressentimento e pela organização do grupo político de Amaral Peixoto durante o Estado Novo, que diminuiu a influência dos Macedo Soares sobre as lideranças políticas municipais, Edmundo de Macedo Soares tomou medidas que levaram ao rompimento da ampla aliança que havia se formado para as eleições: políticos indicados e não nomeados, ou nomeados e logo exonerados, no primeiro escalão do governo estadual foram os primeiros atritos. Além disso, os políticos que exerciam algum mandato ou tinham cargos em administrações municipais e eram ligados a Amaral Peixoto queixavam-se de que não tinham prestígio e nem seus pedidos atendidos por secretários de estado e pelo próprio governador. Essas atitudes tinham como finalidade estremecer as bases do amaralismo, construídas e consolidadas durante o Estado Novo.

Assim, Amaral Peixoto – que exercia mandato como Deputado Federal pelo Rio de Janeiro – e Edmundo Macedo Soares começaram a travar disputas em diversos campos, sobretudo na busca de manutenção dos apoios que já possuíam e de avançar sobre as bases do adversário, buscando trazer novos membros e lideranças para seus grupos políticos.

### **3.2 A campanha eleitoral se antecipa: pessedistas e udenistas e a produção de materiais de propaganda política e eleitoral no Estado do Rio de Janeiro**

Apesar das eleições ocorrerem apenas em 1950, analisaremos materiais produzidos em anos anteriores ao pleito. Essa escolha se deve ao emaranhado quadro político que se apresentava no Rio de Janeiro. Se por um lado as eleições de 1947 indicavam que a “pacificação” política propagada pelo grupo amaralista no Estado Novo havia de fato ocorrido, uma vez que podemos considerar o pleito para o governo estadual daquele ano como uma eleição não competitiva, tamanha foi a margem de votos pela qual foi eleito o governador, veremos que, na prática, a disputa política se acirrou. Assim, a disputa política fluminense teve início pouco depois do início do governo Macedo Soares e foi intensificada nos últimos meses de seu governo.

A disputa, dessa forma, se estendia também nos campos da memória política e administrativa do Estado. Os dois grupos produziram diversos materiais de campanha e propaganda difundidos como relatórios oficiais de suas administrações. O alvo principal destes materiais eram os eleitores, pois passava pela conquista de seus votos a permanência no poder e a vitória sobre o outrora aliado e agora rival.

Analisaremos esse período de disputa política através de uma série de publicações compreendidas entre 1947 e 1950, tanto por parte do grupo amaralista, como pelo grupo macedista. Esse material nos possibilita uma análise de como a representação e o imaginário construído pelos políticos e seus grupos foram elementos de destaque na disputa político-eleitoral no Estado do Rio de Janeiro. Cabe destacar ainda que, além da imagem construída localmente, havia permanente associação dos dois grupos à política nacional. Nesse caso, a disputa entre Amaral Peixoto e Prado Kelly, candidato udenista a sucessão de Macedo Soares, estava também inserida em uma disputa nacional entre getulistas e antigetulistas.

As publicações que vamos analisar são *Falando aos Fluminenses* (1947), *Discurso aos fluminenses* (1950), *Realizações do governo do Estado do Rio de Janeiro no quadriênio 1947-1950 – Sendo governador o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, O governo Amaral Peixoto 1937-1945 (Subsídios para a história político-administrativa do Estado do Rio)* e *Perfil de um administrador – Excertos da campanha política* (1950), além das palestras radiofônicas do programa *Panorama Fluminense*, comandado por Amaral Peixoto durante parte do ano de 1949.

### 3.2.1 Falando aos fluminenses: os macedistas no poder no Rio de Janeiro

Em 24 de fevereiro de 1947, tomou posse como Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva. Engenheiro e membro da Comissão Nacional de Siderurgia, Macedo Soares participou de todo o processo de criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da qual foi Diretor Técnico. Em 1946, antes de se candidatar ao governo estadual, ocupou o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas no governo do General Eurico Gaspar Dutra. Membro de uma família ligada à política e aos altos escalões de poder, Edmundo de Macedo Soares e Silva era muito mais um burocrata que transitava por Ministérios e Secretarias do que um político capaz de arregimentar aliados e apoio popular.

Depois de quase uma década do estado sob o comando de Amaral Peixoto, o desafio do governador, eleito com o apoio dos amaralistas, seria grande no que se referia à manutenção das bases políticas constituídas durante o Estado Novo. Contudo, o rompimento com o grupo que havia lhe apoiado na campanha logo no início de seu governo tornou essa

missão ainda mais difícil. Macedo Soares, então, precisou construir suas próprias bases políticas e construir uma relação de proximidade com importantes grupos políticos e sociais.

Durante o ano de 1947, percorreu o Estado do Rio de Janeiro em busca desses apoios e reuniu em uma publicação uma série de discursos proferidos nessas ocasiões. Sob o título de *Falando aos fluminenses*, publicou – em dezembro de 1947 – 11 discursos (incluindo o discurso de sua posse) e um breve prefácio apresentando a publicação, editorada em 108 páginas pelas Oficinas Gráficas do Jockey Club Brasileiro. Os discursos reunidos nessa obra concentram-se em Campos e Niterói (sete dos 11 discursos foram realizados nesses dois municípios) e os demais foram realizados em Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis e Barra do Pirai.<sup>111</sup>

A escolha desses discursos e de onde eles foram realizados podem nos indicar a preocupação do governador em atacar locais estratégicos para seu sucesso administrativo e político. Niterói era a capital do estado e um importante centro político e econômico do Rio de Janeiro. Campos, além de sua importância econômica, era uma área estratégica para a nova administração do ponto de vista político. Foi a partir de Campos que o grupo liderado por Amaral Peixoto conquistou uma importante rede de relações que lhe proporcionaram a adesão de outras lideranças dos municípios da região, que acabaram se tornando uma base importante para seu governo durante a interventoria. Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis e Barra do Pirai representavam outras regiões nas quais o amaralismo havia se espalhado (Baixada Fluminense, Região Serrana e Sul fluminense) e possuía uma grande quantidade de lideranças que o apoiavam. Eram, portanto, municípios que tinham destaque em suas regiões e representavam uma espécie de “cinturão” do amaralismo.

O prefácio, escrito pelo próprio Macedo Soares, adverte que estes são discursos relativos aos pensamentos sobre problemas gerais do país e particulares do Estado do Rio de Janeiro e que gostaria de tornar acessível aos fluminenses seus pontos de vista. Todavia, dos 11 discursos reunidos nessa publicação, apenas os dois últimos tratam de temas nacionais. Um deles trata das relações econômicas e políticas no Continente americano, proferido em Petrópolis na Sessão Inaugural do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, e outro sobre os problemas econômicos do Brasil, que fez ao receber o título de Professor *Honoris Causa* da Faculdade Fluminense de Filosofia. Os demais discursos tratavam de temas

---

<sup>111</sup> Apesar de a publicação ter sido realizada ainda bem distante das próximas eleições, essa é a primeira obra onde identificamos a utilização eleitoral em uma disputa política. Tanto foi assim, que a publicação que analisaremos a seguir *Discursos aos fluminenses* (1950) faz em seu prefácio uma referência a esta que ora analisamos, como se aquela publicação de 1950 fosse apenas a continuidade da publicada em 1947. Assim, entendemos que se faz necessária a análise dessa publicação, sendo impossível dissociar as duas.

estaduais ou, o que era mais recorrente, de temas que faziam referência às necessidades dos locais onde eram proferidos os discursos.

O que podemos notar também ao ler o conjunto dos discursos de Edmundo de Macedo Soares era que nas falas em que explorava as questões locais havia uma preocupação em relacionar as mesmas com as que fizera anteriormente. Assim, o governador construía uma relação entre suas falas e também um panorama mais completo sobre sua administração. Um exemplo disso é o trecho inicial de seu discurso em Campos, onde cita cada um dos discursos contidos nessa publicação feitos antes de 30 de agosto, data do trecho que subscrevemos:

Tem sido minha preocupação constante, desde que tive a honra de assumir o Governo do Estado, manter o máximo contato com as populações fluminenses. [...] No Tribunal de Justiça, em Niterói; na ocasião da Exposição Pecuária; No dia 1º de maio, no Estádio Caio Martins, em Niterói; em Friburgo; junto ao monumento à FEB, em Campos, ou à herma dirigida a Ari Parreiras, ainda na capital do Estado; e, recentemente, em Barra do Pirai, saudando o Sr. Presidente da República [...] <sup>112</sup>

Todos os discursos citados estão presentes na publicação que ora analisamos e indicam o cuidado e esforço que eram empreendidos para que a imagem que se tentava construir fosse capaz de se sobrepôr à da liderança política que acabara de deixar o poder executivo estadual, mas que se articulava politicamente na Câmara Federal e poderia atuar de forma decisiva sobre o projeto de poder dos Macedo Soares.

Em seu discurso de posse, Edmundo Macedo Soares agradeceu, como de costume, à população fluminense e também à justiça eleitoral, fazendo referência ao fato de que o Estado do Rio de Janeiro era o primeiro a instalar sua Assembleia e empossar seu governador nesse “processo de constitucionalização”, conforme chamou esse período o governador eleito. Destacou que para que isso ocorresse pesou consideravelmente as tradições políticas dos fluminenses pelas liberdades democráticas.

Nesse discurso destacou também a composição da Assembleia Legislativa, o funcionalismo público estadual e a responsabilidade que assumia naquele momento:

Ao subir as escadas deste Palácio – a Casa do Povo – penso no que disse aos fluminenses há poucas semanas atrás, durante a campanha eleitoral. Meço a enorme responsabilidade a que aludi então e que já agora pesa efetivamente sobre meus ombros. Não me afastarei uma linha sequer da conduta que me tracei, de lutar, com intransigência, pelo bem público e guardo intacta a minha confiança nos destinos de nossa grande pátria. <sup>113</sup>

<sup>112</sup> SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Falando aos fluminenses*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jockey Club Ilustrado, 1947. p. 61.

<sup>113</sup> SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Falando aos fluminenses*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jockey Club Ilustrado, 1947. p. 10-11.

Não foi apenas no trecho supracitado que o agora Governador do Rio de Janeiro lembrou que havia feito propostas de campanha aos fluminenses e a responsabilidade com cada uma delas. Isso ocorreu em alguns momentos do discurso e, em nenhum deles, há referência ao apoio que recebeu dos partidos e, principalmente, de Amaral Peixoto.

Este discurso, assim como outros discursos selecionados para a publicação, valorizam a campanha política e as propostas que apresentou aos fluminenses como elementos centrais para sua caminhada ao Palácio do Ingá, relegando a segundo plano a aliança costurada por Amaral Peixoto entre PSD, UDN e PTB, que deixou a candidatura macedista sem um adversário capaz de lhe enfrentar no pleito de 1947, como os números apresentados anteriormente sobre a eleição referendam.

A única referência que fez a políticos com atuação no estado foi a Álvaro Rocha, que ocupava a cadeira de Chefe do Executivo durante o processo eleitoral e lhe transmitiu o cargo. Foi um discurso elogioso a este político, a quem considerou um exemplo em sua formação e destacou sua trajetória enquanto advogado e servidor público. Estas ausências estão marcadas em todos os discursos selecionados para essa publicação. As referências políticas feitas por Edmundo Macedo Soares são sempre direcionadas ao Governo Federal e ao Presidente Dutra.

A ausência de Amaral Peixoto nos discursos pode ser considerada um indício de que Macedo Soares buscava trilhar um caminho de completa independência em relação ao ex-interventor e até mesmo ao PSD, que era dominado por seu grupo político. A mensagem era destinada prioritariamente aos políticos fluminenses, para quem o governador já demonstrava que os rumos da política seriam outros e que as negociações seriam reestabelecidas em novas bases e sob novas condições e lideranças políticas da nova administração estadual.

Em 01 de maio de 1947, Edmundo Macedo Soares discursou para trabalhadores reunidos no Estádio Caio Martins. Nesse discurso, percebemos a tentativa de construção de uma imagem popular pelo Governador, distanciando-se do seu perfil de burocrata ligado aos altos escalões de poder.

Não é estranho para mim o ver-me entre trabalhadores. O seu convívio me é familiar. No desempenho de minhas funções profissionais, no Exército e fora dele, a serviço do país, é em seu meio que tenho passado grande parte da vida. Destarte, conheço-vos bem. Foi convosco que executei tarefas que outros julgaram superiores às possibilidades de nossa gente. Tenho-vos visto trabalhar e aprender; sei de vossa facilidade de assimilação e de vossa habilidade na execução. As realizações do campo industrial, levadas a efeito no Brasil, demonstra que poderemos construir, dentro de nossas fronteiras, aquilo que quisermos, só dependendo de nós mesmos,

de nossa capacidade de trabalho, energia, compreensão do dever e espírito de continuidade.<sup>114</sup>

Macedo Soares buscava a construção de uma imagem de que laborava ao lado dos trabalhadores durante sua trajetória profissional. Afeito aos gabinetes, o governador agora precisava percorrer o Estado e se aproximar dos políticos locais e da população fluminense.

Os discursos proferidos no 1º de maio eram, como de costume, retratados na imprensa fluminense. Os eventos do dia do trabalhador eram realizados no Caio Martins e contavam com a presença do alto escalão do governo, de lideranças dos trabalhadores e, por vezes, contavam com a participação do Presidente da República ou do Ministro do Trabalho. Eram nesses eventos que o governador buscava uma aproximação com a população e que tentava construir esse perfil de homem ligado ao povo e aos trabalhadores.

Não por acaso, cita em outro discurso, proferido na Associação Comercial de Campos em 30 de agosto, que somente em 1947 já havia percorrido cerca de 30 municípios, pois via a necessidade de manter-se próximo aos fluminenses. Mais do que isso, com os aliados de Amaral Peixoto já sendo destituídos de seus espaços de poder no governo estadual e em repartições municipais onde o governo estadual poderia interferir, era necessário manter-se próximo dos políticos locais.

A partir desse discurso, uma marca importante começa a ser construída pelo governador: a de que era necessária a união dos fluminenses em todos os setores para que o Estado pudesse avançar, como podemos perceber no trecho abaixo:

Devemos, em consequência, somar energias e não as dispersar; congregar vontades e não aniquilarmo-nos em choques de grupos; trabalharmos juntos e não destruírmolos em disputas inglórias e discussões bizantinas. Nada desune mais que o sectarismo político. A luta democrática exalta, porque ela é o debate em torno de ideias, é a exposição de programas, é a responsabilidade assumida em praça pública. Não pode ser ela o insulto pessoal e a campanha sistemática; não pode ser o elogio de hoje e a negativa de amanhã; não é ela, positivamente, o preparo à insurreição, pelo deflagrar de sentimentos que geram o espírito de hostilidade e revolta.<sup>115</sup>

Os embates entre Macedo Soares e os integrantes do grupo amaralista ganharam força e notoriedade a partir de meados de 1947 e foi na região do Norte fluminense que muitas mudanças e interferências foram realizadas pelo governo estadual. O grupo macedista começou a levantar a bandeira da união e de combate ao que chamou de “sectarismo político”

<sup>114</sup> SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Falando aos fluminenses*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jockey Club Ilustrado, 1947. p. 29.

<sup>115</sup> SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Falando aos fluminenses*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jockey Club Ilustrado, 1947. p. 63.

em Campos, onde sabia que enfrentaria uma resistência das lideranças ligadas ao ex-interventor.

Na seleção de discursos não faltou também aqueles que apontavam para a produção agrícola e a área rural, que corresponderam à importante parcela da atividade econômica fluminense por um longo período. Em um deles, realizado em Barra do Piraí, Macedo Soares discursou junto com o Presidente Eurico Dutra e destacou a união entre os governos estaduais e federais para que os agricultores e pecuaristas pudessem superar as dificuldades e aumentar suas produções no pós-guerra. Destacou também, desta vez em discurso proferido em Nova Iguaçu, o trabalho de reflorestamento nas regiões do Vale do Paraíba e da Baixada Fluminense, assim como os treinamentos que os agricultores estavam recebendo por parte dos técnicos da Secretaria de Agricultura, o que auxiliava na melhora de suas técnicas e resultados.

Alcançar essa parte da população fluminense, trabalhadores e produtores rurais, era importante para que Macedo Soares garantisse não apenas a estabilidade de seu grupo político no quadriênio para o qual foi eleito, mas também para conseguir bases para seguir no poder. Essa era uma região onde Amaral Peixoto e seu grupo tinham muita força política pelas ações que realizaram durante a interventoria e também pela forma com que trataram as lideranças políticas locais. Assim, conseguir atrair tais lideranças políticas e econômicas para seu grupo seria uma dupla vitória, pois enfraqueceria também os amaralistas.

Para a consolidação de um novo grupo dominante na política fluminense, e este era o objetivo do governador, era necessário a conquista das principais regiões onde o amaralismo havia se disseminado. E pela seleção dos discursos feitos para essa publicação, seja pelas localidades em que aconteceram ou pelas temáticas, ficou evidente a preocupação com o Norte Fluminense. Se não conseguisse abalar essas estruturas montadas durante o Estado Novo, dificilmente Macedo Soares conseguiria manter seu grupo no poder após 1950.

Com o título de *Discursos aos fluminenses*, foi publicado em maio de 1950 a continuação da publicação anterior, contemplando os discursos proferidos em 1948 e 1949. Publicada pelo Departamento de Imprensa Nacional, possuía 161 páginas e foi organizada de forma muito semelhante à anterior. O prefácio, inclusive, é igual ao da publicação editada em 1947, informando ao leitor que aquela era uma compilação de pensamentos sobre o país e, particularmente, sobre o Estado do Rio de Janeiro. Nesta publicação, foram incluídos 18 discursos, sendo 10 deles proferidos em Niterói, capital do Estado. Uma característica diferente desta publicação é a de que a página que situa o local, data e circunstância do

discurso tem como destaque alguma passagem considerada emblemática proferida naquela ocasião.

Dois desses discursos referem-se a encontros realizados com os Prefeitos dos municípios de todo o Estado do Rio de Janeiro. Um deles é o discurso que abre a publicação e foi realizado no 1º Congresso de Prefeitos, em Niterói, em janeiro de 1948. A passagem destacada em sua página inicial é “a política dos governos, no Brasil, deve ser vigorosamente dirigida para o desenvolvimento da agricultura”.<sup>116</sup>

O tema desse primeiro encontro com os prefeitos foi a economia estadual, sobretudo a agricultura. O discurso inaugural foi atribuído ao Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Rio de Janeiro, Edgar Teixeira Leite, que apresentou o programa de governo para as áreas em questão. O discurso do governador ocorreu ao final do encontro e, de acordo com ele, tinha como objetivo apresentar dados das atividades agrícola e industrial do país para que pudessem, à luz do que foi discutido no congresso, traçar normas para o futuro.

Seus primeiros apontamentos foram em direção ao que considerou mais grave entre os acontecimentos econômicos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro: o decréscimo de áreas cultivadas e, conseqüentemente, da produção. Nesse aspecto, não podemos deixar de lembrar que a indicação de seu nome como candidato do PSD-RJ ao governo estadual passou pela negociação entre Eurico Dutra, que defendeu sua indicação como candidato e Amaral Peixoto. Dutra tinha estreitas ligações com os ruralistas, fato que mudou as prioridades econômicas do período Vargas, de incentivo à industrialização.<sup>117</sup>

Macedo Soares passou grande parte de seu discurso demonstrando que a partir da primeira metade da década de 1940 a produção agrícola e o número de habitantes envolvidos nessa atuação vinham decaindo, movimento contrário ao que ocorria no país como um todo. O decréscimo dessa produção é o que leva o governador a dar destaque à agricultura em sua administração, além de sua ligação política e pessoal com o Presidente Dutra.<sup>118</sup>

Esse era um ponto interessante também para a contestação da administração anterior, que investiu politicamente no interior do estado, mas que – de acordo com os dados

---

<sup>116</sup> SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Discursos aos Fluminenses*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 3.

<sup>117</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 103.

<sup>118</sup> O alinhamento de Macedo Soares com Dutra era semelhante ao de Getúlio Vargas com Amaral Peixoto. Assim, durante o período do Estado Novo (1937-1945), Amaral Peixoto – apesar de desenvolver políticas e estratégias que beneficiassem os produtores rurais, entendendo que eram parte importante para a economia e sustentação política – implementou ações que visavam iniciar um processo de industrialização do Estado do Rio de Janeiro. CASTRO, Sílvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1995. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

apresentados – não havia feito o mesmo sob o ponto de vista da economia e da estrutura para o desenvolvimento de sua principal atividade econômica. Essa era uma estratégia importante para arregimentar apoios políticos para seu grupo e que poderia refletir também no apoio eleitoral em 1950. As críticas, mesmo que indiretas à administração realizada durante a interventoria, eram um importante mecanismo para desarticular e enfraquecer o grupo amaralista.

Apesar de destacar o crescimento da atividade industrial em território fluminense, lembrou que o crescimento de uma atividade não poderia significar o esfacelamento de outra. Assim, e após citar como exemplos medidas adotadas na Suécia e nos EUA, Macedo Soares indica que tratará como prioridades nessa área para recuperar a agricultura, o investimento no conhecimento técnico e da terra, conceder aos lavradores um padrão de vida semelhante aos que desfrutavam os habitantes das cidades e a organização e distribuição dos mercados consumidores, aproveitando-se das novas malhas rodoviárias do Rio de Janeiro.

Ao final do primeiro congresso de prefeitos, o governador anunciou a realização do segundo congresso de prefeitos, que ocorreu em outubro de 1948, teve como sede o Instituto de Educação de Niterói e tratou de temas relativos à educação e saúde estadual, conforme havia anunciado ao se despedir dos prefeitos no encontro anterior.

Assim como no primeiro encontro com os Prefeitos, o Governador discursou no encerramento do Congresso. Seu discurso teve como base os trabalhos realizados no encontro, além de fazer uma análise do contexto no qual estavam inseridos. O trecho escolhido para a primeira página e identificação do discurso foi “na fixação do homem à terra, questão de importância vital para nossa existência de nação livre, os problemas de educação e saúde se projetam como dos mais importantes”<sup>119</sup>.

O trecho supracitado é o que conclui a análise feita pelo governador acerca do contexto que vivíamos no país e, mais especificamente no Rio de Janeiro e estabelece uma relação com o encontro anterior, onde o tema central foi a produção agrícola. Cabe destacar também que foram várias as referências feitas ao Presidente Dutra e seu Ministro da Educação, Clemente Mariani, tomados como grandes colaboradores do desenvolvimento dessas áreas no Rio de Janeiro.

Ao iniciar o discurso, Edmundo Macedo Soares destacou educação e saúde como áreas fundamentais para a formação das nações e, especificamente falando da educação, a caracterizou como a responsável por preservar e aperfeiçoar as heranças culturais passadas de

---

<sup>119</sup> SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Discursos aos Fluminenses*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 101.

geração em geração. Neste sentido, afirma que tratar de temas como saúde e educação é primordial para que os fluminenses possam se fixar no interior do Estado, nas áreas rurais e continuar a aperfeiçoar suas atividades agrícolas.

Outra passagem que merece destaque nesse discurso é a relativa às missões culturais desenvolvidas na interventoria de Amaral Peixoto. Diferente de todos os demais momentos desse discurso, onde o chefe do executivo fluminense elogiava e apoiava as sugestões dadas pelos prefeitos, Macedo Soares faz a seguinte declaração:

As missões culturais foram bem encaradas em vossas apreciações. Necessitaríamos para percorrer todo o território fluminense anualmente (um mês em cada distrito), de cerca de vinte missões. O esforço desejável, não será, entretanto, possível, desde já, com essa intensidade. Procuraremos realizar alguma coisa e, desde logo, essa indispensável ‘Enciclopédia Popular’, cuja ideia me parece das mais felizes.<sup>120</sup>

Podemos perceber que a ideia de continuar uma prática iniciada pelo seu antecessor não teve aceitação por parte do atual governante fluminense. A saída encontrada por ele naquele momento foi a de mostrar ser inviável a continuidade das missões culturais pelo tamanho que tal ação deveria tomar para que todo o Estado fosse atendido pelas missões.

Para substituir as Missões Culturais, o governador e sua equipe propuseram uma nova atividade que chamaram de “enciclopédia popular”. Essa enciclopédia seria uma compilação das informações que eram repassadas aos habitantes do interior do estado do Rio de Janeiro e foi apontada como uma solução para que os trabalhos desenvolvidos pelas missões pudessem chegar a todos os municípios que precisavam ser atendidos por ela em um tempo mais curto.

Nestes dois discursos proferidos em encontros com os prefeitos em 1948, vemos que o governador buscava uma aproximação com as lideranças municipais, assim como fez Amaral Peixoto durante sua interventoria, para que pudesse estreitar seus laços e buscar apoio para sua administração. Mais do que isso, as várias menções que faz ao Presidente da República e a seus ministros, busca mostrar a essas lideranças suas articulações com o governo federal, visando arregimentar bases para seu grupo político, o que enfraqueceria o amaralismo no Rio de Janeiro e poderia lhe possibilitar o controle político do Estado.

Nessa compilação de discursos, destacamos também os dois que se direcionam aos trabalhadores. Assim como na publicação de 1947, esta também traz o discurso proferido na comemoração do dia do trabalhador, no Estádio Caio Martins, e outro realizado aos servidores públicos, em 28 de outubro, no Teatro Municipal de Niterói. Nesses discursos, Macedo Soares busca novamente construir uma imagem de proximidade aos trabalhadores e de

---

<sup>120</sup> Ibid. p. 107.

valorização de suas atividades, sejam elas desenvolvidas em âmbito privado ou nos serviços públicos.

Em 1948, a programação da comemoração do dia do trabalhador foi marcada por inauguração de obras na capital fluminense e em sua cidade vizinha, São Gonçalo, com a presença do Presidente Dutra. Após essas inaugurações, a programação oficial previu a realização dos discursos no Estádio Caio Martins, além de festejos no Teatro Municipal de Niterói e na Faculdade Fluminense de Direito.

No discurso de 1º de maio, Macedo Soares destacou a importância dos serviços que vinham se desenvolvendo para a recuperação da economia brasileira do pós-guerra. Visando dar ênfase mais uma vez ao alinhamento com o governo federal, Macedo Soares reiterou em seu discurso a cooperação entre seu governo e o do Presidente Dutra:

Os dias que correm são ainda ásperos e deles só poderemos sair pelo esforço geral e nunca por medidas artificiais. O Estado do Rio tem cooperado lealmente com o Governo Federal no sentido de incrementar a produção de alimentos e melhorar as estradas. Tem ainda aplicado grande parte de seus recursos em difundir a educação do povo e aperfeiçoar os métodos de socorrer a saúde pública.<sup>121</sup>

Relacionando as ações do governo estadual àquelas tomadas pelo governo federal, Macedo Soares passou a detalhar as ações de seu governo, como a recuperação da atividade agrícola e das atividades vinculadas ao transporte e comércio, além de reforçar que vinha investindo nas áreas da saúde e educação. De acordo com ele, “os problemas essenciais do povo são a grande preocupação daqueles que detém em suas mãos, no momento, a delegação dos fluminenses para dirigir os seus destinos”.<sup>122</sup>

Quanto ao discurso realizado no Teatro Municipal aos servidores públicos, Macedo Soares concentrou-se em tratar de questões da carreira dos servidores públicos, considerando que “o regime de direitos, vantagens e concessões de que gozam os funcionários em nosso país pode ser considerado um dos melhores do mundo”.<sup>123</sup> Além disso, tratou especificamente dos servidores públicos estaduais, tecendo considerações sobre a atuação dos técnicos fluminenses na organização do estado.

Uma característica marcante dessa compilação em análise é a presença constante de referências ao Presidente Dutra e, para além das referências, a presença de três discursos proferidos pelo governador para saudar a presença do chefe do executivo federal em eventos

---

<sup>121</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 103.

<sup>122</sup> SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Discursos aos Fluminenses*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 26.

<sup>123</sup> *Ibid.* p. 109.

no Estado do Rio de Janeiro. Esses discursos foram feitos no ano de 1948 nos municípios de Sapucaia, Campos e Itaperuna, nos meses de março e setembro.

O primeiro discurso, realizado em Sapucaia, teve como principal temática o apoio do governo estadual ao federal e as ações empreendidas no país e, mais especificamente no Rio de Janeiro. Ao discursar perante o Presidente Dutra, Macedo Soares conclamou os fluminenses, de forma extensiva a todos os habitantes do país, a união em torno do crescimento da nação. De acordo com o governador era preciso “conciliar os brasileiros, dentro de seus ideais políticos”.<sup>124</sup>

Apesar de abordar já no discurso de Sapucaia questões referentes ao passado do Rio de Janeiro, ainda no tempo em que era uma Província do Império, os discursos em Campos e Itaperuna, realizados em 18 e 19 de setembro de 1948, respectivamente, trataram exaustivamente daquele tempo e das dificuldades que passaram a enfrentar após a Proclamação da República. Para ilustrar seus discursos, o governador recorreu a diversos intelectuais fluminenses, utilizando passagens e referenciando obras como as de Maurício de Abreu, Oliveira Vianna e Alberto Lamago.

Nesses dois discursos, Macedo Soares rememora os tempos em que Campos e Itaperuna possuíam local de destaque não apenas na produção agrícola estadual, mas no Brasil. Construindo um discurso de que a crise havia afetado em cheio o desenvolvimento das atividades econômicas e das cidades do interior, o governador passou a tratar de questões que poderiam auxiliar na superação desse momento e trazer o desenvolvimento e crescimento da economia à região. Um trecho do discurso proferido em Itaperuna nos mostra a presença desses elementos:

O sucesso da ‘política de volta à terra’ reside apenas num segredo: tornar o trabalho do solo suficientemente remunerador. Durante muito tempo o café manteve nas fazendas os colonos, que plantavam também cereais, cujos excedentes eram exportados para os grandes centros consumidores. A diminuição do rendimento do solo, de um lado, e o atrativo das cidades, ou de regiões mais ricas, de outro, deram lugar ao movimento migratório fluminense, um dos mais impressionantes que tem ocorrido no Brasil. Novos métodos de lavoura, financiamento acessível, sementes e conselhos técnicos realizarão o que todos desejamos.<sup>125</sup>

Trechos como esse deram o tom dos discursos realizados em Campos e Itaperuna. A presença do Presidente da República era um importante elemento de aglutinação dos habitantes do município e fazia desses momentos excelentes oportunidades para realizar

---

<sup>124</sup> Ibid. p. 21.

<sup>125</sup> SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Discursos aos Fluminenses*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 84.

propaganda de suas ações e/ou intenções para as diferentes áreas do Estado. No caso das visitas a Campos e Itaperuna, a estratégia utilizada foi a de propor medidas para a retomada da produção agrícola e da atividade pecuarista. Assim como em outros discursos já analisados aqui, a “receita” dada pelo governador era a de investimento na recuperação dos solos, na fixação do homem do interior na terra, a instrução para o melhor aproveitamento da terra e, sobretudo, tornar atrativo o trabalho agrícola, equiparando os ganhos destas atividades aos gerados em atividades nos centros urbanos.

Há ainda mais um discurso em que o Presidente Dutra esteve presente. Em 29 de março de 1949, coube a ele a inauguração da eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, no trecho da Serra do Mar, mais especificamente em Barra do Piraí. Naquela ocasião, Macedo Soares ressaltou o grande avanço que áreas como a engenharia, arquitetura e construção civil vinham alcançando no Brasil. Cita, inclusive, como um dos passos importantes para esse processo o trabalho que desenvolveu, a pedido do Ministério da Guerra, na metalurgia.

Em contraposição a esses avanços, os transportes continuavam a afligir boa parte da população brasileira. Por isso, destaca como importante avanço a inauguração desta eletrificação e a abertura de rodovias que fazem trajeto semelhante, “ligando a baixada ao planalto”.

Analisando o conjunto de alocações das duas publicações, concluímos que foram selecionadas falas que abarcavam os temas capazes de criar uma imagem positiva junto aos eleitores fluminenses, como as atividades econômicas rurais, mensagens aos trabalhadores e propostas de desenvolvimento das áreas urbanas e rurais. Esses temas também estiveram presentes em boa parte dos discursos e materiais elaborados por Amaral Peixoto e seu grupo durante a década de 1940, quando começaram o processo de construção de seu material de propaganda.

Todavia, apesar das semelhanças entre os temas abordados, os materiais apontam diferenças metodológicas importantes nas abordagens. Enquanto o grupo amaralista mudava o referencial de desenvolvimento para o período iniciado após a administração de Getúlio Vargas, distanciando-se do passado ligado ao Império. Seguindo estratégia semelhante à da administração federal, Amaral Peixoto e seu grupo optaram por um incentivo a industrialização e diversificação das atividades econômicas. Macedo Soares optou por fortalecer as atividades rurais, tentando através dessa valorização, desfazer as alianças firmadas com o ex-interventor e fortalecer o grupo político que tentava formar. Assim, seu material valoriza as tradições, remetendo ao período do século XIX e início do século XX.

Utilizar esses temas tinha por objetivo apontar as falhas encontradas na administração de Ernani do Amaral Peixoto para quebrar a confiança entre o líder político e as lideranças políticas municipais e a população fluminense. Ao publicar dados que seriam desfavoráveis ao grupo que dominava a política fluminense e apontar novas estratégias políticas e administrativas, Edmundo Macedo Soares – que ainda pertencia aos quadros do PSD – buscava afirmar sua liderança não apenas à frente da administração estadual, mas também no partido e na política fluminense. Para isso, se valeu também de outra estratégia. Com a proximidade entre o Estado do Rio de Janeiro e a capital da República, Macedo Soares reforçou ainda mais sua ligação com o governo federal e, especialmente, com o Presidente Dutra. O Presidente, como vislumbramos pelas menções feitas a ele nos discursos do governador que foram analisados aqui, tinha uma agenda recorrente de compromissos no Rio de Janeiro e Macedo Soares sempre aproveitava essas agendas para reforçar o bom trânsito que possuía com o mandatário da nação.

A compilação desses discursos, portanto, privilegiou reforçar para políticos e população fluminense a relação harmônica e próxima entre o governo fluminense e nacional, assim como a divulgação de ações em áreas estratégicas para o governo, sempre associadas a críticas à administração anterior.

### 3.2.2 Edmundo de Macedo Soares e a construção da imagem de administrador

Não será, no entanto, a simples exposição fotográfica de trabalhos feitos – escolas, hospitais, estradas, usinas, postos agropecuários, edifícios públicos de outros gêneros – o que poderá dar ideia completa de uma obra administrativa. Algo, que se não pode registrar num clichê, talvez constitua o que de mais árduo e substancial existe, planeando, resolvendo, vigilando, executando, completando, imprimindo unidade, ritmo, sentido e decisão a tarefa do administrador. Essa “alguma coisa” é, sem dúvida, o espírito de servir segundo a consciência do dever assumido. E, principalmente, de fazer tudo quanto se possa, com tudo quanto se tem.<sup>126</sup>

A publicação *Realizações do governo do Estado do Rio de Janeiro no quadriênio 1947-1950 – Sendo governador o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva*, de onde se extraiu o texto acima, não possui autoria e tão pouco é vinculada a uma gráfica, editora ou mesmo à Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Todavia, a obra pode ser atribuída ao grupo macedista, uma vez que ela constitui uma clara propaganda política do mesmo.

<sup>126</sup> REALIZAÇÕES do governo do Estado do Rio de Janeiro no quadriênio 1947-1950 – Sendo governador o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. p. 3.

A publicação possui 69 páginas e está dividida da seguinte forma: *O sentido político de uma administração*; *Atividades no setor de obra*; *Recuperação e defesa da economia fluminense*; *A presença do governo no mundo rural*; *Educação, Saúde Pública, Transporte*; *Vias de Comunicação e Energia Elétrica*.

Conforme podemos captar pela organização da obra, ela busca retratar aspectos muito ligados à administração, com exceção do primeiro tópico, onde é feita uma análise política e conjuntural do governo. Os tópicos são desenvolvidos a partir de imagens de construções e melhorias feitas na administração Macedo Soares, sempre acompanhadas de textos que se referem a questões econômicas e de atendimento às necessidades da população fluminense.

A estratégia usada pelo grupo que o apoiava era a de construir a imagem de um administrador competente, que tinha como maiores virtudes a gestão de recursos e prioridades, assim como o discernimento de que sua missão era de servir ao público que lhe conferiu o mandato.

Outra característica explorada pela obra é o fato de que o governo Edmundo Macedo Soares foi o primeiro a ser realizado após um período autoritário, buscando construir a imagem de um político intimamente ligado aos ideais democráticos e de respeito à constituição do país, como podemos perceber no seguinte trecho:

O sentido de que mais se permite orgulhar o atual governo fluminense é o da responsabilidade. Ele pertence ao que há de mais íntimo no verdadeiro conceito democrático. E uma administração que recebeu, em 1947, para caminhar, no seu período, uma estrada recém-aberta, ao pleno sol da constituição, tinha como primeiro dever o de não se esconder nunca dos olhos vigilantes do povo.<sup>127</sup>

Esse é o trecho que abre a publicação destinada a construir a imagem da gestão Edmundo Macedo Soares. O primeiro tópico, *O sentido político de uma administração*, tem como intenção construir a imagem do então governador do Estado como homem e político que estava a serviço dos ideais democráticos e do povo. A estratégia aqui era a da construção de homem público preocupado com a probidade administrativa e com o bem comum, para que nos tópicos seguintes fossem representadas suas principais conquistas enquanto administrador. Outro trecho deste tópico nos serve como exemplo:

Esse dever, o governo a que coube o quadriênio 1947-1950, supõe tê-lo cumprido a vista. Por isso mesmo, procurou sempre dar contas, continuadas, do que realizava, ano por ano. Não apenas as contas preconizadas no diploma legal que estruturou o Estado; mas até mesmo aquelas, pela imprensa, pelo rádio, pelas publicações de

<sup>127</sup> REALIZAÇÕES do governo do Estado do Rio de Janeiro no quadriênio 1947-1950 – Sendo governador o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. p. 3.

várias espécies, que pudessem ficar como registro da execução do maior mandato que os homens podem exercer: o da vontade coletiva.<sup>128</sup>

Podemos notar que era prática comum ao governador recorrer a vários meios de comunicação para que essa imagem de homem probo pudesse ser construída perante à população fluminense. Todas as representações construídas pelo Coronel Edmundo tinham como finalidade consolidar sua imagem para que pudesse ser dissociada da imagem de traidor que vinha sendo, paralelamente, construída pelo grupo amaralista após as dificuldades iniciais e rompimento da aliança que estabeleceram na campanha eleitoral de 1946. Apesar de não citar nominalmente Ernani do Amaral Peixoto, ainda neste tópico há uma referência evidente à sua administração:

Este álbum condensa e reúne algumas das diretrizes e diversos trabalhos efetuados pelo governo fluminense desde 1947. Inúmeras delas representam um outro princípio a que o Chefe do Executivo do Estado quis sempre obedecer: o da continuidade administrativa, a fim de que se não sacrificassem ao interesse egoístico de uma fase nova, os recursos já empregados, em anteriores períodos, em obras de necessidade pública.

Não se poderá negar que o critério – que a muitos poderá parecer sacrifício inútil – testemunha uma real atenção aos interesses gerais. Já se disse que os homens passam, mas a comunidade perdura. A ela, também, já se emprestou a essência da verdadeira existência humana, que está menos na temporariedade das vidas dos indivíduos, do que na permanência da humanidade.<sup>129</sup>

Ciente de que a disputa com o grupo amaralista seria árdua, pela imagem construída pelo ex-interventor enquanto esteve à frente da administração estadual, Macedo Soares e sua equipe procuram mostrar que as desavenças políticas entre seus grupos não foram motivo para a interrupção de projetos aprovados e obras iniciadas até 1946. Além disso, utilizou tática semelhante à desenvolvida por Amaral Peixoto e seu grupo, valorizando o passado que conformou a “Idade de Ouro” da província fluminense, quando foi uma das mais importantes regiões do Império, seja no aspecto político ou econômico, e destacando o importante papel da população fluminense enquanto pilar de transformações e progresso não apenas do Estado do Rio de Janeiro, mas do país.

O Estado do Rio é, sem dúvida alguma, uma das unidades federadas cujo esplendor mais avulta no passado recente. Nenhuma outra terá, talvez, vivido com adensamento maior, o complexo de adensamentos sociais, políticos e econômicos que preparavam e incontestável vitalidade do Brasil republicano. Sua posição geográfica, por outro lado, lhe confere um destino de inapagável influência na evolução nacional.

<sup>128</sup> Ibid. p. 3.

<sup>129</sup> REALIZAÇÕES do governo do Estado do Rio de Janeiro no quadriênio 1947-1950 – Sendo governador o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. p. 4.

Estas razões bastam para fazer do Estado do Rio uma indispensável componente no sistema de forças do nosso progresso. E a gente fluminense, com a intuição exata de seu destino é hoje, como foi ontem, possuidora daquela alma indominável, que desbravou os primeiros sertões da pátria e agitou, febrilmente, as nossas primeiras reivindicações.

O trabalho do Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva não foi, destarte, apenas a faina material de instalar canteiro de obras, erigir edifícios, estender leitos de estradas, ou atirar os vãos de pontes sobre os rios e os valões do interior. Quis, sinceramente, ser a correspondência do espírito e da dedicação de seu governante com as necessidades e as aspirações do seu povo.<sup>130</sup>

Ao terminar a apresentação do Governador, iniciam-se as avaliações e análises das medidas tomadas em cada área de seu governo. Um elemento que está presente em todas as ações, e sempre destacado, é a atenção dada ao ruralismo, tanto à produção rural quanto ao trabalhador rural. Foi no interior do Estado que o grupo amaralista conseguiu mais rapidamente se consolidar na política fluminense, e construir uma imagem de defensor das atividades e dos trabalhadores rurais era de grande valia para a disputa eleitoral que se aproximava. Dessa forma, a cada eixo que era trabalhado pela equipe editorial, era marcante a preocupação em ligar de alguma forma as ações às áreas rurais e seus habitantes.

Estava em jogo a disputa pela liderança política do Estado do Rio de Janeiro. Para essa disputa, era importante que se conquistassem o apoio das elites rurais. Macedo Soares investiu pesadamente nas regiões mais afastadas da capital do estado, entendendo que precisaria quebrar as redes amaralistas que haviam sido formadas na primeira metade da década de 1940.

Nos tópicos *Atividades no setor de obra*, *Recuperação da economia fluminense*, *Educação* e, logicamente *A presença do governo no mundo rural* são reiteradas vezes citadas as preocupações com o norte e o sul fluminense e melhorias que prometiam ajudar em seu desenvolvimento, sempre cercadas de imagens das regiões que receberam as benfeitorias.

O progresso alcançado pelas principais cidades, como Niterói, Campos e Petrópolis deveria servir de estímulo e também como referência para que os municípios menores e menos populosos, que tinham quase que exclusivamente as atividades rurais como meio de subsistência, pudessem ser beneficiadas pelo desenvolvimento.

A educação e a saúde receberam atenção especial também nesse material, no que se refere à sua relação com a vida do campo. Ressaltando o caráter indispensável da atividade rural no estado e no país, os temas são abordados como elementos essenciais para a fixação do homem no campo, impedindo o êxodo rural e o “empobrecimento” da produção agrícola.

---

<sup>130</sup> Ibid. p. 4

Nesse sentido, começamos a perceber que além de associar sua imagem às melhorias proporcionadas durante seu governo, notamos a presença de críticas, mesmo que de forma indireta ao governo anterior. As melhorias em escolas rurais, a construção de grupos escolares e hospitais de maior porte, a construção da Casa do Estudante e do Hospital Antônio Pedro, são apontados como obras necessárias para recuperação de uma defasagem herdada de administrações anteriores, até mesmo apontando para uma política anterior que era incapaz de estimular a permanência da população na área rural. O trecho abaixo ilustra em grande parte essas questões:

Para a riqueza nacional solidificar-se em bases seguras e dispor de fundamentos que a libertem dos imprevistos e das oscilações, sempre se procurou resolver um problema que é capital em todo e qualquer programa econômico que tracemos: garantir, de modo efetivo, criando-lhe condições de estabilidade. Não obstante contarmos com 3.634.584 propriedades rurais, é certo que não asseguramos, ainda, essas condições. Lutamos para evitar o êxodo rural. Lutamos para solucionar a grave questão da fixação do homem à terra. E sempre soubemos que nada poderíamos fazer de decisivo, nesse terreno, enquanto não conseguíssemos dar ao “homem do campo” os devidos recursos de civilização e cultura.

O fenômeno é de dupla e recíproca influência. A carência de melhores condições de vida, a falta de melhores condições de vida, a falta de disponibilidades essenciais a um padrão tolerável, afugenta o trabalhador das lavouras e dos campos de criação. Recursos médico-hospitalares, habitação confortável e instrução representam, hoje, fatores de inegável importância para conjurar a deserção rural. O homem dificilmente admitirá viver com sua família em meio que a sujeite ao desamparo. Se quer tratar-se, ou se quer tratar a mulher e aos filhos, se deseja educá-los, e não o pode fazer no ambiente em que está, procura o centro urbano, onde acha tais possibilidades. Por isso, sabemos muito bem que os campos tenderão a empobrecer-se – de homens e de trabalho – se não dermos ao trabalho do homem as condições mínimas de saúde e instrução. E quando o tenhamos conseguido fazê-lo inteiramente, teremos garantido a estabilidade da vida rural, base da riqueza do país.<sup>131</sup>

Outro destaque, a questão rodoviária, seguiu o mesmo modelo adotado nas questões referentes à saúde e educação públicas. O sistema rodoviário fluminense é apontado como questão primordial para garantir não apenas o escoamento da produção, mas também como elemento que poderá propiciar as condições de acesso aos centros urbanos com maior facilidade e, assim, permitir a fixação da população no campo. Em paralelo à divulgação de suas ações, uma vez mais, e até com maior veemência, percebemos críticas à administração Amaral Peixoto.

A extensa rede rodoviária fluminense hoje em tráfego resultou, em grande parte, da adaptação de velhas estradas públicas e caminhos vicinais que cortavam o território do Estado. Apresentavam aquela característica típica a que se convencionou chamar

---

<sup>131</sup> REALIZAÇÕES do governo do Estado do Rio de Janeiro no quadriênio 1947-1950 – Sendo governador o Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. p. 34.

de “caminho de menor tropeço” [...] Esta é a característica predominante do velho sistema rodoviário fluminense, que se estendeu com a intensidade que a agricultura reclamava em todo o período áureo de seu desenvolvimento, até a libertação dos escravos.

Procurando a solução mais conveniente para os casos particulares de vários trechos rodoviários, a administração Macedo Soares e Silva promoveu a construção de novos traçados, executando em outros melhoramentos apreciáveis. Entre estes, destacam-se as pontes que na moderna engenharia viária são, sem dúvida, a fórmula mais aconselhável para vencer os obstáculos naturais da topografia local, realizando o trajeto de menor tropeço.<sup>132</sup>

Assim, a publicação analisada aqui buscava, através de registros fotográficos de ações do governo Macedo Soares e Silva e textos elaborados para justificar essas mesmas ações, construir a imagem de um político que privilegiava as realizações administrativas e estruturais. Como não possuía um perfil de político que conquistava apoios e admiração dos eleitores através de sua oratória, e que já era questionado pelas lideranças locais por seu pouco zelo no trato com questões políticas (sobretudo no que se referia a indicações para cargos de confiança), era importante que o imaginário sobre sua administração fosse construído por realizações que permeavam questões essenciais ao desenvolvimento do Estado e atendesse a necessidades prementes dos fluminenses.

Paralelamente a essa construção positiva de sua imagem, críticas às administrações anteriores, sobretudo a de Amaral Peixoto, tinham a função de fortalecer a posição do candidato udenista, apoiado pelo governador Macedo Soares, frente ao candidato do PSD, que seria o próprio Amaral Peixoto, nas eleições de 1950.

### 3.2.3 Pelas ondas do rádio, um "panorama fluminense": Amaral Peixoto e a utilização do rádio no Rio de Janeiro

Com o fim do Estado Novo, em 1945, e a organização das eleições para os executivos federal e estadual, assim como para os cargos legislativos, um novo período se iniciava na política brasileira. Ainda sob uma grande influência do grupo varguista, mas com uma nova configuração no modelo político: deixamos um período autoritário e passamos ao período da democratização, onde estavam disponíveis não apenas os direitos sociais, mas também os civis e políticos.

---

<sup>132</sup> Ibidem. p. 19.

No Estado do Rio de Janeiro, a disputa política seguia padrões semelhantes aos dos demais estados. Como era uma área muito próxima ao centro do poder, uma vez que a capital federal ficava ao lado, as influências no jogo político estadual eram maiores do que em outros lugares.

Com os políticos organizados majoritariamente em três partidos nacionais (PTB, PSD e UDN), partidários e contrários ao ex-presidente Getúlio Vargas disputaram as eleições estaduais já sob a administração do General Eurico Gaspar Dutra, candidato eleito pelo PSD, apoiado por Getúlio Vargas nos últimos dias da campanha presidencial.

Nas eleições realizadas após o fim do Estado Novo, Ernani do Amaral Peixoto, ex-interventor, líder político, fundador e Presidente do PSD-RJ, articulou-se para que conseguisse manter o controle na política fluminense. Os únicos rivais que poderiam atrapalhar os seus planos eram os Macedo Soares, tradicional família fluminense e que controlavam boa parte das prefeituras antes de 1937.

Apesar de Amaral Peixoto ainda contar com um grupo político muito forte e extenso, a falta de acesso ao governo e, sobretudo, às secretarias estaduais – que foram fundamentais para a construção e fortalecimento deste grupo – atrapalhavam as suas ações nas negociações políticas. Dessa forma, diferente da tática que usou durante o Estado Novo, onde as negociações se davam diretamente com as lideranças políticas elevando em conta o novo contexto democrático, as ações amaralistas deveriam chegar até a população.

A ideia era a de construir uma imagem e uma memória positiva do líder político e seu grupo, mantendo-os com força na disputa política estadual, mesmo afastados do poder. Assim, foram editadas diversas publicações com este sentido. O rádio também foi utilizado como valioso instrumento de propaganda, principalmente em momentos próximos às eleições.

No ano de 1949, quando Amaral Peixoto ocupava cadeira de Deputado Federal, a utilização do rádio pelo líder político fluminense passou a ser mais rotineira e foi criado um programa semanal, chamado de *Panorama Fluminense*, irradiado nas noites de domingo pela Rádio Guanabara. A utilização do rádio não foi uma exclusividade de Amaral Peixoto. A partir da década de 1930, o rádio teve um papel de destaque enquanto meio de comunicação de massa, responsável por informar uma grande parcela da população, atingindo seu ápice nas décadas de 1940 e 1950.<sup>133</sup>

---

<sup>133</sup> O rádio foi um valioso instrumento para a propaganda política. O exemplo mais bem-acabado da utilização do rádio nas ações políticas é a atuação de Alexandre Marcondes Filho e do programa *A Hora do Brasil*, realizado entre 1942 e 1945. Criado com a intenção de popularizar a imagem de Vargas, o programa tratava

Apesar dos meios de comunicação impressos, notadamente jornais e revistas, já circularem em bom número e atingirem boa parte do país, na década de 1940 ainda havia um número de analfabetos superior a 50% da população brasileira. Para que essa parte da população tivesse acesso às notícias e propagandas, o rádio era o meio mais eficaz.

A escolha do dia e horário do programa, também foi feita pensando na utilização do rádio. Era costume entre a população brasileira a reunião das famílias no jantar para escutar os programas de rádio noturnos, onde as notícias relacionadas à sociedade, política e economia eram veiculadas e debatidas entre aqueles que estavam reunidos. Assim, escolher um horário noturno no fim de semana era uma forma de atingir um número maior de ouvintes e garantir a propagação de suas ideias e opiniões.<sup>134</sup>

Fundada em 1932, a Rádio Guanabara tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro, capital da República. De lá, Amaral Peixoto fez uma série de programas entre maio e junho de 1949, que além de irradiados, teve alguns de seus discursos publicados no *Diário do Povo*.<sup>135</sup>

Cabe ressaltar que o jornal *Diário do Povo* foi fundado em Niterói no ano de 1949 por José de Mattos e sua tiragem beirava os 7.000 exemplares. O jornal apresentava-se como “Órgão independente e a serviço do povo”. Suas matérias eram direcionadas às classes proletárias, aproximando-se de um perfil mais popular, noticiando greves, aumento de preços, campeonatos de futebol, descuidos da administração pública e algumas notícias relacionadas à política, sobretudo vindas da Câmara de Niterói ou da Assembleia Estadual. Assim, podemos afirmar que o discurso de Amaral Peixoto certamente chegou à população com o perfil do público que era atendido pelo *Diário do Povo*.<sup>136</sup>

Para Amaral Peixoto era interessante a publicação de seus discursos no *Diário do Povo*, uma vez que esse era um espaço onde a administração de Macedo Soares era criticada em todas as suas edições e era lido pelas classes mais populares. Assim, mesmo que de forma

---

de temas sensíveis a grande massa da população e que se transformariam em eleitores com a mudança de sistema que já se vislumbrava. CALABRE, Lia. *A Era do Rádio*. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 2002. CALABRE, Lia. *A participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960)*. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <www.casaderuibrbosa.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2017. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

<sup>134</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2.

<sup>135</sup> De acordo com os documentos encontrados no arquivo EAP, a estratégia era a de reproduzir esses discursos em jornais do estado do Rio de Janeiro. Todavia, não encontramos registros no jornal de maior circulação (*O Fluminense* ou *O Estado*). Outra hipótese possível é a de que os discursos eram reproduzidos em jornais locais.

<sup>136</sup> AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. Populismo impresso: trabalhadores, política e opinião nas páginas do *Diário do Povo* de José de Mattos (1949-1960). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 16, 2014, Rio de Janeiro. *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. p.1-11.

indireta, a publicação dos discursos de Amaral Peixoto ecoava para esses trabalhadores como uma possibilidade de mudança nos rumos da política fluminense e nas relações entre o governo e os trabalhadores. Apesar de não ser um jornal ligado ao grupo de Amaral Peixoto – lembramos que era um jornal que possuía vinculação próxima aos grupos comunistas – prestou importante serviço ao ex-interventor em suas páginas. Através delas, o público do jornal, formado em sua maioria por sindicalistas e trabalhadores, tomava conhecimento dos discursos do Deputado Federal Amaral Peixoto em meio a muitas críticas ao então Governador, Edmundo de Macedo Soares.<sup>137</sup>

No discurso inaugural do programa, o mesmo foi assim definido por Amaral Peixoto:

Fluminenses!

A Rádio Guanabara, no louvável desejo de auscultar o interior do país, instituiu este programa dedicado ao Estado do Rio de Janeiro e o entregou a representantes fluminenses no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa.<sup>138</sup>

Apreendemos que o programa estava voltado para os representantes eleitos para os cargos de Deputados Estadual e Federal. Não foi aberto espaço para representantes do governo estadual, onde os amaralistas a esta altura já não estavam mais. Assim, apenas o grupo liderado por Amaral Peixoto foi convidado a participar do programa. Na prática, apenas o líder político fez uso da palavra nos meses de maio e junho daquele ano. Com este perfil, o programa servia para reforçar a imagem de Amaral Peixoto e seu grupo frente aos fluminenses.

Neste primeiro programa, Amaral Peixoto utilizou o espaço para tratar de um tema que afligia a população fluminense, que foi a paralisação das atividades do Banco Fluminense de Produção, devido à decretação de concordata do mesmo. Esse banco era utilizado pelos produtores rurais, comerciantes e industriais para que guardassem e/ou investissem aquilo que pudessem de seus ganhos com a produção rural. Algumas prefeituras e, por vezes, até o governo estadual, se utilizavam deste banco para suas operações financeiras e depósitos de seus aportes financeiros.

Neste aspecto, Amaral Peixoto declara em seu programa apoio ao governo estadual naquilo que for necessário para contornar a situação, reproduzindo inclusive os telegramas que trocou com o Governador Edmundo Macedo Soares e Silva. Tido como um importante instrumento de crédito aos lavradores, comerciantes e industriais, a concordata do Banco faria

<sup>137</sup> AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. *Niterói Operário: trabalhadores, política e lutas sociais na antiga capital fluminense (1942-1964)*. 2016. 267 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

<sup>138</sup> “O Sr. Amaral Peixoto fala ao povo fluminense”. *Diário do Povo*, 11/05/1949.

com que essas operações de crédito fossem paralisadas e que os depósitos de mais de 10 mil pessoas fossem perdidos, causando grande impacto na economia fluminense.

Apesar de informar que utilizaria do espaço no programa apenas para falar sobre aspectos administrativos e de projetos para o Estado do Rio de Janeiro, a parte final do discurso de Amaral Peixoto se remete a esclarecimentos sobre a política desenvolvida por ele, enquanto Interventor Federal (1937-45), com relação aos investimentos no referido banco e de rechaçar os comentários que, de acordo com seu discurso, o apontavam como um dos sócios do Banco Fluminense da Produção e responsável pela crise da instituição:

Lamentamos apenas que a calamidade que nos aflige venha servindo de pretexto a explorações políticas por parte de homens que, indiferentes à sorte do povo, agem somente em função de suas ambições e para satisfação de seus ódios. Intrigas e misérias de toda sorte tem sido veiculadas. Espalham que sou o maior acionista do banco e afirmam, reservadamente, que devo ao mesmo alguns milhões de cruzeiros. Os meus amigos podem ficar tranquilos. Não sou acionista do Banco Fluminense da Produção, nada lhe devo, nem tenho com o mesmo qualquer ligação. Acompanhei sempre com simpatia seus desenvolvimentos pelos bons serviços prestados ao Estado do Rio. Como Interventor Federal procurei ajuda-lo, sempre dentro dos limites do razoável. Quando a Tesouraria do Estado dispunha de saldo superior a 30 milhões de cruzeiros, o depósito nesse banco foi de apenas dois ou três milhões [...]<sup>139</sup>

O segundo programa, em 15 de maio de 1949, começa saudando a enorme repercussão alcançada pelo primeiro. Sobre essas repercussões, Amaral Peixoto aponta a crítica que sofreu, já respondendo à mesma:

Somente uma crítica foi constatada. Estranharam que não falasse em política... Esperavam naturalmente que viesse para este microfone espalhar os boatos da Praça Martins Afonso<sup>140</sup>, descer a ataques pessoais, perdendo o meu tempo e o vosso com coisas sem maior significação. Nosso desejo é trabalhar. É fazer política construtiva, da qual muitos não gostam e outros não compreendem. O debate aceso sobre os rumos políticos virá a seu tempo. Os apressados não perderão por esperar.<sup>141</sup>

A estratégia adotada no programa *Panorama Fluminense*, inicialmente, era a de apontar caminhos para os problemas que vinham surgindo no governo estadual para que, a partir desses problemas e das soluções propostas no poder legislativo por Amaral Peixoto e seu grupo, reforçar a imagem construída durante a primeira metade da década de 1940, de

<sup>139</sup> “O Sr. Amaral Peixoto fala ao povo fluminense”. *Diário do Povo*, 11/05/1949.

<sup>140</sup> Praça Martins Afonso era o nome como ficou conhecida a Praça Arariboia, em Niterói, após as obras de urbanização realizadas na década de 1910. Por ser um local de trânsito intenso de pessoas e próximo ao centro político estadual, a região do centro de Niterói era um local “privilegiado” na propagação e discussão de notícias relativas à política fluminense.

<sup>141</sup> Palestra proferida pelo Deputado Ernani do Amaral Peixoto ao microfone da Rádio Guanabara, em 15 de maio de 1949. *EAP 1949.05.11*. p.1.

administrador competente e eficaz na resolução dos problemas fluminenses. A discussão política viria após esse encaminhamento, já pensando nas eleições de 1950.

Assim como no primeiro programa, o segundo teve um tema que dominou as atenções e o discurso. Se antes o tema foi a concordata do Banco Fluminense da Produção, agora o tema era a assistência social. A discussão acerca do tema começa com a possibilidade da ajuda do governo federal aos governos estaduais para que estes possam conseguir tratar não apenas das endemias (tuberculose, malária, varíola), mas também das unidades sanitárias e hospitalares.

Ainda assim, Amaral Peixoto cita que apenas o poder público não conseguiria, sozinho, resolver estes problemas. Assim, a participação da iniciativa privada no auxílio a construções de hospitais de pequeno e grande porte deveriam ser expandidas e cita como exemplo os municípios de Madalena, Porciúncula, Cambuci, Rio Bonito e Itaboraí, que avançaram nesse sentido.

Continuando neste tema, Amaral Peixoto informa que a bancada federal do Rio de Janeiro estava trabalhando na elaboração do orçamento para o ano de 1950 tendo em consideração o aumento dos aportes financeiros para essa área no Estado do Rio de Janeiro, o que poderia auxiliar na construção dessas unidades hospitalares e incentivar a formação de novos grupos e associações com esta finalidade.

No fim do discurso, mais uma vez abordando de forma indireta as disputas políticas, Amaral Peixoto faz o seguinte pronunciamento:

Um pedido desejo fazer-vos, meus amigos. Não deixeis que as lutas partidárias se estendam às associações beneficentes, formadas por um ideal religioso ou humanitário. Vamos preservá-las de toda e qualquer infiltração política. Usamo-nos para o bem comum, independente de qualquer espírito partidário. Sejam intransigentemente partidários, disciplinados e firmes nos assuntos políticos, mas não permitamos que as competições eleitorais prejudiquem o esforço em proveito do bem-estar do povo.<sup>142</sup>

O que foi abordado de forma indireta nos dois primeiros programas é o ponto central do terceiro: as considerações sobre a política fluminense. A abertura da palestra de 22 de maio de 1949 trata da organização e atuação do PSD no Estado do Rio de Janeiro. Nessa edição, Amaral Peixoto já deixa evidente a organização para a próxima disputa eleitoral, em 1950:

Não temos esmorecido. Nestes últimos meses, mais de trinta municípios foram percorridos pelas caravanas do PSD, levando a nossos companheiros a palavra de

---

<sup>142</sup> Palestra proferida pelo Deputado Ernani do Amaral Peixoto ao microfone da Rádio Guanabara, em 15 de maio de 1949. *EAP 1949.05.11*. p. 2.

estímulo e incitamento para os próximos embates. Em todas as cidades, nos distritos, nos menores núcleos de população encontramos os correligionários unidos, disciplinados e confiantes; conscientes de que somos a maior força política do Estado, aguardamos serenamente a hora de agir. Falharam todas as tentativas de divisão, todas as provocações a dissidências, todos os pretextos para o enfraquecimento do PSD. Resistimos e resistiremos a todas as campanhas, às intrigas e às calúnias, porque estamos solidamente unidos por um objetivo comum – o progresso da terra fluminense.<sup>143</sup>

Neste terceiro programa, os aspectos relativos aos projetos e administração fluminenses não deixaram de ser pontuados. O tema escolhido foi a energia elétrica. Todavia, com os aspectos políticos e de campanha já mais latentes nesta edição, até mesmo o tom do discurso para falar do tema escolhido foi diferente dos demais. Já não há mais espaço para elogios, colaborações ou análises frias a respeito dos assuntos tratados.

Ao falar da energia elétrica, Amaral Peixoto começa seu discurso informando que vinha sendo acusado de, ao optar pela construção da hidrelétrica de Macabu, deixar de lado a usina de Tombos, que fornecia a energia para o Norte Fluminense.

Recordei tudo isto porque, há dias, alguém, com ares de profundo conhecedor, fez críticas às obras de Macabu, apresentando a reforma de Tombos como solução que devesse ser escolhida em 1939, pois era econômica, rápida e resolveria completamente os problemas. Somente por vaidade e ignorância o Interventor Federal abandonaria o simples e razoável pelo “Panamá” de Macabu. Ora, acontece que o Interventor que teve então a responsabilidade de tal decisão está aqui para esclarecer aos seus leais amigos.

Espero que não fiquem demasiadamente surpreendidos quando souberem que isso de que sou acusado por não ter feito, foi realmente executado e executado por decisão minha. Em junho de 1938 mandei que a Secretaria de Viação considerasse as obras projetadas para Tombos dentro do plano de Macabu, dando-lhes o sentido que deveriam ter realmente: solução de emergência.<sup>144</sup>

As críticas a que se refere foram feitas pelo então governador Edmundo de Macedo Soares e Silva através da imprensa<sup>145</sup>, que com a máquina administrativa em suas mãos, buscava desestabilizar o grupo político amaralista e se tornar o principal líder político fluminense. Utilizando a mesma tática de atacar seus adversários como pessoas que agiam movidas por “paixões políticas”, Amaral Peixoto termina o programa falando de outra crítica que havia sofrido, desta vez sobre a estrada Niterói-Campos:

Para terminar, uma nota pitoresca que demonstra até onde leva a paixão política. A estrada Niterói-Campos, esta magnífica rodovia, que quando inaugurada era a que

<sup>143</sup> Palestra proferida pelo Deputado Ernani do Amaral Peixoto ao microfone da Rádio Guanabara, em 22 de maio de 1949. *EAP 1949.05.11*. p. 1.

<sup>144</sup> *Ibidem*. p. 3.

<sup>145</sup> Durante todo o governo de Macedo Soares e Silva, jornais como *O Fluminense* e *O Estado* divulgavam quase que diariamente em suas páginas entrevistas do governador ou de membros de seu secretariado criticando as iniciativas tomadas durante a Interventoria ou a falta delas.

melhores condições técnicas apresentava, foi apontada como uma iniciativa inacabada e um longo aproveitamento de antigos caminhos de terra. Não comentarei a assertiva. Os fluminenses que façam seu julgamento.<sup>146</sup>

Confiando na memória construída por seu grupo e na força que dispunha na política fluminense, Amaral Peixoto termina o discurso solicitando o julgamento dos fluminenses sobre a estrada Niterói-Campos. É com a memória que vinha sendo construída desde 1940, com publicações sobre sua administração feitas de forma periódica para ser distribuída aos fluminenses, e reforçada através do *Panorama Fluminense* que o PSD e o grupo amaralista contavam para manter viva entre os fluminenses a memória de seu líder e de sua administração na Interventoria. Em pouco tempo, esta imagem seria colocada à prova com as eleições estaduais.

Em 19 de junho de 1949, em mais uma palestra proferida na Rádio Guanabara, Amaral Peixoto tratou da questão da saúde na Baixada Fluminense, mais especificamente sobre a malária. Nesse programa, Amaral Peixoto recebeu o Dr. Mario Pinotti<sup>147</sup>, que fez parte de sua administração enquanto Interventor e ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Saúde do Estado do Rio de Janeiro a partir de 1938.<sup>148</sup>

A escolha para falar sobre a malária neste programa teve relação com a notícia de que a doença poderia ser erradicada do Rio de Janeiro em alguns anos. Tendo em vista que o maior foco da doença era a Baixada Fluminense, Amaral Peixoto aproveitou o tema para falar de como suas ações como interventor ajudaram no desenvolvimento da região e no combate à doença:

Ao receberem um doente, oriundo da Baixada Fluminense, antes de qualquer exame, prescreviam a aplicação imediata de quinino. Poderia ser outra doença ou causa que o levara a procurar tratamento, mas era fatalmente portador de malária. Desobstruídos os rios, instalados os postos de higiene e contando agora com o DDT [sigla de diclorodifeniltricloroetano. É o primeiro pesticida moderno, tendo sido largamente usado durante e após a Segunda Guerra Mundial para o combate aos mosquitos vetores de doenças como malária e dengue, grifo nosso] e a eficiência de novos medicamentos, já é possível prever a libertação total desses territórios assolados por tantos anos.<sup>149</sup>

<sup>146</sup> Palestra proferida pelo Deputado Ernani do Amaral Peixoto ao microfone da Rádio Guanabara, em 15 de maio de 1949. *EAP 1949.05.11*. p. 4.

<sup>147</sup> Mario Pinotti esteve envolvido na política fluminense desde a Primeira República, quando – em 1922 – assumiu como Prefeito do Município de Nova Iguaçu. Desde então se envolveu na política e ocupou cargos no Ministério da Educação e Saúde durante a gestão de Gustavo Capanema e foi nomeado Ministro da Saúde por Vargas após sua eleição, em 1950. FGV/CPDOC. Mario Pinotti. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pinotti-mario>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

<sup>148</sup> Como o material que analisamos é os escritos feitos por Amaral Peixoto e sua equipe para a fala dele no programa, não temos o discurso do Dr. Mario Pinotti.

<sup>149</sup> Palestra proferida pelo Deputado Ernani do Amaral Peixoto ao microfone da Rádio Guanabara, em 19 de junho de 1949. Op. cit. p. 1.

Após os comentários sobre a questão da saúde e de tecer elogiosas palavras em relação ao Dr. Mario Pinotti, Amaral Peixoto volta a tratar do tema que vinha dominando o programa anterior: a disputa política. Neste programa, o foco principal do discurso político não estava no Estado do Rio de Janeiro (embora não deixasse de estar presente no discurso), mas na convenção nacional do PSD que ocorreu na capital do país, como podemos perceber pelo trecho abaixo:

Vamos entrar em uma fase decisiva para os destinos do nosso partido. Vamos viver dias intensos de vibração. Os problemas da política nacional vão ser examinados, tratados e decididos. Acima de nossos interesses pessoais e partidários colocamos nós, os dirigentes do PSD, os destinos da pátria. Não faltaremos, porém, aos correligionários que em nós confiam e a nós entregaram a defesa de seus ideais políticos.

Ainda ontem, a chegada do Governador Walter Jobim<sup>150</sup> foi uma grande demonstração de unidade e coesão do PSD. Todas as seções estaduais lá estavam representadas por seus vultos mais significativos. O mesmo espírito de lealdade e confiança a todos congregava. Neste clima e sob estes auspícios, aguardamos serenamente o desenrolar dos acontecimentos. Fluminenses, nossas energias, nossas inteligências e nossos corações estão a serviço do Brasil!<sup>151</sup>

Um ponto importante para analisarmos o alcance desses programas era sua repercussão no governo estadual. Apesar de não acharmos registros no arquivo Edmundo Macedo Soares ou na imprensa de respostas explícitas aos temas tratados pelo então deputado nos programas, podemos afirmar que eles causavam algum impacto no governo.

Se analisarmos as datas dos programas e a próxima edição do jornal *O Fluminense*, por exemplo, perceberemos que eram pautados nessas edições os mesmos temas abordados por Amaral Peixoto. Havia por parte do governador Edmundo de Macedo Soares e de seus principais assessores uma preocupação em responder às críticas advindas de Amaral Peixoto e de seus convidados. Essa preocupação pode nos servir de indicativo de que a estratégia de criação do programa de rádio teve sucesso, causando certa instabilidade no grupo político adversário.

Após sua eleição para o cargo de Governador, Amaral Peixoto continuou utilizando o rádio para a comunicação com os fluminenses. Todavia, deixou de usar o programa *Panorama Fluminense*, extinto ainda em 1949, e a Rádio Guanabara, passando a proferir seus discursos (ou palestras, conforme anotações em seus arquivos) na Rádio Mayrink Veiga e também na Rádio Mauá, mesma rádio utilizada por Alexandre Marcondes Filho durante o

---

<sup>150</sup> Governador do Rio Grande do Sul entre 1947-1951, eleito pelo PSD e ligado ao grupo de Getúlio Vargas. CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

<sup>151</sup> Palestra proferida pelo Deputado Ernani do Amaral Peixoto ao microfone da Rádio Guanabara, em 19 de junho de 1949. EAP 1949.05.11. p. 2.

Estado Novo para a transmissão do programa *Falando aos trabalhadores brasileiros*, onde o PSD tinha um programa oficial chamado o *Estado do Rio em Revista*.

### 3.2.4 A construção de um “interventor democrata”

A publicação *O governo Amaral Peixoto 1937-1945 (Subsídios para a história político-administrativa do Estado do Rio)* foi escrita por Heitor Gurgel, ex-secretário do Governo do Estado do Rio, e figura importante na articulação política desenvolvida por Amaral Peixoto durante o Estado Novo. Presente na equipe amaralista desde sua chegada à interventoria, Gurgel era membro de tradicional família fluminense (Gurgel do Amaral) e possuía ligações com intelectuais, elites econômicas e lideranças locais. Desempenhou papel importante na formação do grupo político amaralista e nas relações entre Amaral Peixoto e as lideranças políticas e econômicas do Estado.

Heitor Gurgel, além de Secretário de Governo, acumulava a função de Chefe de Gabinete do Interventor. Era pelo seu gabinete que passavam as demandas do Estado e de suas lideranças antes de chegarem ao Interventor. Assim, podemos considerar Heitor Gurgel como um dos principais membros do governo e do grupo amaralista durante sua passagem pelo executivo fluminense.

A publicação que, em palavras do autor, tem como interesse fornecer “subsídio para a história político-administrativa do Estado do Rio”, possui 158 páginas e foi editada pelo Departamento de Imprensa Nacional, em 1950. Em sua bibliografia, inclui obras e/ou textos que remetem ao período da Interventoria de Amaral Peixoto que citamos aqui: *Ressurge a velha província* (Santa Cruz Lima), *Novos Caminhos da Educação Fluminense* (Rubens Falcão), *O Estado do Rio* (Joaquim de Melo), além de reportagens do jornal *O observador econômico* sobre a construção das estradas de rodagens fluminenses e Usina de Macabu, Relatórios dos seus Secretários de Finanças (Valfredo Martins e Raul Moura) e arquivos pessoais de Amaral Peixoto e do Palácio do Ingá.

Antes de iniciar o prefácio, Gurgel dedica o livro ao seu líder político, destacando aquelas que considera suas principais qualidades: “Bom amigo, excelente administrador e democrata sincero”. A dedicatória feita pelo autor serve como pista de como seria desenvolvida a obra que analisamos agora. Com características diferentes da obra analisada anteriormente sobre o governo Macedo Soares, a produção não está vinculada

prioritariamente às realizações do governo Amaral Peixoto. Como possuía um perfil diferente do Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, com oratória desenvolvida e mais acostumado aos discursos em praça pública, boa relação com as lideranças locais e atencioso às minúcias das questões do cotidiano da política, a publicação organizada por Gurgel dividia as atenções entre as realizações e o perfil de Amaral Peixoto.

Ao iniciar o prefácio, o autor justifica a necessidade e importância desta publicação da seguinte forma:

Neste livro apresentamos a descrição, em termos gerais, do que foi a administração do Comandante Ernani do Amaral Peixoto na velha e gloriosa província e o prefácio que poderia ter sido escrito por outrem, fizemo-los nós pela necessidade de explicarmos a razão do aparecimento de 'O Governo Amaral Peixoto' O Interventor Amaral Peixoto não apresentou relatório de sua administração, embora o 'Diário Oficial' do Estado e os jornais de época publicassem todos os atos e atividades governamentais e o Departamento Administrativo, que era o órgão federal competente, julgasse as contas e acompanhasse a execução orçamentária [...] <sup>152</sup>

Gurgel, portanto, apresenta o livro como tendo surgido da necessidade de mostrar o que foi a administração Amaral Peixoto, uma vez que não foi produzido um relatório de governo. Esse relatório foi publicado cinco anos após a saída de Amaral Peixoto do governo e às vésperas do pleito para o governo do Estado, ao qual era o candidato possedista.

Apesar de classificar o governo Amaral Peixoto como transparente, Gurgel aponta que era necessário que se organizasse esse "relatório" para que fossem prestadas as contas devidas aos fluminenses, para que tivessem noção exata daquilo que foi executado e também do que se deixou de executar. Notadamente, havia uma disputa por algumas realizações entre os grupos amaralistas e macedistas e a disputa pela memória dessas benfeitorias era importante na campanha eleitoral que se avizinhava.

Em 1950, Amaral Peixoto era o candidato ao governo estadual pelo PSD e sua chapa era composta ainda por Tarcísio Miranda, candidato a vice-governador e Sá Tinoco, candidato ao senado. O PSD possuía ainda outro candidato ao senado, mas alinhado ao governador em exercício, que era José Eduardo Macedo Soares. A UDN, apoiada pelo governador, lançou como candidato ao governo o advogado José Eduardo Prado Kelly e Renato Nunes Machado para vice-governador (além do apoio à candidatura ao senado de José Eduardo Macedo Soares).

---

<sup>152</sup> GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 7.

Em um momento eleitoral, Gurgel resolveu também mostrar a participação de Amaral Peixoto na reorganização política do Brasil a partir de 1944, motivo pelo qual teve diversos encontros com o Presidente Getúlio Vargas.

As proximidades do Distrito Federal e os laços de parentesco e amizade que ligavam o Interventor Amaral Peixoto ao Presidente da República foram os responsáveis por essa avalanche de audiências, muitas das quais o Interventor era obrigado a atender. Afora esses trabalhos extraordinários, o Interventor Federal foi sempre o advogado preferido dos grandes serviços nacionais, como os da Companhia Siderúrgica Nacional, Fábrica de Motores, Companhia Nacional de Alcalis, Departamento de Obras e Saneamento etc., cujos chefes solicitavam, à miúdo, os bons ofícios de S. Ex.<sup>a</sup> em determinados setores da administração federal ou ao próprio Presidente da República.<sup>153</sup>

Apesar de utilizar tais participações de Amaral Peixoto na política nacional como pretexto para a não publicação de seu relatório de governo no período adequado, Gurgel ressaltou nesse trecho a participação de Amaral Peixoto em assuntos que estavam além da administração estadual. Assim, demonstra a articulação e proximidade com Getúlio Vargas, que seria também candidato à Presidência da República, e que certamente lhe traria uma importante parcela de apoios e votos na disputa estadual. Pensando especificamente no Estado do Rio de Janeiro, a extensa rede de alianças do ex-interventor poderia também fazer o movimento contrário, levando a Getúlio Vargas uma importante contribuição para sua campanha à Presidência da República.

Além do prefácio, a obra está organizada nos seguintes capítulos: *A Capitania de Pero de Góes*; *O Homem*; *O Político*; *O Administrador*; *O Humanitário*; *O Democrata*; e *O Galardão*, além da bibliografia. Destes capítulos, destacamos o terceiro e o quarto, destinados a traçar seu perfil como político e administrador, que ocupam 120 das 158 páginas da publicação. Podemos dividir essa publicação em duas partes: os quatro primeiros capítulos (*A Capitania de Pero de Góes*, *O Homem*, *O Político* e *O Administrador*) formam a análise política, administrativa e econômica da interventoria Amaral Peixoto, enquanto os três últimos (*O Humanitário*, *O Democrata* e *O Galardão*) exaltam o líder político e buscam construir não mais a memória política ou de sua administração, mas reforçar a imagem de Amaral Peixoto.

Esta obra inaugurou uma série de publicações que analisaram as ações do governo e do governante fluminense. Anteriormente, durante a interventoria, as publicações tinham como foco único o Interventor, com o propósito de torná-lo conhecido pelos fluminenses.

---

<sup>153</sup> GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 8-9.

O primeiro capítulo (*A Capitania de Pero de Góes*) marca os desafios que o Interventor iria encontrar, seja do ponto de vista político ou econômico, no início de sua administração. Assim como boa parte das publicações advindas de questões políticas e/ou de campanhas políticas, a referência imediata ao período imperial estava presente:

Joia do Império, Escola de Estadistas, o Estado do Rio, com suas riquezas, tradições históricas e sua cultura política, foi o sustentáculo do Império; mas, na República, embora esporadicamente houvesse reações e tentativas animadoras, o Estado entrou em decadência econômica e política. A situação de penúria a que chegou o Estado depois de 1889 foi uma consequência da Lei Áurea, do latifúndio, da monocultura, do impaludismo e da própria República.<sup>154</sup>

O discurso de que era necessário recuperar o Rio de Janeiro e colocá-lo em lugar de destaque nos cenários político e econômico era lugar comum entre os políticos e também na historiografia fluminense produzida na época.<sup>155</sup> E a referência era sempre a de retornar à “Idade de Ouro” da velha província. Com o grupo amaralista, não seria diferente. O que diferencia o discurso do grupo amaralista dos demais até o momento da publicação é a adição da crítica aos políticos que o antecederam no executivo fluminense.

Gurgel faz uma rápida análise de questões que interferiram na queda da produção agrícola fluminense, desde a característica dos solos, passando pelo esgotamento dos mesmos através do modelo de monocultura em latifúndios e passa a uma análise dos grupos que dominavam a economia e a política no Rio de Janeiro desde a Primeira República.

Ao passar à análise dos grupos políticos e econômicos que comandavam o Estado, Gurgel afirma que o grupo dominante no período imperial era caracterizado por monarquistas latifundiários e que foram substituídos na República não por uma classe organizada de burgueses, mas por “idealistas, golpistas, oportunistas e adesistas de todas as classes sociais, mas que não representavam nenhum poder econômico”.<sup>156</sup> A partir de então, Gurgel classifica os políticos que desfrutaram do poder no Estado do Rio de Janeiro como pertencentes ao que considera o “fenômeno do bacharelismo”, que comandavam o poder

---

<sup>154</sup> GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 13.

<sup>155</sup> Uma das ações de Amaral Peixoto enquanto Interventor foi estimular a produção sobre a história fluminense. A produção dessa história tinha como um de seus principais objetivos a defesa das tradições fluminenses e o rearranjo político-administrativo para que o Estado do Rio de Janeiro conseguisse retomar a posição de destaque ocupada pelo Estado durante o período imperial. Ver FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>156</sup> GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 15.

legislativo e, devido ao processo de industrialização brasileira, tinham agora o interesse em expandir seus domínios ao poder executivo.

Mas os grupos dominantes economicamente, cujo poder sempre crescente é também uma consequência da industrialização brasileira, hão de querer, em futuro próximo, assumir diretamente o poder político supremo. Já não lhe bastam os seus representantes e a sua participação no poder legislativo. É mister, para sua sobrevivência, já que a Europa se refaz rapidamente, e a concorrência industrial só lhe poderá ser fatal, que eles dominem também o poder executivo, para que possam defender os seus interesses supremos.

O Estado do Rio foi, dos estados brasileiros, o que mais sofreu, na sua economia e nos seus costumes políticos, com os eventos históricos de 88 e 89. A República encontrou o estado com sua economia estagnada e com sua população rural grandemente diminuída pelo êxodo dos camponeses para São Paulo e para a Capital Federal. Embriagado com a autonomia estadual, sacrificado na sua economia, o fluminense, e com ele o Estado, foi presa fácil do bacharelismo e da politicagem, que lhe agravaram a decadência que já se debatia. Nos primeiros anos da República e porque não dizer-se até 1930, o Estado do Rio viveu mais das glórias do passado que das realidades presentes ou futuras. Com orçamentos diminutos e exíguos, com sua vida econômica asfíxiada, com a Baixada – antes esplendorosa e fértil – presa ao impaludismo, sem indústrias e sem prestígio político nacional, o Estado viveu até 1930 apaticamente.<sup>157</sup>

Percebemos que as críticas são mais fortes aos políticos que governaram antes de 1930, quando após o movimento capitaneado pelos membros da Aliança Liberal derrotados nas eleições presidenciais e apoiado pelos militares, Getúlio Vargas chegou ao poder.

O alvo principal era o grupo político rival, liderado pela Família Macedo Soares. Politicamente fortes no Rio de Janeiro, sobretudo após a derrocada do nilismo, sofreram importante golpe em sua influência com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e, particularmente no Estado do Rio de Janeiro, quando Amaral Peixoto assumiu a interventoria.<sup>158</sup>

Tanto o governador em exercício como o candidato de seu grupo eram representantes desse grupo de bacharéis (engenheiro e advogado, respectivamente). A crítica mais contundente aos políticos fluminenses se dá em um momento também de disputa eleitoral, onde a figura do apaziguador de conflitos políticos, construída no início do Estado Novo, já não fazia sentido. Dessa forma, não bastava ao grupo amaralista apenas lembrar seus feitos, mas fazer voltar à tona os momentos que fragilizavam seus adversários políticos.

<sup>157</sup> GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 15-16.

<sup>158</sup> A família Macedo Soares tornou-se uma força política fluminense ainda no Império. Durante a Primeira República, com a ascensão de Nilo Peçanha e seu grupo acabaram perdendo parte de sua força, mas ainda se mantiveram ativos no jogo político fluminense aliados a Feliciano Sodré. FERREIRA, Marieta de Moraes. *A República na Velha Província*. Editora Rio Fundo: Rio de Janeiro, 1989.

O segundo capítulo (*O Homem*) foi responsável por construir o perfil de Amaral Peixoto enquanto homem e político. Sua função nos parece clara: distanciar o Interventor do perfil criado para os políticos ligados ao bacharelismo construído no capítulo anterior da publicação.

A construção desse perfil tem início com suas características marcantes, ressaltando sua formação religiosa, política e militar. Sobre sua formação religiosa, Gurgel o apresenta como católico apostólico romano, influenciado por sua família e pelos colégios pelos quais passou. O autor o aponta como católico, mas destaca que “não é intransigente em questão religiosa”. Aproveita também para apresentá-lo enquanto um conservador liberal na esfera política.

Nessa apresentação pessoal, ganhou destaque sua trajetória nas forças armadas, mais especificamente, na Marinha do Brasil. Desde sua formação na Escola Naval, até a influência exercida pelo seu irmão Augusto do Amaral Peixoto e sua relação próxima com o Almirante Protógenes Guimarães, que também ocupou o executivo estadual, sua trajetória e crescimento dentro da Marinha foi muito valorizada.

Na política, destacou-se novamente a influência de seu irmão Augusto, que havia sido eleito Deputado Federal pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, aproximando Ernani do Amaral Peixoto de políticos como Pedro Ernesto, José Américo e Armando Sales de Oliveira. Por fim, Gurgel traçou o que considera o perfil político de Amaral Peixoto:

[...] com tendências democráticas que lhe são inatas, ele, contudo, achava que o melhor governo seria o do bom tirano. Justo, revoltava-se ante as explorações dos fracos pelos fortes, mas, todavia, não admitia que o socialismo pudesse vencer.<sup>159</sup>

Esse trecho é importante para justificar aos fluminenses a participação de Amaral Peixoto no Estado Novo, um período autoritário, mas necessário para a consolidação do regime democrático e para afastar o risco de influências socialistas no Brasil. Ao mesmo tempo, indica aos leitores que não haveria riscos ao processo democrático o seu retorno ao poder executivo estadual, uma vez que defendia tal sistema em seus princípios.

Após indicar tais características, Gurgel iniciou seu terceiro capítulo, *O Político*. O subtítulo “Novembro de 1937 – um pouco de história”, nos indica que apesar de Amaral Peixoto já ter exercido cargos políticos na administração Pedro Ernesto, sua história na política passou a ser contada a partir da nomeação como Interventor.

---

<sup>159</sup> GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 21.

Antes de iniciar as análises sobre o perfil político e das ações enquanto político do ex-interventor, o autor traça um rápido panorama da situação política do país antes da decretação do Estado Novo. A descrição é a de um país cada vez mais envolto no projeto integralista de Plínio Salgado, que começava a ganhar força dentro do governo, que classificava os políticos e cidadãos entre comunistas e integralistas, e que se viu ameaçado frente a um plano comunista para tomar o poder. A decretação do Estado Novo foi descrita da seguinte forma por Heitor Gurgel:

Dia 10. A cidade amanheceu querendo adivinhar o que estaria acontecendo. Forças armadas guardavam o Senado, a Câmara e o Conselho Municipal, impedindo que o poder legislativo se reunisse. Era o golpe de Estado dado pelo governo, era a vitória dos forjadores do plano Cohen. As rádios anunciavam que a noite o Chefe do Governo falaria aos brasileiros e que uma nova constituição já estava em vigor. Nessa noite foi irradiado o discurso presidencial que, em parte, acalmou os espíritos dos que haviam combatido o integralismo. Era um governo forte, à semelhança do governo português, mas dele nenhum integralista conhecido fazia parte.<sup>160</sup>

Após o breve relato da situação política que envolvia o país, Gurgel passou a tratar da questão da nomeação de um Interventor Federal para o Rio de Janeiro. Lembrou também que o nome de Ernani do Amaral Peixoto foi um acordo entre aqueles que ocupavam a Assembleia Legislativa e o grupo liderado por José Eduardo Macedo Soares, que foi o responsável por levar o nome de Amaral Peixoto para o Presidente Getúlio Vargas.<sup>161</sup>

Nome construído em consenso, Amaral Peixoto tinha dois desafios: conquistar a confiança da grande maioria que o desconhecia e duvidava que alguém com a pouca experiência que tinha fosse capaz de governar e atender as demandas dos grupos políticos que o apoiaram, sobretudo os macedistas, sem que fosse considerado apenas uma marionete nas mãos dos políticos tradicionais do Rio de Janeiro.

O primeiro período da interventoria Amaral Peixoto foi considerado por Gurgel como um “período macedista”. Esta afirmação foi feita com base nas nomeações de vários secretários que pertenciam a esse grupo e por parcela significativa dos 50 prefeitos também pertencerem às hostes macedistas, inclusive o Prefeito de Niterói, Brandão Junior.<sup>162</sup>

---

<sup>160</sup> GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 24-25.

<sup>161</sup> Havia expectativa por parte da família Macedo Soares de que teria o indicado para ocupar a interventoria ou, ao menos ter participação nessa escolha. Contudo, a escolha de Amaral Peixoto foi vista por José Eduardo de Macedo Soares como menos prejudicial para seu projeto de poder, uma vez que como não era um político com raízes no Estado do Rio de Janeiro seria mais fácil a retomada do poder e, em caso de haver uma disputa pela liderança política, teria uma vantagem por já possuir influência e alianças com as lideranças políticas nos municípios.

<sup>162</sup> Foram nomeados Secretários de Estado e pertenciam ao grupo macedista, o Capitão Djalma Fonseca, o Dr. Mário Pinotti, Horácio de Carvalho Junior, Lupério dos Santos, Coronel Hélio de Macedo Soares e Silva e Antônio Roussolières.

Sobre o rompimento político com o grupo macedista, Gurgel narra que os macedistas, descontentes com a divisão de poderes com outros grupos e percebendo o movimento de alguns políticos e do próprio Amaral Peixoto para formar seu próprio grupo político, pouco a pouco os macedistas foram saindo do governo. Nesse momento, Amaral Peixoto começou a fortalecer políticos que não tinham laços com o macedismo e ganharam destaque duas figuras importantes: Heitor Gurgel, autor desta obra, e Alfredo Neves, secretário do Interventor e responsável pelo Departamento das Municipalidades.

Nesse capítulo, Heitor Gurgel deu um destaque especial à equipe que apoiou a administração de Amaral Peixoto na interventoria. Grande parte do capítulo foi construído para mapear os nomes que estiveram à frente das secretarias do governo estadual e, ao mesmo tempo, mostrar a capacidade do Interventor e de seus articuladores mais próximos em formar um novo grupo político, demonstrando grande capacidade de negociação.

Tanto foi assim que, após o rompimento entre macedistas e o Interventor, alguns macedistas resolveram deixar aquele grupo e permanecer na administração estadual, como o Dr. Mario Pinotti (Secretário de Saúde) e o Cel. Hélio de Macedo Soares e Silva (Secretário de Viação).

Gurgel destaca a criação em 1938 de duas secretarias que ainda não faziam parte dos governos fluminenses: a de Educação e Saúde Pública e a de Agricultura, Indústria e Comércio. Não por acaso ou coincidência, o Ministério da Educação e Saúde Pública e o recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foram dois dos principais órgãos do Governo Vargas. Suas ações e seus ministros tiveram destaques nas ações governamentais e também nas articulações políticas, como foi o caso de Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, e Gustavo Capanema, Ministro da Educação.

O autor destacou também a indicação de políticos que ocupavam cargos no governo estadual para que desempenhassem funções no governo federal. Essa era mais uma estratégia para demonstrar o bom trânsito que possuía Amaral Peixoto com o então Presidente Getúlio Vargas. Por duas vezes membros de seu secretariado foram convidados a assumir cargos no Departamento Administrativo, que tinha a função de controlar e fiscalizar a execução orçamentária dos governos estaduais. Foram convidados para esse Departamento Alfredo Neves, que antecedeu Heitor Gurgel na Secretaria de Governo, e Mario Pinotti, que atuava na Secretaria de Saúde.

Além dos Secretários, a publicação abriu espaço também para alguns Prefeitos, como os de São Gonçalo (Eugênio Borges e Nelson Correia Monteiro), Petrópolis (Mario Aloysio Cardoso de Miranda), Teresópolis (Ten. João Egon Prates de Souza Pinto, Assis Ribeiro,

Lauro Paes de Andrade e Roger Malhardes), Campos (Luiz Sobral, Mario Motta e Salo Brand), Nova Iguaçu (Ricardo Xavier da Silveira, Bento Almeida e Getúlio Moura) e Paraíba do Sul (Valter Franklin).

No quarto e mais longo capítulo, *O Administrador*, Gurgel retoma a análise de aspectos financeiros, mas não com o mesmo foco apresentado no primeiro capítulo, no qual são preponderantes os aspectos que levaram o Rio de Janeiro à crise econômica. Após uma breve apresentação de como o Interventor encontrou soluções para o aumento da arrecadação estadual e das atividades produtivas do Estado<sup>163</sup>, são destacadas as realizações do Interventor em áreas como saúde e educação, as modificações implementadas nos campos da justiça e da segurança pública e os avanços nas áreas de abastecimento de água, tratamento de esgoto, eletricidade e obras que auxiliaram no desenvolvimento econômico do Estado. Gurgel trata da seguinte forma os investimentos feitos na Interventoria:

A organização orçamentária na distribuição de verbas aos vários setores de atividades públicas obedeceu, no governo Amaral Peixoto, ao critério de beneficiar os órgãos de atribuições substantivas, que constituem as missões específicas de um governo. Estabelecendo um plano de realizações organizadas a cada ano, foram aumentadas sempre as verbas destinadas à saúde pública, à educação, às obras públicas em geral e à agricultura.<sup>164</sup>

As áreas citadas por Gurgel no trecho acima são as que foram exploradas por ele na publicação, com destaque especial para a Educação. Para falar sobre a educação durante a interventoria, o autor utilizou como recurso a comparação de dados entre o ano de 1937 e 1945, que marcam início e fim do governo Amaral Peixoto. Como indicadores para a comparação foram utilizados dados relativos ao número de unidades escolares, tipo (Grupo Escolar ou Escola Isolada), matrículas, frequência, aprovações e corpo docente. Em todas as comparações realizadas com esses indicadores, o ano de 1945 mostra um acréscimo de cerca de 15% em cada item relacionado às escolas sob controle do Estado do Rio de Janeiro. Foram abordados também aspectos relativos à alimentação, mobiliário e prédios escolares, todos fazendo a mesma espécie de comparação e demonstrando o crescimento de investimento na educação do Estado.

Percebemos no material ora analisado o destaque que o grupo amaralista atribuía às suas ações realizadas no interior do Estado. Foram abordados aqui temas muito pertinentes à

---

<sup>163</sup> Gurgel cita como atitudes primordiais para a recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro o amparo e o estímulo à produção, feitos a partir de isenções fiscais, o plano rodoviário, além do reparo e organização dos sistemas tributário e fiscal. GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 56.

<sup>164</sup> *Ibid.* p. 57.

educação no interior e área agrícola, como as Escolas Típicas Rurais, as Colônias de Férias e as Missões Culturais. Sobre as ações da Colônia de Férias e das Missões Culturais, devemos salientar que após apresentadas brevemente, o autor fez os seguintes comentários, respectivamente:

Destinadas a beneficiar as crianças das escolas públicas do interior fluminense, foram instaladas pela primeira vez em 1939, em Cabo Frio e Vassouras, praia e montanha respectivamente, com capacidade para 100 crianças cada uma e funcionando durante 30 dias, no período das férias escolares [...] No entanto, em face dos benefícios auferidos pelos escolares nesse revezamento de saúde, é de lastimar-se que essa meritória e patriótica obra não fosse mantida depois de 1946, último ano de sua realização.<sup>165</sup>

Constituídas com técnicos de educação, sanitaristas, professoras, técnicos de caça e pesca, professores de educação física, enfermeiros, cinematografistas, jornalistas, etc., todos eles possuídos do espírito missionário, que não conhece sacrifícios nem penas, as Missões Culturais levaram ao interior um pouco das luzes das cidades. Como tantas outras interessantes iniciativas do governo Amaral Peixoto, após 1945 as missões se dissolveram [...] <sup>166</sup>

O material não era, de fato, apenas um relatório de governo, conforme apresenta o autor em seu prefácio. Além de relatar, sob seu ponto de vista e de seu grupo, o governo e as ações do líder político, Gurgel já exercia críticas ao governo em vigência no Estado, apontando e culpando-o pela descontinuidade de políticas iniciadas na Interventoria e que julgava necessária a continuidade.

Outra ação que foi destacada foi a criação do Clube dos Menores Operários, em 1942, no Barreto. Este clube tinha por finalidade atender aos filhos dos operários que mesmo antes de completar o ensino primário (nome dado à época) já ingressavam nas fábricas e, atrelado ao Parque Infantil (outro projeto abordado na publicação), oferecia a esse público a possibilidade de praticar esportes como vôlei e basquete e oferecia também palestras e exibição de filmes, assim como refeições. De acordo com Gurgel, “frequentavam o Clube de Menores Operários cerca de 400 associados. Era uma bela, útil e humanitária instituição que, infelizmente, deixou de existir depois de outubro de 1945[...]”.<sup>167</sup>

A questão da saúde pública foi tratada de forma mais sucinta nesta publicação. Gurgel aproveitou esse tópico para novamente falar dos ocupantes da pasta durante a interventoria, Dr. Mario Pinotti e Dr. Adelmo de Mendonça, para reforçar a ideia de busca pelos técnicos mais qualificados para que assumissem os postos durante o governo amaralista.

---

<sup>165</sup> GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 77.

<sup>166</sup> Ibid. p. 83.

<sup>167</sup> Ibid. p. 79.

Gurgel caracteriza a gestão na área da saúde em dois momentos distintos, como demonstra o trecho citado abaixo:

A gravidade e a extensão do problema médico-social no Estado do Rio, de um lado, a precariedade dos recursos com que se contava para atacá-lo, por outro lado, aliados a imperiosa e urgente necessidade de agir, não permitiram que a um tempo fosse abordada a solução do problema de assistência sanitária e de assistência hospitalar sem o risco de ficar comprometido o êxito final do cometimento. Pensando nisso foi que o Comandante Ernani do Amaral Peixoto concordou que, de início, fossem atacados os problemas sanitários, reservando-se para uma fase posterior de trabalho o problema da assistência hospitalar [...] <sup>168</sup>

Como podemos perceber, a gestão do Departamento de Saúde previa ações sobre os problemas sanitários, definidos como prioridade, e sobre a existência de assistência hospitalar adequada. Enquanto na área da assistência hospitalar as atenções ficaram voltadas principalmente para a construção de um grande hospital em Niterói, capital do Estado, a assistência sanitária, que recebeu maior destaque nesta publicação, espalhou-se pelo Estado do Rio de Janeiro e abrangeu todo o interior do Estado.

Outra secretaria de destaque na administração de Amaral Peixoto e também nessa publicação foi a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Contudo, como destaca o próprio autor, “foi o Departamento de Estradas de Rodagens que lhe deu renome”. <sup>169</sup> A recuperação e construção de estradas era parte importante do projeto de recuperação econômica e da atividade agrícola e industrial do Interventor. Foi através das isenções fiscais e da promessa de promover melhorias nas estradas para o escoamento da produção que atraiu empresas e investimentos para o Rio de Janeiro.

A elaboração de um plano rodoviário estadual e a construção de 694 km de estradas que ligavam diferentes regiões do Rio de Janeiro (principalmente regiões e cidades do interior) e também o Estado do Rio de Janeiro ao Distrito Federal e a São Paulo foram as principais obras exploradas nessa seção.

A esta seção estava ligada duas outras, uma destinada a relatar o projeto e início das obras da Usina de Macabu e como ela atraiu o progresso para a região e ao desenvolvimento da atividade agrícola. Neste último aspecto, Gurgel destaca a importância das Escolas Típicas Rurais, da melhora no escoamento da produção pelas rodovias e as ações desenvolvidas pelo Departamento de Saúde nos municípios do interior do Estado, o que evitava longos deslocamentos para o atendimento básico de saúde e propiciava mais tempo aos agricultores para que trabalhassem em suas plantações.

---

<sup>168</sup> Ibid. p. 87.

<sup>169</sup> Ibid. p. 91.

A Secretaria de Governo, inicialmente comandada por Alfredo Neves e depois por Heitor Gurgel, também recebeu grande destaque nesse capítulo. Esse destaque, assim como a Secretaria de Viação e Obras Públicas, deveu-se a um Departamento. O Departamento das Municipalidades era responsável não apenas por fiscalizar os prefeitos nomeados pelo interventor, mas também por captar recursos para investimentos nos municípios. Assim, era através do Departamento das Municipalidades que Amaral Peixoto tinha a possibilidade de controlar seus aliados políticos e/ou de buscar novos membros e alianças para seu grupo.

O Capítulo V, *O Humanitário*, faz referências às obras sociais apoiadas e/ou criadas durante sua interventoria. Foi durante o governo Amaral Peixoto que a Escola de Serviço Social (ESS) foi criada. O tema da assistência social era muito caro ao interventor, uma vez que a partir da ESS eram organizados os relatórios das Escolas Típicas Rurais e desenvolvidas e/ou identificadas ações necessárias não só referentes à capital fluminense, mas ao interior do Estado.

As obras sociais sempre mereceram a atenção e o apoio do governo Amaral Peixoto, que subvencionou várias instituições de assistência à infância, à maternidade e à velhice. Para melhor atender as necessidades materiais das instituições de assistência social existentes no estado, quase todas elas vivendo em regime deficitário, resolveu o Interventor dedicar a quase totalidade da renda do Serviço de Loteria do Estado a essa meritória obra. Puderam assim ser amparadas e ampliadas várias organizações assistenciais tradicionais no Estado e incentivadas um sem número de iniciativas novas que trouxeram benefícios incontestáveis ao povo fluminense. Citaremos, entre outros, a Fundação Abrigo Cristo Redentor, em suas diversas modalidades; o abrigo para velhice desamparada, em São Gonçalo; a Escola de Pesca Darcy Vargas, em Marambaia; o Aprendizado Agrícola, em Sacra Família; o preventório para os filhos de hansenianos; a Fundação Lar do Operário Fluminense, a Fundação Anchieta, entre outros.<sup>170</sup>

A busca por financiamento era importante para o desenvolvimento das ações sociais de seu governo e, nesse campo, podemos destacar a participação de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que esteve à frente de praticamente todos os projetos sociais do governo de seu marido.

Gurgel destaca em sua obra a Fundação Anchieta e a Fundação Lar do Operário Fluminense, que atendiam – respectivamente – mulheres maiores de 17 anos que estavam em busca de uma profissão e habitantes do Morro do Ipiranga, em Niterói, com o objetivo de “acabar com aquela favela”.<sup>171</sup>

---

<sup>170</sup> GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 143.

<sup>171</sup> GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 144.

A Fundação Lar do Operário Fluminense promovia recenseamentos no Morro do Ipiranga com o objetivo de realizar a construção de novas moradias, escolas para crianças e adultos, além de creche, serviços de saúde e lactários. Com o tamanho que alcançou tal projeto, a Fundação passou a contar com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que era dirigida pela própria Alzira Vargas do Amaral Peixoto, e teve participação decisiva na formação da Escola de Enfermagem e na Escola de Serviço Social, citada aqui como fundamental para a articulação das ações na área social descritas acima.

No penúltimo capítulo, *O Democrata*, a estratégia utilizada por Heitor Gurgel é a de dissociar definitivamente a imagem de Amaral Peixoto com a de um governo autoritário. Esse movimento já se apresentava nos capítulos iniciais, quando o apresenta como um defensor da democracia.

A estratégia adotada pelo autor é a de se referir a discursos realizados pelo Comandante durante a Segunda Guerra Mundial e que foram reunidos e publicados na obra *Os ideais democráticos e o governo Fluminense*, analisada no capítulo anterior. Para justificar a posição de “democrata por princípio e convicção”, Gurgel credita ao Comandante Amaral Peixoto o primeiro discurso de alinhamento aos aliados, proferido em Três Rios.

Em 14 de dezembro de 1941, poucos dias depois de *Pearl Harbor*, o Interventor Amaral Peixoto pronunciou no município de Três Rios, um discurso no qual alertou o povo brasileiro contra ‘certos povos que dominados pelas ambições desmedidas, desrespeitam o direito das gentes e atravessam fronteiras com suas hordas invasoras, impondo às nações livres e pacíficas a contingência de se defenderem com energia.’<sup>172</sup>

Além do discurso feito em Três Rios, Gurgel citou outros, como os realizados na UNE, na Liga de Defesa Nacional, em Itaverá e na Faculdade de Direito em Niterói, destacando ainda a sua posse como Presidente de Honra do Comitê Interaliado.

O capítulo VII, *O Galardão*, possui apenas duas páginas e estava voltado apenas à exaltação do líder político, além de destacar o papel do PSD no Estado do Rio de Janeiro:

O PSD do Estado do Rio reúne os mais expressivos expoentes da política fluminense, que chefiam fortes núcleos eleitorais em seus municípios. Mas, sem dúvida, o grande e maior eleitor pessedista é o Comandante Amaral Peixoto, que desfruta de enorme popularidade em todo o Estado, pela ciclópica obra executada em seu governo. Conhecendo como poucos o *hitlerand fluminense*, por ele palmilhado inúmeras vezes, o Comandante Amaral Peixoto, que possui uma memória privilegiada, conhece e sabe o nome de todos os principais chefes políticos do interior, com os quais sempre manteve correspondência e aos quais recebeu e atendeu sempre que por eles foi procurado.

---

<sup>172</sup> Ibidem. p. 143.

Um dos termos utilizados por Heitor Gurgel para descrever a interventoria Amaral Peixoto é que foi um período marcado pela “ciclópica obra executada” e que, por isso, além de líder político, é também o principal eleitor pessedista. Aqui, além da valorização das realizações feitas na Interventoria, Gurgel destaca a importância da negociação e da atenção dispensada aos líderes políticos do interior do Estado do Rio de Janeiro. Foram essas lideranças que sustentaram por bastante tempo o amaralismo no poder em território fluminense. O interior do Estado era uma base importante de votos para que Amaral Peixoto derrotasse o candidato apoiado pelo então governador do Rio de Janeiro, Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva.

Os últimos dois parágrafos do livro buscavam construir (ou reforçar) a imagem do político entre o eleitorado fluminense:

Admirado e estimado pelo homem do interior, pelos seus méritos de administrador e de amigo, foi fácil ao Comandante transformar essa simpatia em força política e daí seu incontestável prestígio em todo o Estado. Tão grande e arraigado é esse prestígio no seio do povo fluminense que alguém já o chamou de mística. Essa mística é tão poderosa que propiciou ao PSD a vitória das urnas nas eleições realizadas em 1945, 46 e 47 e também a formação da fabulosa ‘amaralina’ [...]

O povo, ao contrário do que se diz, não tem memória fraca; ele conhece, estima, admira e aplaude os homens públicos que o serviram e tão logo se enseje uma oportunidade, ele demonstra, insofismavelmente, o seu reconhecimento. O que se toma por má memória do povo é apenas o seu esquecimento dos males advindos de maus governos [...] <sup>173</sup>

Aproveitamos a deixa de Gurgel de que o “povo não tem memória fraca”, para refletirmos sobre a construção da memória amaralista. Podemos afirmar que o grupo comandado por Amaral Peixoto era coeso e produziu uma memória forte a respeito de seu líder e do grupo. Mais importante que a transmissão da memória é o fato de que ela era compartilhada pelo grupo e tornou-se dominante no estado do Rio de Janeiro.

A obra escrita por Heitor Gurgel é marcante para o grupo de Amaral Peixoto. Essa é a publicação que analisa mais profundamente e em todos os aspectos a trajetória do Interventor na política. Essa maior abrangência da obra tem relação com o lugar de fala de Gurgel: seu papel estava muito além da autoria do livro, uma vez que foi uma importante peça no jogo político desenvolvido pelo político durante o Estado Novo. Seu vasto conhecimento sobre as negociações políticas e formação da equipe que administrou o Rio de Janeiro até 1945 são evidências do quanto ele estava envolvido e de sua importância nas negociações e articulações políticas de Amaral Peixoto.

---

<sup>173</sup> GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 158.

Nessa obra, podemos notar que há uma narrativa que busca evidenciar o reconhecimento do passado fluminense, o destaque que alcançou durante o período imperial e reafirma o compromisso de reconhecer e valorizar esse passado sempre lembrado com saudosismo. Contudo, diferente das demais narrativas sobre esse período, o grupo de Amaral Peixoto criticava os políticos que reivindicavam a “idade de ouro” e não propunham uma maneira de retomar o desenvolvimento fluminense.

Assim, apesar desse cuidado com as características históricas do estado, Heitor Gurgel trabalha nessa obra com as transformações pelas quais passava o Rio de Janeiro na administração Amaral Peixoto. Nesse sentido, conhecendo os meandros dessa administração, Heitor Gurgel utilizou todo seu arsenal de informações para construir uma narrativa capaz de articular as tradições e glórias do passado fluminense com uma proposta de transformação, desenvolvimento e modernização do Estado do Rio de Janeiro.

Essa narrativa construída por Heitor Gurgel, que buscava conciliar os diferentes períodos e características da política e sociedade fluminense, teve como fio condutor a atuação de Amaral Peixoto enquanto líder político e administrador. Havia nessa obra a preocupação de consolidar a imagem de Amaral Peixoto como o político capaz de levar o Estado do Rio de Janeiro a uma espécie de redenção, de reconquista do seu lugar de destaque no cenário nacional.

As representações criadas por aqueles que partilhavam de suas lembranças e estratégicos esquecimentos foram capazes não apenas de transmitir e receber, mas de fundar e construir uma memória coletiva que foi dominante em relação às demais nas disputas pelos lugares de memória e na formação de uma identidade política para os fluminenses.

### 3.2.5 O perfil do candidato por seus pares

A última publicação que analisaremos aqui é *Perfil de um administrador – Excertos da campanha política*<sup>174</sup>, escrito por Itagildo Ferreira, em 1950. A obra possui 11 páginas e reforça as ações descritas na publicação que analisamos anteriormente.

Itagildo Ferreira escrevia crônicas e poesias, era Bacharel em Direito e esteve inserido no grupo amaralista desde o Estado Novo. O cargo de maior destaque que ocupou foi o de

---

<sup>174</sup> A publicação está depositada no acervo pessoal de Ernani do Amaral Peixoto, no CPDOC.

Chefe do Departamento do Serviço Público (DSP), anteriormente chamado de Departamento de Administração do Serviço Público Estadual (DASPE). Era figura constante nas viagens do Interventor ao interior do Estado e desenvolveu seus trabalhos literários e políticos em Santa Maria Madalena. Também era recorrente ver seu nome em reuniões do núcleo político da Interventoria com representantes dos trabalhadores e da imprensa.

Diferente da publicação anterior, essa não tem como característica a descrição das ações, mas a exaltação do líder político e seu grupo. Desde o início constatamos que se trata de um material de campanha, onde retrata de forma generalista as áreas e ações desenvolvidas durante a interventoria. A linguagem e o estilo da escrita são diferentes das demais, sendo carregadas de metáforas:

A vitória da candidatura Amaral Peixoto tem o determinismo dos fatos históricos. Os carvalhos plantados estão em condições de ser aproveitados. Vão dando sombras a todos os viajantes castigados pelo sol. Darão construções se forem derrubados. E ainda não se perderão se forem iconoclastamente incendiados.

Não é realmente fácil explicar o fenômeno do amaralismo no Estado do Rio. Há poucos dias, ainda, um amigo adversário acentuou, já desanimado, que isso é uma febre, uma endemia, uma peste que está em toda parte e que não há jeito de ser debelada.

Diria melhor, talvez, se explicasse que isso é uma mística que se criou a despeito da vontade de Amaral Peixoto. Mística nascida no trabalho sem desfalecimentos em benefício da coletividade. Mística brotada do procedimento democrático em pleno regime discricionário. Mística empolgante, doentia, que arde corações e desperta energias recônditas. Mística que enfurece e desanima os adversários, cujo importante papel nesse drama político é aumentá-la cada vez mais, como o oxigênio que alimenta a chama indomável.

O fenômeno do amaralismo é isso, uma chamada indomável que arde e incendeia os corações fluminenses.<sup>175</sup>

Nota-se a diferença na linguagem utilizada pelo autor com relação às publicações analisadas anteriormente neste capítulo: a obra foi escrita como um diário de campanha de Amaral Peixoto, característica que percorre toda a publicação.

Na citação acima temos a presença, pela primeira vez, do termo amaralismo para designar o grupo político de Amaral Peixoto. Até então, as menções eram feitas ao Comandante Amaral Peixoto e seus aliados. A partir de agora, a utilização do amaralismo para definir esse grupo político nos indica que a produção de memória não seria apenas para sistematizar os feitos de Amaral Peixoto, mas sim de um grupo político que desejava dominar o cenário político do Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>175</sup> FERREIRA, Itagildo. *Perfil de um administrador* – Excertos da campanha política. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. p. 5.

A construção da imagem de um democrata de primeira hora continua presente. O autor cita que mesmo em um regime autoritário, considerado por ele discricionário, utilizou-se de mecanismos e práticas democráticas na condução de seu governo.

Não podemos deixar de considerar que há um grande esforço empreendido neste sentido, de separar as práticas das características do período em que esteve à frente da administração estadual. Certamente esse era considerado como o ponto onde Amaral Peixoto pudesse sair prejudicado na eleição para o governo estadual.

No decorrer da publicação são retomadas características presentes nas obras analisadas no capítulo anterior, como o de pacificador político. As referências a esse perfil são feitas em dois contextos diferentes:

Enganam-se os que afirmam que ele não reatará os elos de sua festejada administração, porque as condições são hoje outras. Num regime constitucional é que ele terá a grande oportunidade de demonstrar suas qualidades de líder. Eleito Governador do Estado, a luta e desencontros políticos não perturbarão o seu governo, porque saberá harmonizar todos os anseios, fazendo-os desembocar no estuário comum do bem-estar coletivo.<sup>176</sup>

Esse primeiro trecho faz menção ao papel de pacificador das disputas políticas, tal qual desempenhou ao ser nomeado interventor em 1937. O desafio, apesar de semelhante, tinha características distintas do que encontrou anteriormente. Agora, líder de um extenso grupo político e com partidos nacionais organizados, conseguir a coalizão de forças seria mais difícil. Todavia, para que conseguisse êxito e mantivesse seu poder nos municípios, teria que articular com os diretórios municipais de seu partido e dos partidos aliados uma forma de manter influência e diálogo mesmo naqueles municípios em que seu grupo não estivesse no poder. Outra diferença que devemos considerar é que, diferente do Estado Novo, Amaral Peixoto envolveu-se em uma disputa política pelos votos dos eleitores fluminenses. Os impactos dessa disputa, caso não houvesse uma pacificação entre os grupos, poderia ser decisiva para a desestabilização do grupo amaralista.

A outra vertente de pacificador que foi elogiado por Ferreira foi dentro do Partido Social Democrático (PSD), do qual era Presidente.

A unidade mantida no seio do pessedismo fluminense revelou-nos o chefe de partido, o líder político que nos surpreendeu. Jamais poderíamos julgar que um homem afeiçoado às atividades puramente administrativas, preocupado com os

---

<sup>176</sup> Ibidem. p. 8.

problemas básicos da Administração, viesse demonstrar raras qualidades de mentor político.<sup>177</sup>

Nesse aspecto, o controle do partido era fundamental para evitar dissidências que o fizessem perder prestígios e eleitores, uma vez que as lideranças locais exerciam uma grande influência sobre os eleitores de seus municípios. Na publicação que analisamos anteriormente, Heitor Gurgel apontou a importância da formação da equipe que esteve à frente da administração estadual com o “Comandante”. No capítulo em que trata dos ocupantes das Secretarias e Departamentos de Estado, pautando suas atividades à frente dos respectivos órgãos, demonstrou o cabedal de alianças realizadas, deu visibilidade aos seus correligionários e reforçou os laços políticos. Além disso, foi uma forma de demonstrar a capacidade de liderança política de Amaral Peixoto, sendo capaz de organizar um grupo e mantê-lo coeso.

Chamamos a atenção também para o fato de que Edmundo de Macedo Soares e seu tio, José Eduardo de Macedo Soares, pertenciam aos quadros do PSD fluminense. Apesar disso, os apoios conquistados por eles para seus candidatos nas eleições de 1950 (o próprio José Eduardo foi candidato ao senado) foram conquistados em outros partidos, sobretudo na UDN. Se por um lado o rompimento entre Amaral Peixoto e Macedo Soares poderia causar uma dissidência no PSD, por outro, o resultado das eleições demonstraram a força de Amaral Peixoto dentro de seu partido, sendo capaz de controlar as investidas do então governador do Estado para desestabilizar seu grupo.

Por fim, outra característica marcante desta publicação é a referência ao interior do Estado do Rio de Janeiro. Destacamos uma vez mais que o interior do Estado era parte fundamental do projeto amaralista, conforme podemos ver no trecho a seguir:

Esse é o nosso candidato ao governo do Estado. É absolutamente impossível vencê-lo nas urnas nas próximas eleições. Não há *handicap* que possa por em risco sua candidatura, nascida por imposição dos fluminenses que conduziram os seus representantes ao estuário de suas aspirações. Só quem já percorreu o interior, quem já esteve em contato com as massas rurais como simples observador anônimo pode compreender a pujança do amaralismo e os motivos da vitória que se aproxima.<sup>178</sup>

Esse é o último parágrafo da publicação de Itagildo Ferreira. Nele, reforça a certeza da vitória de Amaral Peixoto, relacionando-a ao seu conhecimento do Estado, sobretudo, daqueles que habitam no interior e nas áreas rurais. É impossível pensar na construção do

<sup>177</sup> FERREIRA, Itagildo. *Perfil de um administrador* – Excertos da campanha política. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. p. 9.

<sup>178</sup> FERREIRA, Itagildo. *Perfil de um administrador* – Excertos da campanha política. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. p. 11.

amaralismo e no poder que Amaral Peixoto e seu grupo desfrutaram durante as décadas de 1940 e 1950 sem pensar em suas viagens ao interior e nas negociações e ações políticas realizadas nessa região desde o Estado Novo.

Foi com base nessas relações construídas durante o Estado Novo que Amaral Peixoto e seu grupo conduziram todo o processo de propaganda eleitoral, pautando seus discursos. Podemos dizer que a vitória amaralista na eleição foi construída não apenas nesta campanha, mas durante a sua trajetória enquanto interventor: era uma relação de reciprocidade entre Amaral Peixoto e seus eleitores no Rio de Janeiro.

### 3.3 A campanha eleitoral de 1950 nas páginas dos jornais

A campanha eleitoral de 1950 teve uma importante peculiaridade: foi a única do período democrático em que ocorreram simultaneamente as eleições para os executivos federal e estadual. Assim, com as campanhas ocorrendo de forma concomitante, as questões nacionais surgiram com bastante força nas campanhas estaduais, especialmente devido a candidatura de Getúlio Vargas (PTB) à Presidência da República. Os periódicos representam fonte relevante para explorar esse contexto.

O jornal *O Fluminense* foi fundado ainda no período imperial, em 1878, e ocupou lugar de destaque na imprensa fluminense desde então. Desde sua fundação, o jornal sempre deu destaque em suas páginas aos acontecimentos políticos. Durante a Primeira República, por exemplo, esteve ameaçado de empastelamento por seu apoio a Nilo Peçanha, líder da Reação Republicana, defendida insistentemente pelo periódico. Apoiou também, embora de forma mais discreta, a Aliança Liberal e o movimento revolucionário de 1930.

Durante a Era Vargas, esteve alinhado com o governo federal e apoiou também a administração do Interventor Amaral Peixoto. Todavia, uma crise econômica e administrativa do jornal, associado a problemas de saúde de seu diretor, Luís Henrique Xavier de Miranda, o fez mudar de mãos em 1944, quando passou a ser dirigido pelo seu filho, Aurelino de Miranda Azevedo, que estreitou alianças com opositores aos governos estadual e federal, notadamente grupos udenistas.<sup>179</sup> Durante o Estado Novo, mesmo após a mudança de

---

<sup>179</sup> A aproximação com a UDN foi intensa. Prova disso é que, na década de 1950, ainda com dificuldades financeiras, os proprietários do jornal convidam Alberto Torres, um dos maiores opositores ao governo de

proprietário, manteve a linha situacionista, mas atribuindo um destaque menor ao Interventor. Com a saída de Amaral Peixoto em 28 de outubro de 1945 e a deposição de Getúlio Vargas no dia seguinte, as críticas passaram a dar o tom das notícias sobre política.

Com a democratização, *O Fluminense* – assim como a maioria dos jornais da época – assumiu o discurso partidário daqueles que o controlavam. Assim, com os opositores do governo Vargas – em âmbito nacional – e Amaral Peixoto – no Estado do Rio de Janeiro – controlando o jornal, eram os políticos vinculados a UDN que ganhavam os destaques positivos nas manchetes do periódico. Essa foi uma linha editorial que se manteve durante todo o governo Macedo Soares, onde o governador e o Presidente Dutra tinham suas ações valorizadas e Vargas e seus aliados eram sempre ligados a termos como ditador, ditadura e apontados como causadores de conflitos políticos nacionais e nos estados.

Em 1950, o jornal era diário e suas edições possuíam, em geral, seis páginas. A primeira página era carregada de notícias e informações, com destaque para as matérias políticas ou grandes obras do governo estadual. Parte dessas notícias continuavam na segunda página, onde também estava a coluna social do jornal. As demais páginas eram destinadas aos anunciantes, com destaque para o oferecimento dos serviços de advogados e médicos. Em 1950, junto a esses anunciantes havia também as propagandas eleitorais dos candidatos aos cargos em disputa nas eleições que transcorreriam.

Outro jornal de grande circulação no Rio de Janeiro era *O Estado*. Fundado por Irineu Marinho em 1911, tinha um caráter essencialmente oposicionista. De sua fundação até a década de 1940, passou por duas mudanças de proprietário até que foi encampado pelo Estado Novo em 1940. Em 1946, Eurico Dutra autorizou o arrendamento de *A Noite* por uma comissão administrativa formada por próprios funcionários do jornal. Simpáticos a essa medida e percebendo o alinhamento de Dutra e Macedo Soares com os candidatos que se opunham a Getúlio Vargas e Amaral Peixoto, *A Noite* e seu correspondente no Estado do Rio de Janeiro, *O Estado*, mantiveram seu viés antigetulista e de oposição ao PSD-RJ.

Sua configuração editorial também era bastante parecida com a de *O Fluminense*. Possuía entre seis e oito páginas, muitas delas ocupadas por anúncios, com a primeira página com muitas informações e chamadas das matérias. Uma diferença entre os dois era a terceira página, que era composta pelas continuações das matérias publicadas na primeira página. Além disso, era na terceira página que estava inserida a coluna *Política e cia*. Esse era um espaço que o jornal dedicava às negociações políticas e, principalmente, para as notícias sobre

---

Getúlio Vargas, para tentar solucionar a crise financeira do jornal. Em 1955, Alberto Torres assume definitivamente o jornal e intensifica as críticas aos petebistas e pessedistas.

política nacional. Em 1950, por exemplo, durante alguns meses a coluna tratou diariamente sobre as negociações entre os partidos em torno do nome de um candidato de consenso para a Presidência da República.

O alinhamento entre *O Fluminense* e *O Estado* era tão grande em 1950 que matérias publicadas no primeiro eram costumeiramente republicadas no segundo. Assim, o PSD e seus candidatos não possuíam um espaço para suas propagandas nos principais jornais da capital fluminense.

O ano de 1950 marcou o rompimento do governo com o PSD, apesar de não ter havido a desfiliação do governador do partido. Nos primeiros meses de 1950, seriam definidos os candidatos e o panorama eleitoral seria configurado. Assim, as divergências entre eles cresceram e tornaram-se insustentáveis, a ponto do jornal *O Fluminense*, em 07 de janeiro de 1950, publicar notícia com o título *Define-se, politicamente, o governador Macedo Soares e Silva*<sup>180</sup>:



É importante percebermos que na matéria o governador trata os políticos do PSD como “amigos” e afirmar que a medida que tomou se deve ao apoio que não vinha recebendo de seu partido, além de abrir espaço para maior atuação de outros partidos em seu governo. Como já possuía ligações estreitas com políticos ligados aos macedistas e à UDN, o rompimento oficial teria maior efeito dentro do PSD-RJ, uma vez que a atitude do governador torna inevitável uma definição por parte dos políticos pessedistas: seguiriam o governador ou o presidente do partido?

Na edição do dia seguinte, 08 de janeiro, o indicativo de rompimento, tratado até então como “definição política” foi confirmado na manchete principal da primeira página do jornal<sup>181</sup>:

<sup>180</sup> *Define-se, politicamente, o governador Macedo Soares e Silva*. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 07/01/1950.

<sup>181</sup> *Repercute, intensamente, em todo o Estado, o rompimento do governo com o PSD*. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 08/01/1950.

## **Repercute, intensamente, em todo o Estado, o rompimento do Governo com o P. S. D.**

**Caminha certo, nesta hora, o Coronel Edmundo de Macedo Soares -- Fidelidade ao seu governo, condição indispensável**

Explodiu ruídosamente a «nota bomba» distribuída, oficialmente, ontem, à imprensa, pelo Palácio do governo em Petrópolis. Si bem que anunciada, com certa antecedência, não deixou de provocar enorme sensação a deliberação do governador Macedo Soares, de romper definitivamente com aqueles que não têm correspondido ao seu apoio leal e sincero.

Considera S. Ex. indispensável a solidariedade integral ao seu governo e ao do general Dutra, por parte dos Partidos Políticos, em troca do que poderão receber estes os favores do executivo estadual.

Nada mais acertado, pois estava S. Ex. enriquecendo as hostes políticas de um partido que luta com todas as armas para fazer voltar ao governo aquele menos indicado para tal e contrário aos princípios que norteiam as diretrizes do regime de 29 de outubro.

Com esta energética resolução poderá agora o Sr. governador contar com aqueles que sinceramente quizeram caminhar, em uma solução democrática, para a futura sucessão presidencial.

A matéria reproduzida, aqui, deixa explícita a posição do governador: aqueles que estiverem com o governo fluminense terão as benesses solicitadas e, paralelamente, começa a criticar o candidato pessedista ao governo, Amaral Peixoto. Assim como fizeram quando trataram de política nacional classificando Getúlio Vargas como ditador, classifica o ex-interventor e naquele momento Deputado Federal como alguém “contrário aos princípios que norteiam as diretrizes do regime de 29 de outubro”. A disputa eleitoral acabava opondo os discursos dos pessedistas e dos udenistas fluminenses: enquanto os partidários de Amaral Peixoto e o setor de divulgação do PSD trabalhavam para apagar da memória dos fluminenses os traços que faziam dele um representante de um governo autoritário, os udenistas (e também os “dissidentes” do PSD) trabalhavam firmemente no reforço dessa imagem de Interventor, de alguém que não comandou o Estado do Rio de Janeiro eleito democraticamente.

Após o rompimento oficial com o PSD, Macedo Soares e seus aliados utilizaram-se das páginas de *O Fluminense* para propagandear suas ações, criticar o grupo amaralista e fazer campanha para seu candidato ao governo do estado.

Pelas matérias reproduzidas anteriormente e pela breve descrição do perfil do jornal, podemos afirmar que se tratava de um periódico contrário ao PSD e a Amaral Peixoto. Assim, o enfrentamento por parte do governador Macedo Soares ao líder pessedista ganhou vulto e apoio por parte de *O Fluminense*. Os destaques sobre essa disputa eram feitos de várias formas. Uma parte significativa das notícias acerca do governador diziam respeito a reuniões entre ele e o Presidente Dutra. Entre janeiro e novembro daquele ano encontramos cerca de 40 notícias referentes a encontros entre os dois.

Outra forma de destacar as ações políticas do governador era registrando seus encontros com a UDN – que estava cada vez mais presente em seu governo – e com o que o jornal chamou de dissidência pessedista, conforme destacam as manchetes dos jornais de 01 e 03 de fevereiro e 02 de março, que reproduzimos abaixo:

**Importante manifesto de pessedistas fluminenses**

Apoio ao governador Macedo Soares e Silva e a sua política – Assinado o documento por prestigiosos próceres do PSD, inclusive inúmeros prefeitos – Texto do importante manifesto político assinado no Ingá.<sup>182</sup>

**Cresce o número de adesões ao manifesto da dissidência do PSD Fluminense**

Nove prefeitos municipais, vereadores, membros de diretórios e membros da Comissão Executiva do Partido colocam-se ao lado do Governador Edmundo de Macedo Soares e Silva.<sup>183</sup>

**Aumenta a dissidência Pessedista em apoio ao governador**

Fortalece-se o governo com as adesões que vem recebendo, diariamente, de eminentes figuras do PSD.<sup>184</sup>

Essas são três das mais de 20 matérias publicadas dando ênfase ao apoio que o governador recebia dentro do PSD, tentando construir a imagem de que sairia vitorioso do embate com Amaral Peixoto dentro do partido. A estratégia era, na maioria das vezes, noticiar a adesão de prefeitos e de nomes de destaques nos diretórios municipais ao grupo que o governador tentava formar. Em algumas ocasiões, foram publicadas notas de apoio ao governador de diretórios municipais, o que daria mais peso ao grupo dissidente.

Ao mesmo tempo em que transmitiam a ideia de enfraquecimento da corrente amaralista, noticiando apoios ao governador dentro do PSD e de políticos importantes como o Presidente Dutra, o jornal noticiava também a aproximação cada vez maior com a UDN.

Desde a edição de 19 de janeiro até a de 05 de maio, várias foram as notícias de encontro do governador com lideranças estaduais e nacionais da UDN, com destaque para os encontros com o Brigadeiro Eduardo Gomes, oficializado candidato à Presidência da República em abril de 1950 e logo apoiado pelo periódico e pelo governador. Em âmbito estadual, destaque para os encontros com o presidente do partido e um dos cotados para a disputa presidencial daquele ano, o advogado José Eduardo Prado Kelly.

Prado Kelly possuía um longo histórico na política fluminense e seu nome ganhou força para concorrer ao governo do Rio de Janeiro logo após a indicação de Eduardo Gomes como o candidato nacional da UDN em 1950. Tanto que, cerca de um mês após a

<sup>182</sup> *Importante manifesto de pessedistas fluminenses*. O Fluminense, Niterói, p. 1, 01/02/1950.

<sup>183</sup> *Cresce o número de adesões ao manifesto da dissidência do PSD Fluminense*. O Fluminense, Niterói, p. 1, 03/02/1950.

<sup>184</sup> *Aumenta a dissidência Pessedista em apoio ao governador*. O Fluminense, Niterói, p. 1, 02/03/1950.

oficialização da candidatura do Brigadeiro, *O Fluminense* estampa a seguinte notícia em sua manchete principal *Prado Kelly, candidato à sucessão*.<sup>185</sup>



Como não havia a possibilidade de conseguir lançar um candidato ligado ao seu governo pelo PSD e já estava apoiando a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, o lançamento e apoio à candidatura udenista no Rio de Janeiro era “natural”.

A partir da notícia do lançamento da candidatura de Prado Kelly pela UDN, o então deputado apareceu em praticamente todas as notícias vinculadas a discursos, negociações políticas, recebimento de apoios e encontros políticos em que esteve presente o Governador. Com as eleições estaduais transcorrendo simultaneamente à nacional, além de aumentar as relações entre as campanhas presidencial e ao governo estadual e os postulantes a esses cargos, os pontos polêmicos de uma influenciavam na outra.

Aproveitando-se da indefinição do PSD, que lançou Cristiano Machado como candidato, mas possuía boa parte de seus quadros políticos apoiando a candidatura de Getúlio Vargas, do PTB, à Presidente da República, *O Fluminense* tratou de explorar esse fato no Rio de Janeiro. Em 11 de junho de 1950, publica a seguinte matéria:

**O Deputado Peixoto discorda do PSD**

Não compareceu a convenção de ontem no Teatro Municipal – A sua ausência ao conclave significa sua adesão ao PTB.<sup>186</sup>

Nessa matéria, a postura de Amaral Peixoto em apoiar Getúlio Vargas, foi apontada como o motivo da “cristianização” do candidato pessedista no Rio de Janeiro. Apesar de apontar a influência que ainda possuía no PSD-RJ, uma vez que o acusam de desviar os apoios e os votos que seriam de Machado para o candidato trabalhista, o periódico busca construir a ideia de que Amaral Peixoto estava migrando ao PTB devido à perda de apoio no partido fundado por ele em detrimento do Governador Macedo Soares.

A partir de junho, com a candidatura de Amaral Peixoto também oficializada pelo PSD, *O Fluminense* começa a publicar quase que diariamente notícias de manifestações populares em favor do Governador Macedo Soares e de seus candidatos a Presidente e à sua

<sup>185</sup> *Prado Kelly, candidato a sucessão*. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 04/06/1950.

<sup>186</sup> *O Deputado Peixoto discorda do PSD*. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 11/06/1950.

sucessão na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, nessa região o grupo amaralista se consolidou primeiro e tinha uma grande vantagem sobre os demais grupos políticos. Dessa forma, com a chegada do pleito, a busca por influência e por votos no Norte Fluminense era fundamental.

Além de inaugurar uma série de obras – muitas delas encaminhadas e iniciadas na gestão de Amaral Peixoto durante a Interventoria – Macedo Soares e Silva começou a fazer uma série de declarações para o jornal chamando a atenção da população para o pleito que se aproximava, defendendo seus candidatos e construindo narrativas que pudessem enfraquecer a candidatura pessedista àquela altura.

Em todo o ano de 1950, apenas na edição de 03 de outubro, às vésperas das eleições, encontramos uma matéria destinada a apoiar a candidatura de Amaral Peixoto, publicada sob o título *Acurcio Torres e Amaral Peixoto – apelo ao eleitorado niteroiense*, a pequena matéria, situada no canto inferior esquerdo do jornal, solicitava aos niteroienses que direcionassem seus votos aos dois candidatos. Todavia, a matéria destacava mais a figura de Acurcio Torres, candidato a Deputado, que a do candidato ao governo estadual.

Notamos pelo relatado até aqui, a inserção das campanhas pessedistas nos jornais fluminenses foi quase nenhuma. O PSD precisava, então, pensar em alternativas para fazer circular outro tipo de notícias acerca de seus candidatos e, sobretudo, de Amaral Peixoto, que disputava o executivo estadual. Além das publicações e das inserções no rádio, era necessário que houvesse um periódico impresso para que o PSD pudesse contar a sua versão dos fatos e colocar na rua sua campanha.

Como não havia outro jornal de grande circulação na capital fluminense, uma opção era conseguir apoios nos jornais locais, mas que tinham alcances limitados. Assim, a estratégia usada foi buscar vincular notícias sobre o partido e seus candidatos em jornal editado na cidade do Rio de Janeiro, haja vista a proximidade e o expressivo número de fluminenses que circulavam entre a capital do estado e o Distrito Federal.

Valendo-se da relação próxima que desenvolveu com Samuel Wainer, jornalista dos Diários Associados que viajou diversas vezes com Amaral Peixoto a São Borja em busca de respostas sobre a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, o diretório estadual conseguiu espaço em *O Jornal* para a propaganda pessedista.

*O Jornal* foi adquirido por Assis Chateaubriand em 1924 e tornou-se o principal veículo dos Diários Associados. Foi um dos jornais de maior circulação e, na década de 1950, chegou a ter uma tiragem de 70 mil exemplares diários, sendo o líder em circulação por alguns anos. Em âmbito nacional, era o principal jornal de apoio à candidatura pessedista de

Cristiano Machado. Até mesmo por isso, foi mais fácil que Wainer convencesse Chateaubriand a estampar em suas páginas a campanha pessedista fluminense, apesar do líder do partido ser o genro de Getúlio Vargas, desafeto do proprietário do jornal.

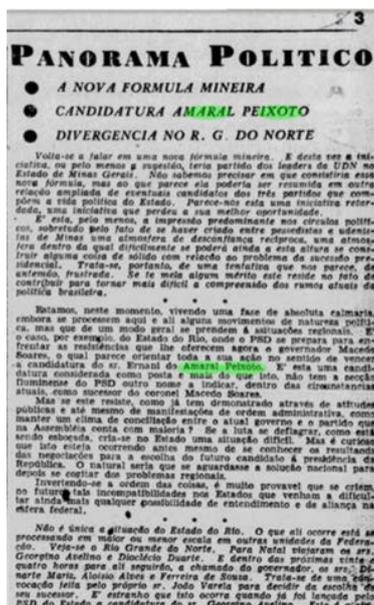
Esse periódico possuía características distintas de *O Fluminense* e *O Estado*. Além de ter sua sede na capital federal, durante a semana possuía 16 páginas e aos domingos entre 40 e 60 páginas. O jornal traz inúmeras matérias sobre a política nacional e internacional e a coluna *Panorama Político* é um importante espaço dedicado aos bastidores das negociações políticas. Essa coluna foi escrita durante 15 anos por Armino Douel de Andrade, que trabalhou em órgãos de imprensa como *O Globo*, *Diário da Noite* e *Diretrizes*. Douel começou a trabalhar com política na constituinte de 1946 e logo se aproximou de figuras importantes do PTB, como Alberto Pasqualini, Leonel Brizola e João Goulart.<sup>187</sup> Sua aproximação e simpatia com as diretrizes trabalhistas fizeram com que ele se filiasse ao PTB ainda durante a década de 1950. Era, portanto, alguém que teria uma complacência maior com Amaral Peixoto devido à sua ligação com Vargas.

A narrativa desse periódico foi construída quase que totalmente em sentido oposto àquela feita por *O Fluminense* e *O Estado*.<sup>188</sup> Antes do início das atividades de campanha propriamente dita, a coluna *Panorama Político* foi muito importante para o grupo pessedista. A coluna, geralmente publicada na página 3 do jornal, tinha uma editoração simples: o título, destaque para os assuntos tratados nela (em geral, três tópicos) e ocupava um espaço pequeno, menos do que meia coluna da página do jornal, como podemos ver no exemplo a seguir:

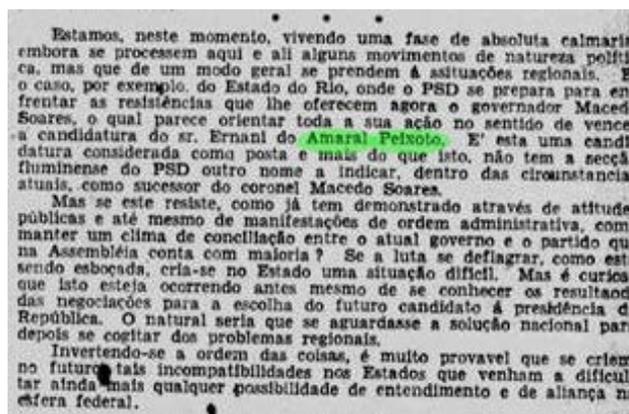
---

<sup>187</sup> MUSEU DA REPÚBLICA. Coleção Armino Douel de Andrade. *Guia da coleção*. O Museu da República busca contribuir para o desenvolvimento sociocultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano que conserva. Disponível em: <<http://museudarepublica.museus.gov.br/guia-de-colecoes/#indice3>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>188</sup> As edições de 07 e 08 de janeiro de 1950 ainda trouxeram manchetes que poderiam indicar apoio ao governador na disputa com Amaral Peixoto. Contudo, as matérias evitavam críticas nominais ao Presidente do partido.



Era através dessa coluna que os bastidores das articulações políticas do partido eram revelados. O primeiro exemplo que temos é a coluna publicada em 06 de janeiro:



Essa é a primeira menção da coluna à disputa que iria se deflagrar entre o governador e o presidente do diretório estadual do partido. A candidatura de Amaral Peixoto é apresentada como “uma candidatura considerada como posta e mais do que isto, não tem a seção fluminense outro nome a indicar [...]”. Esse seria o caminho natural após o acordo firmado em 1946. Contudo, a configuração estabelecida durante o governo Macedo Soares e o rompimento oficial entre ele e o partido fizeram com que o governador articulasse, em um primeiro momento, para evitar a candidatura de Amaral Peixoto e, posteriormente, trabalhasse para a formação de uma candidatura contrária à definida pelo PSD.

Percebemos também nessa coluna a presença marcante dos acontecimentos nacionais na campanha estadual. Na parte final das considerações sobre a situação, destacou-se que a discussão sobre a sucessão fluminense estava se antecipando às definições nacionais, onde

ainda era veiculada uma possível aliança mais ampla entre os partidos para a definição de um candidato capaz de agradar aos diferentes grupos. A relação entre as negociações e campanhas políticas nacional e estadual era tão intensa que, em 08 de janeiro, *O Jornal* publica matéria informando que a disputa fluminense poderia mudar o panorama do jogo político nacional:



No decorrer da matéria, *O Jornal* cita que Macedo Soares e Eurico Dutra articulavam contra a candidatura de Amaral Peixoto pelas suas ligações e características “queremistas”, em uma alusão à sua proximidade com Getúlio Vargas desde o Estado Novo. Como o PSD não conseguia chegar a um consenso sobre o nome que disputaria a Presidência da República, Dutra e seus pares tentavam de alguma forma enfraquecer as articulações em torno do nome de Getúlio Vargas.

Além das recorrentes citações à candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República pelo PTB, podemos verificar outros “diálogos” entre as campanhas nacional e estadual. Como aconteceram concomitantemente, a influência dos temas nacionais nas campanhas estaduais ocorreram de forma intensa.

Vargas teve como temas mais marcantes de sua campanha eleitoral em 1950 o nacionalismo e as reformas sociais. Eram temas onde poderia explorar sua imagem de “pai dos pobres” e de luta pela independência econômica do Brasil, além de explorar elementos que possibilitariam a ele um discurso crítico às políticas desenvolvidas nessas áreas por Dutra em seu governo.

O Estado do Rio de Janeiro esteve muito presente na campanha eleitoral de Vargas. Como destacava iniciativas de seu período anterior como Presidente da República para discorrer sobre o desenvolvimento do país, utilizou-se várias vezes de ações que ocorreram em terras fluminenses. Podemos citar a criação da Fábrica Nacional de Motores, em Duque de Caxias, e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, exploradas – ao lado da Companhia Vale do Rio Doce – como exemplos de iniciativas que contribuíram para o desenvolvimento econômico do país. Também foi utilizado por Vargas durante o período eleitoral o desenvolvimento das atividades agrícolas por todo o país, assim como a busca pela

melhoria das condições de trabalho para aqueles que tinham suas atividades laborais na área rural.

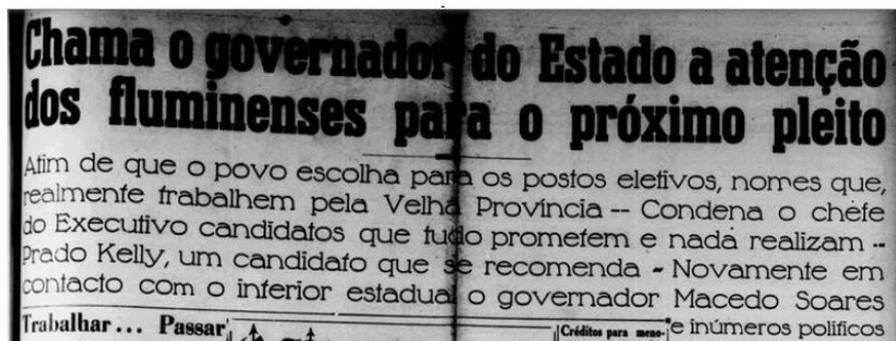
Tendo como candidato ao governo estadual alguém tão ligado a Vargas e temas tão caros a realidade fluminense, a ligação entre as campanhas e os assuntos abordados em cada uma delas ocorreu com bastante naturalidade. Nas publicações que analisamos nesse capítulo, assim como nos periódicos, podemos encontrar com facilidade temas que possuem muitas ligações com aqueles abordados na campanha nacional.

Além disso, a caravana política e eleitoral de Vargas moldava o discurso do candidato a cada estado que passava. No caso fluminense, utilizou como estratégia atribuir destaque a CSN e os impactos na economia da região do Sul Fluminense (assim como no Estado do Rio de Janeiro) e no Norte Fluminense destacava a produção agrícola e os avanços nessa área, reforçando a importância da atividade rural para a economia fluminense. Dessa forma, havia um direcionamento muito claro dos temas, com a diferença de como os candidatos se apropriavam deles para a construção de suas campanhas.

Quando as candidaturas fluminenses se definem – oficialmente pelos partidos ou pelo encaminhamento dado aos atores envolvidos na cena política aos prováveis candidatos – e as campanhas eleitorais começam a ganhar corpo, a estratégia de propaganda do PSD-RJ no periódico se modifica: deixam de ser publicados os bastidores e a negociação política para dar destaque aos atos da campanha pessedista.

A partir de 03 de fevereiro, quando foi ratificado o nome de Amaral Peixoto como candidato do PSD ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, as matérias passaram a noticiar moções de apoio dos diretórios municipais do PSD-RJ ao candidato pessedista e, dessa forma, colocando em dúvida o que apontavam os jornais fluminenses quando afirmavam que crescia o número de “dissidentes” do PSD-RJ que apoiavam a candidatura udenista de Prado Kelly.

Conforme as eleições se aproximavam, os discursos dos candidatos se modificavam e exploravam outros temas, como o das realizações dos governos de Amaral Peixoto e Macedo Soares. Em 19 de agosto daquele ano, *O Fluminense* publicou matéria com a manchete que reproduzimos a seguir:



Podemos observar no subtítulo da matéria que havia uma crítica a candidatos que “tudo prometem e nada realizam”. Como o discurso do governador referia-se às realizações de seu governo e fazia críticas ao período do Estado Novo e às medidas administrativas da Interventoria, essa foi uma referência ao candidato pessedista, Amaral Peixoto. Matérias como essa passaram a ser constantes tanto em *O Fluminense* como em *O Estado*. Temas como a construção e pavimentação de rodovias, saneamento básico, incentivo à produção agrícola, administração das finanças do estado, foram foco de críticas feitas pelas páginas dos jornais.

Com o acirramento das acusações por parte da campanha de Prado Kelly, o PSD-RJ resolveu utilizar o espaço conquistado em *O Jornal* para estampar uma espécie de prestação de contas do período compreendido entre 1937 e 1945, conforme podemos constatar nas edições dos dias 29 e 30 de setembro, quando foram publicadas importantes respostas nas páginas de *O Jornal* às críticas feitas pelo governador e pelo candidato udenista a Amaral Peixoto.<sup>189</sup>

Em outubro, logo após as eleições, o jornal *O Fluminense* passa a publicar diariamente os resultados da apuração no Estado. Durante uma semana essa foi a manchete principal do periódico, sempre sob o título de *Últimos resultados do pleito*. Contudo, com o passar dos dias e a derrota de seus candidatos ao governo estadual, ao senado e a presidência se confirmando, o jornal deixa de publicar atualizações diárias e quando remonta a este tema o faz em pequenos espaços.

<sup>189</sup> As matérias a que nos referimos foram as seguintes: *Panorama Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro*, publicada na edição 9335, de 29 de setembro de 1950, que ocupou uma página inteira do periódico. Na edição seguinte (30 de setembro de 1950, edição 9336), são duas matérias no mesmo estilo da publicada um dia antes: *Panorama Financeiro do Estado do Rio de Janeiro* e *Macabu – Novo sistema elétrico do Brasil*. Essas três matérias são respostas claras às críticas proferidas pelas matérias publicadas pelos jornais fluminenses, promovendo um “diálogo” entre os candidatos ao governo estadual.

### 3.4 As eleições de 1950 e o fortalecimento do PSD-RJ

As eleições de 1950 seriam as primeiras, de fato, competitivas no Estado do Rio de Janeiro. A ampla aliança formada para o apoio a candidatura de Edmundo Macedo Soares e Silva não se repetiria quatro anos depois. Assim, Amaral Peixoto, candidato da aliança PSD/PTB, e Prado Kelly, candidato pela UDN, disputariam a preferência do eleitorado fluminense.

Importante destacarmos que entre as duas eleições estaduais houve um crescimento do número de eleitores:

Rio de Janeiro				
Ano	População	Eleitores	Votantes	Abstenções
1947	2.150.000	404.472 (18,81%)	280.384 (69,32%)	124.088 (30,68%)
1950	2.297.194	631.872 (27,51%)	449.644 (71,16%)	182.228 (28,84%)

Fonte: Santos, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais – Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Como podemos ver pela tabela acima, em 1947, o Rio de Janeiro possuía quase 405 mil eleitores aptos a participarem do pleito, em 1950 eram mais de 630 mil os fluminenses alistados para votar. Esse é um crescimento considerável, pois são mais 225 mil pessoas habilitadas a participarem do processo eleitoral e, por conseguinte, mais eleitores a serem conquistados pelos candidatos.

Durante quatro anos, a disputa pelo predomínio na política fluminense foi travada entre os dois grupos políticos aqui apresentados. Amaralistas e macedistas buscaram construir imagens de seus líderes e grupos a fim de garantir a vitória e o domínio político no Estado do Rio de Janeiro a partir das eleições de 1950.

Alcançamos através do material analisado que as estratégias políticas adotadas por estes grupos variavam de acordo com o contexto, sobretudo com a proximidade das eleições. Apesar da intensificação da produção de materiais de propaganda em momentos mais próximos às eleições de 1950, percebemos que havia uma preocupação dos dois grupos em manter uma divulgação periódica e sistemática de seus feitos e de suas administrações. Essa produção sistemática e contínua nos leva a afirmar que havia uma preocupação com o marketing político e não apenas com a propaganda eleitoral.

Podemos considerar que Edmundo de Macedo Soares e Silva, governador em exercício tinha a seu favor a possibilidade de construir alianças através das negociações políticas características de quem detém o poder. Além de ter uma divulgação maior de suas ações e discursos através da imprensa, que estava atenta aos movimentos do governador do estado. Também devemos salientar as inúmeras oportunidades em que esteve junto do Presidente da República e de seus principais interlocutores no governo federal.

Em conjunto com as alianças políticas e a proximidade com o governo federal, Macedo Soares desenvolvia também a estratégia de enfraquecer a relação entre Amaral Peixoto e as lideranças políticas dos municípios. Para isso, produziram uma leitura de que durante o Estado Novo não houve uma política efetiva de valorização das atividades econômicas que sustentavam o Rio de Janeiro.

Os materiais de propaganda e divulgação do governo Macedo Soares não fazem referência ou críticas aos políticos da Primeira República, aspecto que esteve presente nos materiais do grupo de Amaral Peixoto. Como a família Macedo Soares estava envolvida nas disputas políticas das primeiras décadas republicanas, era necessário que as críticas fossem voltadas ao período após Getúlio Vargas assumir o poder. Como não havia o alinhamento do Presidente Dutra e do Governador com os seus antecessores, mesmo que estes tenham lhe concedido apoios fundamentais para que chegassem à vitória eleitoral, a desvalorização dos governos do pós-30 e, principalmente, do Estado Novo eram os alvos principais.

A imagem que foi criada para Edmundo Macedo Soares tinha como principal característica a de um político que chegou ao poder pelo voto, definindo seu perfil como o de um verdadeiro democrata. Esse era um desafio importante para o grupo de Amaral Peixoto em suas produções. Era necessário rebater a imagem de um governo autoritário e construir, assim como Macedo Soares, a imagem de democrata.

Apesar de estar fora do governo estadual e seus principais aliados sem cargos com grande influência durante o governo macedista, Amaral Peixoto construiu um grupo sólido durante sua interventoria e manteve sua influência política no Rio de Janeiro exercendo seu mandato como Deputado Federal.

A estratégia utilizada durante o governo de Edmundo de Macedo Soares e Silva, de enfraquecer o grupo político liderado por Amaral Peixoto logo após romper com a aliança que o levou ao governo do estado, não conseguiu alcançar o êxito desejado. Além de não ter conseguido provocar baixas políticas significativas, Amaral Peixoto conseguiu manter importantes espaços de interlocução com os políticos e com a população fluminense.

A campanha eleitoral de Amaral Peixoto foi baseada em sua administração enquanto interventor no Rio de Janeiro mais do que em propostas para seu possível governo. Além disso, a forte ligação política e familiar que mantinha com Getúlio Vargas, foi importante para seu retorno ao comando do executivo estadual.

A relação entre Amaral Peixoto e as lideranças fluminenses e, por consequência, com a população do Estado do Rio de Janeiro era forte. Se nas eleições nacionais de 1950, Getúlio Vargas se utilizou da relação que havia desenvolvido com os trabalhadores para alavancar sua campanha e eleição, Amaral Peixoto utilizou tática semelhante a essa.

Os anos em que ocupou a Câmara Federal como Deputado foram importantes para reafirmar seu compromisso com os fluminenses e, sobretudo, com as lideranças políticas que havia firmado importantes alianças até 1945. O programa *Panorama Fluminense*, por exemplo, foi uma inovação para o seu grupo político. Através do rádio, Amaral Peixoto conseguiu alcançar parcelas da população fluminense que seriam importantes para sua vitória eleitoral. Diferente das publicações que analisamos, algumas edições do programa de rádio faziam críticas à administração vigente no Estado.

A eleição de 1950 foi vencida por Amaral Peixoto, que derrotou por grande margem de votos a chapa liderada pela UDN e pelo grupo macedista. Na disputa pelo cargo de Governador do Estado, Amaral Peixoto recebeu aproximadamente 287 mil votos, contra pouco mais de 121 mil votos do candidato udenista Prado Kelly. Para o cargo de vice-governador, outra vitória expressiva do grupo amaralista, com a vitória de Tarcísio Miranda, apoiado por Amaral Peixoto, com 286 mil votos contra 119 mil de Renato Nunes Machado. Na disputa pela vaga aberta no senado federal, Sá Tinoco, também do PSD, derrotou o outro candidato pessedista, José Eduardo Macedo Soares, também por ampla margem de votos (247 mil contra 108 mil).<sup>190</sup>

Além da negociação política, as estratégias para a criação de uma memória positiva do período da interventoria Amaral Peixoto e a exploração dessa imagem criada, sempre buscando um contraste entre o antes e o depois de sua passagem pelo executivo fluminense, foram determinantes para a volta do “Comandante” ao Governo do Rio de Janeiro.

Desta forma, podemos considerar que na disputa pela memória e pelo poder político no Estado do Rio de Janeiro durante os anos de 1947 a 1950, a estratégia amaralista foi vencedora frente àquela adotada pelo grupo liderado por Edmundo Macedo Soares e Silva.

---

<sup>190</sup> TSE. *Repositório de dados eleitorais*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

#### 4 AS ELEIÇÕES DE 1954 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: NOVAS PERSPECTIVAS NA POLÍTICA FLUMINENSE

A proximidade das eleições estaduais de 1954 trouxe ao Estado do Rio de Janeiro algumas incertezas sobre a configuração que se estabeleceria. O contexto político nacional, com Getúlio Vargas e seu governo envolto em denúncias e pressionado por seus opositores, poderia influenciar nas questões políticas fluminenses. Amaral Peixoto estava no último ano de seu governo e precisaria conduzir o processo de escolha de quem seria o candidato governista.

Era necessário que a relação entre o PSD e os órgãos de imprensa fluminenses fosse estreitada, garantindo espaço para a propaganda política e de resposta às propagandas dos adversários políticos, o que não conseguiu na campanha de 1950. A relação entre Getúlio Vargas e a imprensa foi bastante difícil nesse novo governo, uma vez que desde a campanha eleitoral de 1950 vislumbrou-se um cenário de oposição dos principais veículos de comunicação ao retorno de Vargas ao poder. *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias* e a *Tribuna da Imprensa* eram enfáticos na oposição ao presidente eleito.<sup>191</sup> Com o exemplo do governo federal e das dificuldades encontradas por Vargas nesse relacionamento, era preciso investir na conquista de um espaço na imprensa fluminense.

Desde 1953, quando foi instalada a CPI da Última Hora<sup>192</sup>, as pressões para a renúncia de Vargas aumentavam a cada dia. Lacerda incendiava os opositores com discursos inflamados e tinha a imprensa e boa parte dos militares ao seu lado, especialmente a aeronáutica, que lhe dava proteção pessoal àquela altura. Com o aumento da pressão e o atentado da Rua Toneleros, no início de agosto de 1954, a situação de Vargas ficava cada vez mais difícil. Com o inquérito instalado em 12 de agosto por Nero Moura, as investigações e interrogatórios aconteciam na Base Aérea do Galeão (que ficou conhecida como a *República*

---

<sup>191</sup> Destacamos o papel de dois personagens importantes nesse processo de oposição dos meios de comunicação: Assis Chateaubriand, dono dos diários associados e que possuía além de jornais, concessões de rádio e TV, e Carlos Lacerda, proprietário da Tribuna da Imprensa e mais ferrenho opositor a Vargas entre os membros da imprensa nacional. Essa batalha entre Vargas e a imprensa aumentou durante o governo democrático, atingindo seu ápice após o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda na Rua Toneleros, em agosto de 1954.

<sup>192</sup> O jornal *A Última Hora* foi criado por Samuel Wainer – que foi diretor do jornal – para que Vargas tivesse algum veículo de comunicação que pudesse divulgar pautas de seu interesse. A direção foi entregue a Samuel Wainer, jornalista que atuava nos Diários Associados, e tinha proximidade com ele desde o período em que esteve em São Borja. A CPI tinha como finalidade investigar se Vargas havia beneficiado o jornal na obtenção de financiamentos no Banco do Brasil.

*do Galeão*) e as pressões tornavam-se insustentáveis. Os opositores a Vargas, então, conseguiram convencer o Vice-Presidente Café Filho e o Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, a aderirem à campanha da renúncia ou a deposição do Presidente. Nesse contexto de pressão e incerteza quanto ao seu destino político, em 24 de agosto, Vargas suicida-se. Foi nesse contexto de agitação política que se desenvolveu a campanha e as eleições estaduais de 1954.

#### **4.1 O contexto político-eleitoral fluminense em 1954: tensões e alianças**

As eleições de 1954 marcaram um novo período e um desafio diferente para o PSD-RJ. Ocorridas em 03 de outubro daquele ano, foram as primeiras eleições após a morte de Getúlio Vargas, sogro do então Governador do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. Vargas e Amaral Peixoto eram muito próximos tanto pessoal quanto politicamente e suas imagens eram quase que indissociáveis. Casado com Alzira Vargas, filha e importante conselheira política de Getúlio Vargas, Amaral Peixoto teria um desafio importante pela frente: vencer as eleições estaduais sem contar com o apoio de Vargas e manter o domínio político pessedista no Rio de Janeiro, partido que estava sob sua liderança.

Influenciado pelo turbulento contexto político nacional, no Estado do Rio de Janeiro também havia agitações. Em um nível mais ameno que nacionalmente e menos em torno de sua liderança política, percebiam-se algumas mudanças nas estratégias políticas dos principais partidos.

Getúlio Vargas e Amaral Peixoto pertenciam a quadros partidários diferentes – Vargas era do PTB e Amaral Peixoto do PSD – e a aliança entre os diretórios fluminenses desses partidos era um movimento quase natural. PSD e PTB caminhavam juntos no Rio de Janeiro desde o fim do Estado Novo, emplacando vitórias eleitorais tranquilas em todos os pleitos. Sempre com a “bênção” de Getúlio Vargas e com a capacidade de articulação e negociação política de Amaral Peixoto e outras lideranças pessedistas, a aliança entre os partidos acontecia sem maiores sobressaltos, apesar da insistência da UDN em tentar desfazer essa aliança para que tivesse chance de alcançar a vitória nos pleitos estaduais do Rio de Janeiro.

Para as eleições de 1954, o PTB-RJ cobrava uma participação mais efetiva na indicação do candidato ao governo estadual. Algumas lideranças trabalhistas naquele período já cogitavam a candidatura própria do partido, com ou sem o apoio do PSD. Roberto Silveira,

principal liderança trabalhista fluminense, ainda buscava articulação com o PSD e com Amaral Peixoto, cogitando que fosse do PTB o candidato ao governo em 1954, com o PSD indicando o vice. Havia também a possibilidade do candidato ser do PSD, desde que referendado pelo diretório petebista no Estado do Rio de Janeiro.

Nos primeiros meses de 1954, alguns nomes eram apontados pela imprensa fluminense, mas Amaral Peixoto trabalhava desde o início com o nome de Miguel Couto Filho como candidato à sua sucessão. Para que não houvesse o estremecimento e/ou rompimento entre os partidos, foi necessária a intervenção de Getúlio Vargas nessas negociações. Vargas articulou mais uma vez essa aliança, convencendo o PTB-RJ (e em particular Roberto Silveira), a aceitar novamente compor a chapa com o candidato pessedista, assim como havia feito em 1950, quando Amaral Peixoto foi candidato a Governador e seu vice, Tarcísio Miranda, foi indicado pelo PTB.

Além do contexto nacional turbulento, outro fator importante impulsionava as lideranças do PTB a buscar a candidatura ao governo estadual. Havia, por parte dos petebistas fluminenses, a certeza de que o partido crescia no estado, equiparando-se aos demais. Esse crescimento pode ser notado se analisarmos a evolução dos números das eleições realizadas a partir de 1945 no Estado do Rio de Janeiro<sup>193</sup>:

<b>Votação para Deputado Estadual no Estado do Rio de Janeiro</b>					
<b>Eleição</b>	<b>PSD</b>	<b>UDN</b>	<b>PTB</b>	<b>PCB</b>	<b>PSP</b>
<b>1947</b>	71025	39748	24291	19245	*
<b>1950</b>	128319	101523	104908	*	27399

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-dedados-eleitorais>

<sup>193</sup> Usamos como metodologia para realizar essa análise os resultados obtidos pelos partidos nas eleições para Deputado Federal e Estadual no Rio de Janeiro. Como os partidos não estavam coligados na disputa das vagas para deputados, esses são os números que podem nos apontar com maior confiabilidade o potencial eleitoral dos partidos. Além dos três principais partidos (PSD, PTB e UDN), computamos nas tabelas o quarto partido mais votado em cada eleição, para que tenhamos a dimensão do crescimento do PTB também em relação aos partidos com menos potencial eleitoral no Estado do Rio de Janeiro.

<b>Votação para Deputado Federal no Estado do Rio de Janeiro</b>					
<b>Eleição</b>	<b>PSD</b>	<b>UDN</b>	<b>PTB</b>	<b>PCB</b>	<b>PSP</b>
<b>1945</b>	142853	91621	31393	37260	*
<b>1950</b>	144301	101644	106602	*	27462

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>

Como notamos pelos dados apresentados nas tabelas, o PTB-RJ obteve um significativo crescimento no número de votos conquistados nas eleições. Nas eleições realizadas em 1945 e 1947, o PTB estava muito mais próximo do PCB do que dos maiores partidos até aquele momento (UDN e PSD). Na primeira eleição, os trabalhistas ficaram, inclusive, atrás dos comunistas. Contudo, podemos perceber através desses números um crescimento considerável já nas eleições de 1950, quando tem quase cinco vezes mais votos que o quarto partido mais votado (o PSP, liderado nacionalmente por Adhemar de Barros) e supera a UDN na votação para deputados estadual e federal.

Nas eleições para definir os chefes dos executivos estaduais, o PTB – em geral – estava coligado a algum outro partido. Em 1947, o partido não elegeu nenhum governador e em 1950 elegeu um, Ernesto Dorneles, primo de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul. Todavia, se nas eleições de 1947 o PSD e a UDN elegeram todos os 20 governadores (treze para os pessedistas e sete para os udenistas), nas eleições de 1950 tivemos um maior número de partidos representados nos governos estaduais: PTB, PST e PSP elegeram um governador cada um, enquanto a UDN elegera cinco e o PSD outros doze.<sup>194</sup>

Esse expressivo crescimento do número de eleitores do PTB-RJ, associada a uma organização mais sólida do partido e a eleição de governadores por outros partidos que não PSD e UDN indicavam aos líderes trabalhistas que seria possível vencer a eleição fluminense, sendo possível disputar com o PSD e a UDN em igualdade de condições o governo estadual.

A imprensa retratava diariamente notícias a respeito das negociações entre os diretórios estaduais de PSD e PTB. *O Fluminense*, que tinha como diretor Alberto Torres, um dos líderes da UDN no Estado do Rio de Janeiro, estampava diariamente matérias que davam conta de crises internas no PSD e na aliança com os trabalhistas. Torres reivindicava dentro

<sup>194</sup> Tribunal Superior Eleitoral. *Repositório de dados eleitorais*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

do partido sua candidatura ao governo estadual e estava diretamente interessado no resultado dessas desavenças partidárias.

As matérias publicadas em 16 e 22 de maio daquele ano pelo jornal indicavam o tom de como este periódico retrataria a difícil negociação que vinha sendo realizada pelos partidos ligados a Getúlio Vargas:



195



196

Dentro do PSD havia integrantes que pleiteavam a indicação para a disputa estadual, com destaque para o Senador Pereira Pinto. Dessa forma, com uma contenda interna pela vaga para essa disputa, *O Fluminense* aproveitou para anunciar uma “violenta crise” no partido. Ao mesmo tempo, indicava que o PTB não estava satisfeito com os rumos das negociações para a renovação da aliança entre os diretórios fluminenses. Como havia entre os trabalhistas uma corrente que defendia uma candidatura petebista ao governo – liderada por Abelardo Mata –, o jornal aproveita para fazer um “afago” aos trabalhistas afirmando que o partido chegava a “sua maior idade”.

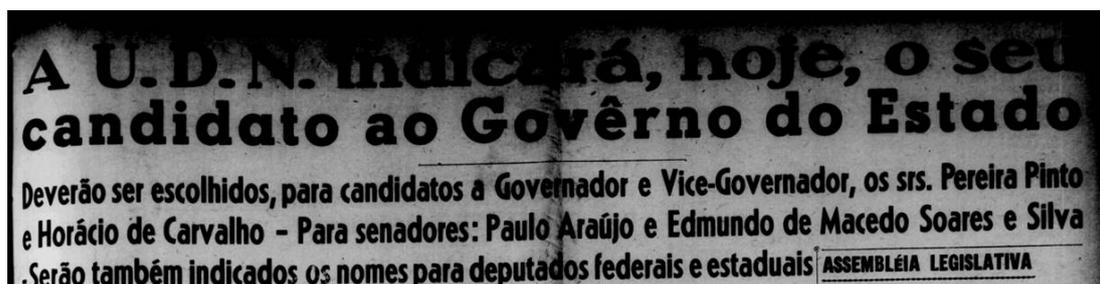
Apesar desses movimentos dos udenistas, para as eleições de 1954, a aliança entre PSD e PTB resistiu aos ataques internos e externos. A chapa composta pelos partidos teve como candidato ao governo estadual o pessedista Miguel Couto Filho e como vice o trabalhista Roberto Silveira. O acordo para a formação da chapa previa ainda que na eleição

<sup>195</sup> *O Fluminense*, 16/05/1954, ed. 21.971

<sup>196</sup> *O Fluminense*, 22/05/1954, ed. 21.976

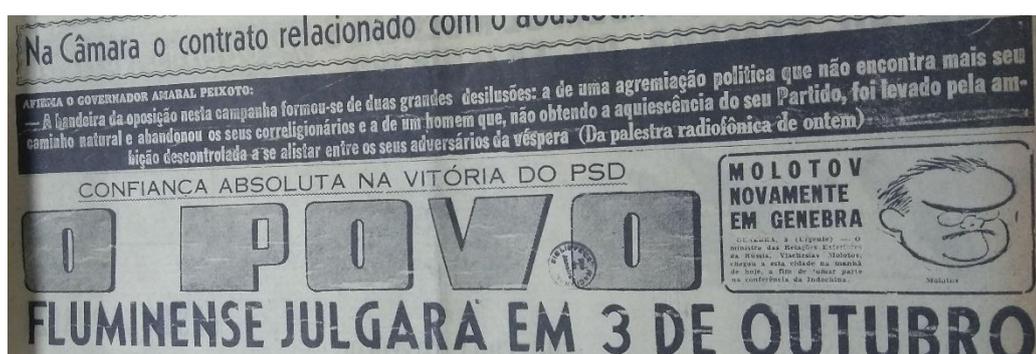
seguinte para o executivo estadual as posições se inverteriam, com o PTB indicando o cabeça de chapa e o PSD o candidato a vice.

A indicação de Miguel Couto Filho não foi uma decisão fácil de ser tomada. Além da difícil negociação com o PTB-RJ, dentro do próprio partido havia divergência quanto ao nome do candidato pessedista. Tanto foi assim que um ex-pessedista, José Carlos Pereira Pinto, deixou os quadros do partido e viabilizou a sua candidatura pela UDN, conforme confirma *O Fluminense* em sua edição de 29 de maio de 1954:



197

Enquanto *O Fluminense* tentava aumentar a dificuldade nas negociações políticas entre PSD e PTB, *O Estado* tentava passar a impressão de que nada ocorria nas negociações para a permanência da aliança entre os antigos parceiros. Dirigido por Heitor Gurgel e José Candido de Carvalho, o periódico era intimamente ligado ao PSD e trabalhava para fortalecer a candidatura de Miguel Couto Filho ao Palácio do Ingá. Em sua edição de 09 de julho, *O Estado* divulga duas notícias importantes para o contexto político na primeira página:



198

A primeira, acima da manchete de capa do jornal, transcreve a fala de Amaral Peixoto no programa semanal que tinha na Radio Mayrink Veiga (sempre das 17h 30 min às 17 h 45 min), afirmando que todas as notícias veiculadas acerca da crise interna no PSD e nas

<sup>197</sup> *O Fluminense*, 29/05/1954, ed. 21.979

<sup>198</sup> *O Estado*, 09/07/1954, ed. 11.754.

negociações com o PTB eram criadas pela oposição para tentar promover agitação política. Nas palavras de Amaral Peixoto reforçam-se as ideias de que tanto a UDN quanto seu candidato, Pereira Pinto, eram retratos de suas decepções, uma por não encontrar meios de vencer as disputas estaduais e outra por não ter sido o escolhido do PSD para disputar o Governo do Estado.

A manchete do jornal trazia um destaque positivo para o PSD, que considerava certa sua vitória nas urnas, pois seria o povo que julgaria quem merecia governar o Estado do Rio de Janeiro. Na matéria, o jornal traz declarações de Amaral Peixoto, Getúlio Vargas e do candidato Miguel Couto Filho, sempre destacando a lealdade dos que estiveram ao lado daqueles que costuraram essa candidatura e governavam o Estado do Rio de Janeiro.

Se o contexto político fluminense já mostrava uma maior dificuldade para o PSD-RJ e um acirramento na disputa política estadual, no final de agosto a política nacional coloca mais um elemento importante nessa disputa eleitoral: o suicídio de Getúlio Vargas. Além da perda de um importante cabo eleitoral (seja para atrair votos por seu apoio ou por ser contrário a ele), a reconfiguração do governo federal, tendo a frente o então Vice-Presidente João Café Filho, trouxe ao poder nomes importantes e tradicionais na política, como o Brigadeiro Eduardo Gomes, ex-candidato à Presidência da República pela UDN.

Esse, portanto, é um momento importante para o PSD-RJ, assim como fora a eleição estadual de 1950, quando Amaral Peixoto derrotou o candidato udenista Prado Kelly, que era apoiado pelo Governador Edmundo Macedo Soares e Silva. Se naquela eleição a questão colocada era se mesmo afastado da máquina política e administrativa do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto lograria êxito em se manter como principal líder político fluminense, agora as questões eram ainda mais delicadas:

- 1- o PSD conseguiria se manter coeso e forte, apesar das disputas internas pela indicação da candidatura ao governo estadual?
- 2- a aliança com os petebistas continuaria sólida, tendo em vista o crescimento do partido no Rio de Janeiro?
- 3- sem o apoio de Getúlio Vargas, o PSD-RJ conseguiria manter o alcance eleitoral que desfrutou nos últimos dez anos sob a liderança de Amaral Peixoto?

## 4.2 O PSD e a preparação para a campanha política de 1954

A primeira preocupação foi a de encontrar um candidato capaz de ser competitivo eleitoralmente e que conseguisse satisfazer às diferentes alas do partido, além de atrair o apoio petebista, que acabou sendo conquistado após intervenção de Getúlio Vargas. Realizar essas tarefas era reunir as condições básicas para manter coeso e forte o diretório fluminense do PSD. Essa preocupação ficou bastante evidente na convenção partidária realizada em 19 de junho de 1954. Podemos ratificar essa afirmação através da leitura de dois documentos produzidos nessa ocasião: uma moção do diretório estadual e o discurso de Amaral Peixoto nesse mesmo evento.

Além de Governador, Amaral Peixoto era o Presidente da Seção Estadual do PSD-RJ e foi o responsável pela condução das negociações que indicariam o candidato pessedista à sua sucessão e também pelo estabelecimento das alianças para a eleição que se aproximava. Destaca-se no documento o apoio político a Amaral Peixoto e à sua administração:

A convenção do Partido Social Democrático – Seção do Estado do Rio de Janeiro, reunida em Niterói, para escolha do candidato ao cargo de Governador, Atendendo a que na chefia do Poder Executivo fluminense, o Sr. Ernani do Amaral Peixoto vem executando, com firmeza admirável e destacada eficiência, o programa que traçara como candidato, durante a memorável campanha de 1950; [...] Atendendo a que, nas condições atuais de nossa vida política, forçoso é reconhecer-se que, nessa grandiosa tarefa administrativa, a larga visão do homem público, experimentado e patriota, se faz sentir, reafirmando os altos atributos do estadista e do chefe que o Partido Social Democrático elevou, com o decidido e consagrado apoio do povo fluminense, ao posto de Governador e atentando, finalmente, a que, por força da elevada compreensão do nosso povo, tais empreendimentos, levando a todos os recantos da terra fluminense o impulso renovador do progresso e do bem estar, constituem o melhor fundamento de nossa força partidária, do nosso vigor democrático e do nosso poder eleitoral, resolve reafirmar ao Presidente da Seção Estadual do nosso partido, o eminente Sr. Almirante Ernani do Amaral Peixoto, os sentimentos mais vivos de confiança e solidariedade dos pessedistas do Estado do Rio, renovando a sua excelência, com o seu irrestrito apoio, o testemunho do reconhecimento e da admiração de toda a comunidade partidária pela clarividência, pela serenidade e pela capacidade realizadora com que dirige os destinos do nosso glorioso Estado.<sup>199</sup>

O documento reproduzido aqui foi aprovado, como dissemos, como forma de moção de apoio a Amaral Peixoto, em reunião de convenção do diretório estadual do PSD-RJ, onde seria definido e ratificado o nome de Miguel Couto Filho como candidato ao governo estadual.

<sup>199</sup> *Moção do Partido Social Democrático*. CPDOC. Arquivo PSD-RJ, 54.06.19/6.

Embora os pessedistas tentassem disfarçar o clima de tensão que se instalou no diretório estadual com a disputa pela indicação para a candidatura à sucessão de Amaral Peixoto, as notícias veiculadas pela imprensa fluminense davam conta de que houve um desgaste político nesse processo, tanto internamente quanto na relação com o PTB fluminense, que só apoiou o nome de Miguel Couto Filho após intervenção de Vargas, conforme mencionamos anteriormente. Declarar o apoio do partido a alguém que tinha a “admiração de toda a comunidade partidária” era um movimento necessário a ser feito para ao menos frear os comentários de cisão no PSD.

Assim, redigir e divulgar tal moção significava declarar apoio ao líder pessedista e, ao mesmo tempo, trazer à tona momentos importantes de sua trajetória, como as eleições de 1950 e o grande número de votos que recebeu no pleito anterior. Era esse capital eleitoral que contribuiria decisivamente para a manutenção do PSD-RJ no poder executivo estadual.

Nessa mesma convenção, como já indicava a moção reproduzida anteriormente, escolheu-se o candidato ao governo estadual. Amaral Peixoto, enquanto Presidente do partido e principal líder político fluminense, discursou para anunciar a chapa que disputaria o próximo pleito. Seu discurso tem trechos que ilustram bem o momento político fluminense e que vamos reproduzir aqui. O primeiro deles diz respeito ao PSD fluminense e sua trajetória até então:

Se o Partido Social Democrático não tivesse dado, neste Estado, outras provas concretas do seu alto descortino político e da sabedoria com que soluciona os mais complexos problemas da vida fluminense, bastava o acerto com que se houve na solução da presente sucessão governamental, para que se sagra-se uma grande força que já atingiu a maturidade e a plenitude de sua formação, mostrando-se à altura de suas responsabilidades perante o passado e futuro desta terra de tão gloriosas tradições. [...] Soubemos resistir e manter essa grande força partidária, vencedora em todos os pleitos disputados desde sua fundação em nosso Estado. Deixamos que os impacientes tomassem outros rumos e, desesperançados de obter um apoio que tanto almejavam, cedo se voltaram contra nós e tentassem nos atingir, esquecidos de que até então haviam vivido ao nosso lado, de nós recebendo o apoio que lhes abriu as portas na vida pública.<sup>200</sup>

Nesses trechos que reproduzimos, sentimos a preocupação de Amaral Peixoto em externar a solidez do partido e sua trajetória vencedora nas eleições fluminenses. Como a escolha do candidato à sua sucessão havia sido um processo tenso, não poderia deixar de citar os que ele chama de “impacientes”, em uma alusão àqueles que buscavam a candidatura de outro nome ao governo, sobretudo o grupo liderado por Pereira Pinto, então senador pelo PSD e que se tornaria candidato pela UDN.

---

<sup>200</sup> Discurso do Governador Amaral Peixoto. CPDOC. Arquivo PSD-RJ, 54.06.19/7.

Havia uma preocupação em manter a coesão do partido em torno da escolha feita por seu Presidente e uma estratégia marcante em seu discurso é o de apontar para qualidades que estavam além da possibilidade de uma vitória eleitoral, mas que estava em busca de “um governador que correspondesse às aspirações fluminenses”, que tivesse uma “linha de conduta que caracterizasse o nosso partido: a preocupação das questões governamentais, das reivindicações populares, das aspirações dos humildes”.<sup>201</sup>

A manutenção dessa coesão era tão importante para o PSD que os dois principais jornais do estado – *O Fluminense* e *O Estado* – especulavam sobre as possíveis desavenças pessedistas. Cada um explorava o tema de acordo com seus interesses, uma vez que o primeiro era um jornal udenista, dirigido por Alberto Torres, e o último havia se tornado após as eleições de 1950 um jornal pessedista, tendo como diretor Heitor Gurgel, que fazia parte do grupo amaralista desde o Estado Novo.

Durante os meses de maio e junho de 1954, foram várias as matérias que tinham como tema a união ou a cisão do PSD-RJ, dependendo de onde eram publicadas. Na edição de 29 de julho, *O Estado* faz a publicação mais enfática a esse respeito. Com a manchete *Inabalável a unidade pessedista – Não poderia ser melhor a situação do PSD* publicada na primeira página do jornal, a matéria anuncia que o diretório regional do PSD estava unido em torno de Amaral Peixoto e da candidatura de Miguel Couto Filho ao governo estadual. A matéria se desdobra em mais duas páginas do jornal com uma análise política de Amaral Peixoto sobre a situação político-partidária nacional e, em especial, fluminense. O governador afirma que “sem temer o tribunal da opinião pública, parte o PSD fortemente coeso para as eleições de 03 de outubro”.<sup>202</sup>

Outra vertente explorada pelo jornal era a de noticiar que o candidato udenista, Pereira Pinto, era recém-saído do PSD e, por isso, sua candidatura não deveria ser considerada como digna de confiança dos eleitores, uma vez que não havia respeitado os anseios da população fluminense, colocando suas pretensões políticas acima do bem comum. Nesse sentido, a matéria *O PSD deu o candidato da UDN no Estado do Rio* é bem representativa. Abaixo, reproduzimos a matéria, republicada em *O Estado*, mas originalmente publicado no *Diário de Notícias*, da capital do país:

Na confusão do panorama que o problema sucessório vem criando em várias unidades da Federação, talvez o caso mais curioso seja o do Estado do Rio de

<sup>201</sup> Ibidem.

<sup>202</sup> Inabalável a unidade pessedista – Não poderia ser melhor a situação do PSD. *O Estado*, 29/07/1954, p. 1, 3 e 6, ed. 11.771.

Janeiro: é que, afinal, se não houver alguma reviravolta de última hora, sempre admissível em combinações feitas à base de interesses puramente eleitorais, irão defrontar-se nas urnas a 3 de outubro, disputando a posse do Palácio do Ingá, dois candidatos de um mesmo partido.

De fato, pessedista é o sr. Miguel Couto Filho, como pessedista é o sr. Pereira Pinto. Se este último se desentendeu com o sr. Amaral Peixoto, que é o Presidente Nacional do PSD, fez questão de declarar que continuava nas hostes do seu antigo partido, do qual apenas divergia no tocante às diretrizes da política fluminense. [...]

É um aspecto interessante, pois, esse que oferece a sucessão governamental fluminense. [...] Os candidatos pertencem, de modo invariável, a uma das agremiações associadas, momentaneamente, com o objetivo da vitória no pleito. No Estado do Rio é diferente: o PSD dá candidato aos dois campos adversários, que desfraldam a mesma bandeira, embora comandando soldados que se hostilizem. E assim, de qualquer forma, o triunfo será do pessedismo, vença o governo ou vença a oposição.<sup>203</sup>

A imagem que se construía do candidato udenista era a de que, na verdade, ele não representava o partido pelo qual se candidatava. Além disso, há uma oposição clara do candidato a Amaral Peixoto, que governava o Estado e o controlava politicamente. Usando esses argumentos, o PSD e *O Estado* buscavam desconstruir a candidatura Pereira Pinto e fortalecer o nome de Miguel Couto Filho como candidato pessedista e, sobretudo, amaralista.

Voltando ao discurso de Amaral Peixoto na convenção estadual do PSD-RJ, percebemos nele a presença de outro tema muito caro a esta campanha eleitoral e também explorado pela imprensa fluminense: a aliança com o PTB. Sobre essa aliança, Amaral Peixoto destacou o seguinte:

Embora dispondo de nome tão credenciado para oferecer ao voto dos fluminenses, resolvi, mais como Governador do Estado do que como Presidente da Seção Fluminense do Partido Social Democrático, submetê-lo a ampla apreciação, numa consulta às demais organizações partidárias, convencendo-as ao entendimento que nos poupasse os embates da luta eleitoral. Alguns compreenderam os nossos propósitos. O Partido Trabalhista Brasileiro, que conosco concorreu às eleições de 1950, dando-me o companheiro de chapa o eminente Sr. Tarcísio Miranda, renova agora a mesma disposição apresentando o nome do Sr. Roberto Silveira para o cargo de Vice-Governador. Outras agremiações, entretanto, preferiram tomar rumos diferentes, mas é interessante registrar que vieram buscar candidatos entre as nossas fileiras ou, pelo menos, até há pouco pertencentes aos nossos quadros.<sup>204</sup>

Nesse trecho, além de mencionar diretamente a saída de um pessedista para concorrer por outro partido, Amaral Peixoto fala sobre a renovação da aliança com o PTB para as eleições de 1954. O PTB, como o próprio Amaral Peixoto afirma em seu discurso, esteve com o PSD em 1950 e também em 1946, quando apoiou juntamente com a UDN a candidatura de Edmundo Macedo Soares e Silva ao governo estadual.

<sup>203</sup> O PSD deu o candidato da UDN no Estado do Rio. *O Estado*, 11/06/1954, p. 3, ed. 11.723.

<sup>204</sup> Discurso do Governador Amaral Peixoto. CPDOC. Arquivo PSD-RJ, 54.06.19/7.

Aliado de longa data dos pessedistas no Rio de Janeiro, o PTB crescia a olhos vistos na política estadual durante a década de 1950 e já nas eleições de 1954 os trabalhistas, liderados por Roberto Silveira, pretendiam ter um papel mais incisivo na campanha, até mesmo indicando o candidato ao executivo fluminense. Assim, pessedistas se viram ameaçados de perder seus aliados e a UDN, já se aproximando de Pereira Pinto – que por ser pessedista possuía relações mais próximas com os trabalhistas – cogitava ter o apoio do PTB para essas eleições.

A aliança PSD-PTB foi outro tema muito explorado pelos jornais. Enquanto *O Fluminense* explorava diariamente em suas páginas a dificuldade dos partidos varguistas em chegar a um acordo político para as eleições estaduais (seja pela falta de consenso entre o nome indicado pelo PSD ou pela vontade trabalhista de ser o protagonista no novo acordo). A partir do mês de maio, foram muitas as matérias dando conta de que o PTB não apoiaria a candidatura Miguel Couto Filho:

Irrompe violenta crise no PSD – Os petebistas se opuseram ao nome que deveria ser indicado pelo Diretório Estadual como candidato oficial do governo.<sup>205</sup>

Não quero ter o destino dos suicidas – O PTB e a candidatura Miguel Couto Filho – Sensacionais revelações do deputado trabalhista Hipólito Porto a *O Fluminense* – Sem rumo o barco pessedista.<sup>206</sup>

O PTB não apoiará o Sr. Miguel Couto Filho<sup>207</sup>

Havia uma expectativa de que a aliança entre os getulistas não se confirmasse e isso abriria uma oportunidade para que os udenistas se aliassem aos trabalhistas. Na prática, com o crescimento do PTB fluminense, a possível aliança entre os dois partidos poderia resultar no fim do domínio pessedista/amaralista na política fluminense.

Todavia, o mesmo jornal noticiou alguns dias depois que Getúlio Vargas seria o responsável por definir a posição do PTB nas eleições. Em 02 de junho, *O Fluminense* estampa em sua capa a seguinte manchete: *Getúlio ordena todo apoio ao candidato de Amaral Peixoto*. Com o acordo entre PSD e PTB alinhavado no Estado do Rio de Janeiro, restou à UDN confirmar a candidatura de Pereira Pinto e buscar apoio de outros partidos menores, como o PSP. Mais uma vez estava configurada a disputa PSD/PTB x UDN no Rio de Janeiro.

<sup>205</sup> *O Fluminense*, 16/05/1954, ed. 21.971

<sup>206</sup> *O Fluminense*, 21/05/1954, ed. 21.975

<sup>207</sup> *O Fluminense*, 22/05/1954, ed. 21.976

Já nas páginas de *O Estado*, essa tensão entre PTB e PSD nunca esteve presente. Apenas pequenas notas davam conta de que os partidos conversavam para chegar a um entendimento, sempre destacando que Getúlio Vargas e Amaral Peixoto tinham papel relevante nessas negociações. A primeira vez que esse tema ganhou destaque e foi abordado nas páginas desse periódico foi em 31 de julho, quando a capa do jornal foi a seguinte: *Falando em Bom Jardim, exalta o Sr. Amaral Peixoto a coligação PSD-PTB* e volta a aparecer em 03 de agosto, quando noticia, também em matéria de capa, o seguinte: *Recebem os candidatos do PSD-PTB grande demonstração de apoio e confiança popular*.

#### 4.3 “Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto”: marketing político e construção da memória político-administrativa do governo Amaral Peixoto

Como vimos no capítulo anterior, as eleições de 1950 consagraram Amaral Peixoto como Governador do Estado do Rio de Janeiro com uma votação expressiva: 287 mil votos contra 121 mil votos do candidato udenista, o advogado Prado Kelly, apoiado pelo então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Edmundo de Macedo Soares e Silva. Naquela eleição, Amaral Peixoto e Macedo Soares disputavam não apenas o governo fluminense, mas o controle do PSD-RJ e da política fluminense para seus respectivos grupos.

Aquela disputa, em 1950, foi importante para a consolidação de Amaral Peixoto como o líder de um grupo dominante na política fluminense com uma excelente performance eleitoral (superior a de Getúlio Vargas no Estado do Rio de Janeiro). Além disso, reforçou seu papel de destaque no cenário político nacional, e desempenhou a função de articulação política nos diretórios nacional e regional do Partido Social Democrático (PSD).

Durante o período que antecedeu as eleições de 1950, percebemos uma disputa entre os grupos políticos que se rivalizavam naquele período: os amaralistas e os macedistas. Podemos considerar, inclusive, que esses quatro anos foram marcados pelo desenvolvimento de um marketing político.<sup>208</sup>

Essa estratégia de marketing político acabou sendo melhor utilizada por Amaral Peixoto, uma vez que saiu vitorioso no embate de 1950, quando foi eleito governador e elegeu

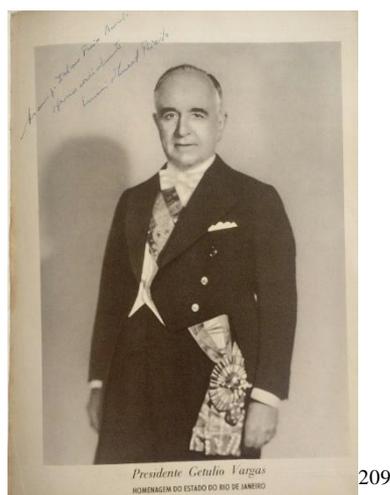
<sup>208</sup> Considera-se como marketing político o desenvolvimento de ações contínuas de propaganda por parte dos partidos e dos políticos, não sendo limitadas essas ações aos períodos eleitorais. RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA, 2004.

também o restante de sua chapa, com vitórias de Tarcísio Miranda para Vice-governador e Sá Tinoco para o Senado Federal, ambos com vantagem semelhante a conquistada por Amaral Peixoto na eleição para o executivo estadual.

Embalado pela vitória obtida quatro anos atrás, Amaral Peixoto e o PSD mantiveram a estratégia de construção desse marketing político no decorrer do seu governo. Apesar de encontrarmos diferenças importantes nos contextos político e eleitoral desse novo ciclo, a estratégia vencedora em 1950 poderia ser utilizada novamente desde que atualizada para o novo momento.

Aqui analisaremos uma publicação em especial, datada de setembro de 1954, sob o título *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. A publicação possui 122 páginas, entremeando textos e imagens, sobretudo de obras e construções realizadas durante seu governo. A publicação não possui autoria, tendo apenas um dos textos assinados pelo Governador Amaral Peixoto, mas foi editada pela Imprensa Estadual.

É interessante percebermos que este é o primeiro material de propaganda política do grupo amaralista publicado após a morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Este é um ponto importante, pois os materiais publicados entre 1946 e 1950 fazem uma clara analogia entre as ações tomadas em âmbitos estadual e federal e também entre Vargas e Amaral Peixoto. A associação começa logo nas primeiras páginas, quando é feita uma homenagem ao ex-presidente:



A primeira página da publicação traz essa foto de Getúlio Vargas, com a legenda de que se tratava de uma homenagem do Estado do Rio de Janeiro. Em toda a publicação são

<sup>209</sup> A foto tem uma dedicatória assinada por Dalmo Freire Barreto para Amaral Peixoto. Dalmo Barreto era trovador e fazia parte da diretoria da União Brasileira de Trovadores – Seção de Niterói naquele período. *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 3

muitas as referências ao político que governou o país por 19 anos. Se não tinha mais a presença física de Getúlio Vargas e sua ajuda na articulação política, Amaral Peixoto tentava manter por perto o capital político do ex-presidente associando-se a ele, mesmo após sua morte.

A última foto desta publicação também é emblemática. Além de trazer a aproximação entre Amaral Peixoto e Getúlio Vargas, traz o Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek:



210

Após o suicídio de Getúlio Vargas, alguns nomes passaram a ser ventilados para concorrer à Presidência da República. Dois deles estão nessa foto: Amaral Peixoto e Juscelino Kubitschek. Em 1955, Juscelino Kubitschek foi o candidato à sucessão presidencial e teve em Amaral Peixoto o seu principal articulador político durante toda a campanha. As imagens que iniciam e terminam esta publicação extrapolam politicamente o Estado do Rio de Janeiro e a última, em especial, nos demonstra a ligação e o prestígio de que desfrutava Amaral Peixoto no cenário político nacional naquele momento.

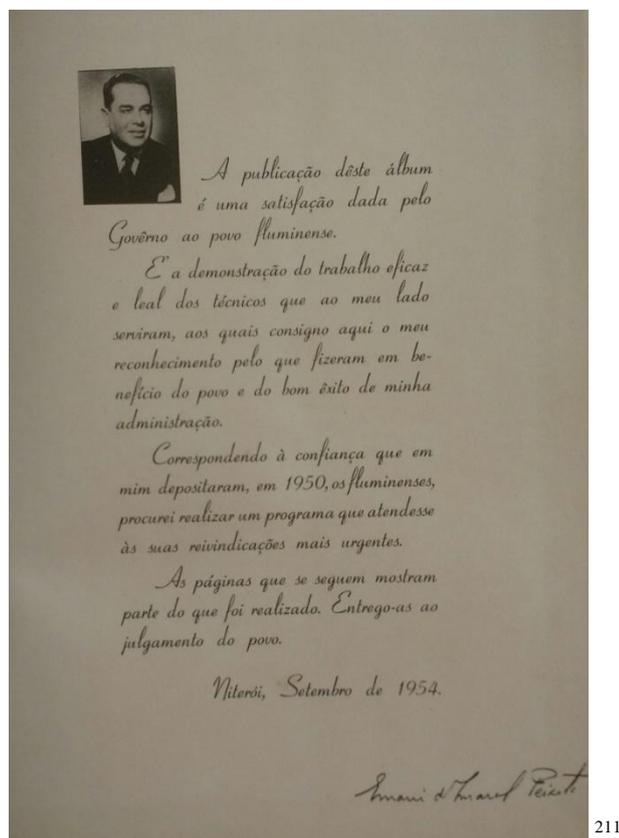
Amaral Peixoto e o PSD-RJ utilizavam-se da proximidade de suas lideranças estaduais com políticos que se destacavam em outros estados e na política nacional como um dos argumentos para demonstrar que o Estado do Rio de Janeiro recuperava seu prestígio perdido durante a Primeira República. O discurso da recuperação política e econômica fluminense era

---

<sup>210</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 122

um importante elemento na estratégia eleitoral pessedista e amaralista desde o fim do Estado Novo.

A publicação que ora analisamos traz em uma de suas primeiras páginas um texto assinado pelo Governador Ernani do Amaral Peixoto, o qual reproduzimos abaixo:



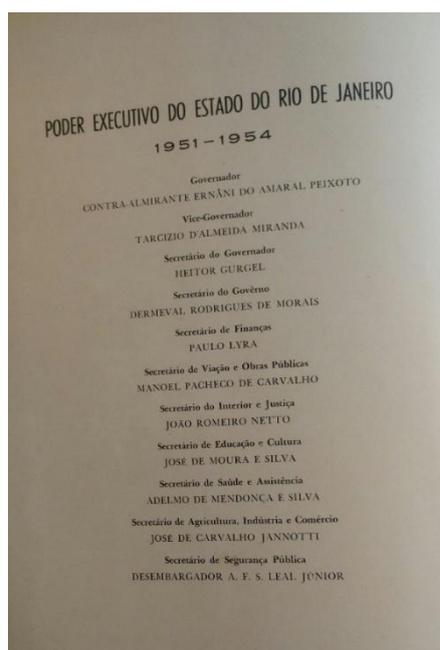
211

Atentamos neste texto a referência às eleições de 1950, que citamos aqui anteriormente. Aquele pleito foi fundamental para a consolidação do amaralismo em terras fluminenses e demonstrou a força política do grupo não apenas entre as lideranças, mas sua relação estreita e de boa receptividade com a população fluminense, que através da disputa eleitoral fez com que retornasse à chefia do executivo estadual. No texto assinado por Amaral Peixoto vemos o destaque dado por parte do Governador aos eleitores fluminenses. O autor inicia o texto afirmando que o álbum era “uma satisfação dada pelo Governo ao povo fluminense” e mais adiante aponta que o programa de realizações de seu governo atendeu aos anseios e urgências dos fluminenses. A estreita relação que possuía com Getúlio Vargas fez com que Amaral Peixoto desenvolvesse estratégias similares e utilizasse aquelas que obtiveram sucesso para conquistar os eleitores fluminenses.

<sup>211</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 7

Amaral Peixoto e Getúlio Vargas não fugiram à regra do período e buscaram desenvolver como trunfo para seus projetos políticos de poder a proximidade com os eleitores. Amaral Peixoto construiu uma relação de confiança entre ele e os eleitores, onde um sabia o que esperar do outro e o texto que reproduzimos acima é um indicativo dessa confiança. O fato de entregar “ao julgamento do povo” as realizações escolhidas para compor a obra que analisamos é outro indicativo de que essa relação de confiança e lealdade era um importante alicerce do projeto político amaralista. Essa relação de confiança estava além de referendar o próprio Amaral Peixoto, pois deveria se fortalecer a ponto de conquista-la também para seus aliados políticos, sobretudo àqueles indicados para os cargos executivos da política estadual.

Não podemos deixar de citar o destaque dado por Amaral Peixoto a sua equipe de governo. Logo após o texto assinado por ele, a publicação dedica sua próxima página para listar a equipe do governo amaralista naquele período:



212

Essa é uma característica que marca as publicações de propaganda política amaralista, que em outros momentos já dedicou espaços consideráveis para discutir e valorizar a atuação de seus secretários e integrantes de governo. A liderança de Amaral Peixoto no PSD demonstrava a sua boa capacidade de articulação com as lideranças políticas e a habilidade

<sup>212</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 8.

necessária para que pudesse controlar o partido e evitar dissidências que pudessem fortalecer seus adversários.

O texto seguinte desta publicação não tem autoria definida e também foi escrito em setembro de 1954. A utilização de textos contemporâneos à publicação é uma característica do material propagandístico que analisamos. Nas publicações elaboradas para a eleição de 1950 era mais comum a utilização de discursos proferidos em momentos anteriores e compilados para configurar o material de propaganda.

Essa diferença entre o sincronismo dos discursos e as publicações é importante ser marcada aqui. Na eleição de 1950, apesar de ser Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto estava sem o controle da máquina estadual. Assim, para produzir materiais eleitorais para sua campanha, teve que recorrer a realizações de sua administração ainda no Estado Novo. Assim, como estávamos em um período com diferenças bastante significativas na política – de um Estado autoritário para um democrático – era necessária a construção da ideia de que, apesar de ter sido Interventor, sua defesa e apreço pela democracia vinham desde aquele tempo. Em 1954, Amaral Peixoto controlava a máquina estadual e, por isso, foi possível realizar essa mudança no contexto dos discursos, utilizando-se de suas realizações enquanto Governador e suas ligações políticas.

O texto que inicia de fato a publicação tem como título *Estado do Rio de Janeiro* – possui quatro páginas – e conta de forma resumida a trajetória do estado, apontando as características mais marcantes do território fluminense e valorizando as diferentes regiões da unidade federativa.

O início do texto explora a proximidade entre o Estado do Rio de Janeiro e a cidade do Rio de Janeiro, capital da República. Além de destacar essa proximidade com a sede do Governo Federal, o texto ressalta na primeira página, uma possível centralidade do Estado do Rio de Janeiro no cenário nacional, considerando que “ao Estado do Rio estão ligados intimamente acontecimentos históricos dos mais transcendentais na formação e no progresso da nacionalidade brasileira”. A capital do Estado, Niterói, não passou em branco pelo momento de exaltação do Rio de Janeiro, destacando a importância que possuía em diversos âmbitos:

Niterói é hoje não só o grande centro cultural, industrial e comercial da maior importância. No tocante às atrações turísticas, rivaliza-se com a própria capital da

República. Possui praias lindíssimas, como as de Icaraí, Saco de São Francisco, Charitas e Jurujuba, para só falar nas que ficam dentro da Baía de Guanabara.<sup>213</sup>

A análise do trecho supracitado, associada a outras passagens de valorização do território fluminense, nos leva a refletir sobre o papel desempenhado pelo Estado do Rio de Janeiro ou aquele que os autores desejavam atribuir a ele. Os caminhos construídos para a valorização do Estado do Rio de Janeiro e o destaque alcançado através do desenvolvimento atingido pelas cidades, caso do exemplo de Niterói citado acima, pela proximidade com a capital da República e pela importância histórica da região desde os tempos imperiais, quando foi uma das Províncias mais importantes nos campos econômico e político.

Nesse último aspecto, os destaques atribuídos ao Estado do Rio de Janeiro foram em relação à Proclamação da Independência, à abolição da escravidão e à Proclamação da República. Nesses três eventos, destacou-se a participação de fluminenses em meio às lideranças abolicionistas e republicanas, além de destacar que o “progresso do Estado do Rio mais se acelerou, sendo de justiça ressaltar que novas e firmes bases se lançaram nesse sentido com a Revolução de 1930, que empolgou o país inteiro, sob a direção de Getúlio Dornelles Vargas”.<sup>214</sup>

Na citação acima, o destaque dado ao período republicano a partir dos anos 30 contrasta com o discurso estabelecido nos materiais de campanha das eleições de 1950, onde os primeiros anos republicanos eram classificados como um período de atraso em relação aos anos da “Idade de Ouro”. O discurso que se afirma é o do progresso após 1930, quando uma nova ordem política se estabelecia na República, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. A busca pela afirmação do trabalho desenvolvido por Amaral Peixoto e seu grupo, responsáveis pela fundação do PSD-RJ foi sobreposto ao das tradições advindas do Império, outrora muito presente nas publicações organizadas pelo PSD-RJ.

A narrativa é organizada também, e paralelamente à exaltação das terras fluminenses, a partir da presença dos franceses no Rio de Janeiro, fazendo menção às ocupações francesas na Baía de Guanabara e em Cabo Frio. A construção dessa narrativa tem ainda o processo de expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e a afirmação do domínio português na região, marcando o início da efetiva colonização. Essa foi outra forma de atribuir destaque a região, que foi palco de várias disputas entre os europeus.

---

<sup>213</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 9.

<sup>214</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 11.

Depois de narrar as disputas pelo território, o texto passa a destacar as principais características de cada região do Estado, passando pelos municípios às margens da Baía de Guanabara, da Serra do Mar, da região do Paraíba, nas planícies do Norte Fluminense, Baixada Fluminense, Região Serrana e dos Lagos. Após passar pelas regiões do Estado, começamos a perceber o início da propaganda do governo Amaral Peixoto, no final da segunda parte do texto. As primeiras menções às realizações do governo que se findaria em janeiro de 1955 foram relativas à ampliação da malha rodoviária e modernização da ferroviária, que ligavam todas as regiões do Estado à capital, Niterói.

Após as breves citações com relação aos transportes ferroviário e rodoviário, o texto cita nominalmente o Comandante Amaral Peixoto e sua administração à frente do executivo fluminense.<sup>215</sup> Apesar dessa publicação tratar do governo entre janeiro de 1951 e janeiro de 1955, as primeiras referências foram ao período da Interventoria (1937-1945):

Assumindo a direção do Estado do Rio pela primeira vez como Interventor, coube ao então Comandante Ernani do Amaral Peixoto traçar e executar um amplo programa de realizações, incentivando não só o progresso material, econômico da terra fluminense, como também o das ciências, das letras e das artes. Não houve setor que não tivesse recebido as benesses da sua ação administrativa, o impulso do seu espírito esclarecido e da sua visão de homem público, progressista e patriota. Nesse período o Estado do Rio assistiu a notáveis empreendimentos. Não seria possível enumerá-los todos, quer os de iniciativa direta, de responsabilidade imediata do então Interventor Ernani do Amaral Peixoto, quer os de outras origens, mas que se juntaram àqueles para a grandeza sempre crescente do Estado.<sup>216</sup>

O período da Interventoria foi lembrado insistentemente durante a campanha eleitoral de 1950 e voltou à tona na campanha de 1954, apesar de não ser o então Governador candidato ao executivo estadual. Contudo, a construção da imagem – e da memória – de Amaral Peixoto e de seus governos era considerada importante trunfo para a campanha do candidato pessedista ao governo, Miguel Couto Filho. O período da Interventoria foi importante para Amaral Peixoto uma vez que foi durante o Estado Novo que se formou o grupo que deu sustentação ao seu projeto e domínio político no Rio de Janeiro. Assim, a cada momento de campanha política, o período situado entre 1937 e 1945 era requisitado pelos amaralistas, tornando-se uma memória ainda mais forte e importante para este grupo do que aquela relativa ao período imperial, reconhecida como a “Idade do Ouro”.

---

<sup>215</sup> Ernani do Amaral Peixoto era chamado pelos seus aliados e correligionários como “Comandante” em menção ao posto que ocupava na Marinha do Brasil quando chegou ao Rio de Janeiro e passou a atuar na política fluminense.

<sup>216</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 11.

As realizações entre 1951 e 1954 foram pouco exploradas nesse momento da publicação, mas quando apareceram foram sempre relacionadas àquelas produzidas durante o período do Estado Novo, como se fossem uma continuidade daquela administração. Além de valorizar suas administrações, construindo uma narrativa de continuidade das obras e medidas administrativas que alcançaram destaque entre os fluminenses, essa narrativa acabou favorecendo a impressão de que Amaral Peixoto nunca deixou o executivo fluminense, apesar do hiato de quatro anos entre suas administrações, quando o Rio de Janeiro foi governado por Edmundo de Macedo Soares e Silva.<sup>217</sup>

O texto termina lembrando outra vertente de Amaral Peixoto, a de líder e negociador político. Para fazer essa abordagem, recorreu-se ao período da Segunda Guerra Mundial, onde Amaral Peixoto foi figura de destaque ao lado do Presidente Getúlio Vargas nos discursos e movimentos de apoio aos Aliados, sobretudo a partir de 1941. Durante esse período a construção de uma imagem de defensor da democracia, apesar de fazer parte de um regime com características autoritárias, intensificou-se nos materiais de propaganda.

Democrata por princípio e convicção, o Comandante Ernani do Amaral Peixoto desde o início da 2ª Guerra Mundial colocou-se ao lado das nações que defendiam a democracia. Na época desse memorável discurso, o Brasil estava infiltrado de elementos nacionais e estrangeiros que serviam às potências do Eixo Roma-Berlim. Com a coragem cívica que lhe é peculiar e com a sinceridade de um verdadeiro democrata, o Governador Ernani do Amaral Peixoto soube interpretar os anseios dos brasileiros, naquela hora indecisa em que a Inglaterra, última baluarte da democracia parecia baquear, apontando ao Brasil o caminho a seguir – a adesão à causa das Nações Unidas. Reconduzido ao poder em 1951, na mais livre de todas as eleições já realizadas no Brasil, o Governador tem redobrado de esforços para assegurar cada vez mais a prosperidade da terra fluminense e o bem-estar do seu povo.<sup>218</sup>

Percebemos que ainda era visto como importante por Amaral Peixoto e pelo PSD destacar a vertente democrática. Essa preocupação pode estar vinculada ao contexto efervescente da política nacional, que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas. Assim, classificou como a “mais livre de todas as eleições” a que reconduziu ele e o ex-presidente aos seus antigos cargos. Após as eleições de 1950, os udenistas e demais adversários de Getúlio Vargas acusavam a população de não saber votar. Assim, ressaltar que as eleições foram livres e de que os governantes foram conduzidos (ou reconduzidos) através do voto tinha um significado importante neste momento.

<sup>217</sup> Em 1947, Edmundo de Macedo Soares e Silva – candidato pelo PSD e apoiado por Amaral Peixoto – assumiu o governo após uma vitória avassaladora, recebendo cerca de 250 mil votos de um total de 280 mil.

<sup>218</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 12.

O último parágrafo desse texto faz um pequeno resumo da configuração da publicação que analisamos aqui:

E, nesta publicação, terá o leitor a oportunidade de apreciar, numa visão panorâmica, o que é o Estado do Rio, nos seus múltiplos aspectos, através de imagens as mais sugestivas, não só de suas decantadas belezas naturais e seus monumentos históricos, como também de algumas das realizações do governo Ernani do Amaral Peixoto.<sup>219</sup>

Após o texto que acabamos de analisar, a publicação passa a tratar de três grandes eixos: plano rodoviário; educação e saúde; obras em geral. Nesses eixos, o desenvolvimento ocorreu de forma diferente das publicações elaboradas para a eleição de 1950, uma vez que se destacam as muitas e grandiosas imagens utilizadas para apresentar as realizações nessas áreas. Nos materiais produzidos quatro anos antes, a predominância era de textos ou discursos transcritos para as publicações, o que caracteriza uma mudança de estratégia no estilo e no teor dos materiais.

Nessa publicação, o maior destaque são as imagens, que ocupam a maior parte das páginas. Em sua maioria são imagens grandes, buscando dar imponência as realizações destacadas no livro. As demais publicações que analisamos até aqui priorizavam textos, gráficos e tabelas para apontar avanços e realizações das administrações amaralistas. Agora era preciso mostrar mais do que explicar. O contexto político nacional e a indefinição para a escolha do candidato pessedista não poderiam ter mais peso ou destaque do que o trabalho e a imagem construída ao longo das quase duas décadas no Estado do Rio de Janeiro.

Na seção onde trata das rodovias, o pequeno texto que introduz as imagens tem o título de *Abrindo estradas para um Brasil maior*. Nos cinco parágrafos do texto, há uma pequena introdução sobre a quantidade de rodovias pavimentadas e depois passa a tratar das melhorias realizadas pelo governo Amaral Peixoto.

No seu novo governo, iniciado em fevereiro de 1951, o Almirante Amaral Peixoto traçou um grande plano rodoviário, para cuja execução fez importar dos EUA variado e moderno maquinário. Todo o material importado entrou imediatamente em funcionamento, com os melhores resultados práticos, abrindo novas e mais auspiciosas perspectivas ao progresso estadual. A Rodovia Tronco do Estado – a RJ-1 – dá acesso a rede rodoviária nacional, colocando ainda Niterói em ligação com a Capital da República, pela Rodovia Contorno da Guanabara.<sup>220</sup>

---

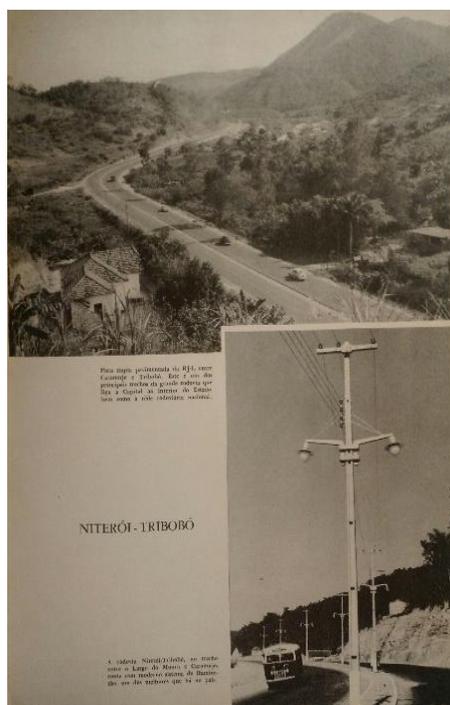
<sup>219</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 12.

<sup>220</sup> *Ibidem*. p. 21.

Apesar de utilizar imagens de obras por todo o território fluminense, algumas receberam maior destaque nesse momento. No trecho acima, identificamos a presença das três realizações mais exploradas nas imagens publicadas na obra: a Rodovia Tronco, que ligou Niterói a São Gonçalo, passando por Tribobó; as obras da Rodovia Contorno, ligando Niterói ao Rio de Janeiro; e a importação de maquinário dos EUA para a realização das obras de pavimentação e ampliação da malha rodoviária estadual.

Esses temas foram muito explorados e de diferentes formas. As obras na rodovia Niterói-Tribobó tiveram grande destaque, assim como a sua inauguração. Sendo o tema central dessa primeira seção as rodovias, temos nessa publicação tantas fotos de obras e das rodovias quanto de pessoas em meio às obras e nas inaugurações. A ideia era, sem dúvidas, demonstrar as realizações e o apoio à gestão estadual.

Outro exemplo importante desse movimento na publicação é o “desfile” dos equipamentos importados dos EUA para viabilizar a realização das melhorias ou construções das estradas do Rio de Janeiro. Os equipamentos eram agrupados em espaços públicos e os que ocupavam a primeira fila sustentavam uma faixa com os dizeres *Equipamento mecanizado para estradas fluminenses* e abaixo dessa frase constava o número do lote desses equipamentos (1º ou 2º).



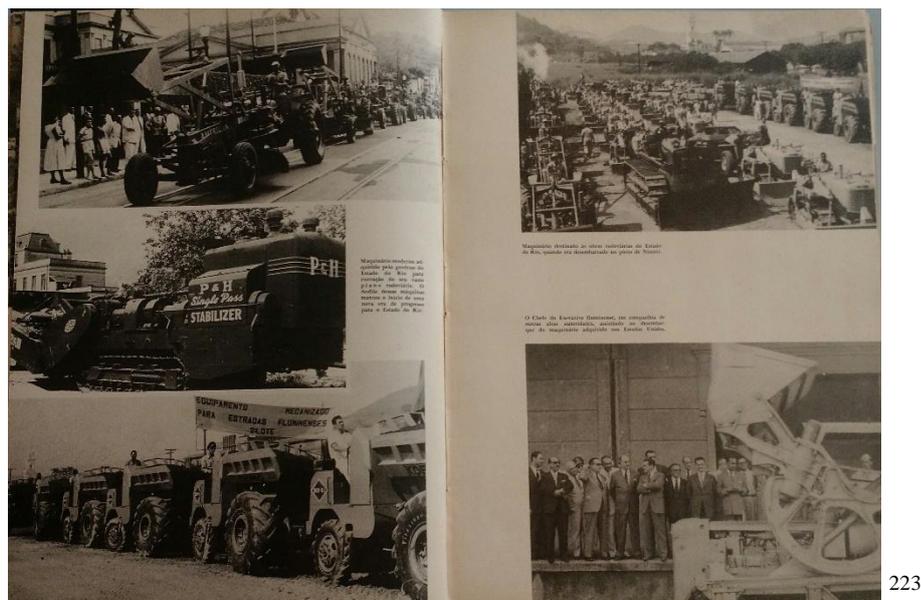
221



222

<sup>221</sup> Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 27.

<sup>222</sup> Ibid. p. 17.



223

O desembarque desses equipamentos no Porto de Niterói era outra oportunidade que o governo aproveitava para construir imagens que pudessem demonstrar fatos positivos a respeito do governador e de sua equipe. Nesse caso específico, era uma ocasião em que Amaral Peixoto reunia seu grupo político e convidados, como agricultores, empresários e representantes do Governo Federal.

A segunda seção, *Educação e Saúde*, segue o mesmo padrão: um pequeno texto – este um pouco maior que o anterior – e muitas imagens. Apesar do título, a seção se dedica de forma muito mais profunda à educação do que à saúde. As ações dessa última área só aparecem nas imagens e em quantidade menor do que as relativas à educação.

Isso pode ser explicado pelo grande número de obras e projetos desenvolvidos por Amaral Peixoto na educação, o que já foi uma marca de sua Interventoria, onde construiu diversos grupos escolares, Escolas Típicas Rurais e desenvolveu projetos como as Missões Culturais. No texto inicial desta seção, o primeiro parágrafo é uma exaltação ao trabalho desenvolvido nessas áreas:

A estes dois setores tem o Governo Amaral Peixoto dedicado os melhores esforços, estudando, equacionando e resolvendo os grandes problemas que interessam ao progresso e ao bem-estar da população fluminense.<sup>224</sup>

O termo progresso é recorrente na publicação e aparece em todos os textos, desde a abertura, assinada pelo Governador. Do discurso construído desde o Estado Novo – passando

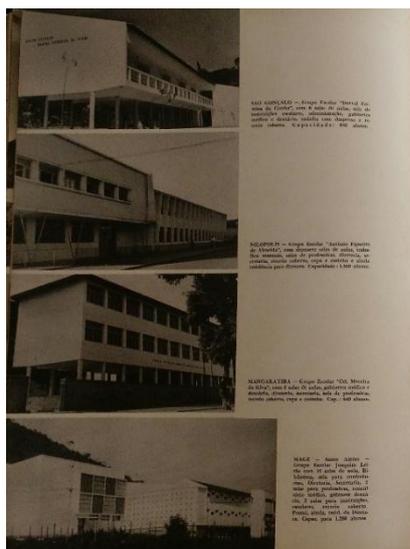
<sup>223</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 28-29.

<sup>224</sup> *Ibid.* p. 69.

pelas eleições de 1950 – para o material que analisamos, verificamos uma diferença marcante: a ideia de progresso tomou um caminho diferente daquele traçado no início da interventoria. Nas décadas de 1930 e 1940, estava atrelado às tradições fluminenses, vinculado ao local de destaque do período imperial. O Rio de Janeiro alcançaria seu progresso com a retomada daquelas tradições. A partir da década de 1950, há um deslocamento no foco dos discursos e do material de propaganda, muito mais associado às mudanças ocorridas a partir do Estado Novo, sempre relacionando os avanços obtidos pelo Rio de Janeiro com as ações dos grupos de Amaral Peixoto e Getúlio Vargas. É importante ressaltar que o próprio distanciamento temporal com o Período Imperial já faria com que as referências a ele diminuíssem. Contudo, como veremos mais adiante, a oposição voltou a usar como referências tais tradições, uma vez que não poderia utilizar exemplos de avanços e progressos em alguma administração udenista no Estado do Rio de Janeiro.

Após este parágrafo inicial, a maior parte do texto trata de dados da ampliação de grupos escolares existentes e a construção de outros, o que acarreta no aumento do número de turmas e, conseqüentemente, amplia o número de vagas e de matrículas. Há no fim da página um gráfico representando esse aumento de grupos escolares, classes e matrículas, com todas aumentando em, pelo menos, 40%.

Enquanto na primeira seção temos uma divisão entre imagens das realizações e outras em eventos onde as pessoas são o destaque das imagens, nesta temos a maioria, cerca de 90% das imagens, retratando apenas os prédios dos grupos escolares. Uma das possibilidades para essa mudança pode ser a imponência e grandiosidade das obras dos grupos escolares. Em muitos municípios como São Gonçalo, São João de Meriti, Teresópolis, Campos, São Pedro D'Aldeia, Vassouras, Niterói, Magé e Nilópolis, os maiores grupos escolares foram construídos nesse período da administração Amaral Peixoto. São 15 páginas apenas retratando as diferentes fases das construções, desde o início até a finalização desses prédios.



225

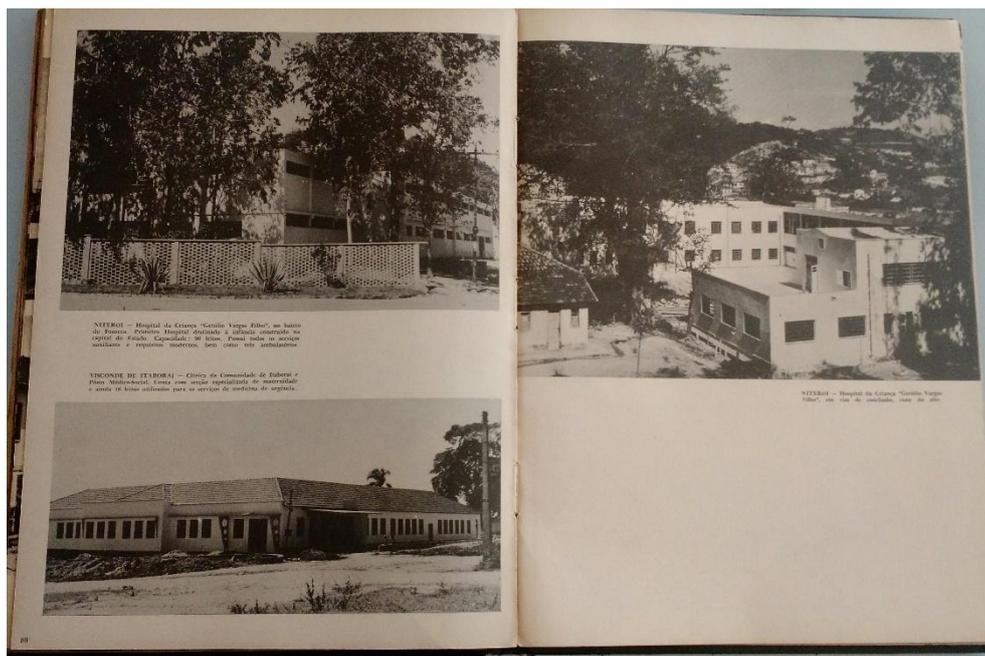


226

A saúde foi retratada em apenas cinco páginas, com imagens da construção do Hospital Getúlio Vargas Filho, em Niterói, e do atendimento em centros e postos de saúde, sendo a maioria delas também em Niterói, com exceção para uma em Cordeiro e outra em Itaboraí.

<sup>225</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 76.

<sup>226</sup> *Ibid.* p. 80-81.



227

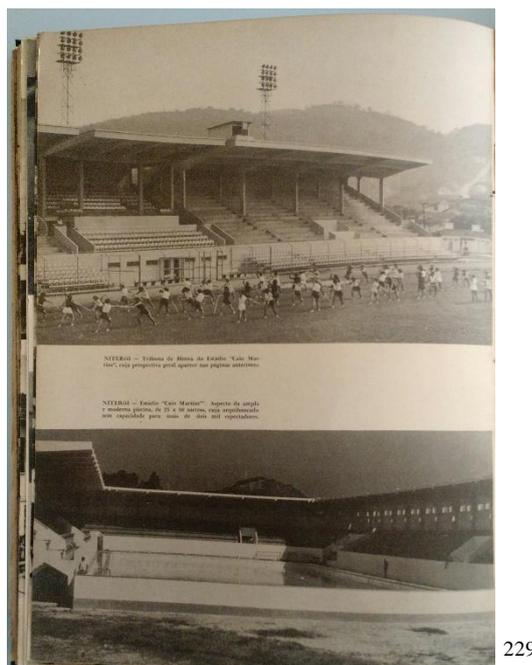


228

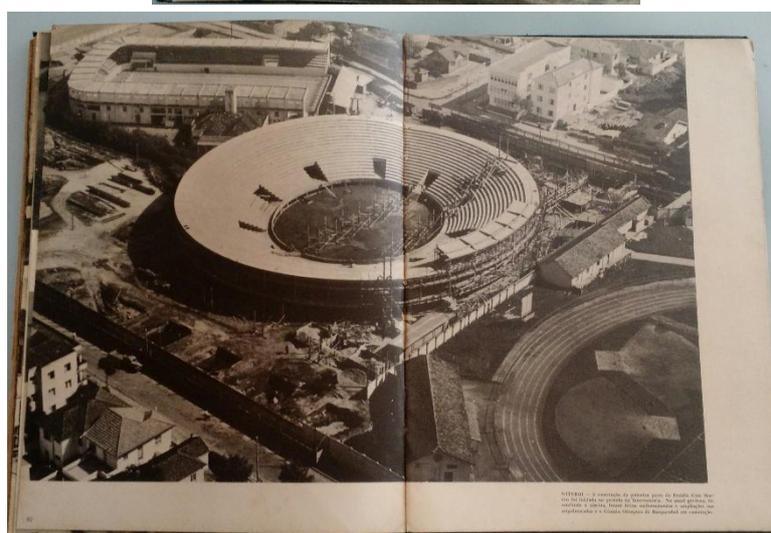
Outra construção teve destaque tanto na área da saúde como na educação: o Caio Martins. Apontado como uma importante realização do governo Amaral Peixoto, todo o complexo do Caio Martins era destacado como um elemento importante para a prática de atividades físicas que ajudariam tanto na utilização do esporte enquanto prática educativa e também como de prevenção a doenças na área da saúde.

<sup>227</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954. p. 86-87.

<sup>228</sup> *Ibid.* p. 84-85.



229



230

A última seção não possui um texto de apresentação daquilo que será destacado. Ela reúne diversas imagens de realizações por todo o Estado, como a construção de prédios para o Fórum de alguns municípios, reformas e construções de Paróquias, edifícios de órgãos públicos, volta a publicar fotos das obras nas rodovias e também de atividades econômicas como a agricultura e a pesca.

Essa publicação foi feita em um momento singular para o grupo amaralista e, conseqüentemente, para o PSD-RJ, em meio ao conturbado contexto político nacional e ao delicado momento de negociação entre os partidos que formaram alianças vitoriosas nas

<sup>229</sup> *Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1954, p. 90.

<sup>230</sup> *Ibid.* p. 88-89.

últimas eleições. A indicação por Getúlio Vargas para que ocupasse o posto de Interventor do Estado do Rio de Janeiro em 1937 foi determinante para que conseguisse construir uma carreira política. Em 1946 e 1950, anos em que houve a disputa eleitoral pelo executivo fluminense, Amaral Peixoto elegeu seu sucessor e depois retornou ao poder contra o candidato indicado e apoiado pelo governo fluminense. Nesses momentos, a figura de Getúlio Vargas ainda era muito presente nas campanhas eleitorais e, de acordo com os adversários políticos do “Comandante”, atuava de forma decisiva nos resultados das disputas políticas fluminenses, sempre em favor do pessedista. Agora, após a morte de Getúlio Vargas, um novo desafio se colocava perante o líder político fluminense: manter o domínio sem o apoio do ex-presidente e vencer uma eleição na qual não era ele o candidato ao executivo fluminense.

Nesse processo, a construção da memória, teve um papel decisivo nas eleições. Além das alianças políticas, construir uma imagem positiva acerca de seu governo, capaz de transferir apoios que receberia em caso de sua candidatura para a de outro político – Miguel Couto Filho – que disputaria com os antigetulistas da UDN o governo fluminense.

Assim, em um contexto diferente, Amaral Peixoto e seu grupo começaram a mudar a estratégia de diálogo com os eleitores, deixando de lado a valorização do passado, das tradições advindas do tempo da Província, para um discurso de progresso e modernização do Estado, expresso, sobretudo, nas imagens publicadas na obra que analisamos.

#### **4.4 A campanha política na imprensa fluminense: udenistas e pessedistas nos periódicos do Estado do Rio de Janeiro**

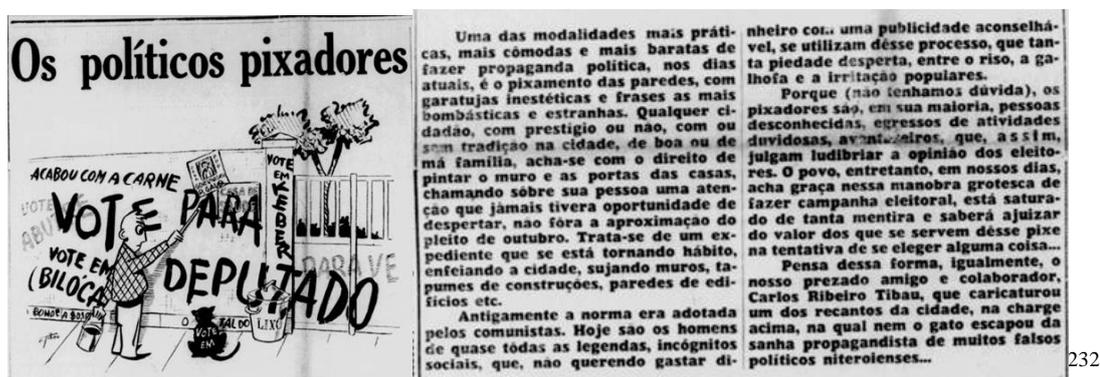
Antes de partirmos para a análise das campanhas na imprensa, cabe ressaltar aqui uma importante mudança com relação ao contexto da última eleição nesse espaço. Se em 1950 *O Fluminense* e *O Estado*, os dois principais jornais do Estado do Rio de Janeiro, eram partidários do candidato udenista e apoiado pelo então Governador, respectivamente Prado Kelly e Edmundo de Macedo Soares e Silva, essa situação era diferente em 1954.

Nas eleições de 1950, diante da falta de espaço nos jornais fluminenses, Amaral Peixoto precisou buscar espaço em um periódico carioca (*O Jornal*) e apostar na circulação do mesmo em terras fluminenses. Esse espaço foi conquistado graças à proximidade de Vargas com Samuel Wainer, que era repórter deste jornal. Diante das dificuldades encontradas para conseguir espaço nos jornais estaduais, o grupo político de Amaral Peixoto

conseguiu, logo após as eleições de 1950, o controle do jornal *O Estado*. Assim, no momento das campanhas eleitorais de 1954 cada um dos jornais era controlado por um grupo político: a UDN controlava *O Fluminense*, e o PSD, *O Estado*.<sup>231</sup>

No Rio de Janeiro, assim como no país, as campanhas eleitorais ganhavam cada vez mais importância na configuração do panorama político-eleitoral. Se em 1946 podemos afirmar que não houve, de fato, uma eleição competitiva no Estado do Rio de Janeiro, com pouca mobilização inclusive dos partidos, devido à configuração da aliança PSD-UDN-PTB em torno da candidatura de Edmundo de Macedo Soares e Silva, as eleições de 1950 foram as primeiras com uma disputa importante, opondo PSD e PTB à UDN.

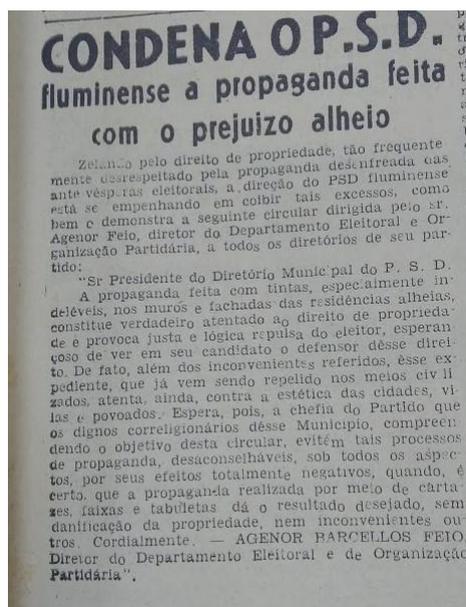
Em 1954 é possível verificarmos uma mudança na postura dos políticos e dos periódicos quanto ao desenvolvimento das campanhas. Tanto *O Fluminense* quanto *O Estado* trouxeram editoriais ou notícias relativas às regras e às campanhas eleitorais, o que não percebemos em 1950. Separamos algumas dessas matérias para que possamos demonstrar a forma como eram abordadas essas questões.



Em abril de 1954, ainda durante o período em que os partidos articulavam as candidaturas e as possíveis alianças, *O Fluminense* publica a matéria “Os políticos pixadores (sic)”, criticando uma das formas utilizadas para chamar atenção para as campanhas. Nessa matéria, a preocupação é com a denúncia de uma prática ligada a políticos comunistas – de acordo com o jornal – e adotada agora por políticos ainda pouco conhecidos e que procuravam chamar atenção para suas campanhas através de propagandas advindas de pichações em locais públicos.

<sup>231</sup> Com Wainer agora no *Última hora* e o acirramento da oposição dos Diários Associados à Getúlio Vargas e seus aliados, era importante que o grupo amaralista conseguisse espaço em algum dos periódicos fluminenses de maior circulação.

<sup>232</sup> *O Fluminense*, 25/04/1954, ed. 21.954, p. 3.



233

Em 13 de junho, *O Estado* publicou matéria com o mesmo teor da realizada por *O Fluminense* em abril. Contudo, essa não teve um caráter editorial, mas sim de orientação do Diretor do Departamento Eleitoral e de Organização Partidária do PSD, Agenor Barcelos Feio, informando que o seu partido a partir daquele momento coibiria “os excessos” praticados na campanha, sobretudo os relativos às pichações para a realização de campanhas políticas.

*O Fluminense* voltou a publicar em 07 de agosto outra opinião sobre as campanhas políticas. Desta vez, a matéria foi publicada em uma pequena coluna chamada *Piada do Dia*, que se tornou diária a partir do mês de julho de 1954, sempre na lateral da parte inferior da primeira página:

<sup>233</sup> *O Estado*, 13/06/1954, ed. 11.734, p. 3.



234

Especificamente na coluna do dia 07 de agosto, o início do texto nos demonstra que havia nesse período uma diversidade de modos de fazer propaganda eleitoral sendo desenvolvidas: “A propaganda eleitoral está atingindo ao máximo com a aproximação das eleições. Os candidatos se multiplicam e os meios de propaganda também, pois cada qual quer ser mais original a fim de atrair a atenção dos eleitores”.

As eleições de 1954 iniciam um processo de transformação nas propagandas eleitorais. Através das matérias que destacamos aqui, podemos afirmar que havia a preocupação com o desenvolvimento das estratégias de campanhas de forma diferente do que eram realizadas na eleição anterior. A crítica às pichações não era apenas uma questão de urbanidade, mas também de estratégia eleitoral. Divulgar apenas os nomes dos candidatos poderia não ser suficiente para que se conquistasse a vaga pleiteada. Era preciso desenvolver nossas formas de chamar atenção para as campanhas.

Superada a fase das indicações e aprovações dos nomes para concorrer ao governo estadual (Miguel Couto Filho, Pereira Pinto e Brígido Tinoco – este último pelo PSB), tiveram início as campanhas eleitorais. Em mais um trecho de seu discurso na convenção do PSD em junho de 1954, Amaral Peixoto deu o tom de como seria a campanha pessedista naquele ano:

<sup>234</sup> *O Fluminense*, 07/08/1954, ed. 22.041, p. 1.

Meus correligionários:

O Partido Social Democrático, prestigiado pelo apoio leal e sincero de seus aliados, vai iniciar uma nova campanha eleitoral, vitoriosa como as outras em que se empenhou – para poupar ao Estado do Rio de Janeiro dias sombrios e talvez incertos. A determinação que desta vez nos move é, porventura, mais firme do que nunca. Porque se trata de ensinar aos que se desviaram da linha partidária, as vantagens da lealdade política e de esclarecer os que, sendo estranhos à vida pública fluminense e ao pensamento dos seus próprios correligionários, sonham em fazer do Estado do Rio o pretexto literário de suas incursões.<sup>235</sup>

A campanha eleitoral, por parte do PSD, tinha um foco bem definido: explorar a fragilidade da candidatura udenista. O fato de Pereira Pinto ter saído recentemente do PSD foi amplamente explorado na campanha de Miguel Couto Filho. O discurso da convenção pessedista deu também indícios de como seria tratado o candidato udenista durante a campanha eleitoral:

[...] selecionamos entre outros um cidadão que reunia as qualidades que exigimos do candidato. E não tive necessidade de proclamar o seu nome na reunião do Diretório Regional, pois já estava no consenso de todos os seus membros, poderei dizer mesmo de todos os pessedistas o acerto de nossa decisão. Miguel Couto Filho será o futuro Governador do Estado. [...] na campanha eleitoral de 1950, foi de uma lealdade impecável, resistindo às influências poderosas que tentaram modificar o rumo do Partido Social Democrático [...]<sup>236</sup>

A questão da lealdade esteve presente na fala de Amaral Peixoto e assim seria durante toda a campanha eleitoral. Podemos também lembrar que essa foi a mensagem transmitida aos leitores em seu texto na abertura da publicação *Estado do Rio de Janeiro no Governo Amaral Peixoto*, que analisamos anteriormente nesse capítulo.

Esse tema foi tão explorado que *O Estado*, um jornal em que a UDN tinha pouco espaço nesse período, publicou duas notícias mostrando os impactos da candidatura Pereira Pinto naquele partido. As matérias *A UDN contra um grande udenista* e *Chefiado pelo Sr. Prado Kelly complô na UDN contra o Sr. Alberto Torres*, mostram como a candidatura Pereira Pinto na UDN acabou por gerar impactos dentro das hostes udenistas. Assim como o candidato, o partido passava a ser citado como uma instituição que traía um de seus principais quadros – Alberto Torres – e que já havia indicado a disposição de ser candidato à sucessão estadual em 1954.

Em 09 de julho, *O Estado* estampa em sua manchete mais uma crítica ao candidato udenista e ao partido: *Confiança absoluta na vitória do PSD – O povo julgará em 03 de outubro*. A matéria é uma reprodução de uma palestra proferida por Amaral Peixoto no rádio

<sup>235</sup> Discurso do Governador Amaral Peixoto. CPDOC. Arquivo PSD-RJ, 54.06.19/7.

<sup>236</sup> Discurso do Governador Amaral Peixoto. CPDOC. Arquivo PSD-RJ, 54.06.19/7.

para o programa *Estado do Rio em Revista*. Nela, o governador referiu-se dessa forma à situação que a candidatura Pereira Pinto impôs àquela disputa eleitoral:

a bandeira da oposição nesta campanha formou-se de duas grandes desilusões: a de uma agremiação política que não encontrava mais seu caminho natural e de um homem que, não obtendo a aquiescência de seu partido, foi levado pela ambição descontrolada a se alistar entre seus adversários de véspera.<sup>237</sup>

Assim, a campanha eleitoral de Miguel Couto Filho teve três pontos principais em sua estratégia. O primeiro a ser explorado era a lealdade (ou a falta dela) que os candidatos e partidos tinham entre si. A segunda foi a estratégia utilizada por praticamente todos os demais políticos: sendo o candidato oficial do Governador à sua sucessão e desfrutando o chefe executivo estadual de prestígio político entre seus pares e também com os eleitores, Miguel Couto Filho passou a acompanhar Amaral Peixoto em praticamente todos os eventos oficiais e, sobretudo, em inaugurações de obras, conforme podemos ver na matéria reproduzida abaixo:



238

Amaral Peixoto e Miguel Couto Filho participaram de várias inaugurações durante o período de campanha. A matéria acima retrata uma delas, em Santa Rosa, Niterói. Todavia, entre julho e outubro foram vários os locais por onde passaram o Governador e seu candidato à sucessão, Norte, Sul e Baixada Fluminense, além dos municípios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo receberam as visitas dos pessedistas.

O “Comandante”, enquanto líder político, presidente do PSD-RJ e Governador do Estado do Rio de Janeiro, era o principal articulador e cabo eleitoral da candidatura de Miguel Couto Filho ao governo. Sua aproximação com o candidato era, portanto, natural neste momento da campanha. Contudo, o contexto complicado no qual seu nome fora aprovado, com resistências internas no PSD e também no PTB, fez ainda mais necessária essa aproximação entre o principal líder político e seu candidato.

<sup>237</sup> *O Estado*, 09/07/1954.

<sup>238</sup> *O Estado*, 06/07/1954.

O terceiro ponto foi a utilização da imagem de Miguel Couto Filho com alguém que, para além de sua trajetória pessoal, possuía também uma tradição familiar para honrar na política, como nos indica seu *jingle* eleitoral:

Atenção eleitores do Estado do Rio, vamos cantar a grande canção da vitória de Miguel Couto Filho, o futuro governador do Estado do Rio  
03 de outubro chegou e você deliberou: votar bem ou não votar  
Vamos votar em Miguel Couto Filho  
Vamos cantar meu amigo esse estribilho  
Quem é filho de peixe também sabe nadar  
Quem se chama Miguel Couto tem um nome para honrar  
E Miguel Couto Filho este nome honrará  
E Miguel Couto Filho este nome honrará  
E Miguel Couto Filho este nome honrará<sup>239</sup>

No *jingle* eleitoral do candidato, destacamos a referência ao seu pai, Miguel Couto, que foi um político atuante no Distrito Federal e Deputado na Assembleia Nacional Constituinte de 1934.<sup>240</sup> Um *jingle* curto, capaz de trazer informações importantes ao eleitor: em 03 de outubro você poderia votar bem ou não votar. Essa distinção seria feita entre aqueles que votassem no “futuro governador do Estado do Rio” e os que escolheriam votar em candidatos e partidos caracterizados pela falta de lealdade com os eleitores.

Podemos observar também no *jingle* outra proximidade com as matérias publicadas em *O Estado*: o início dele remonta a certeza da vitória pessedista, título muito comum nas principais matérias daquele periódico, como as publicadas em 5 de maio e em 19 de junho de 1954:



<sup>239</sup> Arquivo EAD, série PSD-r disco 012

<sup>240</sup> Miguel Couto foi bastante atuante na medicina brasileira, tendo sido considerado um dos grandes médicos brasileiros das primeiras décadas do século XX. Foi professor da Faculdade de Medicina, membro e depois Presidente da Academia Nacional de Medicina e desenvolveu importantes pesquisas sobre doenças cardíacas, sobre o vírus *influenza* e sobre o câncer. Foi membro também da Academia Brasileira de Letras, a partir de 1924, quando começou a debruçar-se sobre problemas no sistema educacional brasileiro, sobre o qual realizou alguns destacados discursos. Após a Revolução de 1930, ingressou na política, sendo eleito para a Assembleia Nacional Constituinte tanto pelo Distrito Federal quanto pelo Estado do Rio de Janeiro pelo Partido Economista. Faleceu antes de completar seu mandato, em 1934. PECHMAN, Robert. Miguel Couto. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Cristhiane Jalles de (Coord.). *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2014. p. 358-359.

<sup>241</sup> *O Estado*, 05/05/1954, ed. 11.700, p. 1.



242

Por outro lado, *O Fluminense* buscava diariamente desconstruir as principais bandeiras das campanhas pessedistas nos pleitos estaduais: justamente a da recuperação econômica fluminense. Como este assunto estava presente na maioria dos discursos pessedistas nesse período – e também nas eleições anteriores –, ele foi alvo das críticas do periódico que apoiava Pereira Pinto, o candidato udenista. A partir de julho de 1954, era muito comum notícias sobre dívidas do Estado do Rio de Janeiro, aquisição de empréstimos por parte do governo estadual, reclamações dos servidores públicos quanto aos seus vencimentos e outras relacionadas a esse tema. Reproduzimos aqui uma manchete de uma dessas matérias:



243

Notícias como essas eram comuns, conforme afirmamos anteriormente, sendo a primeira estratégia para atingir o Governador e seu candidato. Até o início de setembro, as críticas à administração de Amaral Peixoto estavam restritas às questões econômicas, mas quanto mais perto estavam as eleições, a intensidade das críticas aumentava e ficavam além da área econômica.

Durante o processo que culminou com a manutenção da aliança entre os diretórios fluminenses de PSD e PTB, o jornal *O Fluminense* noticiava quase que diariamente a influência de Getúlio Vargas nesse processo de “costura” política entre os partidos. A matéria que melhor exemplifica essa movimentação do periódico dirigido por Alberto Torres foi publicada no início de junho de 1954:

<sup>242</sup> *O Estado*, 19/06/1954, ed. 11.738, p. 1.

<sup>243</sup> *O Fluminense*, 11/09/1954, ed. 22.070, p. 1.



**O voto é arma da democracia e não mercadoria que se venda**

Palavras do deputado Alberto Torres no comício da Aliança Popular, realizado, domingo, em Paraíba do Sul – Mensagem de Carlos Lacerda - Abelardo Mata contra a ditadura no P.T.B.-Os oradores

**O Fluminense**

Propriedade do Editor O FLUMINENSE S. A.  
DIRETOR: ALBERTO TORRES  
Ano LXXVI — Niterói — Estado do Rio de Janeiro — Terça-feira, 17 de agosto de 1954 — N. 22.049

«Caixinha»: acinte e ignominia

Os oradores continuaram no seu canto democrático, os oradores fluminenses, a tarefa de polêmicas, de discussões, de corrigir erros e de defender em grupo de honra os princípios da democracia.

Os quatro saíram presurosos, assim, imponentemente, a despretenciosidade, cada um para o seu canto de oratória. O orador...

245

Propriedade do Editor O FLUMINENSE S. A.  
DIRETOR: ALBERTO TORRES  
Ano LXXVI — Niterói — Estado do Rio de Janeiro — Sábado, 7 de agosto de 1954 — N. 22.041

**Pereira Pinto, hoje, em Magé**

A Aliança Popular Fluminense fará realizar, hoje, às 18 horas, em Magé, um grande comício de propaganda das candidaturas de sr. Pereira Pinto e Henrique de Carvalho, candidato a Governador e Vice Governador do Estado.

Estarão presentes, entre outros, os líderes Alberto Torres, Abelardo Mata, Estimada Padilha, Teófilo Cavalcanti, Salomão Figueiredo, Paulo Araújo e Bandeira Vaughan.

**6 PÁGINAS 1 Cruzeiro**

**Atentado a Lacerda**

Sr. Tancredo Neves, Ministro da Justiça.

Estam chegando às 48 horas seguintes ao bárbaro ato dos selvagens paulistas, empregados para eliminar o desleal jornalista e nada de objetivo se esclarecer, mas qualquer coisa de seu, iluminam as trevas do inquérito.

Esta, a dolorosa realidade que não mais surpreende o opinião pública, porque o verdadeiro nível do crime e os seus autores intelectuais são inatingíveis, face ao privilégio e a proteção de que gozam os responsáveis pela ordem pública.

**DEPOIS DO JORNALISTA CARLOS LACERDA**

O delegado do 2.º distrito policial

**RESPONSABILIDADE do Governo no crime hediondo**

Ninguém mais tem dúvida, desde da região do Congresso Nacional e das deliberações e impressões por meio de ser crime o jornalista Carlos Lacerda e sua consequência de ambiente político criado pelo atual Governo. A corrupção eleitoral, a impiedade instalada como método de tirania, certo, são a verdadeira responsabilidade dos líderes para sua condenação, mas, se agora, sob o signo das práticas comuns para atingir ao próprio mandato. Distinguir por ra saber de onde partiu o atentado, no qual tomou sua vida o bravo oficial do Arsenário de Rubens Florentino Var, que, evidentemente, não era o estado, e o mesmo que admitir que os mandantes possam ser encontrados em uma parte, ou no próprio Governo.

Não, de O FLUMINENSE, sempre nos admoestamos em quando para defesa do regime e da democracia. Não podemos, assim, de modo algum, ficar com as bandeiras que não servem em nada para que cessem as denúncias dos crimes de que nos amamos as vidas. Estamos ao lado do povo brasileiro, que condena severamente tal bárbaro ato, não só pelo propósito de que se recorra, como porque Carlos Lacerda era, um insubstituível, descolado companheiro cívico que ganhou muito mais do que a história política do país, a qual, quem se não, há de proporcionar excelentes resultados para a reforma das nossas estruturas políticas e para o aprimoramento dos princípios democráticos.

Mas, lamentavelmente, não nos deixamos possuir da impiedade de que se criminoso, isto é, aqueles que diretamente atuaram contra a vida do jornalista e mataram um inocente, possam vir a ser presos. E se o foram, por força de circunstâncias que escapam ao controle das que se nos dá por trás dos autos e certamente dispõem de inúmeras recursos para ocultar, não acreditamos receber o merecido castigo.

O desconhecido, a impiedade, os crimes de todo o espécie continuaram, porque erraram no Governo honraram com autoridade moral suficiente para deter a marcha de degradação que assolou, nos últimos tempos, a nossa pátria. Que cada um se prepare para fazer aquilo que se lhe sugerir ao povo brasileiro, não apenas de desamparo, justiça pelas mesmas mãos, até que um novo Governo respalme no país o império da lei e da justiça, se não for possível, algum dia.

**Os cartórios eleitorais funcionaram hoje para entrega de títulos**

Hoje, das 14 às 18 horas, os cartórios eleitorais de Niterói, das 23.24 e 23.30 horas, estarão em atividade para a entrega de títulos aos interessados.

**Aspecto colhido por oc cargo de chefe do Departamento do Brasil. Afastando-se de chefe daquele departamento Pires Ferreira foi o Gold Medeiros Trancoso. O**

**Registados novos diretórios municipais**

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado, ontem reunido, sob a presidência do desembargador Pereira Pinto, resolveu, dentre outras deliberações tomadas, ordenar o registro dos seguintes diretórios municipais do Partido Democrata Cristão, os de Barra do Pirai, Marquês de Valença, Nova Friburgo e Santa Maria Madalena; do Partido de Representação Popular, o de Piraí; e do Partido Social Trabalhista, o de Paraíba do Sul.

246

As duas reproduções demonstram o tom adotado pelo jornal durante os dias entre o atentado a Carlos Lacerda e a morte de Getúlio Vargas. Os 20 dias entre os dois eventos foram de muita aproximação da campanha estadual ao contexto político nacional, onde se intensificava e se fortalecia a oposição ao governo de Getúlio Vargas. Para a UDN fluminense, esse contexto significou a mudança de discurso. Ao invés de manter o discurso de críticas ao candidato e ao governador, temas mais amplos como a defesa da democracia, a importância do voto e a defesa da imprensa livre tomaram conta do jornal e dos discursos de seus candidatos, incluindo o próprio Alberto Torres, candidato a Deputado Estadual.

Entretanto, essa tática seria novamente alterada após o dia 24 de agosto. Com o suicídio de Vargas, um novo contexto político se apresentava. E esse novo contexto fez com que a estratégia para a capitalização política e eleitoral tivesse que ser revista.

*O Estado*, jornal ligado ao PSD e a Amaral Peixoto, publicava matérias detalhando os preparativos e detalhes do funeral e exaltando Getúlio Vargas e suas realizações enquanto esteve à frente do executivo nacional, buscando capitalizar novos eleitores e confirmar

<sup>245</sup> *O Fluminense*, 17/08/1954, ed. 22.049, p. 1 e 3.

<sup>246</sup> *O Fluminense*, 07/08/54, ed. 22.041, p. 1.

aqueles que já apoiavam a candidatura de Miguel Couto Filho. Enquanto aliados de primeira hora de Getúlio Vargas, políticos do PSD e do PTB (muitos deles ligados a Vargas desde a década de 1930) passaram a utilizar a imagem do Presidente em suas campanhas e discursos, tentando ligar suas trajetórias a do político de São Borja.

*O Fluminense* explorou de forma diferente do que vinha fazendo a imagem de Vargas. Crítico desde o início da campanha eleitoral a postura adotada por Vargas devido a sua interferência na posição do diretório estadual do PTB, Alberto Torres adotou tom conciliador com o ex-presidente e de combate à forma de utilização da imagem de Vargas que os políticos que pertenciam a PSD e PTB vinham fazendo. No dia seguinte ao suicídio, toda a primeira capa do jornal foi destinada ao ocorrido e a trajetória de Getúlio Vargas:



247

O ambiente de comoção entre a população e os políticos fez com que o jornal explorasse ainda mais a imagem de Vargas, como ressaltamos anteriormente, mudando o tom de seu discurso. Esse discurso iniciou-se com a matéria publicada na parte central da primeira página do jornal, mesmo local onde foram publicados editoriais acusando o governo e Getúlio Vargas do atentado contra Carlos Lacerda, em 05 de setembro:

<sup>247</sup> *O Fluminense*, 25/08/1954, ed. 22.056, p. 1.



248

A matéria *Os exploradores da memória de Getúlio Vargas* era uma crítica à utilização da imagem de Vargas a todo custo pelos seus aliados. Alguns de seus trechos são importantes para que possamos identificar o posicionamento do periódico e, por conseguinte, dos opositores a Vargas, de Amaral Peixoto e Miguel Couto Filho na política estadual:

Os exploradores do nome, do prestígio e da memória do ex-presidente Getúlio Vargas estão, positivamente, em caminho errado, na tentativa em que se atiraram de criar no país um clima de ódios e vinditas, com objetivos exclusivamente eleitoreiros. [...] Excitando a emoção da massa e despertando-lhe o proverbial sentimento afetivo, os políticos chamados queremistas lançaram no Brasil inteiro a carta-manifesto do Sr. Getúlio Vargas como estandarte para mais facilmente conseguirem uma parcela dos votos que os brasileiros vão depositar nas urnas, a 3 de outubro. [...]

Nos dias que antecederam o seu gesto desesperado, o Sr. Getúlio Vargas viveu as horas mais dramáticas de sua vida, apenas entre as afeições de seus parentes mais próximos, dos seus ministros e auxiliares que – façamos-lhe justiça – não o abandonaram nas horas decisivas da sua carreira política, naqueles momentos, para ele, de grande mágoa e de grande dor. [...]

O Palácio do Catete esvaziou-se. Os frequentadores e os visitantes pressurosos, amigos do peito de outros tempos, fugiram para longe, no comodismo vergonhoso dos apáticos e dos covardes. [...]

Getúlio Vargas precisava dessa gente na hora dolorosa que se sabia que o palácio estava armado para a resistência a todo preço e que o Chefe do Governo se mostrava disposto a só deixá-lo depois de morto. Fora desse raciocínio ninguém pode aceitar, como honestas e sinceras, as manifestações desses idólatras retardatários.

A memória do ex-presidente deveria ser respeitada e defendida pelos que se dizem seus amigos, mas de outra forma e sobre outros aspectos. Fazer de seu cadáver um

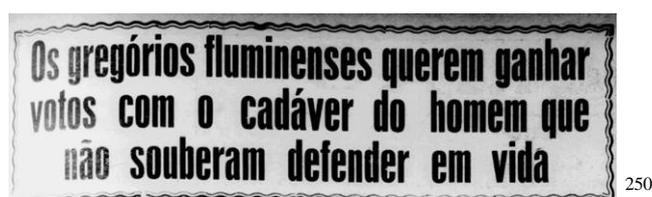
*slogan* eleitoral constitui expedientes dos mais torpes, dos mais tristes, dos mais chocantes.

O eleitorado não se deixará iludir pelos que abandonaram o Sr. Getúlio Vargas nos dias que antecederam a sua morte. Falta-lhes autoridade para a prática de manobras políticas que hão de ser repudiadas pela opinião pública.<sup>249</sup>

A matéria publicada por *O Fluminense* mantém uma série de críticas feitas ao governo de Vargas, mas seus alvos principais foram os políticos que apoiavam o Presidente e, de acordo com ele, se omitiram no momento de crise política. A tentativa era, portanto, a de desqualificar os discursos daqueles políticos que se utilizavam da imagem de Getúlio Vargas para angariar votos. A matéria também pode ser medida como uma tentativa de desqualificar um dos principais discursos da campanha pessedista, que era a questão da lealdade, explorada justamente pelo fato do candidato udenista ter saído do PSD para poder viabilizar sua candidatura ao governo estadual, uma vez que havia sido preterido pelo partido.

Outra questão importante nesse contexto para a publicação da matéria é o fato de que nesse período realizavam-se conjuntamente as eleições para Assembleia Estadual, Câmara Federal, Senador, Prefeito e Vereador. Assim, o alcance eleitoral que poderia ter a exploração da imagem de Getúlio Vargas estava além da disputa pelo governo estadual e era importante uma resposta dos udenistas para que o impacto eleitoral fosse minimizado.

Quatro dias depois, em sua edição de 09 de setembro, o jornal volta a explorar o mesmo tema, restringindo seu discurso aos políticos fluminenses e trazendo junto a essa matéria considerações sobre os candidatos que apoiava:



<sup>249</sup> *O Fluminense*, 05/09/1954, ed. 22.066, p. 1.

<sup>250</sup> *O Fluminense*, 09/09/1954, ed. 22.068, p. 1.

# Expediente dos gregórios fluminenses

Passados os momentos de torpor que o gesto desesperado do ex-Presidente Getúlio Vargas despertou, a Nação volta, aos poucos, ao seu ritmo normal de trabalho, na esperança de dias tranquilos, indispensáveis à ordem constitucional.

Os agitadores contumazes, entretanto, temam em perturbar a vida das cidades, com uma agitação fora de qualquer propósito e nociva aos interesses da coletividade.

Nessa empreitada da desordem e da desagregação social surgem, como pioneiros, os falsos amigos do ex-presidente, que o abandonaram nos dias e nas horas das dificuldades e das incertezas que antecederam o seu gesto trágico.

São políticos inertes, desfigurados, insensíveis, sem a personalidade necessária para enfrentar a luta, como demonstraram no mais agudo da crise que já atravessou a vida republicana.

Apartaram-se eles ao cadáver do grande chefe, como estandarte da queda de votos, com o mesmo "sans-façons" com que se entrosavam, com o seu nome nos passados pleitos eleitorais.

No momento, entretanto, falta-lhes autoridade para condizer a propaganda dos seus nomes nos moldes por que vem sendo feita.

O povo fluminense, indiscutivelmente alto e independente, passado o choque emocional da morte de Vargas, dará o

exato valor a essa insidiosa publicidade de ódios e de prevenções esteriotipada no interesse pessoal e subalterno.

O oposicionismo do Estado do Rio, felizmente, voltou a desfraldar, em todos os recantos da nossa terra, a bandeira da recuperação moral dos nossos costumes, percorrendo o território fluminense, de norte a sul, numa cruzada cívica das mais empolgantes e das mais entusiastas.

Ainda agora, uma grande comitiva da Aliança Popular Fluminense encontra-se no norte do Estado, pregando a regeneração dos nossos costumes, dizendo às populações longínquas do verdadeiro sentido do programa que ela encarna, combatendo a corrupção que aqui se instalou desde 1950 e reimplantando a ordem administrativa e a ordem moral na velha Província, despojadas, nesta unidade federativa, por aqueles que, como dirigentes, não souberam cumprir com seu dever.

Os eleitores do Estado do Rio não se deixarão impressionar com a demagogia insossa daqueles que se fizeram amigos de Getúlio depois da sua morte, negando-lhe a solidariedade e a coesão moral nos últimos dias do seu governo.

Os gregórios fluminenses querem ganhar votos à custa da memória e da cadáver do homem que não defenderam em vida.

O povo, entretanto, não é papalvo para ouvir esse canto de sereias desnutridas...

251

Dessa vez os políticos são classificados como “gregórios fluminenses”, uma alusão a Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas e responsável pelo atentado contra Carlos Lacerda. Nessa matéria, contemplamos a repetição de parte do discurso da publicada em 05 de setembro, mas com destaque para um discurso político em favor da Aliança Popular Fluminense, que tinha como candidato ao governo estadual Pereira Pinto. Destacamos os seguintes trechos:

O oposicionismo do Estado do Rio, felizmente, voltou a desfraldar, em todos os recantos da nossa terra, a bandeira da recuperação moral dos nossos costumes, percorrendo o território fluminense, de norte a sul, numa cruzada cívica das mais empolgantes e das mais entusiastas.

Ainda agora, uma grande comitiva da Aliança Popular Fluminense encontra-se no Norte do Estado, pregando a regeneração dos nossos costumes, dizendo às populações longínquas do verdadeiro sentido do programa que ela encarna, combatendo a corrupção que aqui se instalou desde 1950 e reimplantando a ordem administrativa e a ordem moral na velha Província, despojadas, nesta unidade federativa, por aqueles que, como dirigentes, não souberam cumprir com seu dever.<sup>252</sup>

Percebemos nesse discurso que foram retomados pontos que levaram o grupo de Amaral Peixoto a exercer o domínio político no Estado. Além das negociações políticas e do apoio de Getúlio Vargas desde sua nomeação como Interventor, foi a defesa da recuperação das tradições e da importância política e econômica do estado que pautaram a busca pelo apoio dos políticos e, mais tarde, pelo voto dos fluminenses.

Podemos incorporar a esses discursos já realizados em outros momentos dois novos elementos, presentes nas últimas reportagens que reproduzimos: as acusações que os

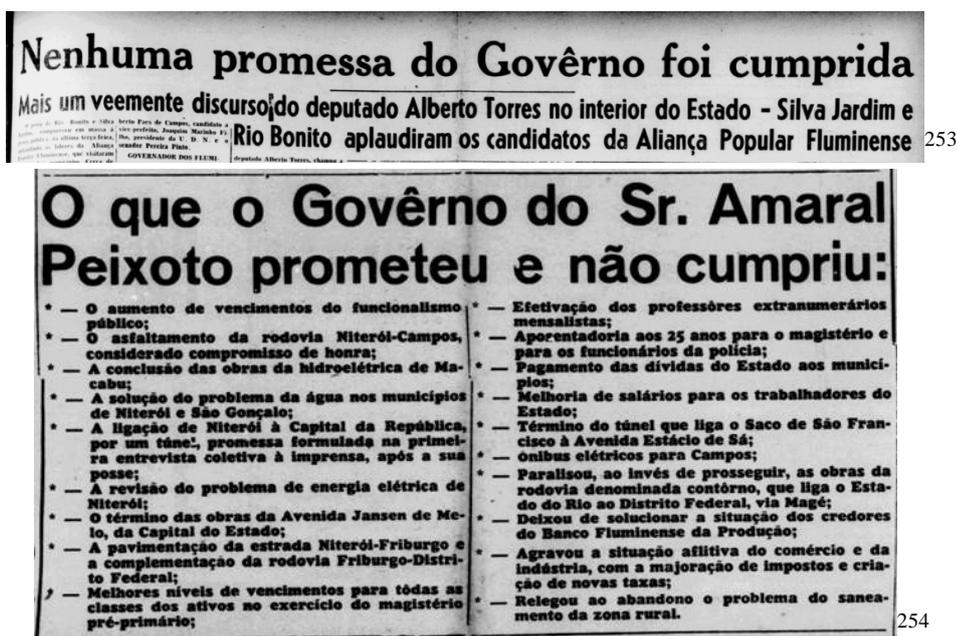
<sup>251</sup> *O Fluminense*, 09/09/1954, ed. 22.068, p. 1.

<sup>252</sup> *O Fluminense*, 09/09/1954, ed. 22.068, p. 1.

getulistas buscavam espalhar um clima de ódio e o de combate à corrupção e à imoralidade. Até aqui tais elementos não tiveram destaque nas campanhas. Contudo, o contexto político nacional, onde ocorreram acusações de corrupção no governo federal, sobretudo por Carlos Lacerda, e a utilização da morte de Vargas como um fato político capaz de reverter a perda de apoio dos getulistas através de um sentimento de inconformismo com a morte daquele que havia feito uma série de benesses aos trabalhadores, fez com que tais assuntos entrassem na pauta das eleições estaduais.

A partir do final de setembro, com a aproximação das eleições e o arrefecimento das tensões no contexto político nacional, e até a antevéspera das eleições, o periódico dirigido por Alberto Torres voltou a sua tática original: ataques aos políticos fluminenses e a administração pessedista no estado.

No dia 01 de outubro, publicou em sua primeira página, matérias que ampliavam consideravelmente o escopo das críticas feitas até então, como nos indicam as matérias abaixo:



Nessa matéria, as críticas vão além da área econômica. São críticas que vão desde reivindicações dos servidores públicos, passando por questões relativas à área econômica e destacando, sobretudo, a não realização de melhorias ligadas à energia, infraestrutura, distribuição de água e pavimentação de ruas e estradas. O acirramento das críticas ao governo foi progressivo, atingindo seu ápice nas últimas duas semanas da campanha.

<sup>253</sup> *O Fluminense*, 23/09/1954, ed. 22.081, p. 1.

<sup>254</sup> *O Fluminense*, 01/10/1954, ed. 22.087, p. 1.

A campanha eleitoral de 1954, portanto, teve uma série de peculiaridades que a diferencia da qual analisamos no capítulo anterior. Se as eleições de 1950 tiveram um ar de novidade, uma vez que havia um racha no PSD-RJ entre os que apoiavam Amaral Peixoto e os que preferiam apostar no candidato indicado pelo Governador Edmundo Macedo Soares e Silva – também filiado ao PSD, mas que apoiou o candidato udenista – agora tínhamos o embate entre o candidato pessedista indicado por Amaral Peixoto e o candidato udenista, um ex-integrante do PSD.

As eleições estaduais de 1950 tiveram forte influência das eleições que se realizaram no mesmo ano para a Presidência da República, a de 1954 teve sua discussão nacionalizada devido ao conturbado contexto político e ao suicídio de Getúlio Vargas, tema explorado tanto pelos getulistas quanto pelos seus opositores. O acirramento oposicionista observado no plano nacional ocorreu também no Estado do Rio de Janeiro, uma vez que o domínio político do grupo ligado a Amaral Peixoto e Getúlio Vargas inaugurado em 1937 já estava prestes a completar duas décadas e enfraquecia a UDN fluminense.

#### **4.5 A configuração política fluminense após as eleições de 1954: reafirmação da liderança pessedista e fortalecimento do trabalhismo**

Agosto de 1954 ficou marcado como o mês da morte de Getúlio Vargas. Além da incerteza política, uma vez que além de Café Filho ter assumido a Presidência da República, Vargas tinha papel importante nas negociações políticas estaduais. Nos jornais do Estado do Rio de Janeiro eram recorrentes as notícias da presença de Vargas nas definições das alianças políticas e nas indicações de candidatos. Um exemplo dessa atuação foi o próprio Estado do Rio de Janeiro, como vimos anteriormente, onde a aliança entre pessedistas e trabalhistas só foi concretizada após encontros com o líder petebista. A política fluminense tinha como Governador e líder político o genro do agora ex-presidente. Assim, pairava uma dúvida ainda maior no Rio de Janeiro: teria o PSD e Amaral Peixoto como manter o controle político fluminense com o desfecho da crise que atingiu a política nacional?

Outro fator importante nas eleições de 1954 é o crescimento do número de eleitores alistados e aptos para votarem. A eleição realizada em 1954 foi a que mais eleitores alistados tivemos no Estado do Rio de Janeiro nas décadas de 1940 e 1950. Se nas eleições de 1950

tivemos 631.872 eleitores registrados, quatro anos depois tivemos um aumento de mais de 40% nesse número, com 911.081 eleitores.<sup>255</sup>

Se compararmos o crescimento do eleitorado fluminense com o de outros estados naquele momento, percebemos que apesar do aumento do número de eleitores ser um padrão em 1954, o crescimento fluminense foi superior aos demais, conforme podemos observar na tabela abaixo:

<b>Eleitorado nas eleições de 1950 e 1954</b>		
<b>(em % da população)</b>		
<b>Estado</b>	<b>1950</b>	<b>1954</b>
<b>RJ</b>	27,51	36,30
<b>DF</b>	35,22	35,97
<b>SP</b>	22,35	27,35
<b>MG</b>	24,89	28,96
<b>PE</b>	13,33	22,43
<b>BA</b>	17,94	20,70
<b>RS</b>	23,70	26,56
<b>PR</b>	17,62	22,96

Fonte: Santos, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos*: almanaque de dados eleitorais – Brasil e outros países. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

O aumento expressivo no número de eleitores, uma vez que não houve uma mudança significativa no código eleitoral, deve ser explicado pela mudança no panorama socioeconômico e educacional do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que a urbanização trouxe mais oportunidades de emprego nas cidades – o que pode, por exemplo, aumentar o eleitorado feminino – e a diminuição do analfabetismo no Estado do Rio de Janeiro. Esse aumento expressivo de eleitores alistados poderia tornar a eleição de 1954 ainda mais imprevisível. Os “novos” eleitores poderiam fazer com que a UDN crescesse no Estado do Rio de Janeiro e superasse, enfim, o grupo amaralista e pessedista.

Contudo, as eleições de 1954 apresentaram resultados amplamente favoráveis à manutenção do grupo liderado por Amaral Peixoto e pelo PSD-RJ no poder, mantendo o controle da política fluminense. A vitória de Miguel Couto Filho e Roberto Silveira como

<sup>255</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos*: almanaque de dados eleitorais – Brasil e outros países. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

governador e vice<sup>256</sup>, respectivamente, a eleição dos dois candidatos da chapa ao Senado (Tarcísio Miranda e Paulo Fernandes), a conquista da maioria das cadeiras na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal, além de conseguir a eleição da maioria dos Prefeitos municipais.

A vitória pessedista em 1954, portanto, reforçou o domínio do partido na política fluminense. Além disso, comprovou que mesmo sem a presença física de Getúlio Vargas ao seu lado, a liderança política de Amaral Peixoto estava consolidada no estado. Por outro lado, todo o processo da campanha e o resultado da eleição também comprovou o crescimento do PTB fluminense e consolidou a liderança de Roberto Silveira no partido, tanto que o candidato trabalhista a Vice-Governador teve mais votos que o Governador eleito. Como candidato a Vice-Governador, Roberto Silveira foi o mais votado entre todos aqueles que se candidataram aos cargos executivos, superando até mesmo a votação de Miguel Couto Filho. Tarcísio Miranda, outra importante liderança do PTB-RJ e que havia sido Vice-Governador durante o mandato de Amaral Peixoto, elegeu-se senador. Eram as lideranças trabalhistas que começavam a ganhar destaque no cenário político fluminense.

O crescimento do PTB pode ser notado também quando analisamos os resultados das eleições para a Câmara e Assembleia Legislativa. Os trabalhistas elegeram apenas um parlamentar a menos que PSD e UDN para a Câmara (seis para cada um dos partidos e cinco para os petebistas) e 10 representantes para a Assembleia Legislativa do Estado, mesmo número dos udenistas e metade dos pessedistas, que dominavam amplamente a Assembleia desde 1946. Em números absolutos, os votos dos partidos foram os seguintes:

<b>Votação para Deputado Estadual no Estado do Rio de Janeiro</b>					
<b>Eleição</b>	<b>PSD</b>	<b>UDN</b>	<b>PTB</b>	<b>PCB</b>	<b>PSP</b>
<b>1954</b>	181281	91488	103699	*	49289

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>

<sup>256</sup> O candidato pessedista teve aproximadamente 250 mil votos, contra 183 mil de Pereira Pinto e 75 mil de Brígido Tinoco. Roberto Silveira foi eleito Vice-Governador com quase 270 mil votos.

<b>Votação para Deputado Federal no Estado do Rio de Janeiro</b>					
<b>Eleição</b>	<b>PSD</b>	<b>UDN</b>	<b>PTB</b>	<b>PCB</b>	<b>PSP</b>
<b>1954</b>	171951	148475	125014	*	22620

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>

Se as eleições de 1954 confirmaram o domínio pessedista e de Amaral Peixoto no Rio de Janeiro, indicaram também que o PTB poderia incomodar em uma futura eleição. As dificuldades para a consolidação da aliança para esta eleição (feitas apenas a partir da interferência de Getúlio Vargas e com a proposta de que na eleição seguinte os papéis seriam invertidos) e o crescimento político de Roberto Silveira foram importantes indícios de que as eleições de 1958 poderiam trazer resultados diferentes e um novo panorama para a política fluminense.

## **5 DO CONTROLE DA POLÍTICA FLUMINENSE À PRIMEIRA DERROTA NAS URNAS: O FIM DO DOMÍNIO AMARALISTA NO RIO DE JANEIRO**

Após a eleição de Miguel Couto Filho em 1954, processo no qual ficou evidente o início de um desgaste na relação entre o PSD e o PTB fluminenses, havia uma dúvida sobre que caminho iria trilhar a política no Estado do Rio de Janeiro. Sem Getúlio Vargas e com Amaral Peixoto ausente do cotidiano político a partir de sua nomeação para a embaixada brasileira nos Estados Unidos, após a eleição de Juscelino Kubitschek, a condução do PSD-RJ ficou nas mãos de Agenor Feio, que era Vice-Presidente do diretório regional do partido, e daqueles mais ligados ao ex-governador fluminense, atuando na política fluminense desde o período da Interventoria.

Com o crescimento do PTB e a transformação na atividade econômica fluminense, que se industrializava cada vez mais em sua capital e municípios vizinhos, a configuração e a dinâmica política fluminense se alteravam. O PTB-RJ cobrava o cumprimento do acordo que lhe havia sido proposto na campanha de Miguel Couto Filho: em 1958, o PTB e o PSD inverteriam seus papéis na disputa pelo executivo fluminense, com os trabalhistas indicando o candidato a governador e os pessedistas o candidato a vice-governador.

Assim, era previsível que aconteceriam mudanças no panorama das disputas eleitorais. Nesse sentido, o papel do PTB, mais forte e disposto a ocupar um lugar de maior destaque àquela altura, era a questão central do novo processo eleitoral. As mudanças no panorama político fluminense começaram a se configurar ainda em 1957, até antes do que se poderia prever tendo em vista que as eleições ocorreriam em outubro do ano seguinte.

### **5.1 A nova dinâmica político-partidária fluminense**

Já no ano de 1957, Roberto Silveira, Vice-Governador e Presidente do PTB-RJ, começou a percorrer os gabinetes políticos, iniciando conversas com lideranças para organizar a próxima campanha eleitoral. Ao procurar o Presidente em exercício do PSD e aqueles mais ligados a ele, Silveira não teve a resposta que gostaria e muito menos a confirmação de que teria o apoio pessedista à sua candidatura. Dono da maior votação nominal nas eleições de 1954, o petebista tinha pretensões políticas que não cabiam mais em outro cargo que não o de

Governador. Tendo vista o acordo feito em 1954, sua votação e crescimento político pessoal e do partido no Estado do Rio de Janeiro, tinha convicção de que poderia ser eleito Governador mesmo sem o apoio do PSD.

Documento oficial do PTB, enviado por Roberto Silveira ao Presidente em exercício do PSD e datado de 26 de junho de 1957, nos ajuda a perceber as negociações – ou a busca pela negociação – entre os partidos:

Cordiais saudações

Deliberação expressa da Comissão Executiva Regional do Partido Trabalhista Brasileiro, que tenho a honra de presidir, incumbiu-me de manifestar ao Partido Social Democrático, por intermédio de Vossa Excelência, nosso desejo de entendimento com todas as correntes políticas do Estado para a eleição de um candidato a governador saído das fileiras trabalhistas.

Ao se dirigirem aos seus antigos aliados, lembram os trabalhistas que, por onze anos, apoiaram leal e decididamente três candidatos do PSD ao governo do Estado – os senhores Edmundo Macedo Soares e Silva; em 1947; Amaral Peixoto, em 1950; e Miguel Couto Filho, em 1954 –, de forma que, agora, parece ao PTB razoável o apoio do partido de Vossa Excelência a um candidato trabalhista no próximo pleito.

Propondo a conciliação geral de todas as forças políticas do Estado em torno de uma candidatura própria, o PTB o fez procurando interpretar as tendências socioeconômicas da atualidade, em cujo quadro fatores históricos lhe reservaram uma situação de liderança. Vale relembrar, outrossim, que o saudoso Presidente Getúlio Vargas, ao dar solução final para o último acordo PSD-PTB, o fez recomendando à direção trabalhista que em 1958 o PTB apresentasse seu próprio candidato, conforme naquela época já era vontade do partido.<sup>257</sup>

O PTB-RJ, por intermédio de seu Presidente, apresenta os argumentos que o levavam a crer na viabilidade e legitimidade de sua candidatura ao governo do Estado. Nesse documento podemos identificar que não havia outra linha de negociação em vistas pelo partido nesse momento: além do que chama de “tendências socioeconômicas” e do apoio, Roberto Silveira expôs nesse documento o acordo costurado por Vargas às vésperas das eleições de 1954, quando assegurou o apoio dos trabalhistas fluminenses ao candidato pessedista. As tendências socioeconômicas citadas por Roberto Silveira levavam em consideração a crescente industrialização no Estado do Rio de Janeiro, a organização e o crescimento das lideranças trabalhistas e de influência dos sindicatos. Este cenário trazia a impressão de que o PTB-RJ teria mais condições de alcançar esses eleitores do que o PSD-RJ.

Nesse documento, Silveira faz também uma sinalização de que outras alianças poderiam ser formadas, quando se refere ao “entendimento com todas as correntes políticas do Estado”. Tal afirmação pode ser interpretada como uma advertência ao PSD, demonstrando que os trabalhistas já articulavam outros apoios à candidatura de um político trabalhista (o próprio Roberto Silveira). Percebendo que o PSD-RJ, comandado por Agenor

<sup>257</sup> Carta de Roberto Silveira a Agenor Barcelos Feio em 26 de junho de 1957. Rocha, José Sergio. *Roberto Silveira: a pedra e o fogo*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003. p. 273.

Barcelos Feio, relutava em iniciar as conversas com o PTB-RJ, Roberto Silveira começou a buscar outras alternativas para viabilizar sua candidatura ao Palácio do Ingá. As articulações, nesse sentido, passavam necessariamente pela busca do apoio de outros partidos como o PDC, PSP e, sobretudo, a UDN.

Os muitos argumentos apresentados no breve documento enviado ao PSD-RJ para que o partido apoiasse o candidato trabalhista tinha relação com o crescimento do partido tanto no cenário nacional como no estadual. Roberto Silveira e seus principais aliados no partido cobraram o cumprimento do acordo pelas condições apresentadas no contexto fluminense: o crescimento e consolidação do PTB fluminense e o momento mais frágil da liderança de Amaral Peixoto frente ao diretório estadual do PSD.

O crescimento do PTB-RJ tem relação direta com o trabalho realizado por Roberto Silveira durante a década de 1950. O partido era, no Rio de Janeiro, o menos organizado dos três que se destacaram nacionalmente (PSD, UDN e PTB). Assim, utilizando-se de seu prestígio enquanto deputado estadual eleito pelo partido, dedicou-se menos ao seu trabalho na Assembleia Legislativa e mais à estruturação do partido. Roberto Silveira fazia o caminho inverso ao de outras lideranças do partido, como Hipólito Porto e Abelardo Mata: enquanto estes tratavam da política fluminense com seus pares e com interlocutores do PSD, ele trabalhava com as bases que tornariam o PTB um partido mais robusto e organizado. Era ele o responsável por organizar e fundar os diretórios municipais do PTB por todo o Estado e, principalmente, nos municípios das regiões mais afastadas da capital.<sup>258</sup>

A trajetória política de Roberto Silveira, desde os tempos de liderança nos movimentos estudantis, consolidou-se na década de 1950 com eleições para a Assembleia Legislativa e para Vice-governador, com nomeações para exercer os cargos de Secretário de Interior e Justiça – durante o governo de Amaral Peixoto – e como Secretário-geral do Diretório Nacional do PTB. Roberto Silveira, portanto, crescia eleitoralmente e nas negociações políticas, ocupando cargos de destaque no governo estadual e no PTB.

O PSD fluminense, por outro lado, passava por um momento diferente em sua trajetória. A presença não muito constante de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro devido ao cargo de Embaixador brasileiro em Washington e problemas internos decorrentes de desavenças entre as lideranças partidárias e o Governador Miguel Couto Filho fizeram com que o PSD buscasse a definição do cenário eleitoral apenas em 1958, prevendo que poderia ter dificuldade em garantir seus interesses políticos.

---

<sup>258</sup> ROCHA, José Sergio. *Roberto Silveira: a pedra e o fogo*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.

Em parte, esse objetivo de postergar as negociações políticas foi atingido. Todavia, Roberto Silveira continuou seu trabalho de negociação política com as principais lideranças partidárias de alguns partidos – como o PDC, PTN e PSP – que tinham como tendência o apoio ao candidato que seria apontado por Amaral Peixoto. Esse foi o caso do próprio Governador do Estado, Miguel Couto Filho.

Com algumas arestas não aparadas entre o Governador e o grupo amaralista, Roberto Silveira via em Miguel Couto Filho um aliado em potencial para derrotar o PSD. De acordo com José Sérgio Rocha, as diferenças entre o Governador eleito e o grupo ligado a Amaral Peixoto ficaram expostas desde o início de seu governo:

A primeira decepção dos amaralistas aconteceu com o envio da mensagem do governador à Assembleia Legislativa em 15 de março de 1956. Nela, Miguel Couto Filho se queixava de ter herdado da administração anterior uma dívida de dois bilhões e meio de cruzeiros. Alguns companheiros do partido do governador ficaram estarelecidos e até entre os aliados do PTB a atitude de Miguel Couto causou surpresa.

Miguel formara seu secretariado sem ouvir Amaral Peixoto. Depois, ignorando um pedido pessoal do comandante do PSD, Miguel não exonerou seu chefe de gabinete, Raul de Oliveira Rodrigues, nem o secretário Orlando Vilela, cujos cargos os amaralistas pretendiam ocupar.<sup>259</sup>

A relação entre Amaral Peixoto e Miguel Couto Filho ficou ainda mais abalada após a nomeação de Agenor Barcelos Feio para a Vice-Presidência do PSD-RJ. Em sua entrevista a Aspásia Camargo, Amaral Peixoto evidenciou a discordância no partido ao ser perguntado se a responsabilidade desse desgaste se devia a Miguel Couto e Agenor Barcelos Feio:

Não excluo a minha também. Eu me enganei inteiramente, pois nunca poderia desconfiar dos pontos fracos que se revelaram no seu governo. Ele se cercou de elementos péssimos, e a desmoralização atingiu o máximo. Durante grande parte do governo, eu estava em Washington como Embaixador. Vários emissários foram lá me procurar, me mostrar as coisas. Eu chegava aqui e o Miguel se mostrava muito cordato, concordava com tudo. [...] Ele ficava muito agastado quando falava de política com qualquer pessoa e a pessoa dizia que ia me consultar.<sup>260</sup>

Além disso, o chefe de gabinete que teve o cargo ameaçado pelo grupo de Amaral Peixoto (Raul de Oliveira Rodrigues) deixa o PSD após o pedido de seu afastamento pelo Presidente do partido e ingressa no PSP, buscando fortalecer o partido no Rio de Janeiro e afastá-lo de Amaral Peixoto. Essa mudança de partido de um dos seus principais aliados do Governador e a busca por um político com destaque no cenário político estadual que pudesse

<sup>259</sup> ROCHA, José Sérgio. *Roberto Silveira: a pedra e o fogo*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003. p. 266.

<sup>260</sup> CAMARGO, Aspásia. *Artes da política: diálogos com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 265-266.

comandar o PSP no Rio de Janeiro contribuiu para que houvesse um distanciamento entre o governador e o PSD aumentasse pouco a pouco.

Somadas todas essas questões, Roberto Silveira, como afirmamos anteriormente, via em Miguel Couto um possível aliado para suas pretensões políticas no ano seguinte. O Governador começava a ganhar destaque na imprensa e no meio político durante sua administração, o que fazia com que traçasse planos para a sequência de sua carreira política. Assim, Miguel Couto se aproximava de políticos de outros partidos como o PSP e o PTB, partidos que tinham em seus quadros o chefe de gabinete e o Vice-Governador, respectivamente, e também da UDN, principal partido da oposição ao PSD no Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, o contexto político fluminense para as eleições que seriam realizadas em 1958 era diferente dos demais períodos eleitorais. Às vésperas dos pleitos de 1950 e 1954, o PSD comandava as articulações políticas, tendo como principal aliado o PTB e como principal opositor a UDN. Para a última eleição estadual da década de 1950, o PSD não ocupava esse papel de destaque nas articulações políticas, que coube a Roberto Silveira e ao PTB.

## 5.2 A campanha e as eleições estaduais de 1958: novos rumos na política fluminense

A tradicional aliança entre PSD e PTB, que já havia enfrentado dificuldades para ser formalizada nas eleições de 1954<sup>261</sup>, foi rompida no contexto das eleições de 1958. A disputa eleitoral com novos contornos gerou intensas discussões dentro dos diretórios dos partidos envolvidos, sobretudo no PSD e na UDN.

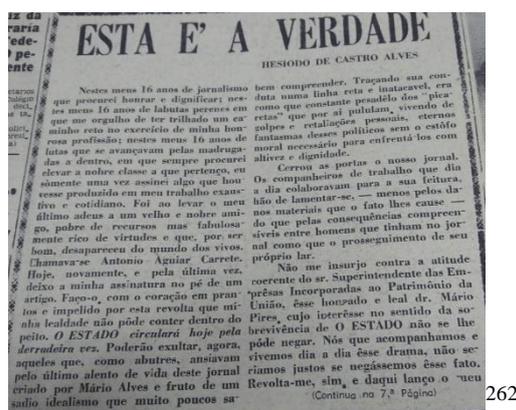
Antes de iniciarmos a discussão sobre a campanha e as articulações políticas durante seu desenrolar, cabe fazer uma importante observação sobre a imprensa fluminense em 1958. Em 1954, o grupo liderado por Amaral Peixoto tinha sob seu domínio o jornal *O Estado*, com sede em Niterói, e a UDN tinha o periódico de propriedade de Alberto Torres, *O Fluminense*, também da capital. Em 1958, essa configuração mudou. A UDN continuava tendo no jornal de Alberto Torres o seu principal veículo de divulgação, mas o PSD perdera *O Estado*.

---

<sup>261</sup> Em 1954, o PTB-RJ pleiteava apresentar o candidato a Governador, com apoio do PSD, que indicaria o candidato a Vice. O nome de Miguel Couto Filho (PSD) foi confirmado como candidato, tendo Roberto Silveira (PTB) como Vice-Governador. Essa aliança só foi estabelecida após intervenção de Getúlio Vargas, que definiu pelo apoio ao candidato indicado por Amaral Peixoto ao governo fluminense.

O periódico fluminense anunciou em sua edição de 31 de janeiro daquele ano que encerraria suas atividades através de um editorial com o título *Esta é a verdade*. Nesse espaço, Hesíodo de Castro Alves, jornalista que foi responsável durante algum tempo o noticiário político do jornal, anunciou o fim do jornal apontando como principal motivo a falta de recursos.

Todavia, deixou nesse editorial uma afirmação que culpabiliza grupos políticos pelo fechamento do jornal:



262

O autor é enfático em acusar que havia políticos interessados no fim do jornal: “Traçando sua conduta numa linha reta e inatacável, era como que constante pesadelo dos picaretas que por aí pululam, vivendo de golpes e retaliações pessoais, eternos fantasmas desses políticos sem o estofamento moral necessário para enfrentá-los com dignidade”. Nas edições publicadas no mês de janeiro, apesar da direção não ser mais de Heitor Gurgel, que fora substituído por Emílio Carmo e Mário Pires, o jornal destacou em diversas oportunidades reuniões de diretórios estaduais de partidos como o PTN e a UDN em busca de um apoio ao candidato pessedista para a sucessão de Miguel Couto e entrevistas com Amaral Peixoto em sua viagem ao Rio de Janeiro, também dando relevância ao processo de negociação política no Estado do Rio tendo em vista as eleições daquele ano.

Assim, é provável que as críticas destinadas aos políticos na despedida do jornal sejam destinadas aos grupos que se articulavam para derrotar o PSD nas eleições, podendo incluir nesse escopo Roberto Silveira, Miguel Couto Filho e a própria UDN, que estava dividida entre o apoio ao PSD, ao candidato trabalhista e a lançar seu candidato próprio.

Em junho de 1958, *O Estado* voltara a circular no Rio de Janeiro. Agora sob a direção de Boanerges Cunha, um ex-militar. Nesse retorno, o jornal mantém um distanciamento entre

<sup>262</sup> “Esta é a verdade”, *O Estado*, 31/01/1958, ed. 13.110.

os candidatos, enquanto *O Fluminense* mantinha-se firme em seu propósito de trabalhar contra a candidatura pessedista, mas ainda dividido entre o apoio a Roberto Silveira ou a candidatura de um udenista.

A alteração na configuração política fluminense para as eleições fez com que a UDN assumisse outro papel nesse processo. A UDN passou a ocupar o lugar do PTB no que se refere a busca pelo apoio do partido que poderia ajudar a definir as eleições fluminenses. Em 13 de agosto de 1958, o jornal *O Estado* publicou uma charge que representava bem essa disputa e a posição da UDN:



A crítica à falta de posicionamento do diretório regional do partido era feita pela imprensa, tentando extrair informações ou produzir tendências sobre o apoio do partido nessa nova configuração. Depois de sucessivas derrotas nas eleições nacionais e estaduais no Estado do Rio de Janeiro, essa era uma oportunidade de os udenistas voltarem a ter espaço no governo estadual. Lançar candidato próprio nesse momento era uma opção apenas da ala mais conservadora do partido, que se baseava no fato de que apoiar qualquer uma das duas candidaturas seria, em última instância, estar ligado à imagem de Getúlio Vargas ou Amaral Peixoto.

As tensões dentro da UDN eram tão grandes que tornou a convenção do partido para a escolha de seu candidato ao governo fluminense em um grande ato político, que atraiu a atenção de udenistas, pessedistas e petebistas. Até mesmo Carlos Lacerda, Presidente da UDN e filiado ao diretório carioca do partido compareceu para defender sua tese. Lacerda e seus aliados mais próximos defendiam o lançamento de uma candidatura própria, evitando que o partido ficasse ligado de alguma forma à figura de Vargas (fosse apoiando Amaral Peixoto ou

<sup>263</sup> “Assim é a UDN”. *O Estado*, 13 de agosto de 1958, ed. 13.154, p. 1.

o candidato do partido idealizado por ele e pelo qual se elegeu Presidente da República, o PTB). A seguir temos dois exemplos do destaque que ganhou a convenção da UDN na imprensa:

Na Assembléia Legislativa

# Empolga os meios políticos do Estado, a convenção da UDN fluminense

## O Fluminense

Propriedade da Editora O FLUMINENSE S. A. — Diretor: ALBERTO TORRES  
Ano LXXX — Niterói — Estado do Rio de Janeiro — Terça-feira, 10 de Junho de 1958 — N.º 23.093

Visando ao aperfeiçoamento industrial e técnico

### Participarão de um congresso estudantes de cursos especializados em todo o País

Uma semana de debates, de 20 a 27 de julho, na vizinha Capital — Servirá de sede a Escola Técnica Nacional

Os estudantes de cursos técnicos de todo o país vão reunir-se na vizinha Capital, entre 20 e 27 de julho, na Escola Técnica Nacional, a fim de debater assuntos de interesse para a sua formação e a nova fase que o país atravessa com o surto de industrialização e a necessidade de um maior número de operários qualificados.

A primeira reunião para tratar da organização do certame será efetuada no próximo sábado, dia 14, na sede da ETN, à avenida Maracanã, 229, devendo estar presente o estudante Geraldo Medeiros de Aguiar, vice-presidente da Comissão Carioca do Congresso.

**BASES DO CONGRESSO**  
O aperfeiçoamento do ensino industrial e técnico, através da aplicação de material e maquinaria moderna, e o entrosamento desse grau de ensino, com a realidade in-

Terão início, hoje, os trabalhos que serão presididos pelo sr. Paulo Araújo — Entrega de credenciais dos delegados — Escolha de candidatos — Três correntes disputarão a preferência dos convençionais — Início e encerramento — Providências para que o conclave alcance pleno êxito

Será realizada, hoje, com início às 10.30 horas, na Assembléia Legislativa, a Convenção da U.D.N. fluminense.

Os trabalhos serão presididos pelo sr. Paulo Araújo e secretariados pelo sr. Alberto Torres, devendo comparecer cerca de quatrocentos convençionais, que desde ontem, estão chegando a esta Capital, vindos de todos os municípios do Estado.

**ENTREGA DE CREDENCIAIS DOS DELEGADOS**  
No início da reunião, os delegados dos municípios farão entrega de suas credenciais à Mesa que a dirigirá, seguindo-se a discussão e votação do Regulamento Interno que disciplinará os trabalhos.

**ESCOLHA DE CANDIDATOS**  
A Convenção foi convocada para escolher os candidatos do País para a Governador, vice-Governador, senador e deputados federais estaduais.

**TRES CORRENTES DISPUTARÃO A PREFERENCIA DOS CONVENÇIONAIS**  
No transcurso da Convenção três correntes lutarão no sentido de fazer prevalecer o seu ponto de vista. Uma defenderá a candidatura própria; outra, sustentará um acordo com o P.S.D., em torno da candidatura Getúlio Moura; e, a terceira, pugnará por uma aliança com o P.T.B., com apoio à candidatura Roberto Silveira.

**INICIO E ENCERRAMENTO, HOJE**  
Várias deverão ser as sessões plenárias, pois os trabalhos da Convenção serão encerrados hoje mesmo, apenas com intervalo para as refeições.

**PROVIDENCIAS TOMADAS PARA QUE A CONVENÇÃO ALCANCE PLENO EXITO**  
Os srs. Paulo Araújo e Alberto Torres, respectivamente, presidente e secretário geral do Partido, tomarão todas as providências para que a Convenção alcance pleno êxito, não tendo poupado esforços no tocante à sua organização.

264



NO CENÁRIO DA ESQUERDA PARA A DIREITA, VÁRIOS ASPECTOS DA CONVENÇÃO: A MESA QUE DIRIGIU OS TRABALHOS; OS SRS. PAULO ARAÚJO, RAUL FERNANDES E CARLOS LACERDA; E UM FLAGRANTE DE PARTE DA ASSISTÊNCIA

## Realizou-se, ontem, a Convenção Regional da U.D.N.

Início dos trabalhos, pela manhã — Presidência do sr. Paulo Araújo — Presente o sr. Carlos Lacerda — Discussão das propostas do P.S.D. e do P.T.B., para um acordo com a U.D.N. — Ainda se procedia a primeira votação, das que terão lugar, já às primeiras horas de hoje

### Recursos para debelar possível epidemia de gripe

O Ministro Maurício de Medeiros informou à imprensa não ter recebido, até agora, comunicação oficial sobre a epidemia de gripe, que estaria sendo observada em várias cidades argentinas. Acrescentou, porém, que poria de alerta todos os serviços sanitários do país, até que as entidades pan-americanas ou mundiais de saúde se manifestassem sobre o fato.

Declarou ainda o titular da pasta que caso venha a grassar, também, no território nacional surto idêntico, o aparelhamento dos serviços especializados estaria capacitado a debelá-lo em pouco tempo, restando ainda as medidas preventivas, na caso de verificação, em caso

265

Após a convenção, realizada na Assembleia Legislativa Fluminense, com discursos das principais lideranças udenistas do diretório fluminense e também de alguns líderes do diretório carioca, incluindo aí Carlos Lacerda, o diretório fluminense optou pelo apoio a Roberto Silveira e Paulo Araújo, filiado a UDN, seria seu candidato a Vice-Governador.

<sup>264</sup> “Empolga os meios políticos do Estado a convenção da UDN Fluminense”. *O Fluminense*, 10/06/1958, ed. 23.093, p. 1.

<sup>265</sup> “Realizou-se, ontem, a Convenção Regional da UDN”. *O Fluminense*, 11/06/1958, ed. 23.094, p. 1.

Assim, no mês de junho de 1958, a UDN escolheu seu caminho: como resposta às derrotas impostas pelo grupo pessedista – que sempre capitaneou as chapas ao executivo estadual – declarou seu apoio a Roberto Silveira, indicando na chapa liderada pelos trabalhistas o candidato a Vice-Governador (esse trecho não está repetitivo?). Assim, estava formada a Coligação Popular Nacionalista, formada pelo PTB, UDN e PDC, tendo como candidatos Roberto Silveira para Governador e Paulo Araújo para Vice-Governador.

Esse apoio, agora declarado dos udenistas aos trabalhistas, fez com que o PSD tomasse suas decisões para a composição da chapa que concorreria no pleito. O PSD também indicou seu candidato no mês de junho. Getúlio Moura, político com base eleitoral na Baixada Fluminense e – principalmente – em Nova Iguaçu foi o indicado pelo partido.<sup>266</sup>



A aposta do PSD em Getúlio Moura tinha relação com seu pertencimento a uma área que crescia no Estado do Rio de Janeiro tanto na economia quanto em importância política e no pouco conhecimento de Roberto Silveira naquela região. O candidato a Vice-Governador indicado foi Celso Peçanha, até então político filiado ao PSP, partido que o PSD buscava apoio e uma parceria nos moldes da que fazia com o PTB até 1954.

Contudo, no mês de julho, Miguel Couto renunciou ao cargo de Governador do Estado para concorrer a uma vaga no senado. Seria ele o adversário de Amaral Peixoto pela única vaga em jogo nessas eleições. Antes mesmo de deixar o governo, Miguel Couto ingressa justamente no PSP, partido que tinha como principal líder o paulista Adhemar de Barros. Ao

<sup>266</sup> Apesar das emancipações dos distritos de Caxias, Meriti e Nilópolis na década de 1940, Nova Iguaçu ainda abrangia em 1958 a área que hoje representam os municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita e Queimados. Assim, era um município muito significativo tanto econômica quanto politicamente.

<sup>267</sup> “Lançada, oficialmente, pelo PSD, a candidatura Getúlio Moura”. *O Fluminense*, 03/06/1958, ed. 23.088, p. 1.

ingressar no PSP, Miguel Couto Filho assumiu a presidência do diretório fluminense do partido. Como o Governador apoiava a candidatura de Roberto Silveira, não demorou muito para que o PSP se manifestasse oficialmente a favor do candidato trabalhista e passasse a fazer parte da Coligação Popular Nacionalista. Além disso, para garantir a unidade do partido, retirou de seus quadros dois políticos ligados ao PSD e a Amaral Peixoto:



268



269

Como podemos perceber pela notícia de julho de 1958, aquele que seria o candidato a Vice-Governador na chapa liderada pelo PSD, Celso Peçanha, havia deixado o PSP, segundo *O Fluminense*, por uma determinação do partido, uma vez que manifestara seu apoio ao candidato do PSD.

Essa foi, portanto, uma eleição em que o PSD disputou pela primeira vez sem o apoio do PTB e de outros partidos que o apoiaram desde 1950. Uma configuração diferente politicamente e também sob o ponto de vista da organização das campanhas políticas, conforme analisaremos a seguir.

<sup>268</sup> *O Fluminense*, 24/06/1958, ed. 23.104, p. 1

<sup>269</sup> *O Fluminense*, 23/07/1958, ed. 23.128, p.

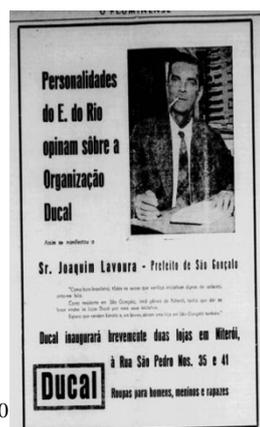
### 5.2.1 A campanha política de 1958: “A publicidade é a melhor colaboradora da democracia”

Os jornais, assim como nos pleitos anteriores, noticiavam com bastante frequência o andamento do alistamento eleitoral no Rio de Janeiro e estimavam em 600 mil os que teriam cumprido tal procedimento para que pudessem exercer seu direito ao voto. Contudo, chamamos a atenção o espaço que a preparação para as eleições e para as campanhas políticas tiveram no ano de 1958. Tanto *O Fluminense* quanto *O Estado* noticiaram em suas páginas matérias que orientavam as campanhas, desde os usos dos espaços públicos até propagandas de profissionais especializados na produção de materiais para as campanhas eleitorais. Embora o marketing político já fosse utilizado em campanhas anteriores, a partir desse momento outros usos eram feitos dele, intensificando a importância da propaganda política.

Foi também em 1958 que percebemos o aparecimento de propagandas de empresas que associavam sua imagem aos políticos. Em *O Fluminense*, durante o mês de abril, houve a publicação em algumas edições de propaganda da loja de roupas *Organização Ducal*, que inauguraria sua primeira loja no Estado do Rio de Janeiro no mês de maio. Além do diretor do jornal (e Deputado Estadual) Alberto Torres, outros três políticos tiveram suas imagens estampadas na propaganda da empresa: os prefeitos de Niterói e São Gonçalo e o Vice-Governador, Roberto Silveira.



270



271

Com o título *Personalidades do E. do Rio opinam sobre a Organização Ducal*, a propaganda ocupava metade da parte superior da página do jornal e trazia a foto daquele que

<sup>270</sup> “Personalidades do E. do Rio opinam sobre a Organização Ducal”. *O Fluminense*, 22/04/1958, ed. 23.053, p. 5.

<sup>271</sup> “Personalidades do E. do Rio opinam sobre a Organização Ducal”. *O Fluminense*, 23/04/1958, ed. 23.054, p. 6.

emitia sua opinião sobre o estabelecimento comercial. A empresa publicou no total cinco veiculações no jornal e quatro das “personalidades” que emitiram sua opinião sobre a loja eram políticos. A utilização da imagem dos políticos para divulgação da loja pode nos indicar que eram pessoas que estavam atribuindo credibilidade à empresa.

Para os políticos que participaram da campanha publicitária, esse era um espaço importante para a divulgação de sua imagem. Em uma eleição com configuração diferente das anteriores devido ao novo arranjo político fluminense que se desenhava, qualquer oportunidade de divulgação de sua imagem deveria ser aproveitada.

Nesse contexto político-eleitoral, a preparação das campanhas passou a ganhar cada vez mais destaque. *O Estado* publicou quase que diariamente uma propaganda do *Noticiário Fluminense*, apresentado como a *seção falada do Orientador Comercial*, sob a direção do Dr. Pedro Steele.<sup>272</sup> A propaganda dos serviços oferecidos por Steele evidencia a importância que ganhavam as campanhas políticas:



Publicada continuamente nos meses de junho e julho, sempre na primeira página do jornal, a propaganda do *Noticiário Fluminense* trazia informações importantes, que corroboram nossa hipótese de que as campanhas ganhavam mais importância a partir de meados da década de 1950, com especial destaque nas eleições de 1958:

<sup>272</sup> Infelizmente, não conseguimos coletar informações sobre Pedro Steele. Carlos Steele, provavelmente com ligações familiares ao diretor do *Orientador Comercial*, escrevia algumas colunas para o jornal *O Fluminense* durante a década de 1950, tratando de assuntos econômicos e políticos sobre o Estado do Rio de Janeiro.

<sup>273</sup> “Os eleitores querem vê-lo e ouvi-lo”. *O Estado*, 13 de agosto de 1958, ed. 13.154, p. 1, 1958, p. 1.

Na política moderna vencem os candidatos que melhor propagam seus programas e compromissos. Nem todos os eleitores o conhecem, não lhes bastando ler seus nomes pelos muros da cidade para nele votarem. Os eleitores querem vê-lo e ouvi-lo para conhecê-lo.<sup>274</sup>

Nas eleições de 1954 já havíamos notado a presença de críticas às pichações em locais públicos como forma de propaganda eleitoral. Contudo, naquele ano não havia outra proposta mais elaborada para a realização das campanhas, tão pouco a divulgação de empresas com serviços destinados a isso. Nessa propaganda de oferta dos serviços da empresa para a produção de materiais de campanha, a retomada dessa crítica vem acompanhada de um novo modelo de fazer essa divulgação, classificando-a como parte de uma política moderna, onde os eleitores desejam e precisam conhecer melhor os candidatos para que depositem neles a confiança do seu voto.

Percebemos também nesse material que os serviços oferecidos por Steele estão ligados a materiais audiovisuais e não apenas impressos. Com a ampliação do número de pessoas com acesso a esses meios de comunicação, tal tipo de material ganha destaque nas campanhas políticas. Por fim, Steele define aquilo que quer vender da seguinte forma: “A publicidade é a melhor colaboradora da democracia”. Havia, portanto, um destaque maior às formas de propaganda política. Com a democratização se consolidando no país, afinal eram apenas 13 anos desde o fim do Estado Novo e da criação dos primeiros partidos nacionais, as campanhas eleitorais ganharam importância a partir da década de 1950, tendo como marco a campanha presidencial de Getúlio Vargas naquele ano.

A intensificação da utilização de recursos audiovisuais ocorreu na medida em que seu custo e sua tecnologia propiciavam a produção e a divulgação em larga escala. Foi um desses materiais que impactou a campanha de Roberto Silveira. O *jingle* composto para a sua campanha ao Governo é apontado como o primeiro produzido em ritmo de samba.<sup>275</sup> Tal estratégia pode ter sido desenvolvida para buscar uma maior identificação do candidato com a população fluminense. O samba fora composto por Ruthnaldo Silva, político vinculado ao diretório municipal do PTB de São Gonçalo, e pelo radialista Vicente Ferreira:

Ôô-ôô! Roberto vai ser Governador!  
O povo do Estado do Rio apoia um trabalhador  
Roberto Silveira é popular

<sup>274</sup> “Os eleitores querem vê-lo e ouvi-lo”. *O Estado*, 13 de agosto de 1958, ed. 13.154, p. 1, 1958, p. 1

<sup>275</sup> ROCHA, José Sergio. *Roberto Silveira: a pedra e o fogo*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003. p. 281.

E o povo vai levar Roberto Silveira ao Ingá<sup>276</sup>

O *jingle* em ritmo de samba difere completamente, por exemplo, do usado por Miguel Couto em 1954 e por Amaral Peixoto em 1946, na sua campanha para Deputado. Além de ser um ritmo popular, a letra do *jingle* ajudava na construção de uma imagem ligada os trabalhadores. Podemos associá-la, por exemplo, à marchinha cantada em 1951, após a eleição de Getúlio Vargas, *Retrato do Velho*<sup>277</sup>.

Na marchinha composta para Getúlio Vargas, percebemos a relação direta entre ele e os trabalhadores, afinal de acordo com o autor da mesma era “o sorriso do velhinho faz a gente trabalhar”. Na letra composta para Roberto Silveira, a relação que se buscava era semelhante. Além de pertencer ao Partido Trabalhista Brasileiro, o mesmo de Vargas, Roberto Silveira teve uma relação próxima com o ex-presidente e sua família.

O *jingle* apresenta Roberto Silveira como um trabalhador e não um trabalhista. Para o candidato petebista era importante buscar e afirmar a identificação com os trabalhadores. Sem o apoio do PSD-RJ, seria muito difícil conquistar o voto dos grandes empresários e proprietários/produtores rurais, que desde o Estado Novo caminharam junto com Amaral Peixoto e seu grupo político.

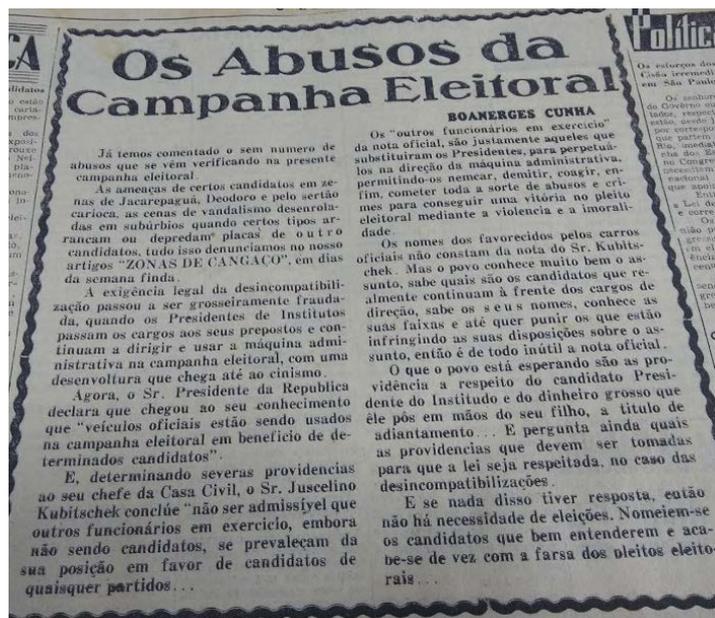
Buscar essa identificação com os trabalhadores seria benéfico também no sentido de aproximar-se da imagem de Vargas. Com Amaral Peixoto fora da disputa pelo governo estadual, Roberto Silveira poderia conseguir atrair votos que migrariam quase que de forma natural ao genro de Getúlio Vargas. As campanhas pessedistas nas eleições de 1950 e 1954 usaram exaustivamente a imagem de Vargas, associando seus candidatos ao então Presidente. Apesar de ser um contexto diferente, uma vez que já haviam se passado quatro anos de sua morte, construir uma imagem semelhante ou que se associava a de Vargas traria muito mais resultados positivos do que negativos aos candidatos ao governo estadual.

Após o início da campanha eleitoral, os jornais passaram a publicar notícias com um viés mais fiscalizador sobre as campanhas. Um dos exemplos é a reportagem que reproduzimos abaixo:

---

<sup>276</sup> Ibidem. p. 307.

<sup>277</sup> Bota o retrato do velho outra vez/ Bota no mesmo lugar/ O sorriso do velhinho/ Faz a gente trabalhar/Eu já botei o meu/ E tu, não vai botar? /Já enfeitei o meu/ E tu vais enfeitar? /O sorriso do velhinho/Faz a gente trabalhar (Retrato do Velho, Haroldo Lobo).



278

Em *Os abusos da Campanha Eleitoral*, Boanerges Cunha, proprietário de *O Estado*, aborda dois aspectos das campanhas que se desenrolavam no Rio de Janeiro. O primeiro, de forma superficial, são as ameaças de candidatos em algumas localidades do estado, mas que já haviam tido atenção especial em outra reportagem no jornal. O outro tema, esse sim mais explorado pelo texto, diz respeito à utilização da máquina pública ou de vantagens obtidas através dela para a realização de campanhas políticas. Neste aspecto, cita a utilização de veículos oficiais e de favorecimento de candidatos que possuem cargos estratégicos nos governos.

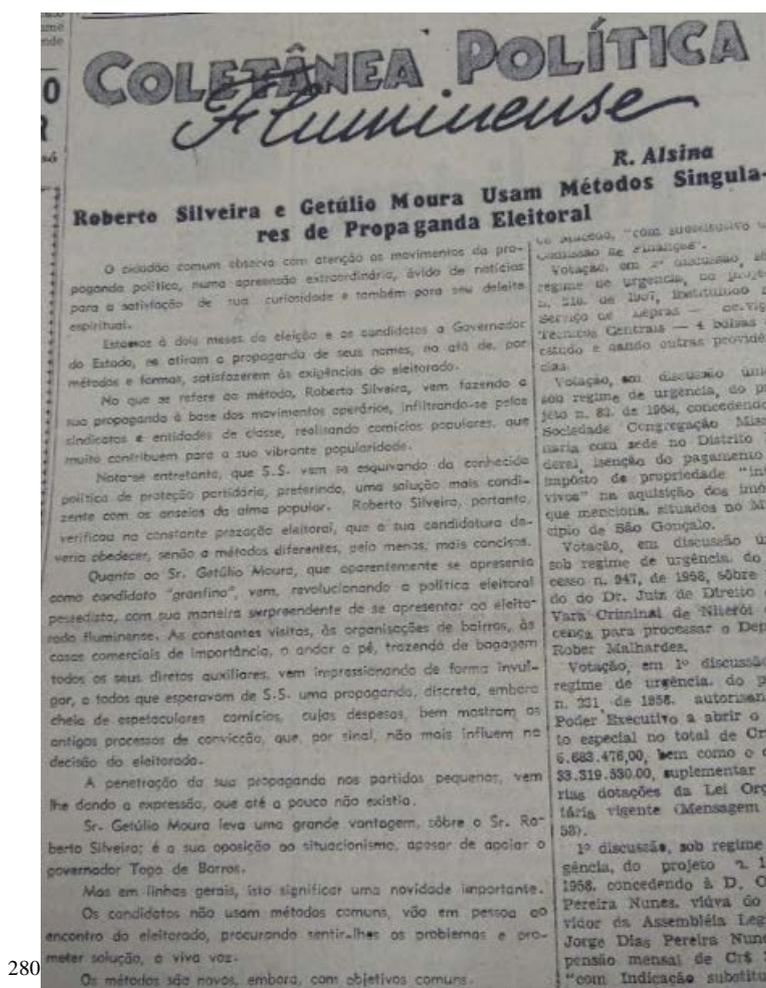
Apesar da matéria se referir ao Presidente da República e da utilização de veículos oficiais para campanhas na capital, esse foi um tema recorrente na campanha fluminense. Apesar da renúncia ao cargo de Vice-Governador, o PSD acusava Roberto de Silveira de utilizar recursos e veículos oficiais para que pudesse se tornar conhecido por todo o Estado do Rio de Janeiro antes mesmo de sua campanha, como veremos mais adiante.

Esse é um movimento que não acompanhamos nas eleições anteriores. O mais comum era a utilização de eventos oficiais do governo para a realização de campanha, discurso do candidato apoiado pelo Governador em exercício e um deslocamento do que deveria ser o foco principal daquele evento. No Rio de Janeiro, nas eleições de 1958, temos também nesse caso uma nova situação: como o Governador eleito renunciou ao cargo para disputar uma vaga no Senado Federal e o Vice-Governador renunciou para disputar a eleição ao governo estadual, assumiu o Governo do Estado o Presidente da Assembleia Legislativa, Togo de

<sup>278</sup> “Os abusos da campanha eleitoral”. *O Estado*, 29/07/1958, ed. 13.141, p. 3.

Barros. Com o discurso de que o Governador não deveria e não poderia se envolver na disputa eleitoral, o palanque oficial não foi uma possibilidade para os candidatos, sendo necessária a utilização de novas estratégias.

Em 31 de julho de 1958, *O Estado* publica na coluna *Coletânea Política Fluminense*<sup>279</sup> uma análise da campanha que se desenvolvia naquele momento:



Logo no início da coluna, há destaque para a atenção dispensada para a propaganda eleitoral por parte dos fluminenses, que estariam “ávidos por notícias”. Um dos motivos pelo interesse, segundo a coluna, é a utilização do que considera como métodos diferentes usados pelos candidatos nas campanhas. Apesar de apontar que os dois candidatos possuem métodos diferentes, podemos afirmar que os dois alteraram a dinâmica da propaganda eleitoral que havia ocorrido até o último pleito.

<sup>279</sup> A coluna coletânea política fluminense era publicada diariamente em *O Estado* no ano de 1958. Apesar de tratar também dos trabalhos da Assembleia Legislativa, dedicava boa parte do espaço destinada a ela para comentar sobre as eleições estaduais e municipais.

<sup>280</sup> “Coletânea política fluminense”. *O Estado*, 31/07/1958, ed. 13.148, p. 3.

O candidato pessedista, Getúlio Moura, recebeu elogios do jornal por ter deixado de lado “os grandes comícios” e ter passado a buscar contato com o eleitorado através de caminhadas em áreas comerciais ou em visitas as associações de bairro. Um dos motivos para essa mudança pode ser a impossibilidade de utilização da agenda oficial do governo para a promoção da sua candidatura, como ocorreu com Miguel Couto durante a administração de Amaral Peixoto.

O que causou espanto ao jornalista é a mudança de perfil do candidato pessedista, apontado como o candidato “grã-fino”. Os candidatos pessedistas garantiam parte do seu eleitorado com o apoio das elites, fossem eles industriais ou ruralistas. Todavia, o apoio dos trabalhadores nas eleições anteriores era arregimentado através da aliança com o PTB, que desta vez disputava contra o candidato pessedista.

Além disso, Roberto Silveira, como indicou a coluna, buscava os seus votos no movimento operário. A forma com que fazia isso era também, de acordo com o jornal, inovadora: o processo de conquista desses votos estava mais desgarrado da questão partidária e voltado para as propostas que atendiam às demandas populares.

O *jingle* de Roberto Silveira, analisado neste capítulo, nos serve como um elemento importante para pensar essa estratégia política do candidato petebista. Por percorrer sindicatos e entidades classistas, Roberto Silveira priorizou em sua campanha a produção de materiais que o identificasse com os trabalhadores. Ao identificá-lo como um trabalhador que chegaria ao poder levado pelo povo, o *jingle* em ritmo de samba buscava complementar o processo de identificação do candidato com aqueles que eram os principais alvos de sua campanha.

Silveira preocupava-se em conseguir os votos das classes populares e contava que a parte udenista que lhe apoiava garantisse uma quantidade de votos expressiva entre as elites econômicas do Estado do Rio de Janeiro. Embora a maior parte dos políticos udenistas fossem antigetulistas, as derrotas sucessivas do partido para o PSD de Amaral Peixoto fez com que o sentimento de apoiar um candidato trabalhista fosse mais palatável para o diretório estadual do que apoiar o candidato do partido que lhe impusera derrotas em 1950 e 1954 por uma grande diferença de votos.

Até 1954 as campanhas foram pensadas com base nas realizações das administrações que se findavam e pelos sentimentos de pertencimento ou de oposição aos grupos dos líderes políticos (no caso do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto e Getúlio Vargas eram os principais responsáveis por estes sentimentos). Cada administração produzia seu relatório de governo e o divulgava às vésperas dos pleitos, buscando construir uma memória e associação com aquele que seria o candidato oficial do governo. Assim, como nos indicam as matérias reproduzidas

aqui, era necessário mudar o rumo das campanhas, mostrar mais do que os nomes dos candidatos.

Percebemos através dos jornais que essa mudança no perfil das campanhas resultou também em uma maior análise das ações dos candidatos durante o período eleitoral. Suas estratégias, seus meios de tornarem-se conhecidos e a forma pela qual buscavam os votos dos eleitores ganham nessa eleição novas roupagens. Os comícios ainda estavam presentes, mas em tamanhos menores e realizados em maior número. Isso facilitava, por exemplo, a visita a várias cidades e um contato maior com os eleitores daquelas localidades.

A Coligação Popular Nacionalista tinha em *O Fluminense* um importante aliado. Alberto Torres utilizava-se de seu jornal para divulgar os comícios e demais atividades de campanha dos candidatos da coligação. Além das notícias, era comum a utilização do espaço para propaganda dos políticos que disputavam algum cargo e, sobretudo, do candidato ao governo estadual. A seguir, vemos alguns exemplos dessas propagandas:

**Para deputado federal:**  
**ALBERTO TÔRES**  
**CAMPISTA!**



**P  
S  
B**

**João Rodrigues de Oliveira**  
HONROU O SEU MANDATO, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA!  
VOTE, NOVAMENTE, NELE, EM 3 DE OUTUBRO

281

**PARA DEPUTADO ESTADUAL**  
**VOTEM EM**  
**ADILIO NEVES DUTRA**  
**U. D. N.**



**PARA DEPUTADO FEDERAL**  
**Hélio de Macedo Soares e Silva**  
"O programa de um homem público é o seu passado"

Engenheiro Eletricista e Civil — Secretário de Viagem e Obras Públicas nas Intervenções Amador F. Costa e Lacerda Motta. — Membro do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (12-7-1939 a 15-2-1947). — Membro da Comissão de Planejamento Econômico (Coligação do Dr. Getúlio Vargas). — Deputado Estadual (1945-51). — Líder da Maioria e Presidente da Comissão de Finanças. — Deputado Federal de 1951-55. — Membro da Comissão de Finanças, de várias Comissões especiais e Relator da Lei de Propos Mínimas para a Lavourea. — Ex-Senador e Deputado Federal de 1953 a 1959. — Secretário Geral da Seção Fluminense do P.S.D. — "O Partido da Vitória". — P. S. D. (690-41)

**Motor elétrico**  
Vende dois motores novos. Surtido em 1.1 H. P. 2520 RPM, e outro bem menor, jato ou orçatório. Aceito melhor oferta. (Atenção!) — Precimar Carvalho. — São Paulo (0500) 30-41

**São Domingos, atenção**  
Vende-se uma Barberia 2 pra José Bonifácio n. 3, por motivo de viagem, com muita frequência, com trato de 5 anos. — Anacleto Cruz 1.200,00, vende por Cr\$ 120.000,00 entrada Cr\$ 20.000,00 e restante 7 combinar. — Tratar no local, um certo. (06974) 30-41

**TINTURARIA IMPERIAL**

282

**O FLUMINENSE** 9561-6-5

**Votem nos candidatos da Coligação Popular Nacionalista**

**PARA GOVERNADOR: ROBERTO SILVEIRA**  
**PARA VICE-GOVERNADOR: PAULO ARAUJO**

**PARA SENADOR: MIGUEL COUTO FILHO**  
**PARA SUPLENTE: BANDEIRA VAUGHAN**

283

Esse tipo de propaganda era feita, na maioria das vezes, nas páginas internas do jornal. A capa era destinada às grandes atividades da campanha, como os comícios, ou para declarações e/ou entrevistas dos principais candidatos da coligação. A única propaganda de candidatos a Deputado feita na capa do jornal era a campanha do próprio Alberto Torres, proprietário de *O Fluminense*.

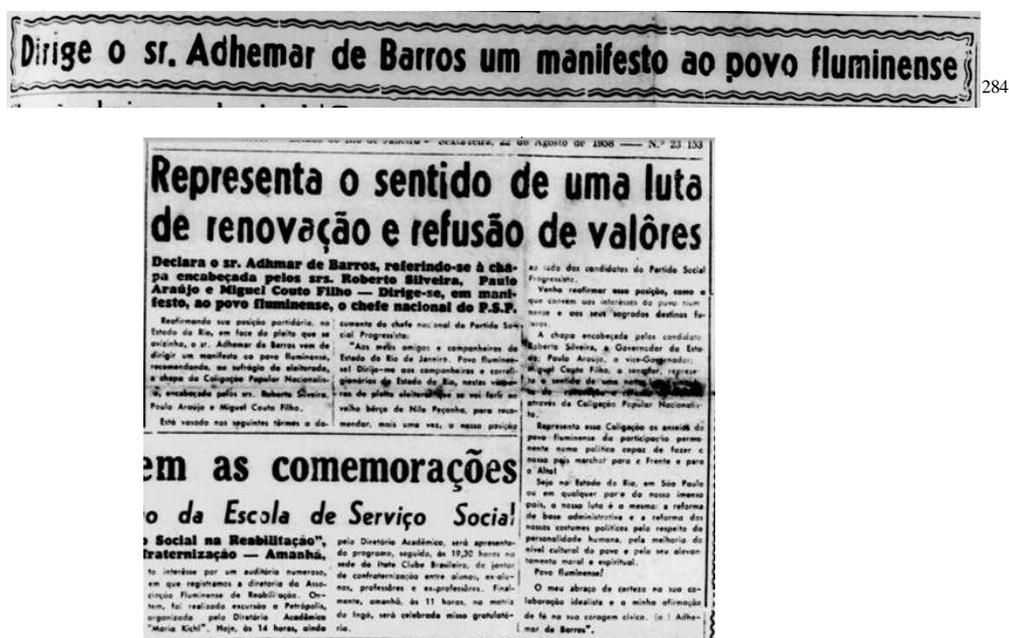
<sup>281</sup> *O Fluminense*. 23/08/58, ed. 23.154, p. 8.

<sup>282</sup> *O Fluminense*. 26/08/58, ed. 23.157, p. 8.

<sup>283</sup> *O Fluminense*. 05/09/1958, ed. 23.165, p. 5.

Um dos políticos que esteve presente nas páginas de *O Fluminense* durante o período eleitoral foi o paulista Adhemar de Barros. Como seu partido, o PSP, apoiava a Coligação Popular Nacionalista e tinha o Presidente do Diretório Regional como candidato ao Senado Federal – Miguel Couto Filho – Adhemar de Barros esteve presente em algumas atividades da campanha fluminense.

A primeira participação de Adhemar de Barros nas eleições estaduais ocorreu em 22 de agosto. *O Fluminense* publica no topo de sua primeira página a chamada *Dirige o Sr. Adhemar de Barros um manifesto ao povo fluminense*. A matéria com o manifesto foi publicada na parte central da primeira página:



Adhemar de Barros redigiu o manifesto da seguinte forma:

Aos meus amigos e companheiros do Rio de Janeiro. Povo Fluminense! Dirijo-me aos companheiros e correligionários do Estado do Rio, nestas vésperas do pleito eleitoral que se vai fazer no velho berço de Nilo Peçanha, para mais uma vez, recomendar a nossa posição ao lado dos candidatos do Partido Social Progressista.

Venho reafirmar essa posição, como a que convém aos interesses do povo fluminense e aos seus sagrados destinos futuros.

A chapa encabeçada pelo candidato Roberto Silveira, a Governador do Estado, Paulo Araújo, a Vice-Governador do Estado, Miguel Couto, a Senador, representa o sentido de uma nova [ilegível] através da Coligação Popular Nacionalista.

Representa essa coligação os anseios da população fluminense da participação permanente numa política capaz de fazer nosso país marchar para frente e para o alto!

Seja no Estado do Rio, em São Paulo ou em qualquer parte de nosso imenso país, a nossa luta é a mesma: a reforma de base administrativa e a reforma de nossos

costumes políticos pelo respeito da personalidade humana, pela melhoria cultural do povo e pelo levantamento moral e espiritual.  
 Povo Fluminense!  
 O meu abraço de certeza na sua colaboração idealista e a minha afirmação de fé na sua coragem cívica!<sup>285</sup>

Nessa primeira manifestação de apoio à Coligação Popular Nacionalista, Adhemar de Barros busca criar uma identificação entre o que diz serem os anseios do povo fluminense com as propostas da coligação. O discurso cita reformas administrativa e política e indica que as propostas de seus candidatos seriam de mudanças com relação ao que se fazia até aquele momento. Se a primeira manifestação de apoio veio em forma de um manifesto, a segunda foi feita pessoalmente.

Em 07 de setembro daquele ano, *O Fluminense* noticiava a presença do político paulista em diversos comícios realizados pela Coligação Popular Nacionalista. Os comícios em Resende, Barra Mansa e Volta Redonda contaram com a presença de Adhemar, que estreitava seus laços com Roberto Silveira e, ao mesmo tempo, dificultava as ações de Getúlio Moura, que não contava com a presença constante de Amaral Peixoto àquela altura da campanha.

Com a repercussão positiva das participações de Adhemar de Barros nos comícios, Roberto Silveira resolveu investir nas associações com nomes da política nacional. Em 19 de setembro, por exemplo, o candidato esteve ao lado de João Goulart em Niterói e São Gonçalo, onde realizaram passeatas, de acordo com o jornal.

Ademar de Barros faz comícios no Estado do Rio de Janeiro. O grande líder populista Ademar de Barros esteve, ontem, nos municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, realizando comícios em prol dos candidatos da Coligação Popular Nacionalista.

**ARECIMENTOS O A VEREADOR**  
 dirigida pelo sr. Djalmir...  
 A U.P.P.E. comemora, amanhã, o 13º aniversário

**Niterói recepcionará, hoje João Goulart e Roberto Silveira**

Passeata monstro, na qual tomarão parte os dois líderes do P. T. B., pelos bairros e ruas de Niterói e São Gonçalo

Grande passeata de propaganda dos candidatos da Coligação Popular Nacionalista será realizada, hoje, nesta cidade e em São Gonçalo.

Visitará o Secretário de Educação a Biblioteca Pública

<sup>285</sup> *O Fluminense*. 22/08/1958, ed. 23.153, p. 1.  
<sup>286</sup> *O Fluminense*. 07/09/1958, ed. 23.167, p. 1.  
<sup>287</sup> *O Fluminense*. 19/09/1958, ed. 23.177, p. 1.

Uma semana depois da atividade com João Goulart, Roberto Silveira estava novamente em comícios com Adhemar de Barros. Dessa vez, os municípios visitados foram Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Niterói. Os municípios da Baixada Fluminense eram o grande reduto eleitoral de Getúlio Moura, candidato pessedista que tinha em Nova Iguaçu sua área de maior influência eleitoral.

Quando enfrentou os candidatos udenistas na disputa para o governo fluminense, os candidatos pessedistas contavam com o apoio de Getúlio Vargas e de outras lideranças de grande vulto na política nacional. Os próprios João Goulart e Adhemar de Barros já haviam se posicionado a favor dos candidatos indicados por Amaral Peixoto em outros momentos. Todavia, em 1958, Getúlio Moura não conseguiu se associar ao governador em exercício, Togo de Barros, e tão pouco utilizar a imagem de Juscelino Kubitschek para conquistar votos para sua candidatura. Com Amaral Peixoto ainda se desvencilhando dos compromissos de Embaixador nos Estados Unidos, a campanha seguiu sob o comando de Agenor Barcelos Feio, que não tinha o mesmo alcance político e eleitoral de Amaral Peixoto.

Essas mudanças, associadas ao novo cenário eleitoral que opusera PSD e PTB foi responsável também por outra novidade na campanha fluminense: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Vargas e esposa de Amaral Peixoto, tinha desde então participação muito discreta nas campanhas eleitorais do estado. Todavia, na eleição de 1958, sua participação foi incisiva nos principais momentos da campanha, desde o momento da indefinição de quem seria o candidato pessedista até a busca pelos votos para Getúlio Moura, mesmo que isso fosse elaborado através das críticas a Roberto Silveira. Nesse sentido, cabe uma análise sobre a atuação da herdeira de Vargas em favor do PSD-RJ.

### **5.3 A participação de Alzira Vargas nas eleições de 1958**

Uma das mais influentes e importantes conselheiras políticas de Getúlio Vargas foi sua filha, Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Presente em momentos cruciais da política brasileira, participou da organização partidária realizada ao fim do Estado Novo, tendo sido uma das articuladoras do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além de ter sido auxiliar de gabinete de Vargas durante o Estado Novo e ter desempenhado relevante papel nas negociações entre Brasil e EUA durante esse período, ao lado de seu marido Ernani do Amaral Peixoto.

Foi primeira-dama do Estado do Rio por duas vezes, a primeira durante a Interventoria Amaral Peixoto e a segunda entre janeiro de 1951 e janeiro de 1955. Sempre presente em negociações e articulações políticas nacionais, Alzira Vargas esteve mais atuante no Estado do Rio cumprindo agendas sociais ao lado do Governador e desenvolvendo programas de assistência social, sobretudo os ligados a Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundada por Darcy Vargas, sua mãe, em 1942.

A atuação de Alzira Vargas na política fluminense ocorreu de forma mais sistemática nas eleições estaduais de 1958, quando estava morando em Washington com Amaral Peixoto, então Embaixador do Brasil nos EUA. Apesar de sua influência no meio político, pouco destaque foi dado a sua atuação nesse campo no Estado do Rio de Janeiro. Em 1958, com o fim da aliança entre PTB e PSD no estado, a utilização de Alzira Vargas na campanha eleitoral foi vista como uma forma de minimizar essa perda, uma vez que era muito ligada aos trabalhistas por sua atuação na fundação do partido e na política nacional.

Para realizar a análise da atuação de Alzira Vargas nessa campanha, utilizaremos como fontes principais três documentos que tem como protagonista a ex-primeira-dama fluminense. Uma entrevista concedida à Vereadora pessedista Ieda França e dois documentos escritos por Alzira Vargas em 1958, direcionados à população fluminense. Todos esses documentos foram produzidos em 1958 em decorrência da disputa eleitoral que se avizinhava.

Os documentos que analisaremos retratam bem essas questões internas ao PSD: dois deles foram produzidos antes das definições da aliança e dos candidatos do PSD e um após esses fatos já definidos. A entrevista concedida em janeiro de 1958 tratou sobre diversos temas relacionados à política nacional e fluminense. Entre temas sobre a carreira de Embaixador e política internacional, foram abordados aspectos eleitorais e políticos que suscitavam discussões no período. Os dois outros documentos são uma espécie de convocação ao eleitorado fluminense: o primeiro para apoiar a possível candidatura Amaral Peixoto ao governo e o segundo conclamando o eleitorado fluminense a aceitar as indicações políticas do líder pessedista e criticando as posturas e práticas dos trabalhistas fluminenses, seus antigos aliados.

Na entrevista, conduzida por uma Vereadora pessedista, temas como a participação das mulheres na política e o voto dos analfabetos<sup>288</sup> foram abordados para fazer a transição

---

<sup>288</sup> Sobre o papel das mulheres na política, Alzira Vargas afirmou que “se ela tem discernimento suficiente para escolher seus representantes, pode e deve ter o direito de tomar parte quer em cargo eletivo, quer em outras funções da vida pública do país”. Sobre o voto dos analfabetos, declarou ser favorável, pois “analfabeto também é gente”. AMARAL PEIXOTO, Alzira Vargas do. Entrevista concedida a vereadora do PSD

entre a política internacional, uma vez que era essa a frente que ocupava Amaral Peixoto nesse momento, e a política nacional, e ainda mais especificamente a política fluminense, que seria o principal assunto a ser tratado naquela entrevista. Sobre esse assunto, as perguntas – e respostas – foram as seguintes:

IEDA FRANÇA: Como personalidade atuante na vida nacional e filha do grande Presidente Vargas – símbolo e substância do trabalhismo brasileiro – como vê a possível aliança PTB-UDN no Estado do Rio, onde a política lhe toca mais de perto?

ALZIRA VARGAS: Nunca fiz parte de qualquer partido; não me toca, portanto, opinar sobre o que faz esta ou aquela agremiação política. Os seus dirigentes é que devem prestar contas ao povo do que fazem.

IEDA FRANÇA: Dizem que a Sr.<sup>a</sup> é contra a volta do Embaixador ao Ingá. É verdade?

ALZIRA VARGAS: Não sou contra nem a favor. Acho que, depois de tantos anos de lutas, adquirimos o direito de um pouco de sossego.

IEDA FRANÇA: Dizem que a Sr.<sup>a</sup> teve atuação decisiva na escolha de Miguel Couto Filho ao Ingá. É fato?

ALZIRA VARGAS: Não é verdade, porque jamais me imiscuí na política fluminense.

IEDA FRANÇA: Que acha do governo dele?

ALZIRA VARGAS: É difícil julgar a distância, sobretudo não estando ao corrente dos acontecimentos. Estou certa, porém, que como bom fluminense, tudo fará pela terra de seus antepassados.

IEDA FRANÇA: Quando fala no Estado do Rio, qual a sua primeira lembrança?

ALZIRA VARGAS: O carinho com que o povo fluminense me recebeu, a ponto de eu o ter tornado o meu estado de coração.<sup>289</sup>

Nessa entrevista, a Vereadora Ieda França aborda com Alzira Vargas uma série de assuntos que seriam explorados pela imprensa e pelas campanhas que se iniciariam ainda em 1958. Uma das herdeiras políticas da influência de Vargas, o seu posicionamento era importante para demarcar limites e indicar caminhos possíveis, sobretudo aqueles que envolviam o PSD e Amaral Peixoto.

Após a morte de Vargas, uma das possibilidades discutidas dentro do PSD era a candidatura de Amaral Peixoto à Presidência da República, que não se concretizou por uma série de fatores, entre eles a resistência de Alzira Vargas a essa ideia. A imprensa fluminense noticiava que o cargo que ocupava de Embaixador nos EUA – que inclusive o fez deixar provisoriamente a presidência do diretório estadual do PSD em favor de Agenor Barcellos Feio – e a pouca vontade de Alzira Vargas retornar ao país restringiam as possibilidades do ex-governador de emplacar mais uma candidatura e possível eleição. Nesse sentido, declarar que não havia sido contrária ao plano da candidatura do Embaixador era um ponto importante a ser destacado na entrevista.

---

Fluminense Ieda França. Washington, jan. 1958. CPDOC/FGV. Arquivo PSD antigo RJ, PSD/R de 1958.01.00/2.

<sup>289</sup> Ibidem.

Outro aspecto interessante da entrevista diz respeito às perguntas sobre o governo Miguel Couto Filho. Indicado pelo PSD e aprovado por Getúlio Vargas, que endossou a aliança entre pessedistas e trabalhistas no Rio de Janeiro, o Governador estava envolto em informações e boatos de que deixaria o PSD e se filiaria ao PTB para concorrer ao cargo de Senador, apoiando a candidatura de Roberto Silveira ao governo.

Além de manter que a indicação do nome de Couto Filho fora uma escolha do PSD e de Amaral Peixoto, Alzira Vargas teceu comentários elogiosos ao então Governador do Rio de Janeiro. Essa pode ter sido uma estratégia para aumentar a pressão em cima do seu então aliado político, buscando mantê-lo nas bases pessedistas/amaralistas ou ao menos acelerar a sua definição política. Em maio de 1958, já estava claro que Miguel Couto Filho rumaria ao PTB e se oporia ao PSD e Amaral Peixoto, que o tinha indicado como candidato a Governador na eleição anterior. No mês seguinte, Miguel Couto renunciou ao cargo de Governador para concorrer ao senado na chapa petebista.

Destacamos outros dois pontos nessa entrevista: a ligação do trabalhismo com a figura de Getúlio Vargas e a representatividade de Alzira Vargas junto ao PTB pela sua atuação na fundação do partido e, apesar de não ser filiada, o quanto atuou junto ao seu pai para o crescimento do partido. Por esse histórico de atuação, uma das perguntas se refere à aliança que se desenhava entre o PTB e a UDN no Estado do Rio. Simbolicamente, seria unir o “partido de Getúlio Vargas” ao “partido de Carlos Lacerda” justamente no estado em que a política era comandada pelo genro de Vargas, Amaral Peixoto. Assim como a união PSD/PTB trazia uma vantagem frente a UDN, a suposta aliança entre udenistas e trabalhistas traria uma desvantagem ao PSD. Dessa forma, Alzira Vargas tenta em sua entrevista jogar a responsabilidade para o PTB do que seria considerado pelos pessedistas, amaralistas e varguistas fluminenses uma traição às tradições e as alianças firmadas anteriormente.

Esse primeiro documento que analisamos, uma entrevista, teve por finalidade enviar alguns recados à classe política e aos eleitores fluminenses. Além disso, é um movimento de reaproximação de Alzira Vargas com os fluminenses, pois Amaral Peixoto e ela seriam as principais armas para o embate político fluminense daquele ano.

O segundo documento foi redigido em 25 de fevereiro de 1958, cerca de um mês após a entrevista que acabamos de analisar. Intitulado *Ao povo fluminense*, essa carta aberta possui duas páginas. Trata diretamente do problema sucessório fluminense e das questões políticas que o envolvem. Nesse sentido, a transcrição desse documento se faz necessária para que possamos fazer uma análise pormenorizada do mesmo.

### Ao povo fluminense

Além de ser nosso conhecimento pessoal, verificam-se ainda, de ampla e minuciosa exposição feita pelo Presidente em exercício do partido, Sr. Barcellos Feio, que o Embaixador Amaral Peixoto envidou ingentes esforços no sentido de promover, em prol da pacificação geral dos espíritos, o conagraçamento das forças políticas do Estado em torno de candidatura pessedista que não a sua.

Embora conhecesse, pelas manifestações pessoais e coletivas de todos os instantes, o pensamento dos companheiros e a verdadeira tendência do partido, não esmoreceu S. Ex.<sup>a</sup> no seu propósito.

Resistindo ao sentimentalismo pessedista, o Embaixador, sinceramente empenhado na busca da solução que tinha em vista, promoveu entendimentos com várias agremiações partidárias sem que tivesse, apesar de tudo, encontrado a fórmula desejada.

É certo que houve, nessa primeira fase dos entendimentos, perspectivas ou possibilidade mesmo da União Democrática Nacional apoiar um dos nossos sugeridos.

Não se pode, entretanto, prosseguir nos entendimentos porque essa solução, como verificou-se na oportunidade, implicaria na quebra da unidade partidária e não seria, em consequência, aceita pela própria UDN, que condicionava o apoio a união do PSD em torno do nome de sua preferência.

Na segunda fase, não menores foram os esforços dispensados pelo preclaro Embaixador Amaral Peixoto para consecução do objetivo em vista.

S. Ex.<sup>a</sup>, que governara já por duas vezes o Estado, mantinha-se, com elevação e nobreza, no firme propósito de dar oportunidade a outros companheiros que tantos tem o partido dignos e capazes da investidura.

Não o conseguiu.

Marchar isolado com outro nome, por melhor que seja, contra coligação total de partidos, seria lançar o PSD aos riscos de uma derrota e, mais que tudo, a perda do comando político do Estado que temos mantido em nossas mãos pela vontade soberana do povo fluminense, pela bravura das nossas aguerridas hostes, sob forte e protetora inspiração divina.

A direção do Estado não deve e não pode ser entregue a tentativas de experiências e muito menos a lances emocionais ou demagógicos, perturbadores da harmonia que deve reinar entre as forças propulsoras do trabalho e do progresso.

Resta-nos um caminho.

Nesta hora decisiva dos destinos políticos da terra fluminense temos que empunhar uma bandeira: a bandeira da vitória simbolizada na figura excelsa de Amaral Peixoto!

Ele – estamos certos – por amor da terra que engrandeceu e, também pela glória maior da sua legenda, fará o sacrifício que ora lhe impomos.

Homem que vive no coração do povo fluminense pela obra gigantesca realizada com patriotismo, senso e equilíbrio, em duas memoráveis administrações; estadista insigne que projetou o Estado do Rio entre as maiores unidades da federação brasileira; administrador emérito que se projetou além das fronteiras do Estado, pode constituir garantia de íntima conexão da vida político-social dos fluminenses com o sentido da política nacional e com os altos destinos do país; nome que, além de possibilitar alianças, polariza a opinião pública fluminense acima das próprias legendas partidárias, é o candidato que, sob a graça de Deus e apoio do povo fluminense, sugerimos à próxima convenção regional para a vitória magnífica de 3 de outubro, rumo ao Ingá.<sup>290</sup>

ALZIRA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO

A carta endereçada ao povo fluminense por Alzira Vargas do Amaral Peixoto traz diversos pontos que ilustram muito bem o panorama político fluminense. Era uma nova realidade que se apresentava, sem a aliança entre pessedistas e trabalhistas, com a UDN tendo

<sup>290</sup> *Ao povo fluminense*. Arquivo PSD antigo RJ, CPDOC/FGV. PSD/R de 1958.02.25/1.

o papel de definir as eleições com seu apoio e sem qualquer influência de Getúlio Vargas, passados quatro anos de sua morte. Somado a esses fatos, temos o crescimento do PTB e de Roberto Silveira como liderança política no estado, sobretudo após as eleições de 1954.

Na primeira parte da carta, Alzira Vargas procurou contextualizar, de acordo com a visão pessedista, o cenário político do momento e a busca pelo entendimento por parte de Amaral Peixoto com as demais lideranças e partidos para realizar o que ela chamou de “pacificação geral”. A busca por alianças na política é algo constante e natural para viabilizar a chegada ou a manutenção de grupos no poder. Assim também ocorria no Rio de Janeiro e o PSD, vislumbrando dificuldades para as eleições de 1958, buscava alianças com outros partidos.

Sem o PTB, que já havia também a essa altura conquistado o apoio do PSP e do PDC, partidos menores, mas que possuíam representantes na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal (no caso do PSP), restou a Amaral Peixoto buscar o apoio de seus maiores adversários na política fluminense, a UDN. Por sua vez, os udenistas tinham em suas mãos boa parte do destino daquelas eleições: sinalizar o apoio ao PTB poderia acabar com o domínio amaralista e apoiar o PSD poderia ser uma tentativa de chegar ao poder novamente por meio desta aliança, como fizeram com a eleição de Edmundo de Macedo Soares em 1947 (apoiado por PSD, UDN e PTB).

Em determinado ponto do documento, percebemos que Alzira Vargas cita diretamente a busca por esse apoio udenista, mas que ele não foi formalizado devido a questões internas ao PSD, que temia por uma cisão interna que prejudicasse ainda mais o partido. De acordo com ela, o plano de lançar uma candidatura pessedista que não fosse seu marido somente seria possível com o estabelecimento de uma aliança capaz de levar o partido à vitória.

A partir de então, Alzira Vargas inicia uma segunda parte de sua carta. Apesar dos lamentos pelas estratégias que não se concretizaram, o PSD deveria buscar outro caminho em que a vitória eleitoral poderia ocorrer. Se lançar um candidato que não fosse seu Presidente licenciado de forma isolada não era uma conjuntura favorável, o nome que deveria ser “oferecido” aos correligionários e fluminenses era o do próprio Amaral Peixoto.

Devemos lembrar que essa carta foi escrita ainda em fevereiro de 1958 e Amaral Peixoto e seus principais aliados ainda apostavam que poderiam conseguir uma aliança com PTB e UDN. A carta de Alzira Vargas recoloca o nome do ex-governador na disputa eleitoral pela sucessão que se aproximava, mas buscando observar de que forma eleitores e, principalmente, os partidos e políticos fluminenses se posicionariam a partir do lançamento de seu nome como provável candidato ao governo pelo PSD.

No último parágrafo de sua carta essa intenção de capitalizar apoios políticos fica evidente. Entre as exaltações pelas administrações feitas por seu marido, a missivista o coloca como sendo o “nome que, além de possibilitar alianças, polariza a opinião pública fluminense acima das próprias legendas partidárias”. O jogo político fluminense ganhava mais um elemento importante nesse momento de reconfiguração das alianças, onde a polarização se dava entre trabalhistas e pessedistas e não mais entre estes e os udenistas. A entrevista e a carta de Alzira Vargas tentavam atrair de volta à política fluminense a figura de seu pai e com isso, mesmo que isoladamente em relação ao partido, buscava o apoio de integrantes do PTB ao candidato do PSD.

Quando a carta foi redigida, o PSD ainda não tinha uma posição definida sobre que estratégia utilizar e que nomes indicar. Parte do diretório, sobretudo aqueles que participaram do Estado Novo e estavam no partido desde sua fundação, defendiam que apenas a candidatura de Amaral Peixoto seria capaz de enfrentar Roberto Silveira e o PTB em 1958. Outra parte ainda aguardava as definições políticas dos demais partidos e tinha a esperança de conquistar aliados indicando um nome que não fosse o do Embaixador.

Além disso, havia por parte de Amaral Peixoto e de Alzira Vargas ainda dúvidas sobre o que fariam. Se, de fato, deixariam os EUA e a Embaixada brasileira em Washington e retornariam ao Rio de Janeiro para disputar o governo, inserindo-se novamente no dia a dia da política fluminense. Apesar de não se manifestar de forma contrária na entrevista que concedeu à Vereadora, Alzira Vargas deixou transparecer que não acharia ruim que seu marido se mantivesse afastado desse cotidiano que viveu por quase vinte anos.

Entre março e agosto de 1958, as definições que estavam pendentes foram, pouco a pouco, se resolvendo. A manutenção da candidatura petebista ao governo, a saída de Miguel Couto e do próprio Roberto Silveira para que pudessem concorrer ao senado e ao executivo estadual, o apoio da UDN aos trabalhistas e a própria posição do PSD sobre os nomes que indicaria para concorrer às eleições.

Amaral Peixoto e o PSD resolveram formar uma chapa diferente daquela defendida pelo grupo que acompanhava Amaral Peixoto desde a interventoria: Getúlio Moura como candidato a Governador, Celso Peçanha como Vice-Governador e Amaral Peixoto ao Senado Federal. Dessa forma, a decisão do partido e de seu Presidente foi contrária àquela indicada na carta de fevereiro redigida por Alzira Vargas. Nela, a análise era a de que apenas o nome de Amaral Peixoto teria força para concorrer contra a coligação formada pelo PTB para disputar as eleições.

Com essas posições definidas, era a hora de Alzira Vargas se pronunciar novamente. O terceiro documento que vamos analisar agora foi escrito no final de setembro de 1958. Essa nova carta era mais extensa que a anterior, com três páginas. Nessas páginas, são feitas considerações sobre a posição tomada pelo partido e por seu marido com relação à eleição que se aproximava. Assim como nos dois outros documentos que analisamos aqui, existe a construção de uma relação de afeto entre ela, o Estado do Rio e os fluminenses. No documento que iremos analisar a partir de agora, isso se faz de forma mais enfática:

É de Washington que vos envio essas palavras de afeto e solidariedade, no momento crucial em que ides novamente escolher quem vos governará e orientará nos próximos quatro anos. Não são palavras de renovação de amizade, pois desde o dia em que me adotastes como fluminense, quando comecei a me dedicar de todo coração a vossos problemas, eu me considero aceita por vós e membro de vossa família. O carinho com que me acolhestes desde o princípio, dá-me o direito de acreditar que também sou fluminense e que posso conversar francamente sobre a melhor maneira de fazer com que o Estado do Rio volte a ser o que sempre mereceu ser, por sua situação geográfica, pela qualidade do seu povo, pelas riquezas que possui, por sua tradição histórica: um dos grandes, na família brasileira.<sup>291</sup>

Nesse trecho, podemos notar a aproximação construída por Alzira Vargas com os fluminenses. Na verdade, como a própria cita em determinado trecho, uma amizade que mesmo sem estar presente não foi quebrada. Outra característica importante que podemos notar nesse trecho diz respeito à valorização do passado. Ao assumir a interventoria em 1937, era comum buscar referências positivas ao Estado do Rio de Janeiro se referindo à “Velha Província” e aos tempos de pujança deixados para trás com a queda da monarquia e a Proclamação da República. As referências ao passado já não são feitas há um tempo tão remoto e buscam valorizar características mais gerais do Estado, como as riquezas e sua localização geográfica, sempre muito explorada nos discursos e produções organizadas pelo grupo amaralista.

É importante lembrarmos que, nesse momento, a campanha já estava em curso e a carta de Alzira Vargas é mais um elemento inserido nela. Apesar de o candidato pessedista fazer parte do grupo política de Amaral Peixoto desde o Estado Novo, a campanha desenvolvida fazia referências principalmente às administrações de Amaral Peixoto e de seu grupo – inclusive a de Miguel Couto Filho – sempre lembrando que, apesar de fazer parte do PTB e disputar a vaga no Senado com Amaral Peixoto, havia sido eleito em 1954 pelo PSD e com o irrestrito apoio do Comandante à sua candidatura.

---

<sup>291</sup> *Carta de Alzira Vargas do Amaral Peixoto aos fluminenses*. CPDOC/FGV. Arquivo PSD antigo RJ.

Alzira Vargas continua sua carta tendo como temas escolhas e indicações. Esse era um tema caro àquela campanha, uma vez que tanto o candidato pessedista como o petebista os utilizava em suas campanhas. Um dizendo que era o escolhido do líder político fluminense desde o final da década de 1930 e outro utilizando o argumento de que estava no partido de Getúlio Vargas e este havia indicado que em 1958 o PTB deveria apresentar o candidato ao governo fluminense. Alzira Vargas trata do tema da seguinte forma:

Eu reiterada vezes ouvi sem protestar que o vosso e meu Comandante não sabe escolher. Não o posso defender nesse setor sem pecar por orgulho, porque ele me escolheu também. É verdade que foi depois de ter escolhido ao povo fluminense para ser o Comandante de seus ideais. Aceitei ficar em segundo plano. É possível que ele tenha errado nas duas ocasiões quando nos escolheu. Quanto a mim, estou satisfeito com a escolha. E vós? Eu continuo no mesmo lugar, com as mesmas ideias, os mesmos sentimento e as mesmas convicções. Mas eu também posso estar errada. Por isso, não quero, não devo, nem posso arrastar-vos aos meus erros de julgamento, pois a decisão agora é vossa. Possa apenas perante vós me penitenciar de minha própria falta de discernimento e pedir vossa absolvição. Escolher errado é uma das ocorrências mais comuns da vida humana. Eu, por exemplo, há anos atrás, há vários anos acreditei na honestidade moral de um jovem, muito jovem, que desejava ser alguém na vida política do Estado. Transmiti minha confiança a muita gente que o ajudou a ser o que é hoje. Pareceu-me um pouco ingênuo, mas era inteligente e aparentava sinceridade e ambição. Foi assim que, aconselhado, se inscreveu no PTB, o partido que meu pai fundou para dar aos trabalhadores líderes que os soubessem orientar e um veículo sadio para expressarem seus anseios, tantas vezes ignorados. Elegeu-se Deputado Estadual com auxílio e conselhos que ainda não devem estar esquecidos. Foi Secretário e depois Presidente do Partido Trabalhista, sempre assessorado. Nessa mesma linha e, quase por eliminação dos piores, foi escolhido Secretário do Interior e Justiça em 1951. Quantas vezes lhe dei conselhos maternos! Quantas vezes, com pena, ouvi as reclamações do Senhor Governador porque seu secretário se ocupava mais dos possíveis eleitores do que da administração? Quantas vezes recebi queixas, sempre eleitorais, do Secretário que o Governador não o entendia? Nunca um pedido ou sugestão para ajuda a um sepultamento infantil, entregue a seus cuidados. Quantas vezes o ajudei em seus problemas e o ajudei em suas dúvidas? Não tem conta. Lembro-me perfeitamente do dia em que me perguntou se não o considerava com credenciais para pleitear a Vice-governança do Estado do Rio ou uma senatoria. Depois seria o Governador do Estado, estava dentro do seu esquema. Respondi com a franqueza de sempre: 'É um direito que lhe assiste e o ajudarei se puder. Tenho a impressão, no entanto, de que o próximo quadriênio ainda é cedo para você'. Sua resposta foi absolutamente positiva: 'De qualquer maneira, nunca agirei contra o Comandante que me tem ajudado, dos seus conselhos, nem contra o Dr. Getúlio que é minha linha política'. Jamais pensei que um dia meu jovem protegido esquecesse essas três afirmações. Portanto, eu também já me enganei, eu também já errei, eu também tenho um 'dedo podre'. Sabia que Roberto Silveira era ambicioso e trabalharia em favor de sua ambição e isso é razoável. Mas, jamais o supus capaz de usar de meios vorazes para atingir seu objetivo. Afirmar que pelo fato de estarmos servindo ao Brasil em um país onde há petróleo, estávamos desservindo a Petrobrás, criação de meu pai, seria quase cômico se não tivesse seu lado trágico. Quem são os companheiros da ambiciosa jornada política do jovem petebista? Não são os mesmos que tentaram evitar a criação da Petrobrás: que perturbaram todas as tentativas de realização concreta que o criador de seu Partido, Getúlio Vargas, idealizou e, finalmente, para não perder de todo, deturparam o sentido de uma obra que eles temiam a própria Petrobrás? Perder a fé na honestidade moral de alguém em quem se confia é pior do que ser roubado de bens materiais.

Enquanto o Vice-Governador do Estado, utilizando-se de veículos oficiais e de gasolina da ‘Standard Oil’ importada e paga a preço de ágio pelo povo que o elegeu, percorria familiarmente as residências de seus eleitores para lembrar-lhes apenas que ele se chamava Roberto Silveira, na cidade de Washington alguém se esforçava para que o déficit de nossa balança comercial não aumentasse. Não sei realmente quem trabalha mais contra a Petrobrás. Deixo esta dúvida para o vosso próprio julgamento (grifo do autor). – **qual a referência?**

Podemos perceber por esse trecho da carta que a estratégia de Alzira Vargas – e de forma mais ampla, da campanha pessedista – passou a ser explorar a relação de confiança nos nomes colocados na disputa. Nesse sentido, tratou das questões da indicação e da escolha a partir de uma análise de sua própria seleção. Comparar sua predileção pelo casamento com Amaral Peixoto à relação política do mesmo com o Estado do Rio afirmando que estava ciente de que seria sempre a segunda opção do Comandante, tentou trazer à tona a relação de proximidade com os fluminenses que buscou construir também no documento que analisamos anteriormente.

Contudo, percebemos a mudança na estratégia da campanha quando começa a tratar da trajetória política de Roberto Silveira. Ao invés de valorizar o perfil político dos candidatos pessedistas, ligando-os as sempre exaltadas realizações das administrações de Amaral Peixoto, procurou destacar o que considerava como contradições dessa trajetória. Inicialmente, destacou que a entrada na política no PTB foi realizada com sua ajuda, pois acreditava no potencial político que poderia ser desenvolvido por ele. Nessa parte, destacamos que Alzira Vargas reforça que o PTB seria um partido para dar líderes e garantir os anseios dos trabalhadores. Notamos que essa construção foi explorada já na parte final do trecho reproduzido, quando destacou atitudes que não considerava cabíveis dentro dessa perspectiva: a união com grupos que foram contra a criação da Petrobrás, viagens oficiais para a realização de campanha política e as críticas que dirigia em sua campanha a Amaral Peixoto e sua atuação enquanto Embaixador.

Nesse sentido, a narrativa construída pela ex-primeira-dama do Estado era a de que – diferente de Amaral Peixoto – Roberto Silveira não conseguiu estabelecer em sua trajetória política uma relação baseada na confiança nem mesmo com aqueles que foram importantes para que pudesse desenvolvê-la. Para isso, não deixou de reforçar a ideia de que para atingir seus objetivos pessoais na política fluminense não havia hesitado em quebrar laços de confiança e amizade com ela, Amaral Peixoto e Getúlio Vargas, fundador do PTB, e com os ideais do próprio partido. Nesse aspecto, a união com a UDN – outrora desejada também pelo PSD, como vimos – serviu como motivação para a crítica.

Neste momento da campanha, havia um discurso construído pelos trabalhistas e endossado por parte da imprensa ligada aos sindicatos e trabalhadores de que Alzira Vargas e Amaral Peixoto, por estarem vivendo nos Estados Unidos desde a eleição de Juscelino Kubitschek, passaram a ser retratados como entreguistas e que estariam dispostos a estabelecer novos caminhos políticos, sociais e culturais no Estado caso vencessem as eleições. Esse era um discurso importante no cenário eleitoral, uma vez que a defesa das tradições fluminenses sempre esteve presente em todos os outros momentos. Por conta dessas informações que circulavam pelo Estado do Rio de Janeiro, a carta de Alzira Vargas menciona justamente questões relativas à Petrobrás e ao trabalho realizado em Washington.

A campanha petebista no Rio de Janeiro também se utilizava da imagem de Vargas, sobretudo com o argumento de que era o PTB o partido fundado por Vargas, e do acordo estabelecido em 1954 com o PSD, do qual participou o ex-presidente, garantindo aos trabalhistas a indicação na eleição de 1958 do candidato ao governo.

Assim, buscando combater esse discurso, Alzira Vargas utiliza dois trechos de sua carta para tentar construir uma imagem diferente daquela que se fazia na campanha petebista: a primeira delas já transcrevemos aqui e se refere à conversa que havia tido com Roberto Silveira, quando o candidato assumia o compromisso de que, mesmo com seus anseios políticos, não se voltaria contra Getúlio, ela e Amaral Peixoto. O outro já no fim da sua carta destaca a fundação dos dois partidos (PSD e PTB) foram orientadas por seu pai.

Com a análise desses três documentos, verificamos que a utilização de Alzira Vargas na campanha eleitoral de 1958 foi uma estratégia utilizada pelo PSD-RJ para buscar conter a perda de espaço para o PTB-RJ, seu antigo aliado e adversário naquele pleito.

Roberto Silveira e o PTB responderam a esta carta de Alzira Vargas pelas páginas de *O Fluminense*. Em 28 de setembro de 1958, o jornal publica matéria que ocupou toda a sua página de capa e parte da última página do jornal, demonstrando a importância da carta da filha do ex-presidente na campanha eleitoral. Com o título *Roberto Silveira pulveriza acusações infundadas*, procurava responder às acusações feitas pela ex-primeira-dama do Estado do Rio de Janeiro. A publicação é, na verdade, uma reprodução integral de palestra feita em uma rádio na cidade de Campos.

Nenhuma outra matéria sobre as eleições ocupou tanto espaço no jornal quanto essa resposta ao que chamou de manifesto de Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Divulgada a poucos dias das eleições, Alzira Vargas buscava utilizar de seu prestígio pessoal e político, conquistado durante o período em que esteve junto ao seu pai e trazer de volta através de um

discurso feito em tom muito parecido com os realizados por Vargas a memória construída por Amaral Peixoto e seu grupo desde o Estado Novo.

Podemos afirmar que Roberto Silveira considerava que a ação de Alzira Vargas traria prejuízos à sua campanha eleitoral, uma vez que além de proferir em uma rádio o discurso de resposta, utilizou-se das páginas do jornal de maior circulação no Rio de Janeiro para divulgar sua versão dos fatos.



Silveira começou seu discurso lamentando que tivesse que responder ao que considerou acusações realizadas diante “da fraqueza dos homens do PSD fluminense”, que estaria “desligado do povo”. Antes de rebater as acusações feitas contra ele, a parte inicial do discurso é dominada por uma avaliação sobre o momento político do PSD-RJ. A lembrança dos acordos firmados entre o PTB-RJ e o PSD-RJ, sob as orientações de Alzira e Getúlio Vargas não poderiam deixar de marcar presença:

O PSD fluminense, despreparado, desligado do povo, com seus homens enfraquecidos apela para a generosidade e ajuda da grande mulher que, várias vezes, salvou junto à Vargas o pessimismo e entreguista, agora, comprometendo velha e sincera estima, é forçada a tentar salvá-lo da liquidação junto ao povo fluminense. A Sr.<sup>a</sup> Alzira Vargas, a quem se agarra o PSD tentando escapar da derrota inevitável, foi enormemente injusta ao agredir-me.<sup>293</sup>

Roberto Silveira preocupou-se em responder, principalmente, às acusações de falta de lealdade a Amaral Peixoto, Getúlio e Alzira Vargas. Em sua carta, a herdeira de Vargas criticava a postura de Roberto Silveira a quem auxiliou em seu ingresso no PTB e nas suas

<sup>292</sup> O Fluminense. 28/09/1958, ed. 23.185, p. 1 e 12.  
<sup>293</sup> O Fluminense. 28/09/1958, ed. 23.185, p. 1.

primeiras eleições para o cargo de Deputado. Silveira, em seu pronunciamento, chega a considerar como ridícula as suas primeiras votações para Deputado, apesar de ter sido eleito.

Ela diz que me auxiliou a ser Deputado, na primeira eleição, quando o Sr. Amaral Peixoto era o todo poderoso na política fluminense. Não é verdade. Obtive apenas 1502 votos na eleição de 1947 e fui o último colocado entre os eleitos no PTB. Com o apoio de D. Alzira, naquela fase, teria sido o primeiro [...] Candidato a Deputado Estadual, protegido pela esposa do homem forte da política fluminense eu não teria tido essa votação ridícula de 1502 votos, numa época em que tamanho era o poderio do Sr. Amaral Peixoto que um dos mais dignos, honrados e inteligentes políticos fluminenses quando perguntado sobre qual era o seu município, a sua base eleitoral, teria respondido: meu município é o Sr. Amaral Peixoto. Já nas eleições de 1950, com o Sr. Amaral Peixoto e D. Alzira fora do poder, fui reeleito com cerca de 6000 votos.<sup>294</sup>

No trecho reproduzido, Roberto Silveira questiona o auxílio dito por Alzira Vargas em sua primeira eleição. É interessante destacarmos que as referências feitas à influência e poder político do casal Amaral Peixoto na política fluminense é sempre colocado no passado. Já há, nesse aspecto, uma relativização do poder político do grupo pessedista.

Destacamos também outros dois aspectos importantes: mais uma vez Roberto Silveira destaca sua proximidade com o povo. Desta vez, porém, o faz criticando o PSD-RJ, dizendo que este se distanciou do povo fluminense. Concomitante a isso, cita a questão da popularidade do PSD no Rio de Janeiro. Silveira deixa claro em sua mensagem que Alzira e Getúlio Vargas trabalharam nos bastidores da política para manter a hegemonia pessedista no Estado do Rio de Janeiro. Silveira diz em sua declaração que o PSD era “impopular e entreguista”.

A novidade neste contexto é o rótulo de entreguista ligado ao PSD-RJ. Certamente as críticas nesse sentido são vinculadas também ao posto ocupado por Amaral Peixoto durante o governo Juscelino Kubitschek. Nesse aspecto, cabe destacar a participação de outro periódico nas eleições de 1958: *A Voz Operária*, fundado no fim da década de 1940 pelo Partido Comunista Brasileiro.<sup>295</sup>

Durante a década de 1950, o PCB enfrentou uma crise interna e o jornal passou por uma reorganização. Após o Relatório Krushev, que alavancou discussões sobre o stalinismo e a organização do Partido Comunista da União Soviética, o PCB também enfrentou tais discussões, que acabaram refletindo nas páginas e na organização do jornal. Apesar de

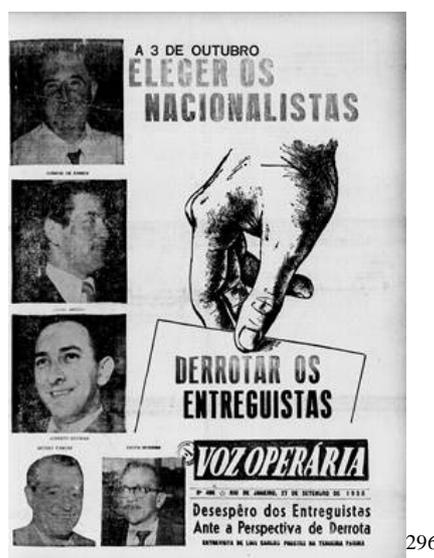
<sup>294</sup> *O Fluminense*. 28/09/1958, ed. 23.185, p. 1.

<sup>295</sup> Jornal carioca, inicialmente semanal e depois mensal, fundado em fevereiro de 1949 pelo Partido Comunista Brasileiro então Partido Comunista do Brasil (PCB). Circulou regularmente até fevereiro de 1959, quando foi fechado por iniciativa do próprio PCB. Voltou a circular, na clandestinidade, entre 1964 e 1975 e, de então até agosto de 1979, foi editado no exterior. Teve alguns números editados clandestinamente durante o ano de 1980.

continuar vinculado ao PCB, a partir de 1957 vários membros da *Voz Operária* deixaram o jornal. Nesse momento, assumiu a direção Mario Alves, antigo diretor de *O Fluminense* antes da venda do jornal para Alberto Torres.

A ligação com o PCB já trazia um tom muito crítico ao PSD em todo território nacional. Como circulava na capital da república, suas matérias eram de abrangência nacional, tratando desde os assuntos nacionais até as disputas políticas nos estados. No caso da disputa eleitoral no Estado do Rio de Janeiro, a *Voz Operária* assumiu uma postura de apoio aos candidatos da Coligação Popular Nacionalista.

Em suas páginas, trazia notícias sempre favoráveis a Roberto Silveira e seus aliados. Assumiu, inclusive, o rótulo de entreguistas do PSD em sua publicação mais característica na campanha, que reproduzimos abaixo:



296

Essa publicação ocorreu em 27 de setembro de 1958, mesmo dia do discurso de Roberto Silveira em resposta a Alzira Vargas na rádio. O rótulo de entreguista e antinacionalista foi explorado em edições anteriores e seguintes a essa de a *Voz Operária*. Em 30 de agosto, o jornal já havia feito menção de entreguista a Amaral Peixoto ao comentar as articulações para impedir a formação da coligação entre UDN e PTB, citando ainda Raul Fernandes (que teve seu nome cogitado para concorrer ao cargo de Senador pelo PSD), Carlos Lacerda (que defendeu a candidatura própria da UDN em sua Convenção) e Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que defendia a candidatura do PSD-RJ.

<sup>296</sup> *Voz Operária*. 27/09/1958, ed. 486, p.1.

## O Ex-Chanceler do Entreguismo

**R**AUL Fernandes, Amaral Peixoto, Carlos Lacerda e Raimundo Padilha uniram-se no Est. do Rio para combater a candidatura do sr. Roberto Silveira ao Ingá. Afirma-se que o ex-chanceler do governo surgido com o golpe de 24 de agosto foi quem inspirou, por baixo do pano, a rebelião na UDN fluminense contra o acôrdo com o PTB local. Como coroamento de tudo isso, anuncia-se que a sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, embarcará em Washington para vir participar da campanha contra a candidatura do sr. Roberto Silveira, juntamente com alguns dos responsáveis pelo suicídio de seu pai.

Posta a situação nesses termos, é compreensível que a raquítica dissidência da UDN fluminense, hoje aliada ao sr. Amaral Peixoto e ao PSD do Estado do Rio, indique o nome do sr. Raul Fernandes para disputar a senatória, na mesma composição de forças em que figuram de um lado algozes do presidente morto em consequência dos fatos de 24 de agosto e do outro lado, a filha, o genro e outras pessoas rapidamente esquecidas daqueles fatos e principalmente dos motivos de ordem política determinantes da tragédia de repercussão mundial.

No Estado do Rio, nota-se a divisão nítida de dois campos (Conclui na 11a. página)

### O ex-Chanceler

(CONTINUAÇÃO DA 5ª PÁG.)

dos políticos. De um lado, pe-  
teobistas, udenistas, comunis-  
tas e homens de outros par-  
tidos, tomando posição de lu-  
ta eleitoral, em sustentação  
de uma plataforma naciona-  
lista. De outro lado, pessoas  
comprometidas com o entre-  
guismo, como é o caso do  
próprio candidato a senador  
chamar do golpe de 24 de  
agosto.

Com efeito, o sr. Raul Fernan-  
des é o tipo clássico do  
advogado de grandes empré-  
sas estrangeiras. Na advoca-  
cia e também na política, sua  
atitude vem sendo constan-  
temente favorável aos inte-  
resses colonialistas de empre-  
sas de que desde a mocidade  
que já vai tão longe, se fez  
defensor e servical.

Divididos como se encon-  
tram os campos na terra flu-  
minense, não é lícito duvi-  
dar da capacidade de escolha  
de seu eleitorado, um dos  
mais esclarecidos e combativos  
de todo o país.

Em outubro serão decretadas  
derrotadas as forças entregui-  
stas encabeçadas por pes-  
soas da categoria dos sr.  
Raul Fernandes, Lacerda, Pa-  
dilha e Amaral Peixoto.

PÁGINA 15

297

Essa reportagem, publicada já após a formação das chapas que disputariam as eleições, traz de volta à cena política a discussão sobre a forma pela qual foi formada a Coligação Popular Nacionalista e coloca a divisão política em dois campos: nacionalistas x entreguistas. Roberto Silveira tinha, portanto, ao seu lado mais um importante mecanismo de influência aos trabalhadores, um jornal que se intitulava como a própria voz dos operários.

Na edição de 27 de setembro, além da propaganda que mostramos anteriormente e que ocupou a capa do jornal, a matéria anunciada nela foi desenvolvida em outras partes do jornal. Seleccionamos aqui uma delas para tomarmos de exemplo para análise:

### O Plano de 3 de Outubro no Estado do Rio

## A Propaganda da Coligação Nacionalista Supera em Muito a dos Adversários

**Alta participação dos trabalhadores na campanha — Operários das grandes fábricas entram a massa a utilizar a cédula oficial — Exito dos comandos**

**Um sucesso, o desfilé dos candidatos patriotas, tendo à frente o sr. João Goulart — Os que se destacam por sua capacidade de ligação com os centros eleitorais**

**Iniciativas que estão sendo postas em prática em Niterói e no interior**

**F**oi um grande entusiasmo entre os propagandistas da Coligação Popular Nacionalista do Estado do Rio. Evidentemente a propaganda de seus candidatos impulsiona de muito a das forças eleitorais que sustentam a candidatura Getúlio Moura, principalmente em Niterói, Nova Iguaçu, Nilópolis, Casimiro e Meriti. No Rio Fluminense, nos últimos dias, houve um reatamento das atividades da Coligação Popular Nacionalista, tendo-se realizado grandes comícios em Campos e Itaocara.

realizará torneos esportivos, em ligação com a propaganda da coligação.

**O candidato a prefeito**

Lançado pela UDN e apoiado pelo PFB, PSD comunista e outras forças eleitorais o sr. José Leônidas tem imensas possibilidades de vitória, como candidato a prefeito de Niterói.

Constitui esse candidato um exemplo, como homem

**Candidato a prefeito**

Outros candidatos, todos concorrendo à eleição para prefeito, que podem ser citados nominalmente, em face do prestígio pessoal de que dispõem, são os sr. José Barbosa Filho, de Magé, providentário, que conta com o apoio dos líderes da zona centro operária; Arruda Negretius, da UDN, candidato em Nova Friburgo



Senador Domingos Velasco

ral descremos. Os operários são vivamente empolgados no trabalho de usar o jornal e de utilizar a cédula de-  
nativa são os autores de uma política e sua preferência es-

298

A matéria reproduzida trata especificamente da campanha empreendida pela Coligação Popular Nacionalista no Estado do Rio de Janeiro. Chama-nos a atenção a frase “A propaganda da Coligação Nacionalista supera em muito a de seus adversários”, que reforça

<sup>297</sup> Voz Operária. 30/08/1958, ed. 482, p.1.

<sup>298</sup> Voz Operária. 27/09/1958, ed. 486, p.11.

nossa tese de que as campanhas passaram a ter cada vez mais destaque e foram decisivas no Estado do Rio de Janeiro a partir de 1958. As campanhas realizadas em 1950 e 1954 colaboraram também de forma decisiva para as vitórias do PSD-RJ naquelas eleições, mas a campanha de 1958 foi realizada contra o grupo que dominava a política fluminense desde a década de 1940.

Para além dessa questão, precisamos ter a dimensão sobre a qual estava falando o jornal. Os destaques logo abaixo e o perfil do jornal nos indicam que tal propaganda era aquela realizada junto aos trabalhadores, que – de acordo com *Voz Operária* – se empenhavam na campanha pelos candidatos nacionalistas e ainda ensinavam “a massa a utilizar a cédula eleitoral”.

Merece atenção também o fato de apontarem que a propaganda dos candidatos da coligação “superavam de muito a das forças eleitorais que sustentam a candidatura Getúlio Moura, principalmente em Niterói, Nova Iguaçu, Nilópolis, Caxias e Meriti”. Afirmava o jornal que Roberto Silveira tinha campanhas mais fortes na capital e na Baixada Fluminense, região que seria o reduto político de Getúlio Moura e que foi um dos motivos para sua indicação para concorrer ao governo estadual pelo PSD.

Percebemos que a estratégia do PTB de buscar votos e identificação com os trabalhadores apresentava resultados significativos, com apoio de um órgão de imprensa destinado aos trabalhadores e de lideranças sindicais, que auxiliavam na conquista do apoio e no entendimento dos mecanismos para a realização do voto.

Retomando as declarações feitas por Roberto Silveira na rádio e que foram publicadas integralmente em *O Fluminense*, o candidato ao governo respondeu também sobre as acusações de que não estaria sendo leal ao PSD e a Amaral Peixoto que lhe haviam indicado os caminhos para seguir na política com relação à escolha do partido e pela indicação aos cargos no governo e no PTB. Silveira indicou em sua palestra que não havia sido orientado por Alzira Vargas para filiar-se ao PTB quando de sua criação, mas ateu-se mais sobre as indicações para ocupar um cargo de Secretário na administração de Amaral Peixoto, a partir de 1951.

Em 1º lugar, a minha nomeação decorreu de dois fatos: 1º: o PTB, tendo apoiado com entusiasmo a candidatura de Amaral Peixoto em 1950, ficou com o direito de ocupar três secretarias. Eu fui um dos indicados pelo partido, em numerosa lista organizada pelo diretório regional. A Secretaria não foi dada a mim, mas ao PTB, que apoiou a candidatura do PSD. 2º: o Sr. Amaral Peixoto escolheu o meu nome e mais dois companheiros nossos. Não foi uma deferência a mim, mas ao meu partido. O Sr. Amaral Peixoto me escolheu (nunca lhe pedi a esse respeito) naturalmente, em decorrência da extrema amizade pessoal que desenvolvi e por considerar a posição

firme e os esforços que desenvolvi pela sua eleição ao governo fluminense [...] Fui eleito Presidente do PTB já como Vice-Governador, depois de ter passado pelos cargos de Segundo Secretário Interino da Diretoria Regional, depois efetivo, depois 1º Secretário, Secretário Geral e, finalmente, Presidente do PTB Regional e Secretário Geral do PTB Nacional, sempre eleito pelos meus colegas e sem nenhuma ingerência de D. Alzira.<sup>299</sup>

Nesse trecho, Roberto Silveira buscou minimizar o que Alzira Vargas classificou em sua carta como conselhos, assessoramento e indicações para ocupar os cargos no governo e no partido ao qual se filiou. Ao fazer isso, buscava demonstrar aos seus interlocutores que além de não ter traído a confiança da família Vargas, era capaz de articular-se politicamente. Para um político jovem que disputava sua primeira eleição para um cargo no executivo e tinha como adversário o pessedismo fluminense, afirmar-se e mostrar que não tinha por prática quebrar acordos estabelecidos era fundamental para que sua estratégia de campanha tivesse êxito.

Até o dia 03 de outubro, quando 790.762 eleitores resolveriam nas urnas os rumos da política fluminense, os jornais – em especial *O Fluminense* – manifestavam suas projeções para o pleito.

O desenrolar das campanhas, com a organização de vários comícios por todo o estado, manifestações de apoio por parte de lideranças dos trabalhadores e políticos de dentro e de fora do Estado do Rio de Janeiro, além da desarticulação das principais lideranças pessedistas, indicavam que o domínio do grupo amaralista poderia chegar ao fim ou, ao menos, sofrer uma interrupção.

<sup>299</sup> *O Fluminense*. 28/09/1958, ed. 23.185, p. 1 e 12.

<sup>300</sup> *O Fluminense*. 03/10/1958, ed. 23.189, p. 1.

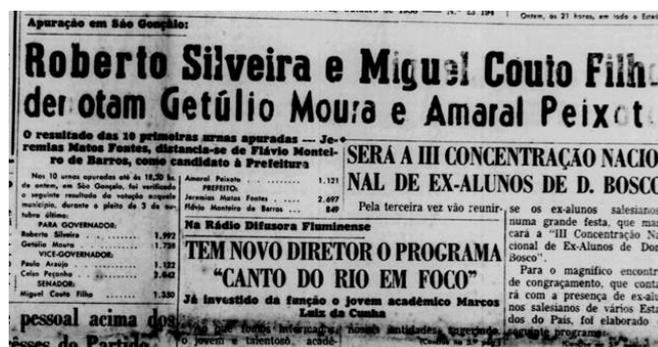
## 5.4 Amaralismo e pessedismo derrotados no Rio de Janeiro

As urnas confirmaram os prognósticos dos apoiadores das candidaturas da Coligação Popular Nacionalista: Roberto Silveira e Miguel Couto Filho derrotaram Getúlio Moura e Amaral Peixoto nas disputas pelos cargos de Governador e Senador. A única derrota da Coligação Popular Nacionalista fora a de Paulo Araújo para Celso Peçanha, na disputa para Vice-Governador.<sup>301</sup>

A derrota do PSD-RJ foi noticiada pelos jornais e mostrou o quanto a maneira escolhida por Roberto Silveira e pelo PTB para realizar sua campanha eleitoral fora acertada. Em *O Fluminense*, destacamos três edições em especial:



302

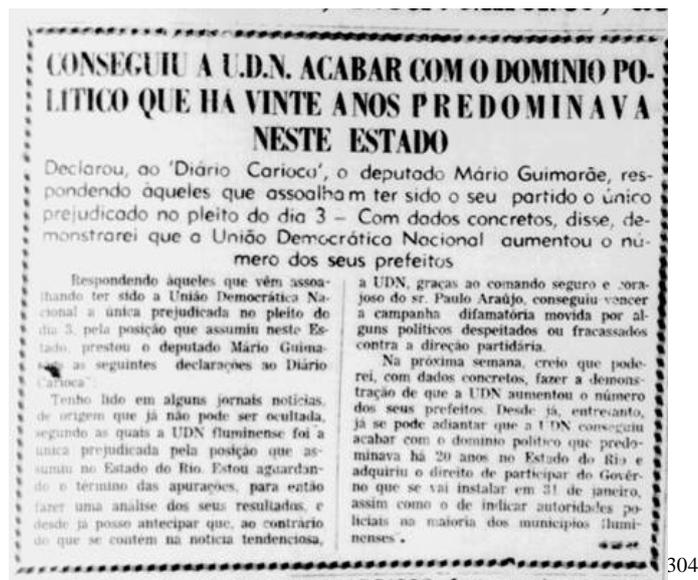


303

<sup>301</sup> Roberto da Silveira recebeu 376.949 votos, contra 288.692 votos de Getúlio Moura. Na disputa pelo senado, Miguel Couto Filho obteve 281.883 votos, contra 248.572 votos de Amaral Peixoto. Na única derrota da Coligação Popular Nacionalista, Celso Peçanha recebeu 299.679 votos e Paulo Araújo obteve 256.390 votos.

<sup>302</sup> *O Fluminense*. 07/10/1958, ed. 23.191, p. 1.

<sup>303</sup> *O Fluminense*. 10/10/1958, ed. 23.194, p. 1



304

As três edições trazem informações importantes sobre o desempenho dos candidatos nas eleições. A primeira delas mostra que o candidato do PTB conseguiu domínio político em grande parte do Estado, pois foi vitorioso em 37 municípios. A segunda demonstra que em municípios com maior número de eleitores, como São Gonçalo, a estratégia eleitoral desenvolvida pela Coligação Popular Nacionalista conseguiu, através de sua campanha, obter uma expressiva votação, saindo vitoriosa por larga vantagem, apesar da presença de importantes lideranças políticas amaralistas.

A última delas diz respeito à UDN. Derrotada em todas as eleições estaduais em que se opôs ao PSD, os udenistas comemoravam a vitória sobre o grupo que controlava a política fluminense desde 1937. Apesar da divisão do partido, evidente desde antes de sua convenção partidária, e de ter o único candidato derrotado da coligação em seus quadros – Paulo Araújo, os udenistas apontam para o partido como o elemento decisivo para a definição da vitória de Roberto Silveira.

Apesar da derrota de Amaral Peixoto em sua candidatura ao Senado e de Getúlio Moura para Roberto Silveira ao governo, a participação de Alzira Vargas na política fluminense e a candidatura de Amaral Peixoto ao Senado, embora derrotado, foram importantes para que o PSD conseguisse impedir que sua estrutura partidária fosse perdida em detrimento do crescimento do PTB, o que poderia causar um resultado ainda pior naquela eleição.

O fato de tanto Alzira Vargas quanto Amaral Peixoto ainda morarem em Washington e este continuar exercendo as atividades de Embaixador, contribuiu para a derrota do PSD.

<sup>304</sup> *O Fluminense*. 18/10/1958, ed. 23.201, p. 1

Estando mais distantes do cotidiano da política fluminense não participando do dia a dia da campanha pessedista, como em outras oportunidades fez o ex-governador, perdendo, assim, parte de sua influência. Enquanto isso, Roberto Silveira se aproximava das lideranças políticas e desenvolvia tática semelhante a de Amaral Peixoto durante o Estado Novo, visitando cada município do Estado do Rio, buscando apoio principalmente entre os trabalhadores, utilizando-se das estruturas sindicais e de suas lideranças para angariar esses votos. Terminava, após uma campanha política intensa, o domínio amaralista no Estado do Rio de Janeiro.

As eleições de 1958 podem ser caracterizadas, então, como aquela na qual os métodos utilizados para a realização das campanhas tiveram significativas alterações e que foram ainda mais determinantes para o resultado da eleição. Ganhou ainda mais importância por apresentar uma configuração diferente nas alianças políticas, com o rompimento de uma tradicional parceria entre pessedistas e trabalhistas. Nesse sentido, os trabalhistas tiveram uma maior habilidade nos mecanismos empregados durante a campanha política, desconstruindo a imagem configurada pelo PSD durante o período de domínio político do grupo liderado por Amaral Peixoto, forjando uma nova imagem, a de partido impopular, entreguista e distante do povo fluminense.

## CONCLUSÃO – AS CAMPANHAS POLÍTICAS E O SUCESSO ELEITORAL

As campanhas políticas foram objeto de tantas discussões como nos últimos anos, sobretudo nos últimos meses. O interesse por elas, suas análises, as controvérsias em torno de seus personagens principais e seu teor passaram a ser maior a partir do momento em que as notícias davam conta de uso indevido de dinheiro público, investigações conduzidas pela justiça sobre a formação dos famosos “caixa dois” de campanhas, candidaturas barradas pela *Lei da Ficha Limpa* e, sobretudo, a disseminação de informações através das redes sociais.

Contudo, é importante refletirmos sobre a construção das campanhas políticas para além do que assistimos recentemente (e não apenas no Brasil, pois as eleições que levaram Donald Trump à Casa Branca também foram alvo de vários questionamentos por parte de analistas políticos). O processo de construção das campanhas políticas transformou-se de forma simultânea à importância que foram adquirindo para a definição do resultado das eleições. Se o objetivo das campanhas e do marketing político não foram modificados de 1945 até os dias de hoje – eleger o candidato a cargo político – as formas de alcançá-lo sofreram mudanças a cada eleição.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, analisamos as estratégias políticas adotadas pelos partidos formados após o fim do Estado Novo no Estado do Rio de Janeiro para que alcançassem o poder durante as décadas de 1940 e 1950. A partir das eleições realizadas em 1945, era preciso ampliar o alcance das propostas dos candidatos e de como fazer chegar aos novos participantes do jogo político seus nomes, suas proposições, o partido e a rede de alianças que formavam. Nesse processo de organização partidária e de busca pela popularização das imagens dos políticos, as campanhas eleitorais tiveram papel importante para eleger o governante.

As campanhas passaram a ser organizadas de forma a possibilitar aos candidatos de cada partido a divulgação de suas imagens, a fim de garantir os votos necessários para que pudessem ser eleitos e se consolidarem na política durante o período democrático. Foi durante esses anos que os partidos nacionais e suas lideranças se fortaleceram. Inicialmente, gravitavam ao redor das alcunhas de getulistas e antigetulistas e, pouco a pouco, foram adquirindo características próprias, ligadas às suas orientações ideológicas, econômicas e sociais.<sup>305</sup>

---

<sup>305</sup> Cabe ressaltar que essas orientações (ideológicas, econômicas e sociais) possuíam também os seus limites. Como o processo de identificação partidária ainda estava em curso, nem sempre as alianças nos Estados

Foi possível percebermos o quanto a organização dessas campanhas se modificou, de acordo com o crescimento de sua importância. Um dos exemplos dessa organização é o documento encontrado no arquivo do PSD-RJ onde se instituem as comissões especiais de ação política e propaganda. Diferente do que ocorrera nos últimos anos do Estado Novo, quando Amaral Peixoto e seus aliados mais próximos organizaram publicações para buscar construir uma imagem de político ligado à democracia e popularizá-la, as ações de propaganda passavam, ainda durante a década de 1940, a ser elaboradas, organizadas, analisadas e postas em prática a partir de estratégias pensadas por um grupo do partido, sempre com a anuência do presidente do partido e participação do candidato ao governo estadual.

Importante destacarmos a periodicidade dessas ações de campanha. Este mesmo documento nos indica que as ações de propaganda poderiam transcorrer apenas no período eleitoral ou de forma permanente. Analisamos aqui uma série de publicações que foram organizadas e lançadas em períodos onde não haviam eleições agendadas. Assim, além de propaganda política, podemos considerar tais materiais como estratégias advindas de um marketing político, construído para consolidar – ou pelo menos tentar – a imagem e o domínio na política fluminense.

Essas estratégias de propaganda e/ou marketing político foram decisivas para o domínio amaralista na política fluminense. O PSD-RJ dominou a política fluminense, destacando-se em relação a UDN, realizando propagandas com a imagem de Amaral Peixoto e de sua administração à frente do Estado do Rio de Janeiro. Sua ligação com Getúlio Vargas e a deste com o PTB também influenciaram no sucesso alcançado pelo PSD-RJ, uma vez que arregimentava o apoio dos trabalhadores fluminenses.

Desde que o Brasil aderiu aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, em 1942, o contexto político internacional indicava para uma mudança nos rumos da organização política nacional. Getúlio Vargas e seus aliados passaram a desenvolver estratégias capazes de controlar o processo de transição do Estado Novo para um período democrático na política brasileira.<sup>306</sup>

Nesse momento, Alexandre Marcondes Filho – Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio – teve um papel importante na construção da imagem de Getúlio Vargas no novo contexto democrático. Era preciso popularizar o Presidente e estreitar relações não apenas

---

retratavam ou representavam as posições programáticas dos partidos ou respeitavam as alianças feitas em nível nacional. LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 2012.

<sup>306</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

com as elites econômicas e intelectuais, mas com aqueles que seriam os atores principais do novo momento político que se aproximava: os trabalhadores. Seriam eles a grande novidade do processo político democrático, compondo a maior parte da parcela de eleitores que decidiriam os rumos da política brasileira.

Era necessário conquistar o apoio daqueles que não participavam das decisões políticas até então e, para isso, a organização do PTB constituiu-se em um elemento fundamental para atrair o apoio dos trabalhadores. Nos estados, a situação não foi diferente. A nomeação dos Interventores entre 1937 e 1945 facilitou a disseminação de alianças políticas entre o grupo varguista e as lideranças políticas estaduais e municipais. Quando isso não foi possível, Vargas e os seus aliados – notadamente os Interventores – buscavam enfraquecer essas alianças e formar novos grupos políticos capazes de se tornarem dominantes.<sup>307</sup>

Essas alianças foram importantes para a formação do grupo político e para a formação do PSD em nível nacional. Eram os Interventores que comandavam a organização dos diretórios estaduais do PSD e que tocavam as negociações políticas para aumentar o número de adeptos e articular internamente o partido. Nesse sentido, podemos afirmar que o PSD nasceria mais organizado, forte e coeso do que o PTB, por exemplo, que buscava formar suas bases entre os trabalhadores e com apoio das lideranças sindicais. Por outro lado, aqueles contrários a Getúlio Vargas organizaram-se na UDN e, tendo como premissa básica a oposição ao então Presidente, também conseguiram formar um partido mais organizado e forte, rivalizando com o PSD na maior parte dos estados brasileiros.

O Estado do Rio de Janeiro experimentou nas décadas de 1940 e 1950 a rivalidade entre pessedistas e udenistas. Liderado por Amaral Peixoto, o PSD-RJ foi o principal partido fluminense por mais de uma década. O sentimento antivarguista era mais acentuado na oposição fluminense também pela figura da maior liderança pessedista, homem ligado a Vargas na política e pessoalmente. Amaral Peixoto esteve envolvido nas principais questões políticas não só do Estado do Rio de Janeiro, mas nacionais – como foi possível observar ao longo deste trabalho. Participou ativamente da campanha em favor dos Aliados, das negociações para o alinhamento com os EUA e para os investimentos norte-americanos no país, discutiu e conduziu com outros interventores e ministros as questões políticas para a mudança do sistema vigente, esteve lado a lado com Vargas durante a campanha eleitoral de 1950 (na qual Vargas foi eleito Presidente e Amaral se elegeu Governador do Estado do Rio

---

<sup>307</sup> CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1995. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

de Janeiro) e foi um dos coordenadores da campanha que levou Juscelino Kubitschek à Presidência da República, já após a morte de Getúlio Vargas.<sup>308</sup>

Para que Vargas e seus aliados mantivessem a influência e o poder político que desfrutavam, era necessário que desenvolvessem estratégias de persuasão aos políticos e – a partir de 1945 – aos eleitores. Assim, mais do que buscar alianças com lideranças municipais, era necessário que os partidos se organizassem para fazer dos políticos que pertenciam aos seus quadros figuras conhecidas pela população.

Conforme mencionamos, no Estado do Rio de Janeiro, era evidente a divisão entre os políticos amaralistas e os udenistas, que reuniam mais do que os antivarguistas: no Rio de Janeiro, reuniam os antiamaralistas. A administração do executivo fluminense durante o Estado Novo propiciou a formação do grupo político amaralista, que serviu de base para a formação do PSD-RJ. Assim, políticos afastados do poder nas esferas estadual e/ou municipal, independentemente de sua simpatia ou apoio a Getúlio Vargas, acabaram participando da formação do diretório fluminense da UDN.

Se desde as eleições do fim da década de 1940 enxergamos a importância das campanhas políticas para o sucesso eleitoral, as realizadas na década de 1950 acentuaram essa percepção. A campanha de 1950, em particular, trouxe uma associação muito forte entre o nacional e o estadual. Essa foi a única eleição simultânea para Presidente da República e Governador durante as décadas de 1940 e 1950. Mais do que a concomitância das eleições, o fato de Getúlio Vargas ser um dos candidatos à presidência potencializou o destaque das questões nacionais nos estados.

No Rio de Janeiro, em especial, essa mistura entre as dimensões estadual e federal foi intensificada: o candidato do PSD-RJ ao governo era Amaral Peixoto, genro do candidato trabalhista à Presidência da República. Apesar do PSD-RJ ter como marca em seus discursos uma adaptação às características socioeconômicas da região em que realizava atividades, a proximidade política e pessoal entre Vargas e Amaral Peixoto trazia uma polarização ainda maior à campanha eleitoral no estado. A aliança entre PSD e PTB fortalecia ambos os candidatos no Estado do Rio de Janeiro e contribuiu decisivamente para a vitória com significativa vantagem ante seus concorrentes.

As campanhas realizadas em 1954 e 1958 nos mostram outros cenários. A primeira contou com a participação de Getúlio Vargas para a costura da aliança entre PTB e PSD, que começavam a divergir quanto à posição de cada um na formação da chapa para concorrer ao

---

<sup>308</sup> CAMARGO, Aspásia. *Artes da política: diálogos com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

governo estadual no pleito que elegeria o sucessor de Amaral Peixoto como Governador. Apesar dos desentendimentos iniciais, a insistência do PSD-RJ para que a aliança formalizada desde 1947 perdurasse, mostra que Amaral Peixoto e as principais lideranças do PSD-RJ entendiam ser fundamental a participação do PTB-RJ na formação da chapa que participaria das eleições, apesar de não abrir mão de indicar o candidato ao governo estadual.

Com a vitória de Miguel Couto e Roberto Silveira em 1954, consolidou-se o domínio da aliança entre pessedistas e trabalhistas. Contudo, o crescimento político do PTB-RJ e de sua principal liderança naquele momento – Roberto Silveira – inviabilizou a manutenção do sistema utilizado até então: o PSD indicava o candidato a Governador e o PTB o candidato a Vice-Governador. Com a decisão do PTB fluminense de cobrar o acordo firmado em 1954, onde se inverteriam as posições tradicionalmente ocupadas na chapa, e a leitura da direção do PSD de que o seu candidato seria naturalmente aceito pelos trabalhistas e se não o fosse seria o vencedor das eleições, desfez-se a aliança e teve fim o domínio pessedista no Rio de Janeiro.

A campanha de Roberto Silveira, que apostou na proximidade com os trabalhadores e na construção da imagem de trabalhador para o próprio político, foi determinante nesse processo. Com os sindicatos mais desenvolvidos, seus líderes ganhando projeção entre os trabalhadores e a mudança do perfil econômico fluminense, já mais industrializado que outrora, arregimentar esses votos foram decisivos para a vitória trabalhista. Além disso, Roberto Silveira usou a tática que aprendera com Amaral Peixoto: percorreu cada município fluminense desde o momento em que almejou ser o candidato ao governo estadual, não se restringindo ao período eleitoral.

Roberto Silveira se fez conhecido pelos empresários e pelos agricultores e pecuaristas; pelos trabalhadores das fábricas e pelos homens do campo. Assim, associar aquele político que havia percorrido as cidades e buscado contato com cada potencial eleitor a propaganda desenvolvida pelo partido durante as eleições foi tarefa mais fácil do que tornar palatável a figura de um político intimamente ligado a alguns municípios da Baixada Fluminense (Getúlio Moura, de Nova Iguaçu, candidato pessedista em 1958).

Foi nas eleições de 1958 que percebemos mais claramente a utilização de características ligadas a uma discussão sobre questões em torno de programas e visões socioeconômicas. Roberto Silveira conseguiu o apoio dos trabalhadores fluminenses através de suas ligações com lideranças sindicais, órgãos de imprensa ligados ao PCB e utilizou-se da estratégia de classificar como “entreguista” não o seu adversário nas eleições, mas o principal líder político fluminense até então: Amaral Peixoto.

Em comum as eleições de 1954 e 1958 tem a mudança nas estratégias de campanha, retratada pelos jornais que analisamos ao longo dos capítulos: se até 1950 era importante associar-se a lideranças e divulgar seu nome, a partir de 1954 a estratégia deveria ser mais completa, pois eram cobradas mais incisivamente as propostas dos candidatos para a administração estadual. Os jornais indicavam em suas páginas que propagandas feitas, como pichações nas paredes, não seriam capazes de angariar os votos necessários para a eleição dos políticos. Nas eleições de 1958, percebemos através dos materiais que analisamos a disputa de projetos, com o PTB-RJ e Roberto Silveira valorizando o nacionalismo através, por exemplo, da defesa da nacionalização do Petróleo e classificando o projeto pessedista como entreguista, utilizando-se para isso do cargo ocupado por Amaral Peixoto como Embaixador do Brasil em Washington.

Do ponto de vista dos eleitores, o Estado Rio de Janeiro destacou-se pelo elevado percentual de eleitores e de comparecimento, como podemos ver pelas tabelas abaixo:

<b>Rio de Janeiro</b>				
<b>Ano</b>	<b>População</b>	<b>Eleitores</b>	<b>Votantes</b>	<b>Abstenções</b>
<b>1945</b>	2.030.295	383.100 (18,87%)	324.717 (84,76%)	58.383 (15,24%)
<b>1947</b>	2.150.000	404.472 (18,81%)	280.384 (69,32%)	124.088 (30,68%)
<b>1950</b>	2.297.194	631.872 (27,51%)	449.644 (71,16%)	182.228 (28,84%)
<b>1954</b>	2.510.000	911.081 (36,30%)	563.867 (61,89%)	347.214 (38,11%)
<b>1958</b>	2.742.223	790.762 (28,84%)	729.781 (92,29%)	60.981 (7,71%)

Fonte: Santos, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos*: almanaque de dados eleitorais – Brasil e outros países. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Como podemos depreender, entre 1945 e 1954 houve um crescimento progressivo do número de eleitores no Estado do Rio de Janeiro, dobrando – em termos percentuais – o total de eleitores fluminenses. Esse aumento acentuou-se nas eleições de 1950 e 1954, esta última a eleição na qual tivemos o maior número de eleitores alistados no Estado do Rio de Janeiro. Apesar da diminuição do número total de eleitores em relação a 1954, a eleição de 1958 apresentou o maior número de votantes. Se levarmos os números para comparação com os demais estados brasileiros, o Estado do Rio de Janeiro foi o que apresentou o maior

percentual de eleitores entre seus habitantes no país nas eleições de 1950, 1954 e 1958 e foi superado em 1947 apenas pelo Estado do Rio Grande do Sul.<sup>309</sup>

O aumento do número de eleitores foi um fator preponderante para a importância cada vez maior que ganhavam as campanhas políticas. Era necessário conquistar mais adeptos para suas ideias e projetos e, para isso, era preciso convencer o eleitor. As batalhas do jogo político se acirravam com o passar dos anos. Esse acirramento das disputas no Estado do Rio de Janeiro teve seu ápice nas eleições de 1958, quando se desfez a vitoriosa aliança formada em 1947. A mobilização das campanhas e a disputa aberta pelo governo estadual se refletiram no enorme índice de comparecimento para a realização do voto, que foi superior a 90%.

Analisar as campanhas políticas realizadas nas décadas de 1940 e 1950 no Estado do Rio de Janeiro é um importante passo para entendermos a dinâmica política e eleitoral do período. Verificamos, por exemplo, que as campanhas passaram a ser mais organizadas com o passar dos anos por vários fatores: a presença de comissões criadas nos partidos para que atuassem na propaganda política (pensando desde os temas, estratégias até a produção dos materiais), o progressivo aumento no espaço destinado pela imprensa para as campanhas e pela existência de pessoas que ofereciam serviços especializados para campanhas políticas.

No Estado do Rio de Janeiro, percebemos nas notícias veiculadas pela imprensa e nos materiais de propaganda dos candidatos duas características que se desenvolveram através das campanhas: a polarização na disputa entre PSD e UDN até 1954 e a intensa fabricação e veiculação de notícias sobre os adversários, sempre com versões distintas nos veículos de comunicação que buscavam fortalecer a versão dos grupos que apoiavam.

A identificação partidária e, sobretudo com o líder do partido, possibilitou ao PSD-RJ o domínio da política fluminense por um longo período. Para que ocorresse essa identificação, no entanto, era preciso desenvolver estratégias políticas e eleitorais capazes de construir a imagem do candidato e sua relação com o partido e sua liderança. Eram essas estratégias e construções que tornavam possível a transferência dos votos através de uma narrativa que trazia muito mais o histórico das administrações do PSD-RJ do que um projeto político. Tal projeto político estava presente, mesmo que nas entrelinhas dos discursos produzidos pelos atores políticos, mas não era o foco das campanhas.

Apesar de as campanhas políticas aqui analisadas retratarem um determinado contexto, tal análise serve também para pensarmos sobre a relevância das campanhas eleitorais em outros momentos, inclusive o atual. Polarização das campanhas, acirramento dos

---

<sup>309</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais – Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

discursos e disputas, fabricação de notícias sobre seus adversários, propaganda e marketing políticos cada vez mais importantes para a construção das imagens dos candidatos não foram características das campanhas políticas apenas das décadas de 1940 e 1950.

No período que analisamos, tínhamos outra configuração dos meios de comunicação. Apesar da década de 1950 marcar uma inflexão importante nas redações dos jornais, com modernização e mudanças importantes no jornalismo, e de expansão do número de pessoas alcançadas pelo rádio, essa realidade foi modificada rapidamente com o desenvolvimento de outros meios de comunicação.

Progressivamente, os meios e as formas de comunicação foram se desenvolvendo e alterando as plataformas e estratégias das campanhas políticas. Passamos pelos jornais, pelo rádio e chegamos até as peças publicitárias desenvolvidas para as propagandas políticas na televisão. Os marqueteiros – e podemos apontar as eleições de 1958 como sendo a primeira experiência mais organizada desses agentes, que ofereciam seus serviços nos jornais – ganharam espaço e transformaram os candidatos em celebridades (ou vice-versa), mudando completamente o panorama das campanhas.<sup>310</sup>

Em 2018, passamos por um processo eleitoral diferente do que conhecíamos até então. Essa foi a primeira eleição em que as redes sociais dominaram o cenário da propaganda eleitoral. Auxiliados pela polarização entre direita e esquerda – ainda que essas definições não sejam de completo domínio de grande parte dos eleitores –, pela repercussão dos fatos ocorridos desde 2013 nas ruas, no parlamento e no poder judiciário brasileiro, os embates entre militantes de ambos os lados nas redes sociais tornaram-se mais acirrados.

Embalados pelo contexto “político-jurídico” brasileiro e pelas tensões acentuadas desde o processo que culminou com o golpe que afastou a então Presidente Dilma Rousseff do cargo, a propaganda política ganhou nova dimensão nas últimas eleições presidenciais. Assistimos a uma das eleições mais polarizadas de nossa história, que tiveram seus resultados construídos em espaços que até então não eram – pelo menos em nível nacional – responsáveis por definir o resultado de uma eleição. Certamente as propagandas em massa pelas redes sociais foram responsáveis (incluindo a produção de notícias falsas, as famosas *fake news*) pelo resultado das eleições que definiram o destino da política brasileira pelos próximos quatro anos.

---

<sup>310</sup> Conforme demonstramos no capítulo 5, já havia empresas oferecendo serviços para os candidatos aos cargos eletivos nas eleições de 1958, considerando a propaganda como elemento fundamental para a democracia. No caso do Estado do Rio de Janeiro, a empresa era comandada por Pedro Steele.

Mesmo com a distância temporal e diferenças entre o contexto atual e as décadas de 1940 e 1950, notamos que tanto no século XX quanto no século XXI, as campanhas políticas são capazes de definir os rumos de uma eleição. Analisar períodos eleitorais ou mesmo as estratégias e o marketing político dos partidos e candidatos podem nos indicar os caminhos que percorremos para que chegássemos ao resultado que tivemos nas últimas eleições brasileiras.

Dessa forma, a análise desses processos é importante para que consigamos entender as mudanças não só no pensamento político, mas – acima de tudo – no comportamento eleitoral do brasileiro. O que importa mais na hora da decisão do voto: o projeto ou frases de efeito? O histórico na atividade política ou ser uma novidade? O partido ou o candidato?

Essas perguntas podem ter respostas diferentes, dependendo do contexto em que estão inseridas. O que determina o foco a ser explorado e as discussões é a estratégia definida pelos partidos e candidatos para suas campanhas eleitorais. Para que as estratégias eleitorais obtivessem o resultado desejado, além das campanhas, era necessário apresentar candidatos que pudessem utilizar em suas campanhas seu histórico, suas realizações e seus projetos. Em diferentes contextos, apesar de possuírem formas, plataformas, conteúdos e estratégias diferentes, definitivamente, as campanhas políticas são importantes elementos para viabilizar o sucesso eleitoral dos candidatos.

## REFERÊNCIAS

- A Era Vargas: dos anos 1920 a 1945*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta de Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. *A Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Cristhiane Jalles de (Coord.). *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2014.
- AMARAL, Heitor Luís Gurgel do. *Uma Família Carioca do Século XVI*. Rio de Janeiro: São José, 1964.
- AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. *Niterói Operário: trabalhadores, política e lutas sociais na antiga capital fluminense (1942-1964)*. 2016. 267 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2016.
- \_\_\_\_\_. Populismo impresso: trabalhadores, política e opinião nas páginas do Diário do Povo de José de Mattos (1949-1960). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 16, 2014, Rio de Janeiro. *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. p.1-11.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARROS, Raquel de Souza. O emaranhado político amaralista e o alastramento da educação rural fluminense (1937-1955). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. *Anais eletrônicos*. João Pessoa:UFPB, 2012. p. 1-26
- BASTOS, Pedro Paulo Zaluth; DUTRA, Pedro Cezar Fonseca (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. 2014. 382 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.
- BERNSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Dir.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa 1998.

- BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945*. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387\\_publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387_publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- CALABRE, Lia. *A Era do Rádio*. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960)*. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <[www.casaderuibrbosa.gov.br](http://www.casaderuibrbosa.gov.br)> Acesso em: 15 out. 2017.
- CAMARGO, Aspásia (Org.). *Artes da política: diálogos com Amaral Peixoto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. 1995. 315 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2015.
- COELHO, Patrícia. *Educadores no rádio: programas para ouvir e aprender (1935-1950)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Mauad, 2016.
- CORTE, Andréa Telo da (org.). *Amaral Peixoto: história, memória, política*. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Novos Capítulos de História Fluminense*. Niterói: FUNARJ, 2014.
- \_\_\_\_\_. *História Fluminense: novos estudos*. Niterói: Centro de Estudos da História Fluminense, 2012.
- COSTA, Luís Ricardo Araújo da. *Bota o retrato do velho outra vez: a campanha presidencial de 1950 na imprensa do Rio de Janeiro*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- COSTA, Rafael Navarro. *A política fluminense no pós-30: uma análise da interventoria Ari Parreiras e do governo Protógenes Guimarães (1932-1937)*. 68 f. Monografia (Licenciatura Plena em História) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Tecendo as redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo*. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FALCÃO, Rubens. *Novos caminhos da educação fluminense*. Imprensa Oficial: Rio de Janeiro, 1946.

\_\_\_\_\_. *Missões Culturais*. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1951.

FERNANDES, RUI ANICETO NASCIMENTO. *Historiografia e identidade fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.

\_\_\_\_\_. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ: Tempo Brasileiro 1994.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *A Invenção do Trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *Brechó: Estudos de História Política e Historiografia*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

\_\_\_\_\_. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, cultura política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

\_\_\_\_\_. “Política: história, ciência, cultura etc.”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1996.

\_\_\_\_\_, PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GOMES, Angela Maria de Castro (et. al.). *Regionalismo e centralização política: Partidos e constituintes nos anos 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GURGEL, Heitor. *O Governo Amaral Peixoto (1937-1945)*. Niterói: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HONORATO, Cezar Teixeira. *O novo estado no Estado Novo: a Interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro*. 1987. 274 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 3.ed. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 2012.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIMA, Jailma Maria de. *Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955)*. 2010. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

LOURENÇO, Luiz Claudio. Jingles políticos: estratégia, cultura e memória nas eleições brasileiras. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*, São Paulo, v.4, p. 205-217. PUC-SP.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MOREIRA, Regina da Luz. *Tempos de Amaral*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_ e SOUSA, Luiz Otávio de. “Ernani do Amaral Peixoto”. In: Alzira Alves de Abreu et. al. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

MOURELLE, Thiago; FRAGA, André (orgs.). *Olhares sobre o governo Vargas*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

MUSEU DA REPÚBLICA. Coleção Armindo Douzel de Andrade. *Guia da coleção*. Disponível em: <<http://museudarepublica.museus.gov.br/guia-de-colecoes/#indice3>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

\_\_\_\_\_. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Partido Social Democrático*. 1972. Tese (Mestrado em História) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.

OLIVEIRA, LÚCIA LIPPI. Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga de Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil*. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v. 2, n. 3, 1989.

QUEIROZ, Adolpho Carlos Françoso; TAVARES, Débora Cristina. *Marketing político, história e evolução no Brasil Republicano*. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, 2007.

REGAL, Débora Kfuri. *Getúlio Vargas volta ao Catete: A estratégia de propaganda varguista nas eleições de 1950*. 115f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 147-160, ago. 2003. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186/1325>>. Acesso em: 17 Fev. 2019.

ROCHA, José Sergio. *Roberto Silveira: a pedra e o fogo*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA, 2004.

SANI, Giacomo. Propaganda. IN: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política, vol. 2*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais – Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SARMENTO, Carlos Eduardo (Org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Alerj, 1999.

SCHMIDT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SETOR de Divulgação do PSD. *O Estado do Rio nos últimos sete anos*. Niterói: 1945.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. Editora Alfa-ômega: São Paulo, 1976.

SOUZA E SILVA, Claudio Araújo de. O espaço de Tenório Cavalcanti no campo político do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 1, 2011, Vitória. *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Vitória: UFES, 2011. p. 1-24.

VICTORINO, Juliana Leono Paiva. *O funcionalismo no marketing político*. IV Encontro da COMPOLÍTICA, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://compolitica.org/novo/artigo/o-funcionalismo-no-marketing-politico/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.